

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS**

HENRIQUE PAVAN BEIRO DE SOUZA

QUE MOEDAS SÃO ESSAS?

**Uma Análise Sobre As Possibilidades De Construção De Circuitos
De Moedas Sociais E De Suas Potencialidades E Desafios Na
Reconfiguração Socioeconômica De Territórios**

São Bernardo do Campo - SP

2018

HENRIQUE PAVAN BEIRO DE SOUZA

QUE MOEDAS SÃO ESSAS?

**Uma Análise Sobre As Possibilidades De Construção De Circuitos
De Moedas Sociais E De Suas Potencialidades E Desafios Na
Reconfiguração Socioeconômica De Territórios**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS) da Universidade Federal do ABC (UFABC), como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor. Linha de Pesquisa: Economia, Desenvolvimento e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ramón Vicente García Fernández

São Bernardo do Campo - SP

2018

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do ABC
Elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFABC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Souza, Henrique Pavan Beiro de

'Que moedas são essas?' : Uma análise sobre as possibilidades de construção de circuitos de moedas sociais e de suas potencialidades e desafios na reconfiguração socioeconômica de territórios / Henrique Pavan Beiro de Souza. — 2018.

261 fls. : il.

Orientador: Ramón Vicente García Fernández

Tese (Doutorado) — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2018.

1. Moedas Sociais e Complementares. 2. Circuito Monetário. 3. Desenvolvimento local. 4. Economia Solidária. I. Fernández, Ramón Vicente García. II. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, 2018. III. Título.

Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca no dia da defesa, sob responsabilidade única do autor e com a anuência do seu orientador.

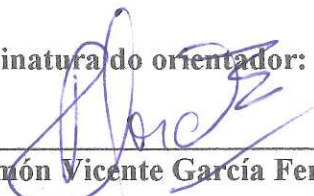
São Bernardo do Campo, 21 de novembro de 2018.

Assinatura do autor:



Henrique Payan Beiro de Souza

Assinatura do orientador:



Ramón Vicente García Fernández



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais
Avenida dos Estados, 5001 – Bairro Santa Terezinha – Santo André – SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996-0017
ppg.chs@ufabc.edu.br

FOLHA DE ASSINATURAS

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Henrique Pavan Beiro de Souza, realizada em 24 de agosto de 2018:

Prof.(a) Dr.(a) **Ramon Vicente Garcia Fernandez** (Universidade Federal do ABC) – Presidente

Prof.(a) Dr.(a) **Vitor Eduardo Schincariol** (Universidade Federal do ABC) – Membro Titular

Prof.(a) Dr.(a) **Danilo Freitas Ramalho da Silva** (Universidade Federal do ABC) – Membro Titular

Prof.(a) Dr.(a) **Ariadne Scalfoni Rigo** (Universidade Federal da Bahia) – Membro Titular

Prof.(a) Dr.(a) **Eduardo Strachman** (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) – Membro Titular

Prof.(a) Dr.(a) **Fernanda Graziella Cardoso** (Universidade Federal do ABC) – Membro Suplente

Prof.(a) Dr.(a) **Fernando Monteiro Rugitsky** (Universidade de São Paulo) – Membro Suplente

Prof.(a) Dr.(a) **Manuel Ramon Souza Luz** (Universidade Federal do ABC) – Membro Suplente

Prof.(a) Dr.(a) **Dante Mendes Aldrichi** (Universidade de São Paulo) – Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha amada companheira Gabriela, meus pais - Mariza e Calixto -, família e amigos pelos inestimáveis gestos de apoio, companhia e incentivo à minha dedicação acadêmica e à realização desta tese.

Também não deixo de registrar meu total agradecimento ao meu orientador, o professor Ramón García Fernández que, ao longo de mais de quatro anos escutou-me, orientou-me e fez ressalvas valiosas para a conclusão do trabalho. Tudo isso sempre mantendo um ambiente de convivência agradável, com troca de ideias e liberdade criativa. Sua experiência e seu profundo conhecimento de questões teóricas, metodológicas e organizacionais relacionadas à realização de uma pesquisa deste nível certamente foram um diferencial.

Adicionalmente, assevero minha gratidão à Universidade Federal do ABC que, com seu ambiente acolhedor, inovador e interdisciplinar possibilitou o desenvolvimento deste doutorado em sua plenitude. Neste particular, gostaria de mencionar a honrosa participação de todos os professores do programa de Ciências Humanas e Sociais (PCHS) que, entre aulas, conversas e orientações também foram de inestimável importância para meu desenvolvimento como pesquisador. Por fim, mas não menos importante, agradeço a meus colegas de doutorado que compartilharam momentos de angústias, dúvidas, mas sobretudo de alegrias ao longo desta jornada. Saibam que possuem um lugar especial em cada linha desta tese.

Agradeço também à professora Georgina Gómez, que nunca se furtou a me ajudar e orientar minha pesquisa. Suas sinceras e precisas avaliações foram imprescindíveis na elaboração da tese. Ao mesmo tempo, todo o meu período no International Institute of Social Studies (ISS) contribuiu para esta empreitada. Foram quatro preciosos meses de aprendizado e aprimoramento cultural e científico. Portanto, gostaria de registrar aqui minha gratidão a cada pesquisador, funcionário e colega que estiveram comigo nessa estada.

Não menos importante foi a acolhida que recebi em todas as minhas visitas em pesquisa de campo. Sem as pessoas mencionadas a seguir não teria sido possível inserir variados casos, oriundos de distintos países, em minha tese. São eles: Ton Dalmau, Carme Dastis, Noemí Palanco, María Magdalena Odriozola, Lorenzo Pinna, Paolo Dini, André Braga,

Natália Sciamarella, Joaquim Melo, Miguel Yasuyki Hirota, Ronald Huynen, Sara Pepe Garcia. Espero não haver esquecido de ninguém.

Ressalto também meus agradecimentos aos membros da banca, sem a qual o progresso desta pesquisa não poderia ocorrer. Suas observações são de fundamental importância para minha reflexão e, conseqüentemente, para a reorganização das ideias e estrutura da tese.

Por fim, gostaria de deixar registrada a importância do financiamento da pós-graduação e, sendo assim, volto a agradecer à Universidade Federal do ABC que, com o pagamento de sua bolsa de doutorado, facilitou sobremaneira a minha dedicação a esta pesquisa. Além disso, deixo registrada minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que fomentou minha participação no doutorado sanduíche, possibilitando a coleta de dados, assim como vivência internacional de inestimável valor.

RESUMO

As moedas sociais e complementares têm proliferado em diversos formatos e regiões do globo desde os últimos dois decênios do século XX. Ainda que o fenômeno não seja particularmente recente, tal vicejamento indica que diversos grupos de pessoas vêm demonstrando descontentamento com as condições do sistema monetário atual, bem como com as instabilidades da economia global. Assim sendo, esta tese parte de uma indagação deveras ímples: que moedas são essas? Para responder a esta pergunta, partimos para a análise de diversas correntes de teoria monetária: neoclássicos, pós-keynesianos, circuitistas e *schumpeterianos*. Ademais, navegou-se por alguns aportes da sociologia econômica, nos quais a moeda é vista como uma tecnologia social imbricada na redes sociais, instituições e valores. Tal reflexão teórica nos permitiu uma primeira consideração: as visões tradicionalmente neoclássicas não dão conta de analisar tais moedas. Isto porque, em geral, tratam-se de construções sociais carregadas de propósitos e valores solidários. Com efeito, nossa opção teórica é a de enxergar não só a moeda social, mas todo fenômeno monetário como uma relação social de dívida, criada endogenamente na economia. Mais que isso, a moeda constitui-se como um circuito de transações ou, ainda, uma cadeia de créditos e débitos. E tal circulação só é possibilitada por uma entidade emissora, disposta a garantir passivos monetários para a sociedade. Destarte, analisou-se cinco casos de moeda sociais e complementares: Sardex (Itália), Mumbuca (Brasil), Puma e La Turuta (Espanha), e os créditos de tempo do TimeBank.cc (Holanda). Descrevemos seus circuitos, seus processos de criação e destruição monetária, seu volume de transações - bem como sua frequência -, o total de massa monetária criada e os impactos de sua circulação nas pessoas e territórios envolvidos. Concluímos que as duas primeiras (Sardex e Mumbuca) possuem alto poder de circulação e grande número de participantes em suas redes. Movimentam cifras milionárias e, por isso, impactam positivamente no aumento da atividade econômica local. Isso é possibilitado pelo fato de que suas instituições emissoras possuem alto grau de organização, logrando constituir circuitos grandes com oferta de bens e serviços diversificados. Logo, operam como órgãos emissores do fiat money local. Por outro lado, os sistemas Puma, La Turuta e TimeBank.cc são organizações de nível comunitário com baixo poder de emissão. Assim sendo, seus circuitos são diminutos tanto em tamanho quanto em diversidade produtiva. Entretanto, apresentam-se como importantes ferramentas de fortalecimento comunitário, com geração de capital social e de empoderamento de indivíduos. Assim sendo - embora isto também ocorra nos outros dois casos - tais moedas apresentam um perfil mais marcadamente solidário em comparação às duas primeiras.

Palavras-chave: Moedas Sociais e Complementares, Circuito Monetário, Desenvolvimento Local, Economia Solidária.

ABSTRACT

Social and complementary currencies have proliferated in various formats and regions of the globe since the last two decades of the twentieth century. Although the phenomenon is not particularly recent, such a movement indicates that various groups of people are showing discontent with the conditions of the current monetary system, as well as with the instabilities of the global economy. Thus, this thesis is based on a very simple question: what are these currencies? To answer this question, we start with the analysis of several streams of monetary theory: Neoclassical, Post Keynesian, Circuitist and Schumpeterian. In addition, we navigate through some contributions of economic sociology, in which currency is seen as a social technology imbricated in social networks, institutions and values. Such a theoretical reflection allowed us a first consideration: traditional neoclassical visions do not account for analyzing such currencies. This is because, in general, they are social constructions loaded with purposes and values of solidarity. Indeed, our theoretical option is to see not only the social currency, but every monetary phenomenon as a social relation of debt, created endogenously in the economy. More than this, money constitutes as a circuit of transactions or, as we may prefer, a chain of credits and debits. Such circulation is only made possible by an issuing entity, willing to guarantee monetary liabilities to society. Thus, we analyze five social and complementary currency cases: Sardex (Italy), Mumbuca (Brazil), Puma and La Turuta (Spain), and time credits from TimeBank.cc (The Netherlands). We describe their circuits, their processes of creation and monetary destruction, their volume of transactions - as well as their frequency - the total money mass created and the impacts of their circulation on the people and territories involved. We conclude that the first two (Sardex and Mumbuca) have high circulation power and large numbers of participants in their networks. They move million-dollar figures and, therefore, positively impact the increase in local economic activity. This is made possible by the fact that their issuing institutions have a high degree of organization, managing to constitute large circuits with diversified goods and services. Therefore, they operate as issuers of local fiat money. On the other hand, the Puma, La Turuta and TimeBank.cc systems are community-level organizations with low emission power. Thus, their circuits are tiny in both size and productive diversity. However, they present themselves as important tools for community strengthening, with the generation of social capital and the empowerment of individuals. Thus - although this also occurs in the other two cases - these currencies present a more marked solidarity profile in comparison to the first two.

Keywords: Community and Complementary Currencies, Monetary Circuit, Local Development, Solidarity Economy.

RESUMEN

Las monedas sociales y complementarias han proliferado en varios formatos y regiones del mundo desde las dos últimas décadas del siglo XX. Aunque el fenómeno no sea particularmente reciente, tal movimiento indica que varios grupos de personas están mostrando descontento con las condiciones del sistema monetario actual, así como con las inestabilidades de la economía global. Por lo tanto, esta tesis se basa en una pregunta muy simple: ¿Qué monedas son estas? Para responder a esta pregunta, comenzamos con el análisis de varias corrientes de teoría monetaria: neoclásica, poskeynesiana, circuitista y schumpeteriana. Además, navegamos a través de algunas contribuciones de la sociología económica, en la que la moneda se ve como una tecnología social imbricada en redes sociales, instituciones y valores. Tal reflexión teórica nos permitió una primera consideración: las visiones neoclásicas tradicionales no tienen en cuenta el análisis de dichas monedas. Esto se debe a que, en general, son construcciones sociales cargadas de propósitos y valores de solidaridad. De hecho, nuestra opción teórica es ver no solo la moneda social, sino todo fenómeno monetario como una relación social de la deuda, creada endógenamente en la economía. Más que eso, el dinero constituye un circuito de transacciones o, como preferimos, una cadena de créditos y débitos. Tal circulación solo es posible por una entidad emisora, dispuesta a garantizar pasivos monetarios a la sociedad. Por lo tanto, analizamos cinco casos de monedas sociales y complementarias: Sardex (Italia), Mumbuca (Brasil), Puma y La Turuta (España), y créditos de tiempo de TimeBank.cc (Países Bajos). Describimos sus circuitos, sus procesos de creación y destrucción monetaria, su volumen de transacciones, así como su frecuencia, la masa monetaria total creada y los impactos de su circulación en las personas y territorios involucrados. Concluimos que los dos primeros (Sardex y Mumbuca) tienen un alto poder de circulación y un gran número de participantes en sus redes. Mueven cifras de millones de dólares y, por lo tanto, impactan positivamente en el aumento de la actividad económica local. Esto es posible por el hecho de que sus instituciones emisoras tienen un alto grado de organización, logrando constituir grandes circuitos con bienes y servicios diversificados. Por lo tanto, operan como emisores de dinero fiduciario local. Por otro lado, los sistemas Puma, La Turuta y TimeBank.cc son organizaciones de nivel comunitario con bajo poder de emisión. Consecuentemente, sus circuitos son pequeños en tamaño y diversidad productiva. Sin embargo, se presentan como herramientas importantes para el fortalecimiento de la comunidad, con la generación de capital social y el empoderamiento de las personas. Por lo tanto, aunque esto también ocurra en los otros dos casos, estas monedas presentan un perfil de solidaridad más marcado en comparación con los dos primeros.

Palabras-clave: Monedas Sociales y Complementarias, Circuito Monetario, Desarrollo Local, Economía Solidaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Demanda por moeda e outras formas de riqueza no modelo monetarista.	29
Figura 2: Circuito monetário e a cadeia de créditos e débitos.	51
Figura 3: Forma esquemática do circuito monetário La Turuta.	117
Figura 4: Diferentes sistemas monetários na atualidade.	134
Figura 5: Rede de transações entre cidades no sistema Sardex.	137
Figura 6: Criação de moeda no circuito Sardex	140
Figura 7: Distribuição dos balanços monetários em um sistema LETS.	141
Figura 8: Circuito da moeda Mumbuca.	155
Figura 9: Circuito monetário Puma.	173
Figura 10: Ilustração estilizada do circuito TimeBank.cc.	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de pessoas desempregadas em relação ao total da população na Catalunha (2011-2015 em %).	122
Gráfico 2: Percentual da população em risco de pobreza - Catalunha (%).	123
Gráfico 3: PIB per capita anual Catalunha.	123
Gráfico 4: O que te motiva a participar da moeda La Turuta (pode-se escolher até 3 respostas) (n = 18).	126
Gráfico 5: Sentimentos e valores criados ou aumentados a partir da participação na moeda La Turuta (n = 18).	127
Gráfico 6: Elija cuántas alternativas quiera sobre su perfil económico en el circuito de la moneda Turuta (n = 18).	128
Gráfico 7: Houve aumento de sua produção/venda/serviço desde que ingressou na moeda local? (n = 16).	129
Gráfico 8: Percebeu algum aumento de poder de compra após juntar-se ao sistema de moeda La Turuta? (n = 18).	130
Gráfico 9: Com qual frequência utiliza turutas para transações? (n = 18).	130
Gráfico 10: Com que facilidade, dentro do circuito Turuta, encontra os bens e serviços que necessita? (eleja numa escala de 1 a 5) (n = 18).	131
Gráfico 11: PIB per capita a preços correntes - Sardenha (em euros).	135
Gráfico 12: Evolução percentual da taxa de desemprego na região da Sardenha (2008-2017).	136
Gráfico 13: O que te motiva a participar da moeda Sardex (eleja até 3 respostas) (n = 176).	145
Gráfico 14: Com qual frequência utiliza Sardex para fazer transações?	146
Gráfico 15: Você fica muito tempo com saldos de Sardex ociosos por não ter onde gastá-los?	147
Gráfico 16: Qual percentual de sua produção vem expresso em Sardex?	149
Gráfico 17: Você notou um aumento na receita depois de entrar no sistema Sardex.	150
Gráfico 18: Você acha que a Sardex permitiu aumentar sua base de clientes ou sua rede de membros que geralmente realizam transações com você? (Escala de 1 a 5, 5 é o maior acordo)	150
Gráfico 19: A participação no sistema Sardex te possibilitou contratar mais trabalhadores?	151
Gráfico 20: Você, com a introdução do sistema Sardex, começou a substituir produtos ou serviços que eram comprados em grandes redes/fornecedores externos por produtos/serviços locais? Nesse caso, estime uma porcentagem.	151
Gráfico 21: Criação de economias locais no sistema Sardex.	152

Gráfico 22: Marque, no máximo, 3 sentimentos e valores que surgiram ou se reforçaram após sua entrada no sistema Sardex.	153
Gráfico 23: Motivações para participar da moeda mumbuca - beneficiários (Até 3 opções de resposta) (n=37).	160
Gráfico 24: Motivações para participar da moeda mumbuca - empresas (Até 3 opções de resposta) (n = 22).	160
Gráfico 25: Marque, no máximo, três sentimentos/valores que surgiram ou se reforçaram a partir de sua participação na moeda mumbuca (n = 33).	162
Gráfico 26: Com que frequência você usa a moeda mumbuca para fazer compras?	163
Gráfico 27: Você pôde perceber um aumento em seu faturamento/vendas após a entrada da moeda Mumbuca em cena? (n = 20).	164
Gráfico 28: Eleja quantas alternativas quiser sobre sua atuação dentro do circuito da moeda mumbuca. (n = 19).	165
Gráfico 29: A circulação da moeda mumbuca te possibilitou contratar novos trabalhadores? (n = 21).	165
Gráfico 30: Você pôde perceber um aumento em seu poder de compra após a entrada da moeda mumbuca em cena? (n = 33).	166
Gráfico 31: Você acredita que, com a entrada da moeda Mumbuca, você passou a substituir produtos que antes eram comprados em grandes supermercados/shoppings centers/grandes lojas por produtos do comércio local do seu bairro ou cidade? (n = 33).	167
Gráfico 32: Taxa de desemprego na cidade de Sevilha (%).....	168
Gráfico 33: Evolução do PIB per capita em Sevilha.	169
Gráfico 34: Crédito total ao setor privado no sistema bancário - Sevilha (em milhares de euros).	169
Gráfico 35: Entrada de novos participantes na moeda Puma por ano.	174
Gráfico 36: Evolução anual no volume acumulado de pumas transacionadas.....	174
Gráfico 37: O que te motiva a participar da moeda Puma (eleja até 3 respostas) (n = 35)...	180
Gráfico 38: Com que frequência realiza transações com a moeda Puma? (n = 34).	181
Gráfico 39: Você fica muito tempo com saldos ociosos de moeda Puma devido a poucas opções de compra? (n = 29).	181
Gráfico 40: Você fica muito tempo sem vender seus bens ou serviços em moeda local? (n = 32).	182
Gráfico 41: Qual porcentagem de sua renda vem denominada em moeda local? (n = 36)...	183
Gráfico 42: Houve aumento de sua produção/vendas a partir do ingresso no sistema Puma? (n = 33).	183
Gráfico 43: Você percebeu um aumento em seu poder de compra após unir-se ao esquema de moeda local? (n = 36).	184
Gráfico 44: Você acha que, com a introdução da moeda local, começou a substituir produtos ou serviços que antes comprava de grandes redes/fornecedores externos por produtos/serviços de comércio local? Se sim, estime uma porcentagem. (n = 36).	185

Gráfico 45: Criação de economias locais no sistema Puma (n = 33).	186
Gráfico 46: Sentimentos e valores adquiridos com a participação na moeda Puma (até 3 opções de escolha) (n = 34).	186
Gráfico 47: O que te motiva a participar do TimeBank.cc - até três opções de resposta (n=22).	193
Gráfico 48: Com qual regularidade você realiza transações dentro do banco de tempo? (n = 21).	197
Gráfico 49: Você fica muito tempo com saldos de tempo ociosos por conta de encontrar poucas opções de compra? (n=20).	198
Gráfico 50: Com que facilidade, numa escala de 1 a 5, você encontra bens/serviços que procura dentro do circuito TimeBank.cc? (n = 20).	198
Gráfico 51: Você percebeu um aumento em seu poder de compra após ingressar no TimeBank.cc? (n = 22).	200
Gráfico 52: Em uma escala de 1 a 5, você pensa que o banco de tempo te possibilitou aumentar o número de clientes ou rede de pessoas que realizam transações com você? (n = 22).	201
Gráfico 53: Criação de economias locais no circuito TimeBank.cc (n=22).	202
Gráfico 54: Escolha até 3 sentimentos e valores que eventualmente foram criados ou aumentados a partir de sua entrada no banco de tempo (n = 20).	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estabelecimentos comerciais inseridos no sistema monetário La Turuta	118
Tabela 2: Bens e serviços demandados na moeda social La Turuta (até 3 opções de resposta) (n=18)	119
Tabela 3: Indicadores de evolução da moeda La Turuta.....	121
Tabela 4: Dados sobre volume de transações e membros no sistema Sardex.....	135
Tabela 5: Bens e serviços demandados no sistema Sardex.	143
Tabela 6: Bens e serviços ofertados no sistema Sardex.	144
Tabela 7: Bens e serviços que ficam um bom tempo sem serem vendidos no sistema Sardex.	148
Tabela 8: Bens e serviços demandados pelos beneficiários e ofertados por empresas na moeda social Mumbuca (até 3 opções de resposta).....	159
Tabela 9: Bens e serviços demandados na moeda social Puma (até 3 opções de resposta)..	177
Tabela 10: Bens e serviços ofertados na moeda social Puma (até 3 opções de resposta).	179
Tabela 11: Distribuição de participantes do TimeBank.cc por cidade.....	191
Tabela 12: Bens e serviços demandados no Time Bank cc (até 3 opções de rsposta) (n=21).	195
Tabela 13: Bens e serviços ofertados no Time Bank cc (até 3 opções de resposta).....	196

LISTA DE SIGLAS

BCD	-	Bancos comunitários de desenvolvimento.
CCS	-	Complementary Currency Systems
CDB	-	Community Development Banks.
CSA	-	Community-Supported Agriculture.
ISS	-	International Institute of Social Studies.
LETS	-	Local Exchange Credit Systems.
MMT	-	Modern Money Theory.
TQM	-	Teoria Quantitativa da Moeda.
UFABC	-	Universidade Federal do ABC.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I: CONTROVÉRSIAS SOBRE O FENÔMENO DA MOEDA E SUA ORIGEM: DOS NEOCLÁSSICOS AOS DEFENSORES DA STATE THEORY OF MONEY.....	27
1.1 UMA BREVE REVISÃO DAS TEORIAS MONETÁRIAS NEOCLÁSSICAS	27
1.2 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA MOEDA: O PAPEL DO ESTADO E DO CRÉDITO EM SUA SUBSTÂNCIA.....	30
1.3 SOBERANIA, ESTADO E MOEDA	31
1.4 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO COMO SUBSTÂNCIA DO FENÔMENO MONETÁRIO	38
CAPÍTULO II: ENDOGENIA MONETÁRIA: KEYNES, PÓS-KEYNESIANOS E TEÓRICOS DO CIRCUITO	43
2.1 KEYNES E A MOEDA	43
2.2 O DEBATE ENTRE HORIZONTALISTAS E ESTRUTURALISTAS	47
2.3 REFORÇANDO A ENDOGENIA: AS TEORIAS DO CIRCUITO MONETÁRIO	50
2.4 O FLUXO CIRCULAR DA RENDA: POSSÍVEIS CONVERSAS ENTRE A MOEDA EM SCHUMPETER E A TEORIA DO CIRCUITO MONETÁRIO	56
CAPÍTULO III: MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES COMO CIRCUITOS SOLIDÁRIOS: ALGUNS APORTES.....	62
3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A BUSCA DE MARCOS CONCEITUAIS.....	63
3.2 O ENCONTRO DAS FINANÇAS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA: EM BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO DA MOEDA SOCIAL	73
3.3 RESSIGNIFICANDO O MERCADO: AS MOEDAS SOCIAIS COMO CIRCUITOS DE INTERAÇÕES MÚLTIPLAS.....	83
CAPÍTULO IV: MOEDAS COMPLEMENTARES E DESENVOLVIMENTO: QUAL DESENVOLVIMENTO?	93
4.1 REPENSANDO O PAPEL DA MOEDA NO DESENVOLVIMENTO.....	98
4.2 COMO AS MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES PODEM AFETAR A VIDA SOCIAL E ECONÔMICA DE SEUS TERRITÓRIOS	101

4.3 DESENVOLVIMENTO VINDO DE BAIXO: MOEDAS SOCIAIS E O CAPITAL SOCIAL DAS COMUNIDADES	107
CAPÍTULO V: ESTUDOS DE CASO	114
5.1 ANÁLISE DA MOEDA SOCIAL LA TURUTA	115
5.2 ANÁLISE DO CIRCUITO DA MOEDA LA TURUTA	116
5.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA MOEDA LA TURUTA.....	125
5.4 ANÁLISE DA MOEDA SARDEX	131
5.5 O CIRCUITO SARDEX	138
5.6 A SARDEX E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	148
5.7 ANÁLISE DA MOEDA SOCIAL MUMBUCA.....	154
5.8 O CIRCUITO DA MOEDA MUMBUCA.....	155
5.8.1 A Moeda Mumbuca No Desenvolvimento Local.....	163
5.9 ANÁLISE DA MOEDA PUMA.....	168
5.9.1 O Circuito Monetário Puma	170
5.9.2 Impactos Da Moeda Puma No Desenvolvimento Local E Comunitário.....	182
5.10 BANCOS DE TEMPO E O CASO ESPECÍFICO DO TIMEBANK.CC	187
5.10.1 Uma Análise Do Timebank.cc	190
5.10.2 Uma Análise Do Circuito Do Timebank.cc	193
5.10.3 Impactos Socioeconômicos Entre Os Usuários.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	212
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA LA TURUTA - SOMENTE PESSOAS FÍSICAS.....	226
ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA SARDEX - SOMENTE PESSOAS FÍSICAS	232
ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA MUMBUCA - SOMENTE PESSOAS FÍSICAS.....	238
ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA MUMBUCA - SOMENTE EMPRESAS.....	242

ANEXO 5 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA PUMA	246
ANEXO 6 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NO TIMEBANK.CC.....	252
ANEXO 7 - ESTATÍSTICAS DE TRANSAÇÕES DA MOEDA PUMA - SÉRIE HISTÓRICA.....	258
ANEXO 8 - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE USUÁRIOS DA MOEDA PUMA	259
ANEXO 9 - TOTAL DE USUÁRIOS E INTERCÂMBIOS NO SISTEMA PUMA - JUNHO DE 2018.....	260

INTRODUÇÃO

Esta tese originou-se de uma inquietação intelectual. Por que um grupo de pessoas decide emitir uma moeda que circule de maneira circunscrita a determinado bairro ou comunidade? Mais que isso, por que este fenômeno - e outros tipos de inovações de base, como recuperação de terrenos agricultáveis por parte de comunidades, construção de coletivos sociais e distintas formas empreendimentos econômicos com viés social - recebe uma atenção insuficiente por parte de estudiosos da economia e de outras ciências sociais?

Será que é porque consideram tais fenômenos irrelevantes do ponto de vista de suas capacidades transformadoras? Ainda haveria uma predominância de interpretações estruturalistas sobre os processos sociais e econômicos?

Sem querer descartar as inegáveis contribuições das interpretações e teorias elencadas acima, é possível que fenômenos localizados em escalas geográficas menores sejam parcialmente invisíveis às lupas das grandes narrativas. Mas, honestamente falando, não conseguimos arriscar uma resposta pronta, restando-nos ficar com o campo das hipóteses. Fato é que o ativismo de pequenos grupos na construção de novos arranjos e propostas sociais, políticas e econômicas vem crescendo nos últimos anos. É verdade, também - temos que fazer esta concessão -, que aos poucos a academia e a sociedade em geral vêm tomando nota do fenômeno. É o que comprova o relativo sucesso do documentário “Amanhã” (*Demain* no original em francês), dos diretores Cyril Dion e Mélanie Laurent, lançado em 2015. A película traz os próprios diretores retratando experiências que vão desde a criação de hortas urbanas até moedas complementares espalhadas pelo mundo.

No caso específico destas últimas, vale lembrar que tem havido um lento processo de institucionalização acadêmica em seus estudos. Desde 2011 ocorre a cada dois anos a Conferência Internacional de Moedas Sociais e Complementares. A última, ocorrida em maio de 2017 em Barcelona, contou com 381 inscritos entre acadêmicos e ativistas de 34 países diferentes em cinco dias de encontros. Foram 132 apresentações e 41 oficinas¹.

Ademais, temos também o *International Journal of Community Currency Research* (IJCCR) que, desde 1997, publica edições com regularidade e tem possibilitado a divulgação de estudos com rigor analítico sobre o tema. E, para além disso, algumas análises

¹ **Conferência Internacional de Moedas Sociais e Complementares.** Disponível em: <<http://augustcorrns.com/dineroyvalores/infografia>>. Acesso: 10 jul. 2018.

sobre moedas complementares vem ganhando espaço em publicações de relevância mundial que não se restringem a esse conteúdo específico².

Dito isso, essa inquietação intelectual transformou-se no trabalho presente. Aqui, procurou-se entender, basicamente, o que são estas moedas e por qual razão elas são criadas. Ao longo do percurso de elaboração, aproximamo-nos um pouco mais da teoria monetária do que outros estudiosos do tema costumam fazer. Isto porque nunca se considerou as moedas sociais e complementares como empreendimentos sociais ou cooperativos como os outros. Se há uma moeda em jogo, ela tem que ter as características de qualquer moeda, ou seja, ela tem que medir os preços e transações, intermediar as trocas, atuar como reserva de valor e outras características que em maior ou menor grau constituem o fenômeno monetário.

Assim, procurou-se discorrer sobre algumas das principais escolas de teoria monetária até chegarmos a um ponto de inflexão em nossa pesquisa: as teorias do circuito monetário. Isto porque uma das lacunas principais - a nosso ver - no estudo das moedas complementares é a ausência de uma descrição de como as moedas são criadas e destruídas e, no meio do caminho, como e por onde circulam.

Algumas das perguntas que surgiram nessa reflexão foram: qual o tamanho dos circuitos que elas pretendem entrelaçar, com qual regularidade elas são utilizadas para transações, quais são os indivíduos ou estabelecimentos que recebem mais moeda. Considerando que os teóricos do circuito monetário enxergam a moeda como uma construção institucional baseada na relação social da dívida, pareceu-me de grande utilidade esta visão. Especialmente porque, evidentemente, as moedas sociais e complementares configuram-se em dispositivos criados com propósitos e geografia específicos. São microinstituições das localidades que as abarcam.

Ademais, como os teóricos do circuito são tributários das visões pós-keynesianas sobre a moeda, advogando a sua não-neutralidade, assim como sua endogeneidade e a importância do estado na efetivação de seus circuitos, também debruçou-se sobre as ideias monetárias dessa corrente, procurando verificar até que ponto as moedas sociais podem ser explicadas por ela ou mesmo auxiliar na compreensão do fenômeno monetário como um todo. Destarte, nossa principal matriz teórica em termos de economia monetária é heterodoxa, com matizes de pós-keynesianismo e teorias do circuito.

Se a moeda não é neutra e, por isso, influencia a atividade econômica, uma de nossas preocupações também foi no sentido de analisar os possíveis impactos locais da

² Ver, por exemplo Lucarelli & Gobbi, 2016; Gómez & Dini, 2016; Blanc, 2016.

circulação monetária. Supostamente, uma moeda que circule apenas localmente valoriza o comércio e as atividades locais, já que só pode ser gasta ali. A efetivação de um circuito monetário local poderia estimular o desenvolvimento econômico no mesmo nível territorial.

Desta feita, também refletimos acerca dos estudos teóricos que conceituam a relação entre moeda e território desde o nível mais abstrato até casos mais concretos de moedas sociais e complementares. Nesse caso, com efeito, as adaptações teóricas foram feitas com cautela. É preciso pensar em categorias diferentes e propor outras abordagens acerca do desenvolvimento local. Mais que isso, é necessário ir ao nível da comunidade e verificar quais as possibilidades que as moedas sociais podem trazer para famílias e indivíduos. É neste ponto que recorremos ao conceito de “encerramento espacial seletivo”, que parece ser mais apropriado ao fenômeno em questão.

Por fim, as moedas sociais e complementares também são vistas como fenômeno da economia solidária. Nesse sentido, apresentam tanto um caráter puramente “econômico” como um caráter colaborativo e cooperativo. São circuitos de aprofundamento das relações de confiança, de proximidade e de reciprocidade. Também são criadas, muitas vezes, por grupos ideologicamente motivados em contestar os ditames do capital financeiro, da globalização e das instituições bancárias. Está claro que essa dupla característica varia em cada experiência de moeda local. Em alguns casos o elemento econômico se sobrepõe ao solidário. Mas em linhas gerais ambos estão presentes.

Assim sendo, procurou-se não deixar de lado os estudos e análises que valorizam este tipo de efeito que as moedas sociais e complementares podem trazer. Se o próprio conceito de desenvolvimento local tem que ser adaptado e trazido para o nível do “chão da rua”, agora realmente entra-se no tecido social que sustenta a economia e que, por hipótese, pode gerar atividades econômicas mais saudáveis, limpas, justas. Enfim, mais solidariedade, empoderamento individual e felicidade. Embora, não fosse o objetivo inicial da pesquisa, acaba-se por dar equivalente importância a esta abordagem, sobretudo quando tais atributos - sendo o capital social um dos mais importantes - podem facilitar o próprio desenvolvimento local mencionado acima.

Para efetivar este projeto, realizou-se estudos de caso em cinco esquemas de moedas locais distintos. Tal empreitada foi facilitada pelo período de doutorado sanduíche ocorrido no primeiro semestre de 2017, realizado no International Institute of Social Studies (ISS), localizado em Haia, Holanda, e pertencente à Erasmus University of Rotterdam. Foi um período em que pudemos conversar com pesquisadores do tema e também com ativistas, além de visitarmos algumas experiências de moedas locais em países como a própria Holanda,

Bélgica e Espanha. Ao fim e ao cabo, os casos aqui analisados foram selecionados porque cada um apresentava uma particularidade específica -, o que enriqueceria a tese com uma diversidade de resultados possíveis e permitiria conclusões mais abrangentes do que se fossem feitos mergulhos etnográficos em experiência individualizadas. Tais particularidades residem essencialmente na conformação de seus circuitos, contendo as seguintes características: i) qual é a instituição emissora da moeda local e como ela se organiza e interage com os membros? ii) Qual é o tamanho do circuito, ou seja, há quantos membros associados, quantas empresas, qual é o volume de circulação monetária? iii) Qual é o propósito principal da moeda em questão: fortalecer laços comunitários, conscientizar a população acerca de questões sociais, políticas e ambientais, ou estimular a economia e os negócios locais? A partir dessas indagações, elegemos as seguintes experiências de moedas complementares para nossa análise:

- a) A moeda social La Turuta, da cidade de Vila Nova i la Geltrú nas cercanias de Barcelona. Trata-se de uma moeda com o duplo propósito de fortalecer a economia local e de conscientizar a população envolvida acerca de questões ecológicas e sociais. É uma moeda complementar, com valor indexado ao euro.
- b) A moeda Sardex que foi criada com o propósito de estimular as trocas entre as empresas da ilha de Sardenha, na Itália. É uma moeda *Business to Business* (B2B), ou seja, só circula entre as empresas participantes. É também um típico esquema de crédito mútuo ou LETS (Local Exchange Trading Systems) na denominação em inglês.
- c) A moeda Mumbuca, gerida pelo Banco Comunitário Mumbuca, da cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um típico caso de moeda social brasileira: emitida por um banco comunitário, indexada ao real (conforme a Nota-Jurídica PGBC-5927/2011, de 29 de julho de 2011, emitida pelo Banco Central do Brasil) e que, portanto, circula de maneira complementar à moeda nacional. Os bancos comunitários possuem uma caracterização típica de instituições de finanças solidárias, onde coexiste a ideia de uma moeda social com identidade territorial-solidária juntamente com o propósito de estímulo ao consumo e às empresas locais via microcrédito. Além disso, é o único caso aqui analisado em que todo o montante de circulação monetária é determinado pela autoridade pública - no caso a prefeitura de Maricá -, sendo o banco comunitário o responsável pela gestão e representatividade da política pública perante a população.
- d) A moeda Puma, da cidade de Sevilha, Espanha. Esta também é uma LETS, porém possui um caráter econômico oposto ao da Sardex: trata-se de uma moeda com forte caráter de contestação social, pois está ligada a uma luta histórica da comunidade do Pumarejo (um casarão histórico da cidade) em reaver um bem público de identidade local. Tem por objetivo criar uma rede de “prossumidores” que atuem na valorização

da economia solidária, no empoderamento feminino e na valorização de uma economia ecologicamente sustentável.

- e) O banco de tempo TimeBank.cc, que possui membros em diversas cidades, mas cujo núcleo principal fica em Haia, Holanda. É o típico caso de uma moeda de tempo em que sua unidade de conta são as horas gastas na prestação de um serviço ou na produção de um bem. Não há claramente uma ideologia associada a esta organização, mas - como em quase todos os bancos de tempo - os associados buscam inserir-se em redes sociais e grupos, contestando - ainda que de maneira não totalmente declarada - o individualismo da vida econômica regular.

Todas essas experiências foram estudadas através de questionários aplicados in situ ou enviados a pessoas das diversas comunidades. O total de respostas obtidas nos questionários por cada moeda foi o seguinte:

- a) La Turuta - 18 respostas vindas de pessoas físicas e 4 de empresas;
- b) Sardex - 177 respostas das empresas participantes;
- c) Mumbuca - 22 respostas de empresas e 34 de pessoas físicas;
- d) Puma - 4 respostas de empresas e 37 de pessoas físicas;
- e) TimeBank.cc - 22 respostas de pessoas físicas e 9 de empresas;

Nos casos em que houve um número muito baixo de respostas, fizemos apenas breves comentários sem aprofundamentos analíticos pois a quantidade de questionários foi um fator limitante. No caso específico da moeda Puma, o número de empresas é baixo pois os próprios organizadores desenvolveram a moeda para que indivíduos se tornassem prosumidores, ou seja, consumidores e produtores ao mesmo tempo.

Mas mesmo nos questionários que nos propiciaram um número maior de retorno, a taxa de respostas situou-se entre 5 e 10%, com exceção do caso mumbuca para pessoas físicas, no qual o universo de beneficiários da moeda chega a 16 mil pessoas. Quanto às empresas, havia cerca de 300 cadastradas em nossa última visita, situando-se no intervalo mencionado acima.

No caso particular da moeda mumbuca, uma dificuldade se fez presente: como se trata de uma política pública municipal, não existe um website como plataforma de busca e

realização de trocas e de socialização em geral. Destarte, tivemos que circular pela cidade com questionários impressos em papel, o que evidentemente impõe sérios limites físicos.

Já nos demais casos, a percentagem reduzida de respostas pode, de antemão, indicar que a participação em moedas comunitárias exige um esforço contínuo e considerável. A manutenção desses sistemas é feita por pessoas que tem seus trabalhos, rotinas e atividades regulares para além das moedas em questão. Desta feita, o número baixo de respostas pode significar uma participação também reduzida, um engajamento limitado, pois para isso os participantes teriam que disponibilizar de 5 a 10 minutos para os questionários e, claro, abrirem as mensagens do grupo contendo os links dos mesmos.

Essa taxa de respostas também resulta da opção de pesquisa aqui escolhida. Muitos pesquisadores de moedas sociais e complementares escolhem um caso e mergulham durante muito tempo nele. Esta opção dá uma profundidade à pesquisa, sobretudo aos que focam em questões sociológicas e antropológicas de tais esquemas: a socialização, as interações simbólicas, as trocas entre grupos etc.

Mesmo uma pesquisa que se preocupe em quantificar alguns dados e/ou propiciar o mais alto número de questionários possíveis seria auxiliada por uma dedicação mais focada em um caso específico. Todavia, optou-se pela abrangência e pelo maior diálogo possível entre os casos particulares e questões de cunho teórico e generalizante. Espera-se que o leitor compreenda as limitações desse tipo de estudo e que, mesmo assim, possa enxergar algumas contribuições desta tese. Sendo assim, podemos agora nos orientarmos em direção à organização da mesma.

O capítulo seguinte a esta introdução traz uma revisão orientada para o debate histórico sobre a origem da moeda. Ademais, a própria consideração histórica convida à reflexão primordial sobre o que é a moeda. Assim sendo, recorreremos a uma breve revisão sobre a moeda na visão de economistas neoclássicos - visão esta cristalizada na Teoria Quantitativa da Moeda e na Escola Monetarista de Milton Friedman.

A esta pequena consideração inicial seguir-se-ão como contraponto as ideias de economistas e historiadores que enxergam a moeda como um fenômeno criado pelo estado e que, ao mesmo tempo, representa uma relação de dívida. Isto é, a moeda não seria em seu início essencialmente um meio de pagamento e não teria sua origem ligada a uma mercadoria específica que funcionasse como tal. Ao contrário, ela poderia muito bem ter origem na necessidade de contabilização de dívidas, sobretudo para o e do Estado.

No terceiro capítulo, apresentou-se alguns desdobramentos da ideia de que a moeda advém da chancela estatal e das relações de dívida. Aqui, estudou-se sobretudo as visões

pós-keynesiana e do circuito, que enfatizam a endogeneidade da moeda e sua capacidade em influenciar as decisões empresariais e, portanto, influenciar na determinação do produto agregado.

O capítulo 4 desce um degrau no nível de abstração teórica sobre teoria monetária. Aqui já discutiremos as peculiaridades das moedas sociais, sobretudo relacionando-as com a economia solidária. Procurou-se também estabelecer uma ponte entre a ideia de circuito anteriormente trabalhada com a ideia de circuitos de relações sociais, enfatizando o papel das moedas sociais e complementares não só em procurar reconstruir o tecido econômico, mas também social, dos territórios.

No quinto capítulo, realizou-se uma reflexão sobre moeda e desenvolvimento local, levantando os principais argumentos da teoria pós-keynesiana a este respeito. Em seguida, procurou-se estudar as especificidades de tal contribuição para o caso das moedas locais. Assim sendo, comentou-se sobre algumas possibilidades de se enxergar o desenvolvimento de um território de maneira alternativa, aproximando tal discussão de realidades circunscritas a espaços geográficos bem delimitados, como é o caso das moedas complementares. Também comentou-se acerca das possibilidades de as moedas sociais e complementares reconstruírem redes de interações e laços de confiança entre os participantes, incluindo aí o conceito de capital social.

Já o capítulo 6 traz a análise empírica dos casos mencionados anteriormente. Trataremos detalhadamente de cada um deles, procurando dialogar com as indagações teóricas lançadas ao longo da tese até esse ponto.

O capítulo 7 traz nossas considerações finais e aponta os resultados e limites da tese, além de suscitar possibilidades de estudos futuros.

Em linhas gerais, concluiremos que as moedas *La Turuta*, Puma e TimeBank.cc envolvem circuitos pequenos, com poucos estabelecimentos comerciais e pessoas físicas participantes. Mais que isso, seu pequeno tamanho está relacionado à ausência (ou melhor dizendo, à debilidade da organização existente) de uma estrutura institucional que funcione como emissária de moeda – algo que se assemelhe, guardadas as devidas proporções, a um banco central – e organizadora das atividades sociais e econômicas. Destarte, há poucos efeitos na atividade econômica, seja no estímulo às empresas locais ou ao aproveitamento de capacidades ociosas como um todo. Ainda assim, tais moedas possuem um efeito pedagógico entre seus membros, que acabam participando desses circuitos economicamente frágeis, porém com alta integração social e de valores compartilhados. Por outro lado, as moedas Sardex e Mumbuca apresentam estruturas organizacionais mais robustas – a última delas, inclusive,

sendo emitida pela própria prefeitura da cidade de Maricá/RJ -, organizando assim circuitos amplos, com diversificação de atividades produtivas e volume milionário de circulação monetária. Com efeito, os impactos econômicos a nível de empresas (aumento de faturamento, redução de estoques e até mesmo contratação de empregados) e de pessoas (aumento da renda) são destacados. De qualquer maneira, todos os casos de moedas sociais aqui analisados resultaram em benefícios sociais e culturais a seus membros. Há evidências de geração de capital social, de aumento dos laços intracomunitários e de empoderamento individual.

CAPÍTULO I: CONTROVÉRSIAS SOBRE O FENÔMENO DA MOEDA E SUA ORIGEM: DOS NEOCLÁSSICOS AOS DEFENSORES DA STATE THEORY OF MONEY

Aqui inicia-se nossa revisão teórica sobre o fenômeno da moeda. Em um mundo em que há uma grande proliferação de esquemas monetários, desde as moedas digitais até os meios de troca enraizados territorialmente em pequenas comunidades, congitou-se acerca da viabilidade deste tipo de incursão. Até porque tais novidades nos arranjos monetários despertam em pesquisadores e no público geral a curiosidade sobre a essência da moeda. Desta feita, pretendemos neste capítulo fincar as bases iniciais da discussão teórica sobre a moeda.

De início, consideramos importante fazer uma digressão sobre as principais ideias monetárias neoclássicas. Isto porque a visão ainda majoritariamente aceita em livros-texto sobre o que é a moeda e, por conseguinte sobre política monetária, advém da tradição que enxerga a moeda primordialmente como um meio de pagamento, surgido eminentemente da eficiência de mercado.

Na verdade, ressalta-se que abordaremos o tema de maneira sucinta, elegendo a Teoria Quantitativa da Moeda e a escola monetarista de Milton Friedman como a principal síntese monetária neoclássica. Notadamente, o tema pode encontrar mais nuances, a escolha vai no sentido de propiciar o debate e a contestação feitos pelas escolas heterodoxas, que serão abordadas em seções posteriores deste mesmo capítulo.

1.1 UMA BREVE REVISÃO DAS TEORIAS MONETÁRIAS NEOCLÁSSICAS

A moeda é tipicamente considerada pelos economistas neoclássicos como um meio de troca que, em termos gerais, não influencia as variáveis reais da economia. Eles defendem que a oferta gera renda que, invariavelmente, será distribuída entre consumo e poupança, e que as taxas de juros permitirão equilibrar esta última com os investimentos, sem que a moeda afete esse processo, contribuído apenas para torná-lo mais fácil. Embora na versão de Cambridge da Teoria Quantitativa da Moeda haja espaço para a retenção de liquidez pelos agentes para suas transações de curto prazo, a proporção de moeda retida seria constante, o que teria como corolário que todo aumento na oferta monetária acima do crescimento do produto levaria os preços a aumentarem (CARVALHO *et al*, 2007). Assim, o produto seria determinado pela oferta agregada.

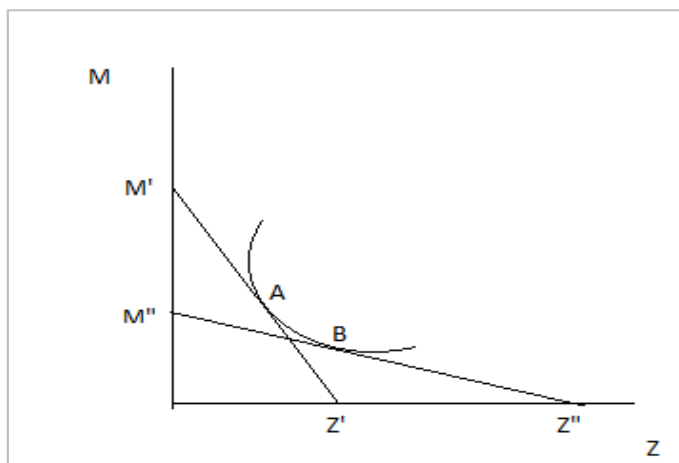
A escola monetarista, em nosso julgamento, foi a que melhor sintetizou as noções de moeda e de política monetária da corrente neoclássica. Portanto, ela serve como base para a (re) interpretação da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) ao mesmo tempo em que fornece o substrato teórico central para a escola novo-clássica e para a adoção do regime de metas de inflação (CARVALHO *et al.*, 2007).

Segundo Friedman (1956), o principal expoente da escola monetarista, a TQM consiste em uma teoria da demanda por moeda, na qual esta última consiste em um ativo, uma forma de reter a riqueza. Para as empresas, ela consiste em um ativo de capital, um ativo aplicado na produção, tendo assim a dupla característica de depender das condições de demanda e oferta.

Para os consumidores, a demanda por moeda segue uma racionalidade típica da teoria microeconômica neoclássica, na qual as curvas de indiferença expressam pontos da mesma utilidade entre o dinheiro e os outros ativos. Por sua vez, a riqueza total expressa-se na restrição orçamentária dos indivíduos, representando, em um caso limite, a demanda máxima por dinheiro possível. Assim, uma expansão da riqueza permite que indivíduos - ou unidades de riqueza, o termo mais usado por Friedman (1956) - atinjam níveis de utilidade mais distantes da origem, dada a expansão da restrição orçamentária para a direita.

No gráfico abaixo, temos a quantidade de moeda (M) no eixo vertical e a quantidade de outros ativos (Z) no eixo horizontal. De fato, a inclinação da curva de riqueza muda à medida que o custo de oportunidade de manter o dinheiro favorece isso ou não. Em outras palavras, partindo de uma situação inicial de equilíbrio para um agente dada pelo ponto A, um aumento no nível de preços ou na taxa de retorno sobre ativos financeiros deixa a curva de riqueza - restrição orçamentária - em um formato mais achatado, assinalando uma preferência maior por outros ativos sobre o dinheiro, levando a um novo ponto de otimização da demanda, de acordo com o ponto B do quadro abaixo.

Figura 1: Demanda por moeda e outras formas de riqueza no modelo monetarista.



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em FRIEDMAN, 1956; LOPES & ROSSETTI, 2002, p. 102.

Com efeito, a demanda por moeda pelas famílias seria determinada pelos seguintes fatores: a relação entre capital humano e riqueza não humana, a riqueza total (ou média ponderada das rendas passadas, um conceito também conhecido como renda permanente), os ativos financeiros, o nível de preços e outras características. Em relação a isto, vale a pena enfatizar com as próprias palavras de Friedman (1956, p. 100 e 101):

The tastes and preferences of wealth-owning units for the service streams arising from different forms of wealth must in general simply be taken for granted as determining the form of the demand function. In order to give the theory empirical content, it will generally have to be supposed that tastes are constant over significant stretches of space and time. However, explicit allowance can be made for some changes in tastes in so far as such changes are linked with objective circumstances. For example, it seems reasonable that, other things the same, individuals want to hold a larger fraction of their wealth in the form of Money when they are moving around geographically or are subject to unusual uncertainty than otherwise. This is probably one of the major factors explaining a frequent tendency for money holdings to rise relative to income during wartime. But the extent of geographic movement, and perhaps of other kinds of uncertainty, can be represented by objective indexes, such as indexes of migration, miles of railroad travel, and the like.

Aqui cabe uma advertência importante: dentro da teoria monetária de Friedman, fatores sociais, institucionais ou políticos aparecem como resíduos, já que não são quantificáveis (CARVALHO *et al*, 2007). Assim sendo, o foco da análise reside no agente individual que procura maximizar sua utilidade no curto prazo, situação na qual podemos supor que as variáveis principais permanecem constantes (CARVALHO *et al* 2007, ROSSETTI, LOPES, 2002). Quanto às empresas, a função de demanda por moeda é similar, exceto pelo

conceito de riqueza total que, neste caso, pode ser associado ao valor bruto de produção, valor adicionado líquido ou patrimônio líquido. Também deve ser acrescentado que existem fatores constantes e não quantificáveis que influenciam a demanda por dinheiro pelas empresas. Entre eles, o grau de verticalização, a tecnologia e o ciclo de operações formam uma espécie de função de preferência das empresas (Friedman, 1956, p. 104).

Somando ambas as funções de demanda por moeda e considerando a dificuldade em quantificar a proporção entre riqueza humana e riqueza não humana - como Friedman (ibid., p. 100) aponta - seria difícil em uma sociedade não-escravista definir no mercado uma taxa de substituição entre capital humano e outras formas de capital - e o estado estático de outros fatores como incerteza, migrações e guerras; conclui assim que, no nível agregado, a demanda total por moeda depende da renda total, da taxa de retorno dos ativos financeiros e do nível de preços.

Indo mais além, se considerarmos uma economia com uma taxa de inflação constante, não haverá mudanças significativas na demanda por moeda em relação a esse fator. Além disso, considerando os estudos empíricos de Friedman e Schwartz (1963), que afirmam que a elasticidade da demanda por moeda em relação às taxas de juros tende a zero, o postulado do TQM - segundo o qual a demanda por moeda, depende basicamente, da renda - fica reafirmada.

1.2 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA MOEDA: O PAPEL DO ESTADO E DO CRÉDITO EM SUA SUBSTÂNCIA

A teoria da neutralidade da moeda, expressa na TQM tem, por sua vez, uma base de explicação histórica convencional, que a maioria dos manuais de economia conta, da evolução da moeda primeiro como mercadoria, depois como meio de pagamento universalmente aceito, depois como moeda metálica e, por fim, o crédito. Esta narrativa repousa, em grande medida nas ideias de Carl Menger, cujo argumento é sintetizado a seguir:

[...] over time, agents have learnt that there are benefits to resorting to “mediate exchange”, hence an increase in the demand for more marketable goods, leading to a growing and self-reinforcing differentiation among commodities, which slowly created the conditions for the generalized reliance on the precious metals as money (DANGEL-HAGNAUER, 2013, p. 205 a 206).

De modo que, para Menger, é o mecanismo de mercado que faz surgir a moeda, sendo a troca indireta seu moto principal. Com o tempo, os agentes selecionam entre as mercadorias, aquela que apresenta as características fundamentais de um meio de pagamento. Destarte, é da eficiência de mercado que emerge a moeda e seu principal atributo, segundo esta visão: a de ser um meio de trocas.

Consequentemente, embora Menger aceite a importância do Estado na regulação monetária, ele conclui que a moeda é uma instituição orgânica e não pragmática, tendo sido criada a partir da auto-organização da sociedade que pouco a pouco foi discriminando as mercadorias entre as mais e as menos comercializáveis (MENGER, 1892a, 250 apud DANGEL-HAGNAUER, 2013, p. 207).

O problema é que esta visão entra em conflito com a evidência de pesquisas sobre a história monetária (INNES, 2004; WRAY, 2004). Se forem traçadas as origens do dinheiro, não como meio de troca, mas como unidade de conta e como reserva de valor, chega-se ao sistema de crédito e este, por sua vez, não tem necessária relação com a procura da maximização da eficiência nas trocas. A relação de dívida pode surgir por casamento, por pagamento de pena por crime ou por outras manifestações da vida social (ibid.). E tudo isso teria surgido antes da existência de mercados nos quais um meio de pagamento se fizesse necessário.

Nesta seção, portanto, analisaremos as principais ideias que sustentam que a origem da moeda depende essencialmente das relações de crédito e da ação estatal (WRAY, 2004), destrinchando primeiro o processo de socialização que resulta aos poucos na institucionalização da vida monetária. Em seguida, dando mais ênfase à forma crédito da moeda, antecipa-se os argumentos da endogeneidade monetária, dando substrato para o capítulo seguinte.

1.3 SOBERANIA, ESTADO E MOEDA

A moeda que nós conhecemos, aquela que apresenta os atributos centrais de meio de pagamento, reserva de valor e unidade de conta, é resultado de um processo histórico relacionado à evolução da complexidade da vida social (INGHAM, 1996 e 2004; ZELIZER, 1989). Das relações de dívida em sistemas comunitários ou tribais, os pagamentos passam a ser devidos a uma classe dominante e, por fim, ao estado. E com efeito, surge o débito universal, o imposto, que progressivamente passa a ser pago em moeda para melhor contabilização, padronização e maleabilidade por parte do próprio poder público. Este por sua vez - a autoridade

central, em melhores termos - é condição essencial para a viabilização da unidade de conta. Este conceito, abstrato, teve de ser forçado por lei, em sociedades nas quais as mercadorias eram medidas pelo peso ou tamanho.

A história padrão do surgimento da moeda narra um processo muito diferente. Como afirma criticamente Wray:

The barter story is used to draw attention to the medium of exchange and store of value functions of money. A natural propensity to truck and barter is taken for granted. Attention is diverted away from social behaviour and towards individual utility calculation that is believed to precede barter. Social power and economic classes are purged from the mind, or at least become secondary. 'The market' is exalted; 'the government' is derided as interventionist. Fundamental change (evolution), if it exists at all, is transactions-cost reducing except where government interferes to promote inefficiencies. (WRAY, 2004, p. 225)

É preciso olhar, portanto, para as múltiplas interações que caracterizaram a forma monetária ao longo do tempo. E isto inclui enxergar para além do atributo de meio de pagamento, prestando atenção também às relações de crédito e à constituição do estado com sua correspondente institucionalização monetária - neste caso, a denominação de uma unidade de conta foi essencial para a cobrança de impostos. Para além da dicotomia entre os que enfatizam a origem da moeda no sistema de troca e os que a veem na relação entre credor e devedor, Wray (2004) aponta que em sociedades já organizadas hierarquicamente, a penalidade de um transgressor da lei era um pagamento à vítima ou a sua família. Isto se encontra na própria etimologia, que revela que a palavra débito em todas as línguas tem sinonímia com palavras como “pecado” ou “culpa” (ibid., p. 227).

Com o tempo, taxas e impostos, bem como alugueis e juros, foram adicionados à lista de pagamentos que deveriam ser feitos à autoridade. Com efeito, essa autoridade deve ser percebida como uma instituição em evolução gradual - dos primeiros templos, às comunidades palacianas, aos reis feudais e, finalmente, aos governos representativos democraticamente eleitos - com diferentes graus de poder soberano. Tudo o que era necessário era algum tipo de autoridade capaz de cobrar desde multas ou dízimos até taxas e impostos. Embora os pagamentos não exigissem uma unidade de conta (as multas eram avaliadas na forma de itens ou serviços específicos a serem entregues às vítimas), os pagamentos à autoridade foram sendo gradualmente padronizados, medidos em determinada unidade de conta (WRAY, 2002).

Nersisyan e Wray (2016) mostram a fragilidade das diversas explicações teóricas sobre o papel da moeda, por não levarem em conta sua característica fundamental, a de ser uma criação do Estado. Para eles, os modelos neoclássicos descrevem a produção e a renda como sendo criadas no fluxo circular da economia sem qualquer referência à moeda e a um sistema bancário, que são finalmente adicionados como *high-powered money* alguns capítulos adiante.

A partir de então coloca-se o efeito multiplicador, o papel exógeno do Banco Central na regulação e fixação da taxa de juros e a velocidade da moeda. Por outro lado, as abordagens heterodoxas (idem) iniciam com empréstimos bancários, criados a partir da demanda das empresas em função de sua previsão de gastos com investimento. A demanda por empréstimos é acomodada na medida em que "empréstimos criam depósitos"; quando os empréstimos são pagos, os depósitos são destruídos. O banco central é introduzido não para controlar o fornecimento de dinheiro, mas para fornecer reservas para compensação. Como ofertante monopolista, define a taxa de juros das reservas, que se torna a taxa básica.

Nersisyan e Wray (2016) fazem críticas a ambas as abordagens pois observam uma lacuna fundamentao: onde está o Estado? Qual é o seu papel no sistema monetário? A insuficiência de ambas correntes teóricas neste tópico é enfatizada pelos autores (idem):

With some exceptions, heterodox economists share with orthodoxy the belief in a government budget constraint, albeit with more tolerance for budget deficits financed by some combination of central bank printing of money plus lending by bond markets. The state is thereby subject to the whims of bond vigilantes plus the willingness (and legal authority) of an *independent* central bank to buy Treasury debt. Much is made of legislated strictures that require the Treasury to have deposits in its account before cutting cheques and that prohibit purchase by the central bank of the Treasury's new issues. The Treasury's finance is subordinated to central bank independence and the private sector's willingness to save in the form of Treasury debt. (NERSISYAN & WRAY, 2016, p. 1300)

Neste sentido, Nersisyan e Wray (2016) e Wray (2002) integram a noção de criação endógena com a participação do Estado na efetivação do circuito monetário. Segundo eles, a ideia básica de que empréstimos criam depósitos é sustentável na medida em que a própria moeda criada é lastreada em um ativo existente a partir desta relação, um 'IOU' ('eu te devo'). Em termos contábeis, a moeda é lançada no passivo do banco (ou outro emissor) e tem como contrapartida o próprio crédito no ativo.

Esta ideia é importante, pois todo o dinheiro que existe no sistema aí está porque é necessário, foi demandado. De modo que, segundo Wray (2002), a noção de que as autoridades devem controlar o excesso de moeda soa ridícula, já que se há algum indivíduo

com depósitos a mais em sua conta ele teria três opções de ação: amortizar empréstimos, sacar dinheiro em efetivo (essas duas opções significariam uma redução de depósitos à vista no sistema) ou comprar algo (uma transferência de depósitos que não alteraria a quantidade no agregado). Assim sendo:

Lending involved the creation of a deposit which stood in a relatively autonomous relationship to any approximate incoming "balance" of deposits from other sources. The bank "note" signified neither actual nor virtual goods and commodities, but simply a debt to the bank and promise of repayment. This difference has been expressed in a variety of ways; but perhaps most pithily in the distinction between the "real" analysis conception of banking practice in which "deposits make loans," and the converse "credit" or "monetary theory" view that "loans make deposits" (INGHAM, 1996, p. 522)

Com efeito, a produção da moeda-crédito estatal segue o mesmo princípio de criação que a moeda-crédito bancária. Na medida em que algumas cidades italianas decretaram, no início do século XVII, que suas promessas de pagar suas dívidas poderiam ser transferíveis e portanto líquidas, os estados usaram esse meio de contrair empréstimos e aumentar a oferta de moeda (INGHAM, 1996; ARRIGHI, 1997; BRAUDEL, 1996).

A aceitabilidade dessas promessas dependia, entre outras coisas, da credibilidade das promessas de pagamento da dívida. Isto foi conseguido pela extensão gradual do controle de longo prazo sobre as finanças do Estado pelos credores, através da substituição do domínio monárquico arbitrário e relativamente indigno de confiança pela democracia burguesa e pelo constitucionalismo. Com efeito, os governantes das cidades-estado burguesas italianas - como Gênova, Florença, Veneza - garantiam as dívidas seus papeis. Por razões semelhantes, a promessa do Estado de pagar tornou-se moeda amplamente aceita e confiável ainda no século XVII na Holanda e na Inglaterra (INGHAM, 1996; BRAUDEL, 1996). Em suma:

The state not only writes the dictionary (chooses the money of account), but also reserves the right to name the thing (the 'money thing' or 'money token') that answers to the description. A state that issues its own money token denominated in its money of account, accepts it in payment, determines what must be done to obtain it and imposes obligations denominated in its money of account, certainly is not subject to the whims of bond vigilantes, independent central bankers, savers or private banks (NERSISYAN & WRAY, 2016, p. 1301).

Os cultos religiosos também são vinculados com a forma original do dinheiro, segundo Théret (2008). O conceito de dívida é central na constituição das sociedades, assim a origem sacrificial da moeda é posta: os sacrifícios como troca entre o secular e o sagrado que,

com o tempo, se transmuta na organização política. O fluxo intertemporal - para além da vida dos indivíduos singulares - de crédito e dívida mantém o circuito monetário, mantém a sociedade, o Estado. O fato monetário torna-se universal na medida em que as dívidas individuais se transbordam em fenômeno total complexo: à mortalidade do homem corresponde a imortalidade do soberano. Soberano este que, em sociedades tradicionais, toma a forma da morte ou da(s) divindade(s). Já

[...] nas sociedades capitalistas modernas onde, no entanto, ela [a morte] é negada pela ideologia econômica prevalecente que põe em cena um indivíduo racional imortal e assexuado e com dívidas privadas puramente contratuais, a dívida de vida toma a forma de dívida social, dívida pública representada pelo fisco (obrigação diante do Estado), ou a sua contrapartida, o gasto com a proteção social (obrigação do Estado perante o cidadão), sendo que, numa determinada sociedade, o indivíduo é considerado como devedor ou credor, o que o liga à sociedade. (THÉRET, 2008, p. 5)

De acordo com Aglietta e Orléan (1990), o princípio da homogeneidade - tanto do indivíduo maximizador de utilidade quanto da ideia marxista de trabalho social abstrato - impede que se perceba o processo de socialização e, neste caso, o papel dinâmico de instituições e, inclusive, da moeda. Os autores falam de rivalidade no processo de troca, esta mediada por um processo de socialização que deve continuamente explorar a violência imanente a este processo.

A diferença entre esta visão e a visão ortodoxa reside no fato de que, para esta última, há uma substância social pré-existente, quase que pano de fundo - exterior - aos indivíduos no processo de troca. Por outro lado, no movimento de interação conflituosa e dialética da troca institui-se uma soberania, um elo frágil que coordena o sistema de trocas monetárias. A visão de Aglietta e Orléan, portanto, carrega o mérito de procurar inserir o fenômeno monetário em uma totalidade social que resulta numa certa institucionalidade, numa soberania, a qual se pode chamar de Estado.

Se a violência é um processo fundante da ordem social, a moeda não deixa de prestar contas a esta realidade. Gesell (1916), com efeito, segue posição semelhante ao afirmar que o propósito da usura nos move. Sua tese é a de que explora-se a necessidade do outro. Em outras palavras, se temos um objeto que não nos seja útil, mas que seja desejado por outrem, a tendência natural é que pratiquemos a usura, explorando este desejo alheio. Os fundamentos da vida econômica são o saque mútuo, a exploração das necessidades do vizinho. A impessoalidade das regras de mercado oculta os fundamentos básicos que precedem a existência da oferta e da demanda, ou seja, as pessoas em seu movimento de exploração mútua:

It is indeed said that prices are raised or lowered by "the state of the market". We try to ignore the personal motive, the action, and to find a scapegoat to bear the odium of usury, by saying that prices are determined by demand and supply; but how could demand and supply and "the state of the market" exist without the living agents who make the separate transactions? It is these living agents who cause the fluctuations of price, and the condition of the market is their tool. And who are these agents but ourselves - the whole population? Everyone who brings something to market is animated by the same spirit, namely, to obtain the highest price that the state of the market *allows* him to obtain. And everyone seeks to exculpate himself by speaking of something impersonal, the state of the market, whereas in reality everyone is exculpated by the fact that the exploitation is mutual. (GESELL, 1916, p. 16)

Gesell atribui enorme importância - como Marx e Smith - à divisão do trabalho no desenvolvimento do mercado e das forças produtivas. A ideia de que a produção não é destinada ao consumo imediato do próprio "produtor", mas sim, à troca, é central para o entendimento da circulação e do fenômeno monetário.

Existe uma demanda compulsória por moeda, já que a divisão do trabalho impõe que a venda de produtos e serviços visa a obtenção de moeda. Neste sentido, esta é condição essencial em uma sociedade pautada pela divisão do trabalho. Se a divisão do trabalho, a força-motriz do sistema de trocas, exige a existência da moeda, logo a ideia de valor intrínseco advogada pelos defensores do padrão ouro perde substância. Destarte, a divisão do trabalho e a produção não parariam só porque a moeda circulante é feita de papel.

É neste ponto que o poder legal do Estado toma importância. Cabe a ele ou à comunidade o estabelecimento da unidade de conta e o correspondente meio de pagamento que garante o funcionamento das trocas e do sistema de crédito. Seguindo esta posição "estatista", Gesell (1916) afirma que fica evidente o poder da lei na determinação do sistema monetário quando ocorre a separação entre o metal e o meio circulante:

The inscription made the thaler and its material one and the same conception; the demonetisation of silver proved the existence of two conceptions in the thaler. The withdrawal of the right of free coinage of silver made the thaler transparent, so that through the silver we saw its inner nature. We had believed that a thaler was merely silver, but now we were forced to recognise that it had also been money. We had denied the thaler a soul until, at its death, a soul left its body before our eyes. Up to the withdrawal of the right of free coinage the subjects of Prussia had seen only silver; now for the first time was revealed to them, in the conjunction of silver and a law of the State, the existence of a peculiar manufactured product, namely money. Before the closure of the mints to silver, the explanation of money given by theorists, both monometallists and bimetalists, passed without contradiction; but the demonetisation of

silver showed that although coins are struck from metal bars, metal bars are not for that reason coins. (GESELL, 1916, p. 99)

Não importa a forma material que o dinheiro assume, visto que esta mudou várias vezes ao longo do tempo e parcamente esteve relacionada, de fato, ao peso de metal supostamente correspondente (INNES, 2004). Como afirma Ingham (2004):

By declaring what it will accept for the discharge of tax debt, assessed in the unit of account at the public pay offices, the state creates money. The state establishes the nominal unit of account and, in a metallic monetary system, fixes the conversion rates - for example, so many ounces of silver or gold for the nominal money of dollars, pounds etc. (INGHAM, 2004, p. 47)

Discorrendo sobre as ideias de Knapp (1973 [1924]), Ingham (2004) reforça a necessidade da ação estatal para dar validade à moeda. Ora, nada mais natural dado que o curso de moeda se torna possível pela imposição de impostos cujo pagamento deverá ser feito usando essa mesma moeda. Com efeito, mesmo que os bancos e instituições financeiras criem títulos transferíveis e aceitos como meios de pagamento - as quase-moedas - estes só apresentam validade perante o público quando denominados na unidade de conta determinada pelo Estado.

É importante diferenciar esta ideia de validade do conceito de valor intrínseco ou valor de troca da moeda. Conforme mencionado anteriormente, Gesell (1916) e Innes (2004), refutam a ideia de um valor intrínseco, supostamente dado por um lastro de moeda-mercadoria, usualmente ouro ou prata. A este respeito, Ingham (2004, p. 48), ainda utilizando Knapp (1973 [1924]), refuta as ideias de Menger e Mises de que o estado não pode determinar o valor da moeda, sendo que somente a troca poderia fazê-lo.

Tal argumento é contraposto, com a noção de que nem todos os bens com valor de mercado se tornam moeda, assim como algo aparentemente de pouco valor, como o papel, pode ser aceito como unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor. O que implica que a moeda é a medida e não algo a ser medido. E se a unidade de conta é uma abstração, cumpre ao Estado lhe dar caráter legítimo e concreto.

É importante lembrar, que no desenvolvimento do capitalismo, o Estado teve papel central na organização do sistema monetário e financeiro. Braudel (1996) narra a emergência dos capitalistas na Europa moderna, ligando-os antes ao fenômeno das trocas e da circulação que ao da produção. Na medida em que as feiras se avolumam, as formas monetárias ficam mais complexas, consubstanciando-se em operações a termo e em letras de câmbio, fenômenos essencialmente creditícios. Segundo ele (ibid., p. 92-93), as tais letras de câmbio

são nada mais que a origem da circulação da moeda-papel, sendo que boa parte deste *boom* monetário-creditício está relacionado à consolidação dos estados nacionais e com suas respectivas emissões de dívidas, que no século XVIII superaram em 15 vezes o valor das reservas metálicas.

Notadamente, a dívida pública é a propulsora dos mercados financeiros de Amsterdam e Londres, e o estabelecimento do Banco da Inglaterra como um protótipo dos bancos centrais modernos, no século XVIII, denuncia a necessidade de regulação desta moeda que se torna evidentemente mais fiduciária (CARVALHO *et al*, 2007).

Em suma, pode-se imaginar uma trajetória histórica em termos de evolução do sistema monetário em seus alicerces estatais:

Later, taxes would replace most fees, fines and tribute (although this occurred surprisingly late - not until the nineteenth century in England) (Maddox, 1969). These could be self-imposed as democracy gradually replaced authoritarian regimes. In any case, with the development of civil society and reliance mostly on payment of taxes rather than fines, tithes, or tribute, the origin of such payments in the wergild tradition have been forgotten. A key innovation was the transformation of what had been a debt to the victim to a universal 'debt' or tax obligation imposed by and payable to the authority. The next step was the standardization of the obligations in terms of a unit of account - a money. At first, the authority might have levied a variety of in-kind fines (and tributes, tithes and taxes), in terms of goods or services to be delivered, one for each sort of transgression (as in the wergild tradition). When all payments are made to the single authority, however, this became cumbersome. Unless well-developed markets already existed, those with liabilities denominated in specific goods or services could find it difficult to make such payments. Or, the authority could find itself blessed with an overabundance of one type of good while short of others. Further, in-kind taxes provided an incentive for the taxpayer to provide the lowest-quality goods required for payment of taxes. (TIMOIGNE & WRAY, 2006, p. 2)

Assim, se a ideia de dívida é presente desde os primórdios, é a institucionalização progressiva de uma soberania que garante e alimenta o sistema monetário, abrindo espaço para sua expansão e, inclusive, para sua multiplicação em inúmeras formas mais complexas, do crédito simples aos ativos financeiros contemporâneos.

1.4 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO COMO SUBSTÂNCIA DO FENÔMENO MONETÁRIO

Quando se admite a relação estado-crédito como essencial na compreensão do fenômeno monetário, é preciso admitir que o fenômeno do débito precede o conceito de meio

de pagamento. De acordo com Timone e Wray (2006), sempre houve na antiguidade asiática ou clássica um pujante sistema de trocas, inclusive entre nações diferentes. Todavia, a circulação monetária não parecia relevante - talvez à exceção de alguns períodos de dinamismo econômico, como o auge do império romano ou das cidades estado gregas -, ainda mais que a distribuição da produção era centralizada nas classes dominantes.

De qualquer maneira, o pagamento de tributos ou a troca no mercado era feita pelo sistema de crédito. Segundo os autores, levou bastante tempo para que surgisse uma moeda com características de unidade de conta e meio de pagamento. Assim, o crédito fiduciário simples, com o devedor se comprometendo a entregar parte da colheita no futuro como pagamento da dívida se constitui num sistema avançado e organizado de, digamos, circulação monetária.

Isto por si só, representa um estágio mais adiantado em relação às economias primitivas, onde as vênias, obrigações e outros compromissos socialmente estabelecidos eram decididos no âmbito da comunidade, sem a padronização de um meio monetário. De qualquer maneira, o que fica claro pela argumentação dos autores é a proeminência da relação crédito/débito e do fator unidade de conta sobre a forma meio de pagamento na origem e na essência da moeda.

Não é à toa que a criação de crédito excedeu, em vários períodos históricos, o volume de moeda metálica em posse das autoridades monetárias. Segundo Ingham (2004), até o advento da prática das reservas fracionárias, o padrão-ouro era a prática mais aceita entre pensadores e autoridades. Mesmo assim, segundo ele, o Banco da Inglaterra suspendeu a convertibilidade durante as guerras napoleônicas sem que houvesse surto inflacionário. Da mesma maneira, o presidente do *Reichsbank* alemão durante a hiperinflação da década de 1920, lamentava não poder imprimir dinheiro rápido o suficiente para alcançar a subida dos preços (idem, p. 49).

Desta forma, invertia-se o postulado da teoria quantitativa da moeda, dizendo que os preços é que determinavam a quantidade de moeda. Neste sentido, a demanda inflacionária por bens resulta em criação do poder de compra, isto é, o crédito (SCHUMPETER, 1982).

De volta à Inglaterra, segundo Ingham:

Banking School theorists argued that private credit instruments, such as bills of Exchange and including bank notes, were issued in response to a real demand for the facilitation of production and trade. Therefore, they insisted

(...) that the creation of credit could never be 'excessive' and the cause of inflation (INGHAM, 2004, p. 42).

Na verdade, o debate entre a *Banking School* e a *Currency School* pode ser visto como uma disputa entre diferentes interesses pelo controle da moeda. Os partidários da *Banking School* eram em geral empresários, os devedores típicos da sociedade segundo Schumpeter, que viviam de crédito e necessitavam de um sistema monetário favorável a eles. Por outro lado, os adeptos da *Currency School* estavam ligados à aristocracia e a uma certa elite que via uma moeda forte como um atributo fulcral do Estado.

As críticas eram recíprocas, os últimos argumentando contra a suposta irresponsabilidade inflacionária dos primeiros que, por sua vez, denunciavam o interesse de rentistas na moeda forte e nas altas taxas de juros. Nos Estados Unidos, ao longo do século XIX, os *greenbackers* adotavam posição semelhante à da *Baking School* inglesa. Afirmavam eles que:

... a fixed metallic standard outside democratic control actually ceded too much power to the bankers and creditors. In effect, the greenbackers were attempting to demystify the ideological identification of the social relation of money with the supposedly natural form of precious metal coinage. Money was a social product, and they believed that its identification with gold masked the bankers' private control of the public good that should be under popular control. (INGHAM, 2004, p. 45)

Os *greenbackers* perderam a batalha com a criação do Federal Reserve em 1913 e o reafirmação do padrão-ouro, que permaneceu até o fim de Bretton Woods. Por sinal, nesse período a indústria financeira desenvolveu suas atividades de forma adequada ao padrão de acumulação vigente à época. O regime de acumulação fordista e a criação de seu mercado de massa resultou na popularização das contas bancárias e de instrumentos de financiamento imobiliário, empresarial, pessoal etc.

Houve a expansão da acumulação financeira que permitiu a captação de recursos para o fortalecimento da liquidez no sistema. Além disso, o próprio regime de Bretton Woods possibilitou uma certa estabilidade neste movimento. A regulação dos mercados de capitais, das taxas de câmbio e da própria atividade bancária permitiram que o capital-dinheiro fosse canalizado para o sistema produtivo e para o financiamento do consumo. A gestão de riscos era mais eficiente até porque a complexidade do sistema era reduzida.

Porém o próprio regime de acumulação deste período criou as condições para as transformações ocorridas a partir da década de 1970. O crescimento econômico ingurgitou o

sistema financeiro europeu - notadamente o mercado de eurodólares em Londres -, fenômeno reforçado pelos déficits comercial e fiscal dos Estados Unidos (FRIEDEN, 2008; EICHENGREEN, 2000). A discrepância entre a quantidade de dólares e as reservas em ouro norte-americanas fez com que os Estados Unidos abolissem a conversibilidade dólar-ouro, encerrando formalmente o acordo de Bretton Woods (EICHENGREEN, 2000).

O que se vê a partir da década de 1970 é um processo de crescente volatilidade financeira causado pela enorme liquidez mundial - reforçada pela circulação dos petrodólares - e pela liberação das taxas de câmbio (ARRIGHI, 1996).

Desta forma, a balança pendeu em algum grau em direção aos argumentos dos anti-metalistas. A fixação do padrão metálico, insistindo na ideia de uma moeda-mercadoria não resistiu à própria dinâmica do sistema capitalista. Na verdade, o que se quer argumentar aqui é que o crédito parece ter sido a forma fundamental do dinheiro ao longo de anos. De acordo com Bendell et al (2015):

As over 90 percent of all money in circulation today in many economies is bank-issued credit, this affects who receives new money and at what cost, through interest payments. In many economies over a third of new money is created to buy government bonds, thereby indebting nations as interest charges compound and thereby increase demands for taxation. In more economies, the majority of money created for the general public is in the form of housing loans ... (BENDELL, 2015, p. 3).

De modo que o sistema bancário atual, em linhas gerais, reflete a origem e função primeva do dinheiro. Ao contrário do que boa parte do *mainstream economics* sustenta, a moeda não surge como um desenvolvimento eficiente do sistema de trocas. Com efeito, os primeiros registros históricos sobre o dinheiro são marcações de débito e crédito em tabuinhas mesopotâmicas. Destarte, o sistema digital atual reflete nada mais que a essência do dinheiro-crédito, no qual cada criação de depósito à vista pelo movimento de empréstimos, consiste numa promessa de pagamento em papel-moeda.

Em síntese, recorremos a Timoigne e Wray (2006), que propõem uma definição das características essenciais de um sistema monetário : i) a existência de um método de registrar transações, isto é, unidade de conta; ii) a unidade de conta deve ser reconhecida socialmente; e iii) os instrumentos monetários devem servir para lembrar dos créditos e débitos; de moedas a registros contábeis, passando por bytes em computador, tais instrumentos podem ser moedas ou quase-moedas, na medida em que são transferíveis a outrem. Tal definição vai de encontro a noções de que a moeda é alicerçada basicamente pela díade estado-crédito: é na

confluência desses dois elementos que se concretiza o instrumento monetário, inclusive, como meio de pagamento e reserva de valor.

CAPÍTULO II: ENDOGENIA MONETÁRIA: KEYNES, PÓS-KEYNESIANOS E TEÓRICOS DO CIRCUITO

O principal contraponto aos adeptos da teoria quantitativa da moeda tem sido, durante muito tempo, John Maynard Keynes e seus discípulos. Em seu *Treatise on Money* (2013 [1930]), este contraponto fica claro:

Money itself, namely that by delivery of which debt contracts and price contracts are *discharged*, and in the shape of which a store of general purchasing power is *held*, derives its character from its relationship to the money of account, since the debts and prices must first have been expressed in terms of the latter. Something which is merely used as a convenient medium of exchange on the spot may approach to being money, inasmuch as it may represent a means of holding general purchasing power. But if this is all, we have scarcely emerged from the stage of barter. Money proper in the full sense of the term can only exist in relation to a money of account. (KEYNES, 2013 [1930], p. 3)

O trecho acima pode ser visto como uma desembocadura dos debates sobre a tríade estado-crédito-moeda expostos anteriormente. A ideia de que o Estado ou a Comunidade decide o que é a moeda, e o que vai representá-la materialmente, é muito clara nos escritos keynesianos. Todavia, é com relação ao papel do crédito e do sistema bancário que Keynes deixará um legado ainda mais completo, subscrevendo a ideia de endogenia da moeda.

2.1 KEYNES E A MOEDA

Com efeito, Keynes afirma que a atuação dos bancos cria moeda de maneira bastante elástica em relação às necessidades da economia. Esta criação se dá pelos empréstimos e sua correspondente multiplicação de depósitos à vista, o que praticamente resulta na identidade moeda-crédito. Mesmo admitindo que a fixação de reservas possa impor uma forma de ancoragem à criação de crédito, Keynes admite que elas, ainda assim, são determinadas por convenções e práticas entre os bancos e os clientes, de modo que a expansão creditícia é completamente endógena (INGHAM, 2004).

Tais argumentos, conforme veremos mais adiante, serão retomados pelos horizontalistas, uma das correntes do pós-keynesianismo, escola que se contrapõe às

interpretações da síntese neoclássica e dos novos keynesianos, resgatando uma certa ‘pureza’ do pensamento keynesiano original.

Outro conceito keynesiano essencial ligado à sua teoria da moeda é a preferência pela liquidez - conceito este que, por sua vez, será aprofundado por outra escola pós keynesiana, os estruturalistas.

Para Keynes, a demanda de moeda tem três motivações: a motivação transação, que se refere às transações rotineiras e depende da renda; a motivação precaução, que depende da incerteza; e a motivação especulação, que depende das taxas de juros dos ativos financeiros. As duas últimas motivações afetam a preferência pela liquidez dos agentes, dado que o fator tempo é crucial na teoria keynesiana ao possibilitar o estado de incerteza que permeia as decisões dos agentes entre o presente e o futuro. Por exemplo, o consumidor ao auferir uma renda, tomará uma decisão intertemporal, a saber, quanto irá gastar em bens e serviços e quanto irá poupar. Mais do que isso:

Uma vez tomada esta decisão, porém, outra o espera, a saber, em *que forma* conservará o poder de comando sobre o consumo futuro, quer de sua renda corrente, quer de sua poupança anterior. Deseja conservá-lo sob a forma líquida imediata (isto é, em dinheiro ou seu equivalente)? Ou está disposto a alienar esse poder aquisitivo imediato por um período específico ou indeterminado, deixando à situação futura do mercado a fixação das condições em que pode, se necessário, converter o poder de comando postergado sobre bens específicos em poder aquisitivo imediato sobre bens em geral? Em outras palavras, qual é o grau de sua *preferência pela liquidez*, onde a preferência pela liquidez do indivíduo é representada por uma escala do volume dos seus recursos medidos em termos monetários ou em unidades de salário, que deseja conservar em forma de moeda em diferentes circunstâncias? (KEYNES, 1996 [1936], p. 174)

Portanto, a retenção de poder de compra em sua(s) forma(s) mais líquida(s), é uma medida de segurança que os agentes tomam diante de uma economia pautada pela incerteza. Além disso, a moeda é o objeto de desejo por parte dos agentes econômicos, pois é meio que padroniza todos os débitos e contratos selados na economia, tendo o Estado e a sociedade como garantidores. Isto implica que ela transcende o mero estatuto de meio de pagamento.

Pode-se dizer, por exemplo, que a demanda por investimento por parte dos empresários não depende da renda corrente ou da renda obtida em período anterior. Na verdade, é um fenômeno monetário que determina o total de investimento na economia, isto, é o gasto com bens de capital e mão-de-obra. Dada a existência do sistema de crédito, basta a taxa de juros que remunera os ativos líquidos ser inferior ao que se espera de retorno monetário sobre

o investimento planejado para que os empresários decidam investir. Assim sendo, a moeda e as taxas de juros ganham centralidade na determinação da demanda agregada. Nesse sentido, na visão do economista pós-keynesiano Paul Davidson,

[...] money does matter, for: (1) money provides a liquid security blanket for those fearing an uncertain future where some contractual commitment can come due and cannot be met out of the expected cash flow in the future period; and (2) money can be created and lent to borrowers that the bankers deem creditworthy. These borrowers can then purchase goods and services from these borrowed (unearned) funds (DAVIDSON, 2006, p. 148).

Além da incerteza, a preferência pela liquidez é influenciada pelo comportamento dos agentes especulativos quanto à taxa de juros. Neste sentido, o prêmio pela liquidez tem como contraponto as taxas de juros vigentes e esperadas, sendo estas uma recompensa à renúncia de liquidez, conforme Keynes afirma (1996 [1936], p. 174).

Tal argumentação explicaria o caso limite da armadilha da liquidez, situação na qual as taxas de juros se encontram em um patamar no qual os agentes convencionalmente mantêm seus recursos em forma líquida, tornando a demanda por moeda perfeitamente elástica.

Esta situação limite, em termos gráficos, é representada por um trecho plano da função demanda de moeda, num diagrama contendo taxa de juros e quantidade de moeda. Antes deste trecho, a curva de demanda seria negativamente inclinada, demonstrando que

[...] à medida que a taxa de juros baixa, é provável, *coeteris paribus*, que a preferência pela liquidez, em virtude do motivo de transação, absorva mais moeda. Se a queda da taxa de juros aumenta a renda nacional, o volume de moeda que convém reservar para as transações crescerá mais ou menos proporcionalmente com o aumento da renda, enquanto, ao mesmo tempo, diminuirá o custo da conveniência de manter abundante a moeda, em termos dos juros perdidos. (KEYNES, 1996 [1936], p. 177)

Do exposto, segue-se que, via preferência por liquidez, a taxa de juros - logo a moeda - é determinante na constituição do nível de produto e de renda. Na verdade, Keynes (1996[1936]) procura expor que todos os ativos - inclusive bens de capital e de consumo - têm sua própria taxa de juros, isto é, um rendimento que se obtém a partir de sua utilização, descontados os custos de manutenção e carregamento.

A moeda, com efeito, apresenta custos de manutenção irrisórios, enquanto bens de capital deterioram-se rapidamente, exigindo somas para sua manutenção e estocagem. Por consequência, a moeda apresenta taxa de juros zero, sendo seu rendimento a liquidez, enquanto que bens físicos apresentam taxas de retorno variáveis, o que explica as decisões de

investimento por parte dos empresários e os ciclos econômicos. A comparação entre taxas de juros de diversos bens não é fortuita. Keynes procura provar que a moeda tem característica marcadamente diferentes em relação a outros bens. Por exemplo, bens de capital ou de consumo apresentam taxas de juros decrescentes à medida em que sua produção aumenta, ou seja, sua taxa de retorno cai com aumento de sua oferta.

O problema é que, como a moeda é o “padrão de valor”, as taxas de retorno (ou de juros) desses próprios bens são comparadas à taxa de juros monetária. Esta, por sua vez, tem elasticidade de produção igual a zero, pelo simples fato de ser insubstituível - ou muito pouco substituível - quando seu valor de troca aumenta. Ou seja,

... no caso dos bens cuja produção demonstre elasticidade, a razão pela qual admitimos que a sua taxa específica de juros declina decorre do fato de supormos que o seu estoque aumenta em consequência do maior volume da produção. No caso do dinheiro, entretanto - adiando, por enquanto, o exame dos efeitos de uma redução na unidade de salários ou de uma alta deliberada em sua oferta provocada pela autoridade monetária -, a oferta é fixa. Assim, a característica segundo a qual a moeda não pode produzir-se facilmente pelo trabalho leva, imediatamente, a supor *prima facie* ser correto o ponto de vista de que a sua taxa específica de juros será relativamente refratária à baixa; ao passo que se a moeda pudesse ser cultivada como um cereal ou fabricada como um automóvel, as depressões poderiam ser evitadas ou atenuadas, porque se o preço de outros bens tendesse a baixar em termos de moeda mais trabalho seria desviado para a produção de dinheiro, como vemos ser o caso nos países de mineração de ouro, embora para o mundo, em conjunto, o desvio máximo neste sentido seja quase insignificante. (idem, p. 225)

Em outras palavras, um excesso de demanda por moeda, resultando em aumento de seu valor, não pode resultar em maior demanda por outros bens ou ativos, pois não há os que realizem a mesma função. Desta maneira, há restrições tanto de oferta quanto de demanda caracterizando a moeda. Um aumento na taxa monetárias de juros, portanto, desestimula a produção de outros bens, diminuindo o produto total.

Como a elasticidade de produção de moeda é igual a zero, este mesmo aumento não resulta em maior produção de moeda, no que se conclui que, as forças de mercado não agem necessariamente em equilíbrio, dado que uma vez estabelecida a alta da taxa monetária de juros em relação à eficiência marginal do capital, as expectativas pessimistas podem aprofundar a tendência.

Assim, somente um aumento da oferta de moeda pode contrabalançar esta tendência, e aquele não pode advir das forças de mercado pelos motivos já expostos. Daí o surgimento da ação legal, de um Banco Central que representa a moeda baseada na regulação

estatal. Ou um banco comunitário, baseado em uma ‘regulação social’, poderia suprir esta trava natural à expansão monetária.

2.2 O DEBATE ENTRE HORIZONTALISTAS E ESTRUTURALISTAS

As principais características da teoria endógena da moeda, são que o Banco Central não controla totalmente a oferta monetária e que a circulação de moeda toma existência, essencialmente, pela demanda de crédito. Destas concepções centrais, surgem duas escolas do pós-keynesianismo que reivindicam o legado, cada uma dando ênfase a um aspecto de teoria keynesiana: os horizontalistas e os estruturalistas.

Os primeiros dão ênfase à exogeneidade da taxa de juros, estabelecida *ex ante* pelo Banco Central. Estabelecida esta taxa, a curva de oferta de moeda seria horizontal - daí o termo ‘horizontalistas’ - no diagrama juros/moeda, significando que as autoridades monetárias se veriam obrigadas a ofertar a quantidade de moeda que o público desejasse (CARVALHO, 1993). Sendo assim, as negociações no mercado não teriam influência na determinação dos juros, o que violaria os princípios da preferência por liquidez.

Neste sentido, Costa (1999) faz uma objeção à ideia de que a preferência por liquidez é elemento central na determinação da demanda efetiva. Isto porque, segundo ele, esta é uma decisão individual, microeconômica. Portanto, este tipo de keynesianismo cai na armadilha do individualismo metodológico, algo que supostamente deveria refutar. Ou seja, deduz o comportamento macroeconômico, da soma dos comportamentos individuais, atomizados.

A solução keynesiana para este impasse, segundo ele, seria a de colocar as convenções como uma espécie de extrapolação do mundo micro para o mundo macro. De qualquer maneira, ainda segundo Costa (1999), trata-se de uma resposta insuficiente, dado que a única situação em que a preferência por liquidez tomaria forma macroeconômica, seria na armadilha de liquidez, caso deveras excepcional como o próprio keynesianismo tradicional admite.

Como reação os keynesianos fundamentalistas - termo estabelecido por Costa (1999) ou estruturalistas (DOW, 2006) - enfatizam que a demanda de moeda por transações ou por decisões de investimento, de fato, podem não afetar as taxas de juros de mercado. Porém, quando agindo de maneira precaucionária, sendo pautados pela incerteza, ou de maneira especulativa, os agentes podem desejar reter maior ou menor liquidez, assim influenciando o

comportamento das taxas de juros. O abandono da liquidez aconteceria, portanto, diante de um prêmio maior, ou seja, um maior retorno sobre os ativos financeiros.

Lavoie (2006), demonstra claramente os argumentos da escola horizontalista, apontando dois tipos de sistemas monetários: aqueles baseados em ativos (*asset-based systems*) e os que se fundamentam no sistema de crédito (*overdraft economy*). No primeiro modelo, as empresas reservam estoques de ativos financeiros para enfrentarem as flutuações econômicas, bem como suas necessidades de capital. No segundo, basicamente, as empresas se financiam no mercado de crédito, o que em última instância rebate na oferta de moeda pelo Banco Central para atender a tal demanda.

Em sua descrição do sistema monetário do Canadá, Lavoie (2006) aponta para o fato de os bancos comerciais não manterem reservas. Sendo zero este estoque, há uma endogeneidade perfeita no sistema. As instituições financeiras são obrigadas, por lei, a suprir a demanda por moeda e um aumento nas transações econômicas aumenta o total de registros contábeis entre bancos.

O Banco Central, neste caso, opera como regulador do sistema, fornecendo liquidez quando os vazamentos do setor privado para o setor público ou externo são maiores que as injeções. Cabe, portanto, à autoridade monetária, uma postura defensiva perante à demanda por moeda e crédito, cabendo a si apenas a determinação da taxa de juros. Em suma:

Horizontalists claim that banks will always fulfil such demand. Credit supply is demand-led, but subject to the assessment of creditworthiness, which depends on both objective and subjective criteria. We may say that it depends on the liquidity preference of bankers or their animal spirits. Except for credit controls that would be directly imposed by the monetary authorities, there are no supply constraints on the amount of loans that can be granted by the banking system. (LAVOIE, 2006, p 24)

Segundo Lavoie (2006), a perseguição de uma meta de taxas de juros do overnight, realizada mensalmente, demonstra que neste período há horizontalismo. E, se pensarmos no longo prazo, haveria uma sucessão de curvas horizontais, tendendo para uma inclinação positiva similar à clássica curva LM.

Para ele, a própria regra de Taylor³, ao incorporar o desvio de preços em relação à meta de inflação incorpora a endogeneidade, na medida em que a reação do Banco Central se pauta pela dinâmica dos preços ou, mesmo, do hiato do produto (CARVALHO *et al*, 2007). Em

³ Trata-se de uma regra de fixação exógena da taxa de juros pela autoridade monetária elaborada pelo economista John B. Taylor em 1993. Em linhas gerais, a determinação da taxa nominal de juros pelo Banco Central dependerá do comportamento de variáveis como inflação, o hiato do produto e as expectativas dos agentes econômicos.

última instância, segundo ele mesmo afirma, há muito menos tecnicidade na determinação das taxas de juros do que se pensa.

Por sua vez, a teoria estruturalista sustenta que o Banco Central consegue influenciar o mercado monetário com operações de mercado aberto, controle de reservas a taxas de redesconto. Ademais, também apontam os estruturalistas que os bancos privados influenciam no mercado de crédito pois também contribuem para determinar a taxa de juros do Banco Central, além de “regularem” a quantidade de depósitos (créditos) criados a partir de seu poder de mercado e de sua preferência por liquidez.

Nesta abordagem, a inovação empreendida pelos bancos também é um determinante central em suas estratégias de mitigação de riscos e de competitividade. Neste sentido a abordagem dos estruturalistas dá menos relevância à capacidade de acomodação do Banco Central, apontando uma série de interações que presidem a oferta monetária:

When we consider structuralist endogeneity, we find a complex account that refers to the way in which banking structure enables bank deposits to be used as money, which in turn gives the banks freedom to create credit (and thus money), addresses the extent to which the central bank freely facilitates this process, and considers the structural interactions between the banks, their customers and the central bank. Rather than a combination of absolute freedom and absolute constraints, we have a set of mutual interactions in terms of institutional design and behaviour. Much depends, for any account of a real situation, on the current structural framework, and also the current conjuncture, as it affects expectations and actions. It is no wonder that no single curve can capture the essence of structural endogeneity, nor that discussion in terms of a single curve should become mired in confusion. (DOW, 2006, p. 37)

A abordagem de Dow (2006) reside numa interpretação histórica e estruturalista, desvendando primordialmente a trajetória do sistema bancário no capitalismo moderno. Baseada na sequência apresentada por Chick (1992; 1993), a autora inicia a descrição focando no setor privado, isto é, no desenvolvimento do crédito via bancos comerciais:

Os bancos centrais, de acordo com esta descrição, surgem para transmitir confiança ao sistema, na medida em que, até então, os requerimentos de reservas, bem como o aumento das disponibilidades de crédito eram decididos pelos próprios bancos, assim como as inovações fazem parte deste percurso da firma bancária. Com a autoridade monetária estabelecida, o requerimento de reservas passa a ser regulado oficialmente, assim como a figura do emprestador de última instância se estabelece. Neste particular, a emergência dos bancos centrais abre espaço para um aumento constante das somas de crédito definindo,

paradoxalmente, um cenário de menor controle da autoridade monetária sobre os bancos privados.

A regulação monetária procurou reagir, exigindo maiores requerimentos de capital por lei, dada a ineficácia da utilização de reservas.

Os bancos, por sua vez, desviam destas regulações pelas inovações financeiras, criando mecanismos de securitização de créditos que possibilitam fazer frente à demanda por liquidez. É a competição bancária (DOW, 2006) que faz com que inovações financeiras surjam cada vez mais, obscurecendo, inclusive a fronteira entre bancos de investimento e bancos comerciais.

Em última instância, pode-se afirmar que a firma bancária, em seu processo competitivo, garante meios de pagamento ao público - pelo aumento de suas obrigações no balanço - apesar das tentativas de restrições por parte das autoridades monetárias.

Na visão endogenista pós-keynesiana, o aumento de moeda circulante não é a causa primária da inflação. Ao contrário, sendo esta determinada essencialmente pelos custos, a demanda por crédito cresce em resposta a aumento de preços e salários, propiciando a criação de novos depósitos.

A endogeneidade se prova ainda, em regimes de metas de inflação, nos quais os bancos centrais procuram estabelecer as taxas de juros de acordo com expectativas do mercado. A determinação destas taxas, portanto, pode ser uma espécie de chancela a partir das expectativas ou do que Keynes (1936) chama de demanda especulativa por moeda.

Desta forma, o que realmente importa são as taxas de juros que os bancos privados impõem ao mercado. Estas por sua vez, dependem da estrutura de mercado, do grau de oligopólio presente entre as firmas bancárias (DOW, 2006).

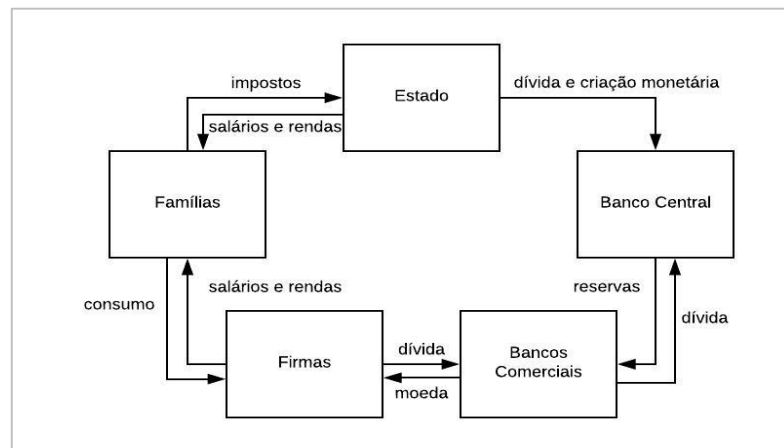
2.3 REFORÇANDO A ENDOGENIA: AS TEORIAS DO CIRCUITO MONETÁRIO

Os adeptos da teoria do circuito monetário sustentam que a moeda representa essencialmente uma relação de dívida (GOMEZ & DINI, 2016; ROCHON, 2003; SMITHIN, 2013), criada no momento em que empresas tomam empréstimos dos bancos para iniciar seu ciclo de produção. Aquelas, por sua vez, compram os insumos que, no agregado, correspondem ao total de salários e lucros pagos. Então temos a transferência do fluxo monetário para os trabalhadores. Uma vez que o serviço dos trabalhadores foi adquirido, as firmas produzem bens e os distribuem no mercado, sendo o preço definido pelo seu grau de mark-up. Estes bens, por sua vez serão consumidos pelos trabalhadores, que reembolsam as firmas, as quais pagam suas

dívidas com os bancos. Se a propensão média a consumir for menor que um, parte da poupança dos consumidores é canalizada para o mercado financeiro, que vai financiar as firmas e bancos de qualquer maneira. Assim se fecha o circuito (REALFONZO, 2006).

Abaixo podemos ver um organograma que representa de maneira esquemática o funcionamento do circuito monetário, contendo também o papel do Estado.

Figura 2: Circuito monetário e a cadeia de créditos e débitos.



Fonte: Elaboração própria a partir de Rochon, 2003, p. 124.

Rochon (2003) aponta que um dos elos entre circuitistas e keynesianos é a endogeneidade da moeda. E isto significa partir do princípio de que ela é criada por bancos para o propósito da produção.

Neste sentido, teóricos do circuito convergem com os keynesianos em relação às críticas principais à teoria neoclássica. Segundo Gnos (2006) e Graziani (2003), Walras e seus seguidores definem a economia de produção em termos reais. Ou seja, o fenômeno monetário é descartado, sendo o mercado composto por fatores reais como terra, capital e trabalho. O empreendedor é intermediário no fluxo de serviços prestados pelos trabalhadores (mão-de-obra) e pelos manufaturados.

O mercado entra em equilíbrio quando os preços de venda dos bens produzidos pelos empresários são iguais aos custos de produção. Assim, demanda e oferta determinariam o volume de produção juntamente com a produtividade de cada fator. Por outro lado, a crítica de Keynes (1930) enfatizou o papel da moeda no circuito de produção. Além disso, os empreendedores são o centro das decisões econômicas, sendo os responsáveis pela determinação do volume de produção.

Nesse sentido, do ponto de vista clássico - ou dentro de um quadro real de economia cambial - um acréscimo de uma unidade de trabalho não encontraria obstáculos se se esperasse que ele acrescentasse um certo número de novos bens. No final, o total do produto compensará os gastos com esse novo trabalhador.

Mas em uma economia monetária, os empreendedores esperam ganhar mais dinheiro do que o que foi investido. Se eles colocarem \$100 na produção, para que ela compense, eles precisam obter pelo menos a mesma quantia. Logo, é por isso que eles determinam o volume de produção e, portanto, o total de emprego, de acordo com suas expectativas em uma economia incerta e monetária. Isto significa dizer que o lucro não é gerado no mercado dos fatores de produção denominado em termos reais, mas é gerado no mercado de bens e tem expressão monetária.

De modo que a moeda e o trabalho são os fatores de produção que realmente contam. Este último, por suposto, não se configura como um bem, embora seja adquirido no mercado. As firmas contratam uma quantidade de trabalho que elas esperam que dê retornos financeiros superiores ao custo de contratação. Até aqui, há semelhança entre trabalho e bens de capital. Porém, segundo Gnos (2006), a compra de equipamentos é baseada em rendas já existentes enquanto a compra de trabalho gera novas rendas, sendo por isso o único fator de produção, isto é, aquele que gera valor adicionado.

Assim sendo, se os lucros surgem depois da colocação dos bens no mercado, é possível estabelecer que o valor total de vendas destes produtos pode exceder os custos de produção - para simplificar, os custos com salários. Como o processo de produção e venda não é estático e sim se interpola no tempo, o preço pago pelos consumidores pelo total de bens e serviços colocados no mercado pode superar o valor total gasto em salários. Além disso, empresários podem comprar bens e serviços antecipando os lucros a partir de empréstimos bancários.

Depreende-se, portanto, que o circuito de distribuição de renda é extremamente importante na determinação do volume de investimentos, das taxas de lucro e, conseqüentemente, dos salários. Da mesma forma, se o preço dos bens no mercado for inferior ao valor total dos salários pagos, isto significa que houve uma distribuição de renda dos empresários em direção ao público em geral. O valor poupado diminui a demanda agregada, mas pode ser usado como fonte de financiamento para os empresários no futuro (GNOS, 2006).

Em suma, segundo Gnos (2006) a teoria do circuito,

with its focus on the production process that is initiated by investment (advances) and is fully completed only after a lapse of time, entails a different conception of money. Money allows firms to buy capital goods and labour before the output of their productive activity is available to them. Money, circuitists argue, is an instrument of credit. In support of their argument they refer to actual practice, where money is no more than entries in bank accounts, recording borrowers' liabilities and lenders' assets. (GNOS, 2006, p. 92)

Ou seja, para a visão clássica, o dinheiro é um bem, mesmo aquele que toma forma imaterial (GNOS, 2006; INGHAM, 2004). Isto significa que já há bens no mercado que suscitam a troca e, portanto, a transação monetária. Na visão endogenista - na qual se inclui a circuitista - o produto é resultado de uma ação monetária e creditícia, já que o investimento precede a produção. Há um lapso de tempo, portanto, entre o investimento - que necessita de crédito - e a efetivação das trocas.

Entretanto, pós-keynesianos e circuitistas diferem quanto à prioridade dada pelos primeiros nas funções da moeda e, pelos segundos, em seu processo de criação que naturalmente envolve a relação entre bancos e firmas (ROCHON, 2003).

Em outros termos, se os pós-keynesianos enfatizam a demanda por moeda, lançando luz sobre suas três motivações - precaução, especulação e transação -, e daí derivam aspectos centrais da teoria keynesiana tais como a determinação das taxas de juros e sua relação com a preferência por liquidez e a incerteza, os teóricos do circuito colocam maior atenção na compreensão sobre a circulação monetária, desde seu processo de criação até sua destruição.

Rochon (2003) ainda pondera que, mesmo concordando com a ideia de endogeneidade monetária, pós-keynesianos e circuitistas a observam a partir de diferentes perspectivas. Para os pós-keynesianos, a endogeneidade existe em função de um quadro institucional, associado ao capitalismo contemporâneo que é marcado pela existência de bancos centrais e por processos de inovações financeiras (idem). Já para os circuitistas, a endogeneidade independe do quadro institucional, sendo ela garantida pelas relações hierárquicas de produção. A endogeneidade, portanto, existe independentemente de um banco central ativo:

This is because money flows from debt and exists because economic agents are willing to enter into a debt relationship - the result of an existing hierarchy in the production process. Production cannot begin, and hence income cannot be formed, without the existence of debt issued by a third agent: banks. (ROCHON, 2003, p. 117).

Há, portanto, uma marcada diferença entre as duas linhas de pensamento acerca da moeda como reserva de valor. Segundo os pós-keynesianos, a moeda é demandada em razão das funções que perfaz e, de alguma maneira, sua oferta ocorre a partir de tais necessidades. Isto, segundo Rochon (2003), leva a enxergar a moeda como um tipo de bem ou ativo que possui funções de oferta e demanda variando de acordo com seu preço. Mudanças na taxa de juros eliminariam qualquer excesso. Assim sendo, nesta visão haveria um mercado monetário regido por ajustes de estoques.

Já os circuitistas preocupam-se com a natureza da moeda e, só depois, com suas funções. Isto significa que se deva olhar para os bancos e seu comportamento, já que a economia capitalista é a economia da dívida: a produção não se desvincula daquela. Consequentemente, a moeda tem o duplo caráter de fluxo e estoque, ou seja, é fluxo no âmbito do processo produtivo e da circulação e o estoque restante corresponde à demanda por moeda ao fim do ciclo. De modo que a moeda não é vista primordialmente como um ativo.

Sua função essencial é a de viabilizar a produção e permitir a circulação de bens e serviços. Ou seja, a moeda é, antes de tudo, um fluxo. Isso é alcançado a o se disponibilizar às firmas e ao Estado o acesso aos recursos financeiros para que possam contratar força de trabalho e outros meios de produção, gerando assim a renda. O crédito e a moeda, são, portanto, condições *sine qua non* para a produção em economias monetárias (ROCHON, 2003, p. 124).

Graziani (2003) segue raciocínio semelhante ao de Rochon (ibid.) e argumenta que a visão de muitos teóricos do circuito se opõe à versão dominante keynesiana sobre a moeda. Enquanto os últimos enfatizam o papel da moeda como um estoque de riqueza, os teóricos do circuito observam que seu primeiro e principal papel é possibilitar a circulação de mercadorias.

Portanto, a moeda aparece na sua autêntica capacidade somente quando um bem é trocado por ela e esta transação é verificada nos saldos de cada agente. Nesta perspectiva, segundo Graziani (ibid.), os mais rigorosos entre os teóricos do circuito insistem no fato de que, quando o dinheiro é mantido ocioso, mesmo que apenas para cobrir os pagamentos futuros, já não é um instrumento de circulação, mas sim um estoque de riqueza.

Neste sentido, é mais importante observar o fluxo circular da moeda do que os estoques ociosos ou, como os pós-keynesianos preferem, a preferência por liquidez (GRAZIANI 2013, p. 17 a 18). Isto significa que as teorias principais, ao analisar a demanda por moeda, pergunta sobre suas motivações e possíveis flutuações.

Ao analisar a oferta monetária, as teorias de orientação neoclássica muitas vezes consideram o estoque de dinheiro como resultado de decisões independentes tomadas pelas

autoridades monetárias. Já os teóricos do circuito - como já vimos - concentram sua análise na cadeia de débitos/créditos, começando com a criação inicial de meios líquidos, continuando para as utilizações sucessivas da moeda no mercado, e terminando com sua destruição final. O próprio termo "circuito monetário" revela a origem do fato de que a teoria examina o ciclo de vida completo do dinheiro, de sua criação pelo sistema bancário, através da sua circulação no mercado, a ser reembolsado aos bancos e sua consequente destruição.

Nesse sentido, percebe-se a razão de a preferência por liquidez ser o resíduo do circuito e não a causa inicial das flutuações monetárias e, portanto, do nível de demanda efetiva. A manutenção de saldos ociosos pode significar muito mais do que preferência por liquidez: ao contrário, uma deficiência no fluxo circular de mercadorias com a ausência de bens e serviços disponíveis ou de oportunidades de investimento.

Neste sentido, um observador desatento pode notar alguma similitude entre a visão dos circuitistas e dos neoclássicos sobre a moeda: a importância dada à moeda como meios de pagamento ou ao circuito de bens e serviços que permitem seu fluxo e sua própria existência. Porém, há uma diferença de ponto de partida que considera-se fundamental na análise de ambas as escolas.

Primeiramente, a capacidade de obtenção de saldos monetários - na visão neoclássica - está limitada às curvas de restrição orçamentária de cada agente (GRAZIANI, 2013, p. 19 a 20). Isto significa que, embora a moeda entre na análise, o que está em jogo de verdade são recursos reais - incluindo bens, serviços e fatores de produção. Assim, mesmo que haja um fluxo intertemporal de crédito, isto é, se os agentes tomem dinheiro emprestado, este empréstimo estaria completamente respaldado - e se igualaria - à sua capacidade em gerar bens e rendimentos reais em contrapartida.

No caso dos teóricos do circuito, Graziani (ibid), aponta caminhos diferentes. Primeiramente, há um recorte de classe. Somente os trabalhadores estão constrangidos por sua restrição orçamentária, sendo sua capacidade em adiantar crédito altamente limitada em sua condição social. Mais que isso, os teóricos do circuito não acreditam que a economia tenda ao pleno emprego, sendo que a mera capacidade produtiva dos indivíduos não garante o pagamento futuro dos empréstimos, já que seu emprego não está assegurado.

Os empresários, por sua vez, têm a capacidade de conseguir meios líquidos que existam além de sua capacidade de lastreá-los em ativos reais. O que significa que eles podem obter um poder de compra muito maior que outras classes sociais. Uma vez aceita esta distinção, a ideia de neutralidade da moeda pode ser rejeitada na medida em que os bens de investimento

demandados pela classe empresarial - dotada de alto poder de compra - teriam preços diferentes dos bens de consumo da classe trabalhadora.

Há então, não somente um recorte de classe importante - um certo controle da moeda pelos bancos e em algum grau por empresas - mas também uma variação de preços relativos altamente determinada pelo comportamento do mercado monetário:

The path of an economy is influenced in a much deeper way by money and credit flows, by the investment decisions emerging from the negotiations between banks and firms, by the proportions in which aggregate production is divided between consumption and investment goods, and by the consequent distribution of national income between wages and profits (GRAZIANI, 2013, p. 22).

Esta característica central inspira os militantes das moedas sociais a retirarem o poder das mãos dos bancos e empresas e redesenharem circuitos a partir das necessidades das comunidades envolvidas (BÚRIGO, 2001; FARE & AHMED, 2018). Além disso, a visão circuitista traz uma referência teórico-metodológica importante para a pesquisa proposta nesta tese:

A complete theoretical analysis has to explain the whole itinerary followed by money, starting with the moment credit is granted, going through the circulation of money in the market, and reaching the final repayment of the initial bank loan. Money being created by the banking sector and being extinguished when it goes back to the same sector, its existence and operation can be described as a circuit (GRAZIANI, 2013, p. 26).

Com adaptações, o que se pretende aqui é realizar a descrição proposta por Graziani de cada circuito de moedas locais analisado. Tais adaptações devem levar em conta o processo de criação, circulação e destruição monetária de cada caso. Isto significa, relativizar a existência da relação firmas-bancos existente no sistema capitalista convencional e introduzir novos agentes que fazem estes papéis nos circuitos locais.

2.4 O FLUXO CIRCULAR DA RENDA: POSSÍVEIS CONVERSAS ENTRE A MOEDA EM SCHUMPETER E A TEORIA DO CIRCUITO MONETÁRIO

O fluxo circular da vida econômica é considerado por Schumpeter (1997, 2014) o caso ideal de análise das relações econômicas e monetárias da economia. A ideia central é que na atividade regular da economia, as coisas essenciais se repetem de tempo em tempo. Os

distúrbios e flutuações sazonais, por razões metodológicas, devem ser deixados de lado, já que se afastariam do “caso normal”.

Em outras palavras, é no fluxo circular que se pode enxergar o processo econômico fundamental de produção e consumo, ou em termos monetários, as despesas de produção, formação de renda, gastos de consumo, que, sem começo nem fim, estão sempre fluindo e voltando a si. Portanto, Schumpeter explica que

The social product is not simply an absolute quantity like a stock, but a flow of consumer goods or, what amounts to the same thing, a stock that gains its meaning only through its relation to time. We can always choose the “period under review” freely, but three types of such periods lend themselves to this role. First the production period, which we define for each enterprise as the time which runs between the instant that a partial quantity of a raw material enters into it and the instant that the partial quantity of its product, that contains that individual partial quantity, exits from it. From this we distinguish the economic period [Wirtschaftsperiode] as that period of time to which the behavior of each economic agent is geared. And from this again we distinguish the accounting period, which is given by the practice of accounting and which is imposed upon us by the nature of our statistical material, as a rule the calendar year. Of course, in important cases we have to do with an instantaneous observation, in which the concept of social product per time element arises (SCHUMPETER, 2014, p. 114).

Assim, para o autor, pressupostos fundamentais devem ser lançados tais como: população, estrutura social, conhecimento tecnológico e métodos de produção constantes. Deste modo, tem-se a figura de um processo econômico essencialmente estacionário⁴, um fluxo circular porque cada uma de suas fases leva de volta a si mesmo, a imagem de um processo econômico puramente auto-replicante.

Isto significa que os agentes econômicos replicam as mesmas rotinas: os métodos de produção, as decisões de consumo e alocação, tudo se baseia em conhecimento prévio dos ciclos de produção anteriores. Mas, como Schumpeter afirma:

As is well known, this circular flow does not run uniformly but rather is exposed to seasonal fluctuations that provide monetary theory with the special problem of explaining seasonally varied sets of conditions. For some purposes this problem can be neglected, thus leaving aside the difficulties arising from the seasonal unevenness for the task to be resolved by money, especially in the theoretical base case, which one should highlight as simply as possible (SCHUMPETER, 2014, p. 116).

⁴ Isto significa dizer que não inovações que gerem o processo de destruição criativa (SCHUMPETER, 1997). Ou seja, não ocorrem novas combinações de fatores de produção que gerem processos, tecnologias e produtos novos. Há apenas a repetição dos processos de produção já conhecidos dos ciclos anteriores.

Todavia, em nosso caso não podemos negligenciar de todo as flutuações que ocorrem nos circuitos de moedas complementares. Isto porque são exatamente os distúrbios que aqui interessam, ou seja, os “poços” de moeda parada que interrompem a continuação do fluxo monetário. Isto ocorre porque a análise aqui se baseia em circuitos em construção ou semiabertos como veremos mais adiante (ZELIZER, 2011).

Considera-se, portanto, o caminho da moeda e seus obstáculos como um dos indicadores fundamentais da “saúde” dos circuitos monetários a serem analisados neste trabalho. De qualquer maneira, a categoria criada por Schumpeter não precisa ser levada em seu sentido puro, como o próprio autor admite:

In general, one has to get used to the idea that, depending on the research purpose, i.e., depending on the point that in each case is to be worked out, the circular process needs to be defined differently, sometimes enriched with facts, sometimes freed from - momentarily insignificant - facts. It is not a rigid category, nor is its construction an end in itself, but it is a flexible instrument for intellectual mastery of the material - and only those can take offense for whom the meaning and purpose of such an instrument are foreign. When my only purpose is purely to represent the basic monetary flow from the market of productive services to the market for consumer goods and from there back, then I would add to the above general assumptions still further restrictive ones. If I wish to depict other phenomena or even these basic flows with incidental but less important ones, I will try to mitigate the strictness of those general assumptions (SCHUMPETER, 2014, p. 116).

O processo circular em uma economia estacionária apresenta a seguinte condição: a qualquer momento, a comunidade vive da ação do passado imediato e, em cada caso, prevê o cumprimento da demanda para o futuro imediatamente próximo, ao que se segue a contabilização dos balanços de cada agente, ou seja, a efetivação monetária dos períodos econômicos.

Tal provisão econômica consiste na repetida aplicação produtiva igual dos serviços produtivos “originais” da força de trabalho e da “natureza”, acumulados durante o elemento tempo. Também não se espera os resultados de produção futuros e - portanto - seus valores não são descontados, porque no processo econômico concebido como um curso constante de eventos, seus resultados são continuamente apresentados - o produto social uniforme - e usados continuamente, enquanto novos métodos de produção, novas combinações comerciais, novos bens de consumo e qualquer sorte de inovação não aparecem. O processo econômico é sincronizado: não há discrepâncias temporais que possam ser a fonte de fenômenos particulares.

Destarte, a produção corrente é financiada com a renda disponível, gerada no período imediatamente anterior. Não há adiantamentos e, portanto, inexistente a figura do crédito e dos juros neste modelo. A poupança pode ser considerada como residual e negligenciável, mesmo que isso signifique subestimar a preferência intertemporal dos agentes. Tais flutuações - de taxa de juros e de nível de poupança ou mesmo de preferência por liquidez - portanto, inexistem nesta comunidade econômica, sendo que a análise monetária destes quesitos geralmente utilizadas para a compreensão das economias de grande escala, não tem razão de ser empregada aqui⁵. Pelo menos não sem adaptações consideráveis (SCHUMPETER, 2014).

O produto social desta economia resume-se, com efeito, a bens e serviços de consumo - dada a ausência de planejamento de longo prazo e financiamento, típicas do mercado de bens de capital. Não há lucros extraordinários, sendo que a renda gerada no sistema se desagrega em salários e lucros normais.

No caso dos sistemas de moedas locais aqui analisados - excetuando-se os sistemas *business to business* e outras situações pontuais - a distinção entre lucros e salários não se coloca tão claramente, dado fato de que os agentes são ao mesmo tempo produtores e consumidores, ou se assemelhariam aos microempreendedores individuais, no sentido de viverem exatamente da produção própria de seus bens ou serviços.

Em suma, trata-se de um sistema em que

[...] all the elements (...) form an equilibrium system that has as many equations as changeable magnitudes, thus a logically coherent whole. If the law of costs is to apply, we must make the additional assumption that there is complete freedom of competition. In that case, wages and fixed income - the only cost items that can be found here - necessarily equal the values of consumption goods that are generated, directly or by produced means of production or intermediate products, by the services of labor and nature paid by these wages and fixed income, the values of which likewise are equal to the values of the services of labor and nature “embodied in them”: consumption goods “buy” or “pay” for the “original” means of production, labor and “land,” and their services reciprocally, in necessary correspondence (SCHUMPETER, 2014, p. 121).

Os trechos grifados merecem ressalvas se pensamos o modelo *schumpeteriano* para os sistemas de moedas locais. Em primeiro lugar, a ideia de livre competição pode não ser a mais apropriada para a análise das moedas sociais e complementares. Embora, possa-se atribuir uma relativa homogeneidade entre cada “prossumidor” individual participante do

⁵ Por exemplo, alterações na demanda especulativa e precaucional por moeda e seus efeitos na demanda efetiva; alterações nas taxas e juros; corridas bancárias, crises cambiais etc.

sistema, as ideias de cooperação e as decisões coletivas de produção dão um caráter socializante e colaborativo aos referidos sistemas.

Já a avaliação sobre os fatores de produção serem pagos ou comprados pelos bens de consumo gerados no sistema tem alcance limitado nos casos aqui estudados. Isto porque seria difícil definir o quanto de trabalho e terra é financiado pela moeda local ou é “descapitalizado”⁶ a partir do circuito em moeda oficial.

Enquanto a criação de moeda, para autores de vertente pós-keynesiana e circuitistas, é explicada como sendo derivada da demanda por investimentos e, portanto, por dinheiro-crédito, para Schumpeter (2014), na vida estática do fluxo circular, ela é decorrente da própria necessidade da moeda de conta para a contabilização do resultado econômico.

Em outras palavras, cada modelo do fluxo circular da vida econômica pressupõe, portanto, dois grupos de transações em que, por um lado, os meios de produção (ou "fatores de produção") são transformados em bens de consumo e, por outro, os bens de consumo são transformados em meios de produção. De acordo com Mann (2014), o fluxo circular, que ocorre também na comunidade socialista, só pode ser racionalizado, quando o escritório central socialista registra as contas. Ou seja, é necessária uma compilação de dados relevante que estabeleça uma unidade de conta correspondente a todo tipo de bem - e suas quantidades - transacionado.

O exemplo do modelo socialista é esclarecedor no sentido de que o há um fechamento do círculo, uma identidade final entre créditos e débitos se assim se queira chamar. De qualquer maneira, Mann (ibid.) em sua interpretação das ideias de Schumpeter deixa claro que o fluxo circular da vida econômica só é possível com a liquidação contínua de contas. Assim, cada elemento da vida econômica da comunidade resume-se a um número, um registro matemático, o que coloca a função unidade de conta como central na teoria de moeda schumpeteriana. Mais que isso, a organicidade ou imbricação da moeda no sistema econômico se mostra clara.

A posição de Schumpeter (MANN, 2014), a nosso ver, coloca o papel da moeda em uma situação intermediária entre os defensores da ideia de moeda-mercadoria e aqueles como Ingham (2004) ou Knapp (1973 [1924]) que afirmam sê-la a medida das coisas, atributo este garantido pela sociedade ou pela lei.

⁶ O fenômeno da descapitalização do euro é comum em sistemas de moedas locais espanhóis. A Cooperativa Integral Catalã, por exemplo, insere produtos adquiridos em euro no sistema local. O mesmo ocorre no sistema Puma de Sevilha e ocorreu no ecossistema argentino de moedas locais (GOMEZ, DINI, 2016). A ideia é que o euro ou o peso oxigenem o sistema monetário alternativo, assim sendo os recursos produtivos gerados em moeda oficial dão lugar, voluntariamente, à vida econômica daquele.

Isto porque se, no modelo *schumpeteriano*, a moeda pode ser vista como um *token* simbolizando um reclame sobre os bens existentes na economia, ela tampouco tem que ser necessariamente uma mercadoria ou assumir uma forma material. Se a sociedade - ou o mercado - já tem por pressupostos os preços relativos entre as mercadorias, ela precisa de um número que matematicamente simbolize esta relação. Ou seja, assim, a moeda não possui nem valor de uso nem valor de troca, não mais que um bilhete de teatro cujo “valor de troca” se reflete no assento a ele correspondente (MANN, 2014).

Indo adiante, este número é o laço que une a economia. Ele é representação absoluta num sistema no qual, de outro modo, os preços só se manifestariam em termos de um bem para outra, isto é, de maneira relativa. De modo que o dinheiro se autonomiza e de certa forma se impõe: “The money tie follows its own law and forces the implementation thereof: it causes all prices to adjust to it through actual or potential changes. In this manner, with the help of the “critical number” and the “money tie,” absolute prices arise” (MANN, 2014, p. 22).

Mann (2014), explica mais detalhadamente a lógica desta autonomia:

Initially it derives from the practical impossibility of continuously adjusting the critical number so as to keep the economic process from having to undergo adjustments founded in the logic of its system of computation. In this manner, an autonomy arises that does not take changes in the body of commodities into account, that in fact from the standpoint of the body of commodities is “senseless.” In consequence, holding the critical number constant is already considered a symptom of autonomy. And still other adjustment processes come up, forced by the critical number (MANN, 2014, p. 22)

Entretanto, é possível verificar uma ambiguidade no pensamento de Schumpeter a respeito da essência da moeda. Como ele mesmo afirma:

Com relação a toda forma de economia em que o líder não tenha nenhum poder direto de dispor desses serviços, isso nos leva novamente a duas heresias: primeiro à heresia de que o dinheiro, e já então à segunda heresia de que também outros meios de pagamento desempenham uma função essencial, daí que os processos em termos de meios de pagamento não são meramente reflexos dos processos em termos de bens (SCHUMPETER, 1997, p. 101)

Se no fluxo circular da vida econômica, ela exerce um papel passivo diante do estoque de bens e serviços disponíveis para as trocas, no processo inovativo - que se baseia em novas combinações dos insumos produtivos existentes - a criação de crédito possibilita o rompimento do fluxo regular da vida econômica. Neste sentido, a moeda exerce papel central ao possibilitar a aquisição de tais insumos e abrir o caminho para este processo de inovação.

CAPÍTULO III: MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES COMO CIRCUITOS SOLIDÁRIOS: ALGUNS APORTES

As seções anteriores procuraram apresentar algumas das principais teorias monetárias que pretendem subsidiar esta tese. Agora, será preciso sair de um nível maior de generalização para avançarmos no estudo mais concreto das moedas sociais e complementares. Como princípio, retemos até agora as seguintes ideias centrais como marcos conceituais para tratar de nossa análise:

- a) As moedas sociais e complementares são construções socioinstitucionais de grupos que têm propósitos multifacetados que vão desde o fortalecimento das relações de vizinhança até a criação de empresas e empregos na localidade em questão. Assim sendo, dificilmente considerariamos as visões neoclássicas para a abordagem do nosso objeto: claramente, as moedas sociais não surgem da eficiência do mercado, não são neutras e são fortemente instituídas nos processos da vida social e cultural;
- b) Sendo não neutras, podemos ficar com a hipótese de que a criação de moedas complementares aumenta a produção de bens e serviços a nível local. Ainda que possam atuar como reserva de valor, as mesmas teriam como característica principal a capacidade de ser um meio de pagamento com poder de circulação a bens e serviços transparentemente e circunscritamente determinados, logo seriam moedas sobre as quais não haveria considerável preferência por liquidez, o que não atrapalharia a “demanda efetiva” da localidade. Evidentemente, cumprir observar que ainda que isto sejam hipóteses levantadas sem grandes rigores neste momento é recomendado tomar estes conceitos com cautela aqui.
- c) As moedas sociais e complementares formam circuitos a partir de relações de dívida. Se considerarmos que o marco central das teorias do circuito é o fato de que a moeda é criada em uma operação de crédito e que flui a partir de uma cadeia deste tipo de relações, então as moedas sociais e complementares, a diferentes escalas espaciais, o fazem. Entretanto, a questão que se nos coloca é: que circuitos são esses? Ou que moedas são essas? Elas podem ser caracterizadas como moeda? Tomando por base a sugestão de Graziani (2013), iremos descrever o fluxo de tais moedas: como elas são criadas, por quem elas passam, qual o tamanho dos circuitos, qual a regularidade das transações, qual a diversidade de bens e serviços transacionados e como elas são destruídas.
- d) Por fim, considera-se também por hipótese, que qualquer circuito monetário se efetiva plenamente - e soberanamente - a partir da ação do estado ao “forçar” a unidade de conta e meio de pagamento que ele aceitará como pagamento de impostos. Assim

teria-se naturalmente uma aceitação geral desta moeda e um grande circuito. Mais que isso a moeda fluiria e encadearia uma série de transações - ou relações de dívida. Entrelaçaria o fluxo circular da renda (SCHUMPETER, 2014) ao possibilitar a interdependência econômica entre os agentes: em outras palavras, a renda do açougueiro dependerá da renda do sapateiro, a desse do padeiro e assim por diante. Conste que em certas circunstâncias, como veremos adiante, existe a possibilidade de que alguma moeda possa ser emitida por entidades não estatais, desde que elas consigam desempenhar o papel de garantir a circulação e a aceitação dessa moeda.

Mas ainda, para completarmos o quadro, resta-nos entender algumas das características principais das moedas sociais e complementares. Primeiramente, é importante reforçar o fato de que tais moedas geralmente são originadas de movimentos sociais e entidades de associação civil ligadas à economia solidária.

Nesse sentido, um panorama sobre este tema é imprescindível para nossos fins. Em segundo lugar, pelo mesmo fato de tais moedas serem circuitos construídos por princípios de solidariedade, é preciso resgatar uma outra visão sobre os circuitos econômicos: a da socióloga Viviana Zelizer. A autora é uma das referências no tema das moedas locais e propõe uma teoria dos circuitos menos focada na moeda em si, mas sim nas interações sociais que ela poderia facilitar. Veremos a seguir estas questões.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A BUSCA DE MARCOS CONCEITUAIS

Em todas as análises sobre os pressupostos teóricos das moedas sociais, a ligação entre elas e os conceitos de cooperativismo e economia solidária é a mais enfatizada. Logo, a moeda social se insere na discussão mais ampla de reorganização dos recursos econômicos, especialmente ao nível local, a partir de um prisma mais solidário e equitativo. É neste ponto, também, que discussão transcende a teoria econômica e requiere apoio das demais ciências sociais humanas e sociais.

A cooperação entre indivíduos em organizações, empreendimentos e iniciativas diversas, com fins de se obter resultados econômicos, políticos ou sociais é algo intrínseco à história da humanidade. Ela está na raiz da problemática econômica básica, isto é, o conflito entre escassez e necessidades. Deste conflito surge a necessidade de se organizar a força de trabalho com vistas a aumentar sua eficiência e eficácia. A cooperação simples, portanto, surge

como uma força produtiva nova, capaz de multiplicar o potencial dos trabalhadores operando individualmente. Como afirma Marx (1984)

Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva. Pondo de lado a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa força comum, o simples contacto social, na maioria dos trabalhos produtivos, provoca a emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os, o que aumenta a capacidade de realização de cada um. (MARX, 1984, p. 375)

A importância da cooperação produtiva é reconhecida pela literatura marxista como uma constante ao longo do desenvolvimento histórico dos modos de produção e das forças produtivas. Todavia, na maior parte do tempo, a cooperação se transfigura muito mais em uma organização hierárquica e tradicional, baseada no controle da força de trabalho, do que na horizontalidade das relações entre os trabalhadores/produtores.

No capitalismo, particularmente, o antagonismo entre capital e trabalho se sobrepõe aos valores de cooperação simples, de modo que a gestão de força de trabalho passa a ser um problema econômico, com vistas a dinamizar o lucro e a produção capitalistas. Assim, a ciência econômica tem dedicado boa parte de seus esforços a analisar o funcionamento dos mercados e da lógica da produção capitalista, deixando de lado esquemas alternativos de organização e gestão entre indivíduos.

Contudo, este quadro tem mudado nos últimos anos. As ações no âmbito da chamada Economia Solidária ganham vulto com as transformações ocorridas na economia mundial nas últimas décadas do século XX. Há um entendimento entre vários autores (TAUILE, 2002; GAIGER, 2003; SINGER, 2002 e 2004; BÚRIGO, 2011) de que, apesar da longa história de experiências produtivas solidárias e de autogestão, é no último quartel do século XX que sua proliferação se torna mais latente.

A principal explicação para este fato remonta à transição de uma economia fordista, baseada na produção em massa com ganhos de produtividade do trabalho que permitiram uma expansão salarial dos trabalhadores, para uma de modelo flexível, inspirada nos métodos japoneses de produção enxuta. A nova “racionalização” da produção, baseada na política de redução drástica de estoques e no *just in time* (CORIAT, 1994), associada à globalização financeira, trouxe o enfraquecimento dos sindicatos, bem como maior desemprego e outros prejuízos à classe trabalhadora como um todo.

Tal flexibilização, aliada à entrada em cena da revolução microeletrônica, acarretou uma depreciação do trabalho, tanto no sentido de precarização, rumo a formas terceirizadas e informais, quando na própria eliminação de postos no que se chama de desemprego estrutural ou tecnológico.

Soma-se a este quadro a expansão da “fronteira produtiva mundial” para além das antigas cortinas de ferro e de bambu e o processo de privatizações de empresas públicas, fenômeno este mais marcante em países que tiveram seus processos de desenvolvimento coordenados pelo Estado, como Brasil e Argentina. Ocorreu assim uma reestruturação geral na forma e conteúdo do trabalho, alterando o número e o perfil de vagas disponíveis. Assim sendo, a alternativa da cooperação e de autogestão, assim como das finanças solidárias ganham espaço como opções para enfrentar este quadro desalentador.

É neste contexto, em que tanto a política pública quanto muitos estudiosos começam a se debruçar sobre a chamada Economia Social, que podemos definir de forma abrangente como todo tipo de empresas com ações e fins sociais, incluindo também as relações econômicas complementares ao mercado, que abrem a possibilidade de maior igualdade e sustentabilidade na economia (SEYFANG, 2006, p. 01).

Para Giddens (2001), por exemplo, as políticas de desenvolvimento econômico da terceira via devem dar ênfase às organizações comunitárias, já que estas carregariam condições para impulsionar o desenvolvimento local e preencher as lacunas de exclusão social deixadas pelo novo paradigma econômico-financeiro do capitalismo:

Programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitem uma participação mais democrática além de serem mais eficazes. A formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em bairros de baixa renda. O combate à pobreza requer uma injeção de recursos econômicos, mas aplicados para apoiar a iniciativa local. Deixar as pessoas se atolarem em benefícios tende a excluí-las da sociedade mais. Reduzir os benefícios para forçar os indivíduos a trabalhar empurra-os para mercados de trabalho de baixos salários, já abarrotados. As iniciativas de formação de comunidade concentram-se nos múltiplos problemas que os indivíduos e as famílias enfrentam, entre os quais a qualidade do emprego, a assistência à saúde e à infância, a educação e o transporte. (GIDDENS, 2001, p. 120)

Percebe-se, na visão do autor, uma exaustão - ou pelo menos uma menor eficácia - das políticas sociais modelo socialdemocrata tradicional e uma preocupação com novas formas de intervenção e abordagem entre o Estado e a sociedade.

Com efeito, o conceito de Economia Social abrange situações e ações maiores do que o de Economia Solidária⁷. Este último, embora não deixe de se apresentar como alternativas ao desemprego e ao desenvolvimento local, surgindo como possibilidade de estímulo dos governos, traz em seu bojo reflexões mais profundas, teóricas e ideológicas acerca do modo de produção capitalista. Em suma, a discussão teórica em torno da economia solidária é pautada por um certo tipo de dúvida entre a ênfase em formas não capitalistas de produção e a inserção destas experiências em uma economia marcadamente concorrencial e capitalista.

Destarte, Tauile (2002) aponta os desafios das experiências cooperativas em pleno século XXI:

É verdade que o mercado é implacável, pelo menos até certo ponto. Se o agente econômico quer funcionar nesse ambiente, deve levar em consideração “padrões socialmente necessários de produção” e outros socialmente aceitos de demanda, que precisam ser atendidos e respeitados minimamente para garantir ao menos a sobrevivência do empreendimento. Assim sendo, é preciso atender o mercado em termos da especificação do que é demandado, em quantidade suficiente, preço competitivo e qualidade assegurada, bem como diversificação do produto, serviços pós-venda etc. Além disso, é preciso dispor também de outras capacidades e competências econômicas indiretas à produção, tais como sistemas de financiamento ao produtor e crédito ao consumidor (TAUILE, 2002, p. 2002).

Para o autor, esta tensão poderia ser resolvida a partir do exemplo do toyotismo. Este modo de organização social da produção surge como uma resposta criativa às restrições econômicas por que passava o Japão a partir do pós-guerra. Os japoneses lograram, portanto, criar um sistema no qual havia maior cooperação entre capital e trabalho possibilitando algum grau de empoderamento dos trabalhadores.

A estrutura em rede intra e inter-organizações também indica um arranjo menos hierárquico e mais cooperativo. Ainda que muitas críticas pudessem ter sido feitas ao modelo toyotista - sobretudo a respeito de ter sido “niponização do fordismo” com elevado grau de exploração da força de trabalho (MORAES NETO E SILVA, 1986; MORAES NETO, 1998) - , Tauile (ibid.) destaca deste modelo os elementos inovadores que irromperam dentro de uma ordem vigente - no caso, o fordismo - e que, por si só, podem servir de exemplo para que o cooperativismo se imponha como modelo organizativo predominante. Entre tais elementos, relevam-se o elevado engajamento dos trabalhadores e a relação de confiança que se estabeleceu entre estes e os patrões.

⁷ Conceito que exploraremos mais adiante.

Já Gaiger (2003) procura enxergar a economia solidária dentro da categoria marxista de “modos de produção”. Em outras palavras, sua intenção é desvendar a possibilidade de existência de formas de organização solidárias dentro de um modo de produção marcado pela exploração do trabalho e pela concorrência intercapitalista. Assim, o autor segue para a definição das características essenciais do capitalismo, para a partir daí desenvolver seu raciocínio sobre a viabilidade da economia solidária:

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção (GAIGER, 2003, 188).

Cumprir dizer que, no decurso de seu próprio desenvolvimento, o capitalismo transforma as técnicas de produção e os processos de organização do trabalho num ímpeto de se auto reproduzir. Quando se fala em nossos dias de ‘acumulação flexível’, refere-se a um momento histórico do capital no qual formas econômicas de remanescentes de modos de produção anteriores ou organizações alternativas, populares, cooperativas, camponesas ou familiares, são trazidas novamente à luz, instrumentalizadas pela dinâmica da acumulação capitalista principal. Do que se deduz que é possível que arranjos solidários possam, com efeito, existir nas franjas do modo de produção capitalista:

Por certo, inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção, como bem demonstra, na história, a vitalidade das formas não dominantes de vida material. Sempre existiram margens de liberdade entre esses níveis de organização das práticas sociais e econômicas, sendo a economia capitalista, em verdade, pródiga em exemplos. A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital (Ibid., p. 189).

A definição de economia solidária, segundo Gaiger (ibid.) vem alicerçada em alguns princípios semelhantes aos da economia camponesa, sendo basicamente dois: autogestão e cooperação. Mas se queremos avançar a definir mais claramente o conceito, é preciso definir

ainda melhor três pilares , quais sejam: i) a propriedade social dos meios de produção, isto é, o oposto à apropriação individual dos meios de produção e de seus excedentes; ii) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertence à coletividade dos trabalhadores de forma equânime entre eles; iii) a gestão e seu planejamento pertencem completamente a esta mesma coletividade.

Tal forma de organização implica em uma racionalidade um tanto diversa da que vemos em tradicionais empresas capitalistas. Segundo Gaiger (2003) e Gaiger *et al* (1999), o esforço cooperativo confere à palavra eficiência um sentido mais amplo. Como o trabalhador é o elemento central do processo produtivo, a qualidade do seu trabalho, mas também de seu bem-estar apresenta-se como um dos critérios fundamentais para avaliar seu desempenho. Como destaca o autor,

[...] o trabalho exerce um papel nitidamente central, por ser fator preponderante, senão exclusivo, em favor do empreendimento. Nessa condição, determina uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho torna-se vital. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar ou favorecer um maior rendimento do trabalho associado [...] À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital (Ibid., p. 193)

Dentro de uma perspectiva marxista, portanto, a economia solidária é oposta à economia capitalista na medida em que altera as relações de produção, fazendo com que o trabalhador se reencontre com seus meios produtivos. Todavia, as formas solidárias subsistem em um ecossistema (ou formação social, em termos mais tradicionais) capitalista sem ameaçar sua reprodução, pelo menos em um prazo temporal de possível compreensão. O que Gaiger

parece sustentar é que a mera existência de formas solidárias de produção, apontam a plausibilidade de se superar o modo de produção capitalista.

Outro autor central para a definição do conceito de Economia Solidária - sobretudo para a realidade brasileira - é Paul Singer. Sua trajetória pessoal está intimamente ligada à procura de alternativas efetivas de política econômica formuladas a partir de uma perspectiva crítica ao capitalismo.

Neste sentido, sua visão de economia solidária segue este caminho, no qual preocupações com a economia urbana - advindas de sua experiência no governo de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo entre 1989-1993 - e com políticas de emprego são destacadas. Não à toa que, diante do aumento do desemprego verificado após a implementação do Plano Real, Singer visualizará as experiências cooperativas como alternativas de empregabilidade para os setores mais afetados pela exclusão social (CRUZ, 2006; SINGER, 1997).

Todavia, a partir de uma questão de inclusão e desenvolvimento local, Singer passa também a apontar as características essenciais do cooperativismo, destacando seus atributos inovadores e revolucionários no que concerne não só à organização da produção, mas também a ditames éticos e políticos:

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.* A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.” (SINGER, 2000, p. 13)

Esta visão dialética que demonstra o conflito entre a produção capitalista de mercadorias e a produção solidária se aproxima do que Gaiger procura demonstrar em seu diálogo com a visão marxista. Cruz (2006), interpretando a obra de Singer, demonstra essa aproximação entre os autores:

Ora, uma perspectiva assim definida em relação ao *lugar* da economia solidária no sistema capitalista, preserva não apenas a possibilidade, senão a probabilidade de que um modo de produção alternativo tenda a emergir nos territórios e setores sociais em que o modo de produção hegemônico torna-se mais e mais anacrônico, incapaz de dar respostas às necessidades de

reprodução da vida social. Parece lógico, então, que esses territórios e setores sociais lancem mão de alternativas em termos de relações sociais de produção a fim de preservar ou recuperar condições de vida colocadas em risco pela deterioração do modo de produção hegemônico. (CRUZ, 2006, p. 55)

Neste sentido, a própria ideia de desenvolvimento econômico se transfigura. Singer (2004) propõe a ideia de “desenvolvimento solidário” em contraponto à noção de desenvolvimento capitalista. Segundo ele, o desenvolvimento solidário deve valorizar os marginalizados sociais, dando ênfase à cooperação, à instauração de novas relações de produção, a preocupações com o meio ambiente e à partilha social dos meios de produção. Deste modo, criar-se-iam oportunidades de participação igualitárias de todos os envolvidos e a lógica da cooperação se sobreporia à lógica da competição.

O conceito de desenvolvimento solidário, portanto, é uma proposta que procura quebrar com a lógica usual do desenvolvimento econômico, qual seja, a ideia de que a acumulação e as inovações são mecanismos que se ajustam às estruturas sociais e políticas existentes, sendo nada mais que artifícios para a reprodução e manutenção de privilégios das classes dominantes (Furtado, 2000). Logo, deve-se proceder à inversão dos valores, repartindo de forma mais igualitária os frutos do desenvolvimento. Como afirma Singer (2004),

O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros. Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria. (Idem, p. 07)

Com efeito, no contexto latino-americano de urbanização acelerada e formação de vastas áreas periféricas, muitos autores vislumbram a possibilidade de formação de uma nova racionalidade econômica.

Rizeto (1984 *apud* CRUZ, 2006) percebe, entre fins dos anos 1980 e início dos 1990, formas de organização no âmbito da economia popular que proliferam na América Latina. Tais organizações pouco a pouco se aproximavam de um certo modo de cooperativismo, subproduto da exclusão social tipicamente latino-americana. Desta forma, Rizeto, demonstra preocupação científica em apontar o conflito que surge pela existência de formas de produção cooperativas dentro de ditames de um mercado de concorrência oligopolista, com grande poder do capital sobre o trabalho.

Uma possível solução para este impasse, seria efetivar a transposição de uma economia pautada pela ética, igualdade e solidariedade para um nível macroestrutural, no qual a sociedade também seria regida por tais valores. Sem esta passagem, o cooperativismo por si só não representaria alternativas ao modo de produção vigente. Sintetizando as ideias de Rizeto, Cruz (2006) aponta:

Sua crítica essencial estava na ideia de que, subordinando-se às estruturas de mercado do capitalismo ou às estruturas de Estado do “socialismo real”, o cooperativismo, numa ou noutra versão, era incapaz de levar até o fim sua proposição original de democratização da economia. Sua alternativa, então, foi tentar buscar os fios desta “nova economia” em outras formas, já experimentadas, de organização do processo econômico. Suas pesquisas, então, o levaram ao que ele chamou de “economia da solidariedade”: iniciativas econômicas de caráter associativo marcadas por uma ética (*ideologia*, se quisermos, embora ele próprio não utilize o termo) igualitária, preservadora da diferença dos sujeitos e de suas capacidades de conviver e de interagir com a diferença alheia (CRUZ, 2006, p. 39)

É neste sentido que a construção de uma outra economia não viria somente de uma nova forma de organização econômica. É um consenso dentre os autores aqui arrolados que o salto das ações cooperativas populares, existentes nas franjas do sistema, para uma completa reorganização do modo de produção vigente, passa por uma construção política, institucional e cultural. Neste ponto, Coraggio (2014), outro autor fundamental para a teorização da economia solidária propõe reflexões entre este tema e a obra de Karl Polanyi.

Em sua visão, a economia é uma construção institucional e política. Em outras palavras, a visão de economia substantiva que vem de Polanyi (2012) explica que há um conjunto de instituições, valores e práticas - e neste meio, linguagem, comunicação e símbolos - que definem a mobilização dos recursos econômicos, tanto no sentido produtivo-organizacional como na capacidade de distribuí-los.

Assim, a partir desta constatação, o autor insere o conjunto de unidades domésticas populares e suas relações mercantis, sociais e afetivas como o degrau debaixo nesta escala de dominação capitalista constituída. Sobre esta camada social, Coraggio (ibid.) aponta:

El trabajo es su principal capacidad, pero cuentan también con otros recursos y una potencia en acto de producción y reproducción de riqueza (valores de uso producidos o naturales) que queda oculta para la ideología económica hegemónica pero es de gran peso económico. Es usual la combinación de inserciones: trabajo para el autoconsumo doméstico, trabajo por cuenta propia, asalariado, asociativo, cooperación en la producción, en la comercialización, producción para el autoconsumo de bienes públicos a niveles locales, etc. (CORAGGIO, 2014, p. 27)

Ou seja, há um conjunto de soluções que esta população encontra para sua reprodução ampliada. E tais soluções podem, por vezes, passar despercebidas pela hegemonia econômica. São ações diversas, de criatividade, resistência - não necessariamente consciente - que permeiam um mundo em que racionalidades múltiplas se confundem e convivem. Nesta seara de possibilidades, Coraggio (ibid.) aponta para as possibilidades de inserção da economia solidária, algo diferente de uma mera política de inclusão social ou estímulo microeconômico para pequenos empreendedores. Trata-se da construção de uma nova ética social e produtiva, permeada por valores democráticos e solidários. Trata-se de inserir nova substância para o exercício da atividade econômica, um amplo rearranjo institucional e moral.

Por fim, o que se depreende dos diversos autores é que a formação de massas de excluídos paradoxalmente cria mecanismos de sobrevivência que podem apontar para o novo, em termos de organização social e econômica.

Neste particular, segundo Santos (2006), a cidade global é o espaço onde muitos vetores confluem: todas as técnicas, organizações, trabalhos, instituições. E por isso mesmo é onde os pobres podem mais resistir. Tanto maior a sociabilidade quanto maior a proximidade, a coexistência da diversidade, a possibilidade de múltiplas formas de comunicação.

A formação da consciência e interações de solidariedade, afetividade, identidades é possibilitada pela vizinhança. Mesmo em grandes cidades - abertas ao mundo - a “densidade social” das relações contíguas não perde importância. Ao contrário, há mais dinamismo, há mais interações. Tanto maior em cidades de países subdesenvolvidos, pois há menor “racionalidade” na máquina urbana. O intercâmbio efetivo entre pessoas é salutar, matriz das trocas simbólicas. A acumulação crescente de pessoas no mesmo espaço cria uma espécie de ebulição cultural, facilitada pela difusão de equipamentos técnicos e informacionais. Isto porque no lugar e no cotidiano há a coexistência entre organização e espontaneidade; o lugar das escaladas maiores (dos circuitos superiores e seus ditames) mas onde o indivíduo vive e estabelece laços, relações, se manifesta racional e emocionalmente. Nas palavras do autor:

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo - o mercado global - é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da Humanidade.

No *meio* local, a rede praticamente se integra e dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário dos diversos atores. Esse trabalho

solidário e conflitivo é, também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contiguidade. A esse recorte territorial, chamamos de *horizontalidade*, para distingui-lo daquele outro recorte, formado por pontos, a que chamamos de *verticalidade*. Nesses espaços da horizontalidade, alvo de frequentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a Lei do Mundo e a Lei do Lugar (SANTOS, 2006, p. 227).

Na cidade, até o material inerte é cultura. Na periferia, a apropriação dos sistemas e objetos técnicos em uma dinâmica comunicacional própria é por excelência híbrida, criativa. O espaço geográfico, neste contexto, se configura em dois níveis: no nível global, uma racionalidade técnico-científica pauta as normas de uso dos sistemas de objetos, impondo verticalmente sua ordem, seu tempo, sua organização do trabalho e da produção; já no nível local, há uma racionalidade flexível, mais lenta, sendo o território - e as relações sociais inseridas nele - a norma para o exercício das ações. Daí se deduz que uma razão global e uma razão local se confrontam dialeticamente e esta é uma chave interessante de interpretação para as organizações de economia solidária.

3.2 O ENCONTRO DAS FINANÇAS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA: EM BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO DA MOEDA SOCIAL

Experiências com moedas comunitárias existem há muito tempo. Desde o século XIX com as experiências de organização de Robert Owen, até o período da Grande Depressão - caso do WIR suíço -, tais experiências se manifestavam como reações à instabilidade das sociedades industriais capitalistas. Particularmente, a experiência de Owen se relacionava ao depauperamento da classe operária inglesa e à consequente difusão de ideias de cunho socialista e solidário. No caso do WIR, fica evidente a influência da crise financeira de 1929 (HART, 2006).

Todavia, é apenas no fim do século XX que surgirá uma profusão de sistemas monetários alternativos. Búrigo (2011) procura sintetizar as razões para o reaparecimento de moedas sociais neste contexto. Entre as motivações o autor menciona:

- I. O avanço das políticas neoliberais de ajuste estrutural do Estado acarretando desemprego e cortes nos programas sociais;

- II. A reação à sociedade de mercado pautada pela financeirização da moeda;
- III. A volatilidade dos mercados financeiros e a consequente incerteza econômica gerada por tal característica;
- IV. O aumento da pobreza e da desigualdade tanto em nível global como dentro dos países;
- V. A expansão de movimentos sociais que questionam a hegemonia do capitalismo financeiro;
- VI. As moedas sociais surgindo como desdobramentos de redes de economia solidária.

Com isso, podemos argumentar que a proliferação de moedas sociais coincide, em contexto histórico e em causas, com o ressurgimento das demais experiências de economia solidária. No caso das primeiras, para além das questões já apontadas acerca das transformações estruturais do ponto de vista do padrão de desenvolvimento e do trabalho, há que se mencionar também os aspectos de desregulamentação financeira e de instabilidade monetária a partir da erosão do regime de Bretton Woods. Destarte, em geral, as moedas locais procuram ressignificar o conceito de moeda, representando um clamor de apropriação de um ativo que parece ser cada vez mais controlado por esferas econômicas e políticas distantes do cidadão comum.

Em suma, se as cooperativas surgem como tentativa de substituto imperfeito do emprego que foi eliminado ou passa a ser cada vez mais escasso, as experiências de moedas alternativas podem ser compreendidas à luz dos processos de exclusão financeira. Esta, por sua vez, se caracteriza pelo pouco ou nenhum acesso a serviços financeiros básicos, considerados aqui a posse de contas bancárias, a utilização de poupança e de cartões de crédito, além de opções por aquisição de crédito (CROCCO, SANTOS, FIGUEIREDO, 2013; LEYSHON & THRIFT, 1995).

Neste aspecto, podemos considerar múltiplas formas desta exclusão. A questão geográfica apresenta aspecto relevante aqui, na medida em que a presença de agências bancárias próximas às residências dos moradores é fator crucial de inclusão financeira. Isto porque boa parte da população de baixa renda ainda não utiliza serviços de *internet banking* e de aplicativos nos telefones celulares. Há, portanto, um aspecto marcadamente regional da exclusão financeira.

É de se notar também, que outras formas de exclusão aparecem: i) a exclusão de acesso, que se caracteriza pela insuficiência de oferta de serviços financeiros dados os elevados custos de transação e alto nível de risco associado a tomadores de baixa renda; ii) a exclusão por condicionantes, que se refere à limitada capacidade das instituições em captar o perfil de mercado dos clientes - a este respeito, Lana (2013) afirma que os bancos apresentam dificuldades em detectar o comportamento dos consumidores de baixa renda o que se traduz em limitada capacidade de desenvolver produtos financeiros de acordo com suas necessidades.

A transposição deste obstáculo - do ponto de vista da lógica de mercado - deve residir na realização de um conjunto de pesquisas que permitam traçar o perfil deste público que, hipoteticamente, é formado por pessoas parcamente inseridas no mercado de trabalho, idosos, mães solteiras, minorias étnicas e moradoras em regiões isoladas.

Em outras palavras, as causas da exclusão financeira repousam também sobre o perfil da demanda e não somente em problemas de oferta, embora estes tenham demasiada importância, sobretudo no que se refere a questões macroestruturais do sistema financeiro nacional e internacional; iii) a exclusão por preço se refere a tarifas e custos dos serviços que impedem a entrada de famílias de baixa renda no mercado de crédito e a iv) a exclusão por marketing está relacionada a tendências de segmentação de mercado que orientam a publicidade para públicos-alvo considerados mais estratégicos. Por fim, cumpre notar que a v) auto exclusão também faz parte deste processo.

Fuller (1998) argumenta que, embora excluídas do sistema de crédito formal, a maioria das pessoas possui ainda algum grau de escolha que as permite buscar outras fontes de financiamento. O resultado desta *agency* individual e coletiva é o desenvolvimento do setor informal, no qual prolifera a agiotagem e elevadas taxas de juros. Por outro lado, há também a criação de sistemas monetários alternativos, tais como cooperativas de crédito, bancos comunitários, clubes de troca e moedas sociais em geral.

Outros autores, como Milton Santos (1979) e Maria Laura Silveira (2009) propõem uma visão dialética da exclusão financeira. Em outras palavras, vale dizer que faz parte da própria organização capitalista e, particularmente, das finanças a coexistência dos circuitos superior e inferior da economia. Há uma relação de complementaridade - porém, dialética e possivelmente conflituosa - entre ambos, de modo que os termos da exclusão financeira são ditados por esta relação de poder que coloca o circuito superior em primazia. Silveira (2009) afirma que

O poder técnico da grande empresa, alicerçado em novos conteúdos informáticos e de automação, como caixas eletrônicas, cartões e acesso em tempo real aos bancos de dados, completa-se com o poder político, determinado pela acumulação sem relação direta com o tamanho do mercado, pela excessiva financeirização e pela publicidade que mantém o desvio entre custos e preços, permitindo o aumento dos lucros. Em consequência, a situação de oligopólio tende a ser naturalizada. (...) Dessa maneira, o circuito superior ganha autonomia, mas não independência, pois está unido ao resto da sociedade por uma relação de necessidade. Para ampliar os lucros, seus agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres. (SILVEIRA, 2009, p. 66)

Em termos de síntese, o circuito superior capta as demandas do circuito inferior e cria formas de canalizar crédito para essas camadas. Neste sentido, está produzindo uma reordenação do território a partir de seus imperativos. Tal ordenação responde à lógica de segmentação de mercado apontadas anteriormente, já que os produtos financeiros oferecidos são especialmente desenhados para pessoas físicas de baixa renda. Isto significa crédito consignado, financiamento direto (no caso de grandes lojas varejistas) e crédito puro e simples a taxas extremamente elevadas. Assim a forma de inserção do circuito inferior nesta dinâmica é subalterna, quando ordenada pelos ditames do circuito superior.

Uma das reações este processo assimétrico e excludente será a emergência das experiências de microcrédito. França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012), relacionam a popularização da ideia de microcrédito com a crise de um modo de regulação da economia capitalista que vigorou até a década de 1980, qual seja: o sistema baseado no mercado de produção em massa e no Estado de Bem-Estar Social.

A erosão - ainda que parcial - destes dois pilares trouxe à tona a defesa do microcrédito e do empreendedorismo como formas de resgate de um certo capitalismo visto como mais genuíno, no qual a livre iniciativa e o empreendedorismo seriam seus grandes atributos.

Neste ideário, a informalidade passa a ser encarada com melhores olhos, tipificada como ideal de empreendedor individual. Não é à toa que, segundo os mesmos autores, instituições como o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passam a saudar o microcrédito como mecanismo eficiente de inclusão dos pobres. É neste contexto que a experiência iniciada em Bangladesh nos anos 1970 pelo Banco Graamen será referenciada como uma matriz de uma série de políticas de capilarização do crédito no território (CONTEL, 2009) e de bancarização.

No Brasil, a partir da estabilização da inflação e da reforma monetária do Plano Real na década de 1990, inicia-se um processo de expansão do microcrédito o qual terá, com

efeito, grande vulto a partir do governo Lula da Silva com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (2005). No entanto, o ápice deste processo ocorrerá no governo de sua sucessora Dilma Rousseff, quando, a partir de 2011, o governo utiliza seus bancos públicos - como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil - para expandir o crédito a taxas de juros mais baixas. Há também, ao longo do período dos dois presidentes citados, um processo abertura de correspondentes bancários que irão colocar no mapa da inclusão financeira regiões remotas do país.

Todavia, o que se argumenta aqui é que a inclusão financeira via microcrédito *per se* não traduz a totalidade dos processos de inclusão e, mais que isso, diz pouco sobre as finanças de proximidade. A este respeito é de salutar importância a emergência dos bancos comunitários de desenvolvimento que, em geral, fornecem linhas de crédito a baixíssimas ou nulas taxas de juros e em moeda emitida por eles próprios. Tais experiências se resumem a estratégias de inclusão financeira pela reorganização do mercado local, fundando-se em princípios de solidariedade:

Solidarity finance organizations seek to achieve their economic sustainability without regarding their social goals, their constituents and their territory as secondary elements. Credit for production and consumption with guarantees based on relations of proximity, local credit cards, credit for urban and/or organic agriculture, solidarity exchange clubs, social currencies and local saving accounts are common examples of solidarity finance services. The conventional microcredit organizations, in turn, act as an instrument for making financial operations feasible and profitable. (FRANÇA FILHO, SILVA JR, RIGO, 2012, p. 503)

Isto significa dizer que o microcrédito convencional - ou seja, não solidário - responde a imperativos estabelecidos pelo mercado. As análises de risco de crédito seguem a critérios de segmentação com a oferta de produtos diferenciados para diferentes públicos, fazendo com que o segmento dos mais pobres seja apenas um nicho de mercado. Ademais, o microcrédito convencional, ao fazer segmentação de mercado, invariavelmente exclui os demasiados pobres pelo risco da inadimplência (DIMSKY, 2007; LEYSHON & THRIFT, 1996).

Por outro lado, as finanças solidárias colocam no centro de sua gestão de crédito - por assim dizer - valores como confiança, solidariedade e proximidade. A lógica econômica na criação de um banco deste tipo, portanto, se curva aos imperativos de tais valores. Isto significa, que a proximidade e o senso de comunidade são questões que definem a emissão do

crédito, já que o propósito é a inclusão financeira e a valorização da economia e território locais. Em outras palavras,

(...) the bank must be created in response to an intrinsic desire of the community, even when external agents contribute to this by motivating and mobilizing this community. The process of implementing a CDB [Community Development Bank] must begin with a genuine community desire. In any event, some requirements must be met, such as financial capital for a credit fund; financial resources to cover the bank's operating expenses; a community organization (association, board, council, etc.) that can manage the bank; people trained for the roles of loan officer and credit manager; and support for the assimilation of the new technology by the community. These steps describe how many CDBs have been created: through a process of institutional partnerships involving supportive organizations (such as university incubators and Non-Governmental Organizations - NGOs - specialized in this field) and funding institutions (municipalities, state governments, government departments, foundations, etc.) (FRANÇA FILHO, SILVA JR, RIGO, 2012, p. 504).

Com efeito, o conceito de finanças solidárias se aproxima mais do de moedas sociais em comparação com as ideias de microcrédito e de inclusão financeira. Ainda assim, não necessariamente uma instituição como um banco comunitário ou cooperativa de crédito precisa emitir moeda própria. É neste quesito que as experiências de moedas sociais apresentam ainda mais radicalidade, no sentido de se relacionarem a um maior questionamento acerca do sistema econômico e político.

Segundo Blanc (2010), há uma variedade de nomes que se pode dar às moedas sociais. Usualmente, em língua inglesa, são comuns os termos “moedas comunitárias” (Community clemencies) ou “moedas complementares” (complementar clemencies). O primeiro enfatiza a gestão comunitária da moeda e, geralmente, do banco emissor. Sendo uma moeda de senso coletivo, geralmente seu escopo é limitado e há determinantes ideológicos em sua concepção, que se aproximam do termo “moedas sociais” - este mais usado nas línguas francesa, espanhola e portuguesa. Já o segundo termo é mais abrangente e dispensa a necessária vinculação comunitária e solidária no uso da moeda.

Quando se fala de moedas complementares, fica mais nítida a ideia de ineficiência, de assimetria entre a moeda nacional e os recursos econômicos locais. Há uma noção de territorialidade mais ampla do que no caso das moedas comunitárias, sendo dispensável a vinculação a grupos, movimentos ou coletivos.

Soares (2009) aponta que, embora com experiências diversas em suas características, as moedas sociais apresentam os seguintes traços em comum: a) o princípio de

responsabilidade partilhada que corresponde à gestão transparente e democrática da moeda; b) a continuidade do intercâmbio, garantindo a circulação do meio circulante local perenemente, a partir da compensação de oferta e demanda locais; c) o princípio de confiança entre o grupo, o que garante sua existência, circulação e valor; d) o caráter “politizado” da moeda, dado que seu fim é a satisfação coletiva em termos sociais e econômicos, sendo a busca pelo lucro e a especulação vedados; e) a busca pelo bem estar da comunidade, subsumindo o econômico a valores e imperativos sociais.

Como “equivalente universal das trocas”, a moeda social deveria cumprir os requisitos de unidade de conta ou padrão de valor, meio de pagamento e reserva de valor. Sobre este último, cumpre notar que o entesouramento depende de fatores diversos e varia de cada experiência, de acordo com as decisões da comunidade. Em grupos nos quais a administração da moeda logra manter seu valor estável e enraizar sua utilização em um número razoável de membros, surge naturalmente a opção de retê-la para operações futuras.

A princípio, portanto, este critério poderia ser aplicado às moedas sociais. Porém, há experiências que se inspiram no sistema *geselliano* de “dinheiro acelerado”, cobrando juros invertidos pela retenção da moeda, de modo a estimular sua circulação. Novamente, isto depende de cada experiência e decisão grupal. Ademais, mesmo em casos em que isto não ocorre, o princípio central antiespeculativo da moeda social, qual seja o de não render juros, ajuda a obliterar a função de reserva de valor. Assim sendo, esta pode ainda assim ocorrer, motivada por precaução, estratégias individuais dos agentes ou por incerteza.

De qualquer maneira, todas as terminologias - moeda social, moeda comunitária, moeda local, moeda complementar etc. - têm em comum o fato de se diferenciarem das moedas nacionais (ou das supranacionais, como o euro), na medida em que denotam uma preocupação latente com a economia local - do bairro, da comunidade etc. -, sendo a moeda um dispositivo de valorização dos recursos, de dinamização da economia e de distribuição de renda; poder-se-ia falar aqui de inclusão financeira. Além disso, as moedas locais também têm como objetivo a criação ou o fortalecimento de laços de confiança e amizade entre os participantes, além de fomentar não só uma forma de comércio mais justa, como também empoderar os indivíduos como membros ativos na economia local, sendo ao mesmo tempo produtores e consumidores, o que fica simbolizado no neologismo “prossumidores” (SINGER, 2009).

Neste particular, enquanto os *Local Exchange Trading Systems* (LETS) aparecem como forma inicial destas moedas, outras experiências se multiplicam em países desenvolvidos do ocidente, tais como os bancos de tempo e os papéis-moedas locais. Com efeito, no sul global destacam-se as redes de troca argentinas e os bancos comunitários

brasileiros; estes últimos, segundo Blanc (2010), representam uma combinação pouco usual entre microcrédito solidário e moeda local.

De qualquer maneira, Blanc (2010, p. 309) lança uma hipótese para explicar a proliferação de moedas complementares antes nos países desenvolvidos que nos em desenvolvimento - exceção feita aos já mencionados Brasil e Argentina. Segundo ele, a primeira explicação advém do fato de que a sociedade civil é menos organizada e independente em países pobres, sendo que valores democráticos e de consciência social não estariam completamente enraizados nestes lugares.

Um segundo problema se conecta à disponibilidade de meios de transporte e comunicação modernos que facilitam a organização e circulação de informações, algo menos presente em países do Sul. Uma terceira e última explanação reside no fato de que a moeda, no ocidente desenvolvido, é vista como um fenômeno de mercado pautado por agentes utilitaristas. Assim, a construção de um sistema monetário local está relacionada a uma crítica ao padrão oficial, em uma proposta de construção de uma outra economia, uma outra globalização.

Por outro lado, em países em desenvolvimento, as relações comunitárias e solidárias ainda permanecem em algum grau dentro das comunidades: a implementação do mundo “racional” e individualista não ocorre em sua forma plena. Isto explicaria por que razão esquemas de moedas locais ou outros experimentos de economia solidária geralmente assumem caráter externo, advindo de políticas públicas ou de agentes não necessariamente imbricados àquela localidade (BLANC, 2010; NISHIBE, 2015).

Em suma, Blanc (ibid.) sintetiza sua reflexão sobre as moedas sociais alertando para suas limitações, porém sem deixar de ressaltar seu caráter inovador:

The entire history of community and complementary currency systems since the building of nation-states suggests, however, that they should set themselves more modest goals, though they may be surprised by their own success. To suggest that the whole of society can be transformed by community and complementary currency systems is to over-estimate the role of currency and its ability to overthrow the existing monetary order. Currency is not the key: it is not as though we could lock out the failings of today's human sciences by finding the key that opens the door leading to a radiant future of endless possibilities. It can, on the other hand, be seen as a lever in the sense that new forms of currency may prove to be a way of influencing economic activities, their territorial basis and the social relations they generate (Ibid., p. 311)

Logo, antes de ser um elemento de transformação radical da sociedade, a moeda pode ser um caminho para aprofundar laços territoriais e distribuir maior justiça econômica e

social dentro do espaço geográfico. Ela poderia, portanto, ser um elo de ligação, uma aliada, aos experimentos gerais de economia solidária em seu processo de estruturação rumo a maiores espaços para a transformação da sociedade.

Hart (2006) segue raciocínio semelhante ao defender que a moeda comunitária é um dispositivo que pode anteceder uma sociedade verdadeiramente democrática. Sendo a moeda uma das instituições econômicas mais importantes da sociedade, o seu controle por parte das comunidades aprofunda a democracia, ao aumentar o acesso das pessoas e regiões mais pobres a este instrumento.

A democracia seria atingida, portanto, não somente por meio de formalidades políticas, mas pelo acesso ao mercado e ao consumo de fato. Mais que isso, a uma descentralização do poder monetário e, portanto, do processo de decisão de produção e circulação de bens e serviços. Neste sentido, segundo o autor, há uma dimensão moral e de relação pessoal nas transações econômicas que pode ser resgatada pelo uso de moedas sociais:

Bank credit (...) has always been more directly personal, being linked to the trustworthiness of individuals and, in the case of paper instruments such as cheques, issued by them. The idea that transactions involving money are essentially amoral comes from its impersonal form, but until recently, in most societies, the bulk of economic life was carried out by people who knew each other and were able to discriminate between individuals on the basis of experience. (HART, 2006)

Nesse sentido, segundo Hart, a adoção de moedas comunitárias dependerá do engajamento da própria comunidade no seu uso:

Community currencies stand in contrast to conventional money whose sources are closed to most of us. There are many varieties of these, but their basic principles are simple and general. They are open in the sense that they can be created by any association choosing to come together for the purposes of exchange; they are free (libre) in the way that speech is, or ought to be, free. Whereas conventional money is a commodity kept artificially scarce by remote suppliers (the banks, regulated in turn by a central bank), a community currency is simply a measure of exchange whose supply is limited only by the willingness of participants to trade. In this way, the scope for what people do normally, buying and selling, is extended without the restrictions imposed by normal cash. (Ibid., 2006)

Ainda segundo Hart (2006), as moedas comunitárias apresentam uma inerente ambiguidade. São ao mesmo tempo uma subversão do capitalismo e um complemento dele. Isto porque elas, as moedas comunitárias ou sociais, têm como um de seus principais atributos estimular o desenvolvimento local. Desta maneira, uma empresa daquela localidade pode ora

aceitar moeda social ou moeda nacional, não representando desta maneira nenhuma ruptura da lógica do modo de produção capitalista.

Da mesma forma, a moeda local subsiste num sistema de leis e de vigência contratual tipicamente capitalista: em que a forma crédito, as taxas de juros (ainda que muito baixas ou nulas em determinados tipos de linhas de crédito) e o sistema de propriedade privada são respeitados e até impulsionados.

Por outro lado, seu elemento transformador reside no fato de que a moeda passa a ser algo palpável para os indivíduos e comunidades. Em outras palavras, o dinheiro, esta abstração produzida por uma burocracia distante, vista como aliada de grandes forças econômicas em seu manejo e controle, passa a ser gerido comunitária e democraticamente, empoderando os indivíduos e, por que não, o sistema democrático.

A visão de que as moedas sociais podem ter elementos não capitalistas resulta, provavelmente, de uma das principais inspirações teóricas sobre seus ativistas: o economista Silvio Gesell. Sua ideia de libertar a moeda de juros, impulsionando sua circulação mais acelerada, é apenas uma manifestação concreta de ideias mais profundas.

De acordo com Yuki (2015), no sistema *geselliano* - que procura se posicionar ao lado de Proudhon em embate com Marx - a força de trabalho não é uma mercadoria em si, comprada pelo capitalista para o processo de produção. O que se transforma em mercadoria é o produto do emprego do trabalho. Então neste caso, o empreendedor adquire os produtos do trabalho, dada que a força de trabalho não pode ser comprada nem valorada. Estabelece-se uma relação contratual entre o produtor (que é o trabalhador que dispõe das habilidades produtivas) e o empreendedor (que detém os meios de produção e compra o resultado do trabalho do produtor).

Portanto, nesta visão o salário pago ao trabalhador não é um adiantamento, mas sim algo correspondente ao empréstimo dos meios de produção que o capitalista lhe fornece. Assim, há uma relação contratual que, sem dúvida, representa uma dimensão de poder. O trabalhador é produtor, mas tem que “arrendar” meios de produção. O empreendedor capitalista detém tais meios e estabelece uma relação contratual com o trabalhador. Por fim, o capitalista monetário fornece os fundos necessários e, basicamente, controla o acesso ao crédito. Assim sendo, na hierarquia de poder econômico, este último impera (*ibid.*).

Logo, uma maneira de quebrar o ciclo de exploração seria garantir o acesso ao dinheiro, que permitiria ao trabalhador a compra dos meios de produção. Desta maneira, a moeda e o crédito ganham centralidade no modelo de pequenos produtores independentes de

Gesell. A distinção essencial entre ambos os pensamentos, o de Gesell e o de Marx, é assim resumida por Yuki (2015):

Ao ler a intenção de Marx de criticar Proudhon com base nessas ideias, Gesell, por sua vez, critica Marx. Em oposição a Proudhon, que apontou para a exploração nos processos de circulação causada pelo poder do dinheiro, Marx criticou a possibilidade de abolir a exploração pela realização da troca de equivalentes nos processos de circulação ao provar a possibilidade de exploração sob condições de igualdade de troca. Gesell critica esta visão de Marx ao afirmar que não é possível admitir condições de igualdade nos processos de troca na circulação. Portanto, Gesell propõe que a causa da exploração é a possibilidade de que o poder do dinheiro leve para uma troca desigual no processo de circulação (YUKI, 2015, p. 149 a 141)

Portanto, de acordo com esta visão, se fosse possível quebrar o poder monopolista dos capitalistas monetários, não haveria restrições à tomada de crédito. Com isso, a compra de meios de produção estaria disponível a qualquer produtor (trabalhador) a juros declinantes ou zero, num caso de extrema liberdade de crédito.

Com efeito, a taxa de juros do capital real - que é o retorno sobre a produção e que mede o grau de exploração do trabalho - também se veria livre da taxa de juros monetária, podendo tender a zero também. A efetivação do dinheiro livre, portanto, poderia criar condições para o fim da exploração com o acesso dos trabalhadores aos meios de produção na forma de pequenos produtores independentes. O dinheiro é que seria socializado, não as fábricas e as máquinas.

Mas é claro que, apesar da influência teórica do Gesell em alguns dos proponentes das moedas alternativas, nem todos eles podem ser considerados seus seguidores. É possível que nos primeiros movimentos históricos, tal influência tenha sido maior. Em nossas conversas com ativistas, o que mais se ouviu foram reclames contra a globalização, a precarização econômica de territórios, contra a degradação ambiental, o individualismo etc.

Em geral, o que essas pessoas querem é reconstruir laços de vizinhança, fortalecer a consciência social e política local e regenerar a economia de suas localidades sem abrir mão de atributos solidários. Tudo isso - com as suas devidas exceções - sem grandes elucubrações teóricas.

3.3 RESSIGNIFICANDO O MERCADO: AS MOEDAS SOCIAIS COMO CIRCUITOS DE INTERAÇÕES MÚLTIPLAS

Soares (2009) propõe uma abordagem institucionalista para a análise de moedas sociais baseada em Castoriadis (1982, 2002) e North (2001). Segundo a autora,

[...] a moeda social eleva a demanda por maturidade e por atitude ética dos participantes a um grau capaz de dispensar a interferência do Estado ou de qualquer outra instituição externa com vistas a promover o cumprimento das regras e contratos estabelecidos. Isso ocorre em uma situação em que o rompimento dessas regras e contratos (como a promoção de fraudes e falsificações, ou mesmo da especulação) pode gerar benefícios pessoais não-desprezíveis (em detrimento dos coletivos, evidentemente) (SOARES, 2009, p. 257).

Isto significa que a moeda social como instituição, neste caso, não é autopunitiva: falsificar moeda pode trazer benefícios elevados para o indivíduo transgressor em detrimento da coletividade, algo mais difícil de ocorrer no caso de uma moeda estatal, que possui um aparato jurídico-legal suficientemente organizado para dificultar e punir tais casos. Assim sendo, na ausência desta base estatal, a inexistência de punição deve ser compensada pelo comprometimento ético, solidário e voluntários dos participantes.

Conceitos como o *hábito* e a *comodidade* também contribuem para a compreensão da utilização de moedas sociais e de seus limites. No caso do primeiro, a díade sociedade de mercado - estado nacional está relacionada com a unificação do sistema monetário e financeiro, eliminando bancos locais emissores, assim como múltiplos meios de pagamento.

Qualquer tentativa de modificar esta situação, criando moedas sociais e complementares, tem um elevado custo em termos da mudança do padrão vigente de hábito, necessitando energias consideráveis para sua perpetuação. Já no segundo caso, existe a evidente comodidade em se utilizar a moeda nacional padrão: ela possui o curso legal e é “naturalmente” aceita pelos agentes econômicos.

Logo, o processo de criação de uma moeda própria exige a saída de uma zona de conforto, demandando esforços consideráveis do indivíduo e da comunidade. Sendo assim, o mais forte atributo da moeda social é a sua *conectividade*, algo que depende de seu processo de maturação mas que, uma vez estabelecida, tal conectividade logra colocar a moeda como dispositivo de unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento, sendo o custo de deixar esta nova instituição cada vez mais elevado (idem, p. 258). Em suma, Soares afirma que

As potencialidades da moeda social não estão desconectadas dos objetivos e padrões reguladores da experiência em questão, embora muitas das potencialidades gerais nasçam justamente nos seus pontos de limite. O primeiro ponto reside no fato de, por não ser autopunitiva, a moeda social estimular a criatividade e o exercício da política e da responsabilidade nas esferas privada

e social, além do exercício da autonomia. O segundo consiste em, por não ser cômoda, essa moeda promover o amadurecimento individual. Finalmente, por ser conectiva em essência, mas ainda não ter essa característica plenamente amadurecida, incentivar a criatividade trabalhada coletivamente e inter-relacionada (SOARES, 2009, p. 258)

Portanto, a criação e gestão de uma moeda social propicia o fortalecimento da consciência individual e coletiva, bem como permite a reintrodução da mesma no sistema de códigos e símbolos do território local. É como se houvesse um reencontro entre a moeda e a política, só que num nível mais puro, cidadão, democrático.

Nestes termos Rigo (2014), resgatando as ideias de Polanyi e Marx, faz um percurso teórico que adianta suas conclusões acerca das moedas sociais e das finanças solidárias. Ao identificar a função primeva da moeda em suas formas pré-capitalistas, a autora busca legitimar a economia solidária e, portanto, as moedas sociais, como sistemas não capitalistas, que precisam ser ressignificados para seu completo entendimento. Nas palavras da autora:

Para Polanyi (2011), esta sociedade de mercado é um fenômeno único e recente na história da sociedade, consequência de políticas de um Estado fundado sobre o credo liberal. As sociedades humanas conheceram uma grande diversidade de relações entre economia e sociedade, mas tais relações eram sempre marcadas pelo encastramento [*encastrement*] de atividades econômicas em relações ou instituições não econômicas, que impediam a autonomização perversa da economia e a submissão da “subsistência” da sociedade às motivações lucrativas. Marx, como sabemos, também critica a sociedade de classes, baseada num modo de produção excludente (RIGO, 2014, p. 101).

Com efeito, um dos méritos das ideias de Polanyi (2012) reside em desconstruir historicamente a forma monetária que conhecemos nos dias de hoje. Segundo ele, na leitura de Rigo, “o dinheiro proporciona um paralelo notável com a fala ou a escrita” (RIGO, p. 154), pois também se constitui num sistema semântico complexo que possui uma institucionalidade, um conjunto de regras e técnicas enraizados na construção política e social.

Com isso, pode-se dizer que a identificação automática entre moeda e um mercado organizado por forças de oferta e demanda e pelo sistema de preços é algo extremamente recente na história humana, sendo que a moeda assumiu diversas formas e funções ao longo do tempo. Escravos foram utilizados como unidade de conta para grandes somas, enquanto conchas para pequenas quantias. Metais preciosos, por sua vez, poderiam exercer função de reserva de valor.

Neste caso, Polanyi se aproxima de Marx ao reconhecer que a separação entre trabalho e capital - homem e meios de produção - marca a utilização da forma moeda como conhecemos hoje. Logicamente, como comprar e vender terra e trabalho em um mercado organizado, sem que se utilize um instrumento que sirva como unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor? Sem que existam mecanismos de crédito razoavelmente sofisticados? Todavia, vale dizer que esta visão difere de outras (INNES, 2004; WRAY, 2004; TIMOIGNE & WRAY, 2006; INGHAM, 2004) que defendem a díade estado-crédito na emergência da moeda, não dando ênfase tão explícita à separação entre capital e trabalho.

Em suma, tais contribuições fornecem um arcabouço teórico para repensar a moeda e a economia em termos mais solidários e equitativos. As noções de Polanyi, fornecem subsídios para propor uma radicalidade no âmbito das moedas sociais, qual seja a de reintegração entre o mundo econômico, o mundo dos sistemas de símbolos e o mundo político.

Neste ponto, acredita-se que as contribuições de Viviana Zelizer são fulcrais e sintetizam de alguma maneira os aportes feitos até aqui. Isto porque sua concepção de circuito, a nosso ver, complementa aquela dos economistas monetários analisados anteriormente.

O que define um circuito comercial de acordo com Viviana Zelizer (2011) são: (a) relações sociais características entre indivíduos específicos; (b) atividades econômicas compartilhadas exercidas por meio dessas relações sociais; (c) criação de sistemas contábeis comuns para avaliar intercâmbios econômicos, por exemplo, formas especiais de moeda; (d) entendimentos compartilhados sobre o significado das transações dentro do circuito, incluindo sua avaliação moral; e (e) um limite ou fronteira que separa os membros do circuito de não membros, com algum controle sobre as transações que cruzam o limite.

É importante definir que tais circuitos são permeados de relações íntimas e impessoais ao mesmo tempo. As primeiras se baseiam em informações privativas, no compartilhamento de conhecimento tácito acompanhado por relações de atenção. As últimas carregam apenas informação e atenção disponíveis de maneira abrangente. Isto implica que circuitos que contenham maior carga de relações íntimas sejam de menor escopo e de difícil sustentação em níveis maiores de organização, isto é, com um número maior de trocas e interações. É neste sentido que a estrutura institucional é importante para a criação, manutenção e organização dos circuitos (ZELIZER, 2011, p. 315)

O que as moedas sociais e complementares em geral fazem, por hipótese, cumpre os requisitos do circuito comercial de Zelizer. O item “a” é atingido na medida em que um conjunto de relacionamentos pautados pela dinâmica do circuito das moedas sociais e complementares se constitui, e isto se dá pela interação diferenciada que os membros do grupo

têm entre si quando se compara com a que efetivam com outras pessoas fora do grupo. As regras do jogo da moeda local, a sociabilidade que ela cria - com a realização de assembleias, reuniões - e a reflexão que ela suscita sobre a economia e o dinheiro, a princípio, garantem tal atributo.

O segundo tópico, o das atividades econômicas compartilhadas, seria uma consequência natural do primeiro, de modo que as relações sociais dentro do circuito estão amalgamadas nas relações econômicas. Com relação ao item “c”, a proposição é auto-evidente. Todavia, deve-se problematizar aqui o alcance e o arranjos desses circuitos do ponto de vista econômico, diferenciando-os e comparando-os entre si.

Para tanto, precisa-se recorrer a outros autores como Schumpeter (1997, 2014) e os teóricos do circuito monetário (ROCHON, 2003; GRAZIANI, 2013; GNOS, 2006). Mas por ora fiquemos com isso. A criação de uma unidade monetária local e complementar é necessária para viabilizar um circuito. Cria uma cadeia de débitos e créditos, mesmo que seja pequena ou que apresente interrupções consideráveis em sua continuidade. Isto é, estes arranjos podem provocar descasamentos entre oferta e demanda que podem levar à superacumulação de moeda em algumas atividades e à subacumulação em outras.

Com relação ao item “d”, considera-se necessário que exista algum tipo de consenso em torno de objetivos e valores que seja comum aos membros do circuito monetário complementar. Com efeito, a própria Zelizer, no seu seminal estudo *The Social Meaning of Money: “Special Monies”* de 1989, discorre sobre como donas de casa atribuem uma série de valores - premidos, entre outros, por sentimentos de culpa e de responsabilidade familiar - distintos ao dinheiro que utilizam, valores que por sua vez são distintos da racionalidade impessoal do mercado.

Há também uma série de estudos enfatizando o compartilhamento de valores comuns, como equidade, justiça e solidariedade, entre os membros que se engajam na utilização de moedas sociais e complementares (BARINAGA, 2017; CORRONS, 2017).

Finalmente, o tópico “e” traz um dos temas centrais de nossa indagação. Evidentemente, a criação de um simples clube de trocas ou de um banco de tempo - aqui uso propositalmente estes exemplos supostamente mais simples de arranjos monetários alternativos como suporte ao argumento - encerra em si um circuito de relações sociais e comerciais. Logo, separa os membros participantes dos demais. A questão é se isto é relevante no sentido econômico e social.

De fato, a questão principal que surge é se este circuito logra encadear um razoável número de unidades econômicas diversas em um movimento razoavelmente contínuo. Isto é tanto mais importante porque responde se este circuito traça mais ou menos os limites em

relação aos circuitos externos. E se define bem um limite - por exemplo efetiva algum processo de “substituição de importações”⁸ naquele local ou alcança um número considerável de membros - pode-se dizer que, como organização, é bem-sucedido, além de apontar questões interessantes sobre o entendimento da teoria monetária. Zelizer (2011) define os circuitos da seguinte maneira:

By definition, every circuit involves a network, a bounded set of relations among social sites. *Circuit*, however, is neither simply a fancy new name for *network* nor a sanitized version of *community*. Two features distinguish circuits from networks as usually conceived. First, they consist of dynamic, meaningful, incessantly negotiated interactions among the sites-be those sites individuals, households, organizations, or other social entities. Second, in addition to dynamic relations, they include distinctive media (for example, legal tender or localized tokens) and an array of organized, differentiated transfers (for example, gifts or compensation) between sites. Commercial circuits also differ from communities as conceived of in the *Gemeinschaft-Gesellschaft* tradition. They do not consist of spatially and socially segregated rounds of life; although circuits sometimes exist *within* encompassing communities, they ordinarily cut across multiple social settings, coordinating only certain kinds of activities and social relations within each setting (ZELIZER, 2011, p. 315).

Os circuitos, portanto, não são sinônimos de comunidades no sentido de relações sociais fechadas e abrangentes. Eles não diferenciam configurações sociais inteiras ou organizações. Na verdade, as mesmas pessoas podem participar de diferentes circuitos simultaneamente. As moedas locais, por exemplo, não constituem comunidades exclusivas; as mesmas pessoas que participam de sistemas de moeda local costumam usar moeda de curso legal para uma grande variedade de transações fora desses sistemas.

Nessa perspectiva, a ideia de circuito proposta por Zelizer carrega forte sentido econômico à medida em que remete a palavras como fluxo, transações, meios de troca, transferências etc. Ademais, embora não neguemos a relevância das relações pessoais de cunho mais intimista, o desenho institucional - que pode exigir a presença do Estado- é fundamental na conformação do circuito.

Além da conceituação dos circuitos comerciais, Zelizer (2011) propõe uma tipologia das moedas sociais e complementares que nos serve de princípio norteador para a

⁸ É importante frisar que utilizamos o termo “substituição de importações” com cautela ao longo desta tese. Isto porque o termo, em seu contexto original, atrelava-se a um conjunto de pressupostos teóricos e práticos da escola cepalina, a qual tinha como objetivo principal a alteração da estrutura produtiva dos países subdesenvolvidos, com vistas à melhoria em seus termos de troca internacional. Já para nós, o termo procura significar um processo no qual as economias das localidades – ou mesmo das comunidades – passam por um processo de revitalização, dado que a moeda social pode aumentar a demanda por bens e serviços locais, fazendo com que uma parte dos recursos mantenham-se “protegidos” da concorrência externa.

análise e para o leitor. De acordo com a autora, as moedas locais apresentam uma particularidade precípua em relação a outros meios marcadores de circuito, tais como cupons de desconto, milhas aéreas, pontos de afinidade etc. O que as distingue é o fato de terem uma demarcação local geralmente baseada em identidades territoriais. Dito de outra forma, elas criam, ou baseiam-se, em espaços distintos de relações interpessoais (ibid., p. 319). Mais do que isso, em sua maior parte elas surgem motivadas por uma descrença em relação às instituições monetárias nacionais e internacionais.

Zelizer (2011) propõe uma tipologia quadripartida das moedas locais:

- e) As moedas indexadas, ou seja, aquelas que representariam meios de pagamento de circulação restrita a uma localidade, tendo referência de valor a moeda de curso legal;
- f) “Moedas” de tempo, cujo valor reside nas horas de trabalho despendidas pelos membros em alguma atividade;
- g) Sistemas baseados em mercadorias, como vouchers, cupons e tipos de créditos que em última instância são redimíveis em certos bens e serviços pré-estabelecidos;
- h) Processos de permuta ou escambo, que envolvem a troca direta de bens ou serviços sem a intermediação monetária.

É importante enfatizar que boa parte dos esquemas de moedas locais apresentam características híbridas de dois ou mais dos tipos expostos de acima. Ainda assim, Zelizer (2011) aponta que a maior parte das experiências de moedas locais resumem-se aos dois primeiros tipos.

Os *Local Exchange Trading Systems (LETS)* são descritos por Zelizer como os típicos circuitos alternativos da vida econômica e social. Ela própria define:

The systems vary with respect to each of the elements of circuits identified earlier: a well-defined boundary with some control over transactions crossing the boundary; a distinctive set of transfers of goods, services, or claims upon them occurring within the ties; distinctive media; and ties among participants having some shared meaning. The hundreds of French SEL [systèmes d'échange local, o mesmo que LETS], for example, vary in the networks on which they build; local memberships range among engineers, ecological enthusiasts, city people who have fled to the country, and low-income populations (ZELIZER, 2011, p. 320).

Basicamente, tais sistemas usam um meio de troca, seja físico ou digital - por suposto, esta última característica vem ganhando mais espaço - que em geral não é cambiado

pela moeda de curso legal, ainda que sua unidade de conta possa tê-la como referência. Os usuários oferecem produtos e serviços e encontram consumidores para os mesmos, os quais negociarão o preço de troca em moeda local. Tais sistemas podem variar de dúzias de membros para alguns milhares (ZELIZER, 2011).

Fato é que os circuitos variam de tamanho e de motivação. Embora socialmente homogêneos e, pelo menos na Europa, com pessoas com razoável/bom padrão de vida (ibid.), há circuitos que podem se restringir a idosos, a crianças, a firmas, a grupos étnicos ou a comunidades inteiras (ZELIZER, 2011; RADDON, 2003; PIERRET, 1999). Há, geralmente, uma delimitação dos tipos de bens e serviços consumidos. Há sistemas nos quais se insiste em produtos orgânicos e agricultura sustentável; outros preferem estimular a produção artesanal local; em áreas rurais, evidentemente, há primazia de bens agrícolas, enquanto em áreas urbanas serviços educacionais, artísticos, de consultorias diversas têm maior peso.

Mesmo em sistemas de moedas locais como Sardex ou o Banco Mumbuca, nos quais há uma preocupação mais “econômica” que “social”, no sentido de aumentar a dinâmica do desenvolvimento local, o próprio tamanho destas economias e sua estrutura produtiva apresenta um limite natural de bens e serviços disponíveis para a troca. De acordo com Zelizer, isto cria mercados que valoram bens e serviços de maneira distinta aos mercados nacionais ou globais:

When it comes to pricing goods and services they exchange, local trading systems commonly reject existing market prices for their own negotiated tariffs. Often the local price reflects the circuit's greater evaluation of services that, in the members' estimation, the national market undervalues. What is more, apparently equivalent goods and services fetch different prices depending on the parties' evaluation of the relationship (ZELIZER, 2011, p. 322).

Com efeito, há circuitos nos quais se quer valorizar atividades de solidariedade, de participação comunitária ou de sustentabilidade ambiental. Nestes casos, de acordo com Zelizer (2011), atribuem-se valores e preços de uma maneira valorativa e não somente permeada pelo cálculo econômico “racional”. Havendo espaço para a negociação, relações de afeto acabam pesando na determinação do preço. Uma mesma atividade, como mencionou a autora (ibid.), pode ter distintos valores de acordo com a pessoa que a executa.

A questão valorativa ou ideológica, por assim dizer, é ainda mais marcante em bancos de tempo⁹. Isto ocorre porque eles baseiam suas trocas e, portanto, sua formação de preços, em horas despendidas na realização do bem ou serviço. Ainda que exista uma certa flexibilidade na negociação (exemplo: um corte de cabelo pode levar apenas 30 minutos, mas ainda assim ser valorado em 1 hora), tal característica define ainda melhor o circuito, no sentido de fortalecer o sentido de limite ou fronteira em relação a seu exterior (conforme Zelizer, 2011).

O que ocorre é que utilizar horas como unidade de conta rompe ainda mais o contato com a moeda de curso legal, algo do qual os LETS e outros tipos de moedas locais não conseguem fugir. O caso do banco das horas de Ithaca, nos Estados Unidos, é paradigmático sendo o banco de tempo de maior alcance conhecido até hoje:

Since the currency's creation in 1991, over seven thousand Ithaca HOURS have been issued. Each HOUR, which must be spent in local transactions, is valued at \$10. The organization estimates that through multiplier effects the \$70,000 equivalent has added several million dollars to the local economy. HOURS have gained strong local legitimacy: grants of Ithaca HOURS have been awarded to thirty-five community organizations, political candidates solicit HOURS, the town's Chamber of Commerce accepts them, the Department of Social Services distributes HOURS to its clients, while the local credit union offers HOUR-denominated accounts. During the summer of 2000, in what it was hailed as "the world's largest local currency loan," the Ithaca HOUR system issued three thousand HOURS (\$30,000) to the Alternatives Federal Credit Union; the loan covered 5 percent of contract work involved in building the credit union's new headquarters (*HOUR Town*, Summer 2000). Like their European counterparts, American authorities take Ithaca HOURS seriously enough to impose income and sales tax on transactions taking place within the system (ZELIZER, 2011, p. 322 a 323).

A abrangência das horas de Ithaca é, contudo, algo excepcional no universo dos bancos de tempo. Em geral, tais circuitos são os mais restritos do ponto de vista ideológico e de seu funcionamento econômico. Existem grupos mais puristas que insistem em um forte isolamento de qualquer coisa que se assemelhe a um mercado com fins puramente comerciais e lucrativos. Com efeito, estes buscam ancorar o máximo possível os preços às horas despendidas. Eles muitas vezes justificam esse rigor com um apelo a valores morais de igualdade e comunidade. O caso dos *Time Dollars*, no Canadá, é paradigmático.

⁹ O termo "banco de tempo" é mais comumente usado em português e em espanhol, embora o equivalente em inglês "*Time Banks*" não seja o mais frequentemente empregado para falar deste fenômeno. Entretanto, é comum ver a utilização de termos como "*Time Credits*", "*Time Dollars*" ou "*Time Exchanges*", este último utilizado pela própria Zelizer (2011). Embora possa haver diferenças em funcionamento, regras e organização de acordo com cada terminologia, utilizaremos o termo geral "banco de tempo" o para abranger todas as subcategorias.

Um coordenador central mantém um registro do tempo gasto e recebido: as taxas de câmbio são corrigidas. Ao contrário do sistema de preços negociado HOURS, aqui todas as horas de serviço têm um valor idêntico. E, em contraste com a expansividade do Ithaca HOURS, os organizadores do Time Dollars restringem deliberadamente a gama de serviços e os participantes dentro do circuito. Basicamente, o circuito compreende atividades como cuidados de idosos, tutoria, limpeza de casa ou leitura para os cegos.

Em ambos os sistemas - tanto nos LETS como em bancos de tempo- a própria criação e coordenação de dinheiro local estabelece circuitos distintos de relacionamento interpessoal. No processo de gestão das moedas, por exemplo, os participantes e organizadores acabam criando padrões, instituições e práticas, tais como reuniões locais para decidir a emissão de novas notas, boletins informativos, sites, catálogos de bens e serviços disponíveis, jantares mensais, feiras etc (ZELIZER, 2011). Enfim, tais circuitos recriam e instituem localmente uma série de regras e organizações da vida social, tendo como meio de sua efetivação argumentações morais, políticas e também econômicas.

CAPÍTULO IV: MOEDAS COMPLEMENTARES E DESENVOLVIMENTO: QUAL DESENVOLVIMENTO?

Não é propósito desta tese aprofundar-se na discussão sobre teorias de desenvolvimento local, mas ainda assim, mister se faz deixar claros alguns pressupostos norteadores importantes. O primeiro deles é que, sendo a moeda endógena e, portanto, não-neutra ela é fundamental na determinação da renda na economia, afetando, portanto, o nível de desenvolvimento de uma localidade (AMADO, 2006).

Desta forma, quanto maior a preferência pela liquidez, menor será a aplicação monetária em ativos financeiros e menor será a disponibilidade de crédito. Tal fator resulta em insuficiência de demanda agregada, determinando crucialmente baixos níveis de investimento e de geração de renda e emprego. Em suma, de acordo com esta visão, a moeda se torna endógena e não neutra, ao afetar decisivamente as variáveis reais da economia (TADA e ARAÚJO, 2011).

Ao colocarmos tal perspectiva em termos regionais, percebe-se a importância do estado de incertezas e, portanto, do nível de preferência pela liquidez como determinante do nível de crédito e financiamento bancário disponível para localidades distintas. Neste ponto, uma breve digressão acerca de teorias do desenvolvimento deve ser realizada.

As teorias tradicionais de crescimento e desenvolvimento econômico, mesmo quando se preocuparam com as disparidades regionais e com o subdesenvolvimento, deram pouco espaço à questão monetária. Por exemplo, alguns dos pioneiros da teoria do desenvolvimento, tais como Nurkse (2010) e Rosenstein-Rodan (2010) deram ênfase primordialmente aos aspectos da oferta que obstam o impulso ao desenvolvimento em regiões periféricas.

Em linhas gerais, a escassez de capital, a insuficiência de poupança interna, agravada pelo efeito demonstração - enfatizado por Nurkse (2010) - e a baixa produtividade dos fatores explicariam o subdesenvolvimento. Desta forma, uma possível solução seria a adoção de um bloco de investimentos sincronizado em distintas indústrias, o que produziria o “crescimento equilibrado” e geraria rendimentos para impulsionar a demanda interna.

Por sua vez, os proponentes da teoria da convergência, que expressa argumentos neoclássicos, apontam para a necessidade da livre mobilidade de capitais e para a tendência ao desenvolvimento equilibrado:

A convergência é uma das principais previsões de crescimento desenvolvido por Solow e Swan, sendo uma implicação do pressuposto da existência de retornos decrescentes para os fatores de produção. Pressupõe ainda que a produtividade do capital seja maior em economias relativamente menos avançadas e com isso, a taxa de crescimento será mais elevada nas regiões com menor estoque de capital, acarretando uma progressiva redução nas diferenças de crescimento entre regiões mais e menos avançadas ... [a] convergência da renda *per capita* pode ser resumida como uma tendência de diminuição contínua, no tempo, das diferenças de renda entre as economias mais avançadas e menos avançadas. Neste caso, a moeda apresenta um perfil exógeno no crescimento econômico. Ela não exerce o papel de puxar e sim alimentar o sistema econômico que se apresenta sob certo automaticismo (sic.), como se uma “mão invisível” coordenasse o processo. (RIBEIRO & MAROUVO, 2011, p. 02)

Todavia, apesar de que foram ignoradas por estas visões influentes, as questões monetárias podem afetar o processo de desenvolvimento. Por exemplo, as diferenças em preferências pela liquidez em distintas regiões podem afetar decisivamente os estoques de capital disponíveis para o financiamento de atividades produtivas. Nas regiões periféricas, a preferência pela liquidez é maior ocasionando maior concentração de crédito nas regiões centrais. Assim sendo, ao contrário de uma tendência à convergência, o que se apresenta é uma tendência à concentração e ao aprofundamento da desigualdade regional.

Segundo Myrdal (1960, apud Figueiredo, 2009), o processo de expansão cria externalidades em um movimento dinâmico ao longo do tempo. Tais externalidades são mutuamente reforçadas gerando cada vez maior concentração de investimentos nas áreas centrais. Por sua vez, as regiões periféricas se deterioram através da emigração, da remessa de lucros - embora isto possa ser compensado pelo ingresso de capitais, na medida em que emigrantes enviam remessas autônomas para suas regiões natais - e da importação. No plano monetário-financeiro tal concentração se expressa no sistema bancário e na maturação do mercado de capitais.

Com isto, há maior liquidez nos mercados centrais o que reduz níveis de risco e incerteza, forçando uma baixa nas taxas de juros. Com efeito, isto possibilita financiamentos em larga escala, viabilizando maiores investimentos, reforçando a dinâmica da acumulação e os ímpetus inovadores (SCHUMPETER, 1997).

Como já dito, o estado de incerteza permanente faz com que as decisões de investimento por parte dos empresários sejam tomadas por suas expectativas formadas a partir de convenções (HENRIQUES, 2000). Em outras palavras, significa dizer que a mensuração de risco probabilístico é limitada pelo desconhecimento que se tem acerca das variáveis que

presidem tanto o momento de tomada de decisão quanto os acontecimentos futuros. Com isso, os agentes agem de acordo com informações disponíveis no presente e com o padrão de comportamento de outros agentes.

Em uma sociedade desigual, isto significa que este padrão de tomada de decisões tende a reforçar tal desigualdade, na medida em que, ao verificarem uma situação de baixas oportunidades de retornos em uma dada região e ao formarem expectativas, os bancos acabam por reforçar sua atuação em regiões que convencionalmente são aceitas como dinâmicas. Esse fato, é reforçado pelo processo de hierarquização regional da atividade financeira: a disponibilidade de informações sobre projetos realizados na periferia tende a ser mais escassa. Como afirma Amado (2006):

Dada a base mais remota de informações dos projetos da periferia, os bancos do centro tendem a estender empréstimos para a periferia via projetos de empresas que têm suas sedes no centro, uma vez que, assim, a volatilidade da base de informações é menor. Contudo, isso representa dois problemas fundamentais em termos regionais: a) esses projetos, normalmente, mantêm elos mais estreitos com a economia da região central e, desta forma, apresentam maiores coeficientes de importação que projetos da própria região periférica, reduzindo, dessa forma, tanto os multiplicadores de renda quanto os multiplicadores bancários; e b) esses projetos tendem a usar com maior intensidade ativos da região central para especular e, portanto, causam vazamentos na conta de capitais que se refletem num menor multiplicador monetário. Isso posto, observamos que o favorecimento desses projetos leva a maior perda de reservas por parte do sistema bancário operante na periferia, o que amplia as vantagens comparativas dos bancos com sedes no centro. Assim, temos um sistema de retroalimentação em que a concentração bancária reforça a concentração industrial e esta reforça a concentração bancária. (AMADO, 2006, p. 152)

Portanto, de acordo com o fenômeno da causação circular cumulativa descrito por Myrdal (1968), o baixo número de projetos viáveis é ao mesmo tempo causa e consequência do processo de exclusão financeira. Isto significa que a busca por um processo de desenvolvimento mais igualitário e inclusivo passa pela descentralização da oferta de crédito e de serviços bancários em geral, o que coloca em destaque a importância de políticas públicas que estimulem a interiorização bancária com a concomitante disponibilização de serviços financeiros precificados e segmentados de forma adequada ao perfil das famílias de baixa renda.

Além desses mecanismos de redução das assimetrias financeiras regionais, as moedas complementares também poderiam ter um papel importante na redução das mesmas, de acordo com alguns autores. Para Schraven (2001b), a moeda nacional pode ser incapaz de facilitar as transações em nível local nas regiões periféricas. Isto porque as economias desse

tipo se assemelhariam às economias de países subdesenvolvidos na economia capitalista: seus recursos estariam distribuídos de forma pouco produtiva e com altos níveis de ociosidade, de modo que a moeda nacional fatalmente reforçaria tal desigualdade.

De outra maneira, uma região pobre não teria os recursos monetários suficientes para alavancar sua atividade econômica. Para dificultar mais a situação, devemos lembrar que quando um país detém alguma autonomia em sua política monetária, as eventuais diferenças de competitividade com o resto do mundo que causariam um saldo negativo nas transações correntes poderiam ser equilibradas com uma desvalorização cambial.

No caso de regiões periféricas de nível subnacional, este artifício não seria possível, a não ser em caso de adoção de uma moeda social. Esta, com efeito, poderia potencializar o comércio dessa comunidade aproveitando níveis de capacidade ociosa e poderia modificar de uma maneira favorável a distribuição de recursos no país. Poderia também reter a capacidade produtiva no próprio local, inibindo a migração de pessoas e de capitais, bem como poderia alavancar a produção e o comércio de *non-tradables*.¹⁰ A moeda nacional complementaria o movimento de exportação/importação em relação a outras regiões.

Enfim, as dificuldades que a moeda nacional pode ocasionar numa economia local fragilizada, bem como as vantagens de introduzir uma moeda social complementar, são assim resumidas por Schraven (ibid.):

When ‘money shortages’ are localised, an increase in the national money supply may not alleviate the problem completely or may only achieve this at the cost of general inflation. Additionally, local prices may adjust neither rapidly nor sufficiently to ‘equilibrate’ the local money supply. As settling for generally inefficient barter or non-monetised exchange is clearly undesirable, only the complementary currency option remains. Accordingly, this paper argues that, in a *second-best* world, when the national money fails to facilitate all potential exchanges of a sub-set of the economy that has strong economic interconnections, a *complementary* currency can alleviate this problem. (SCHRAVEN, 2001b, p. 01 a 02)

Os argumentos anteriores refletem implicitamente a importância da oferta monetária em dinamizar a economia em nível local, apresentando a moeda como um elemento facilitador do nível de oferta agregada. De qualquer forma, pode-se deduzir destes mesmos

¹⁰ Na Argentina, na crise de final dos anos 1990 e início dos 2000, a falta de meio circulante quase asfixiou muitas economias regionais. A solução emergencial foi a adoção de quase-moedas provinciais, que permitiam reanimar a economia. De alguma maneira, as moedas locais reproduziram esse fenômeno numa escala bem menor, porque não teriam o aparelho do Estado (provincial, ou até municipal) por trás. (Sobre essa experiência, veja-se De La Torre *et al*, 2003 e Gaggioli-Hoerpel, 2014, entre outros).

argumentos que a adoção de uma moeda local pode aliviar a tendência à concentração financeira caso consiga dinamizar o sistema de trocas e fortalecer a economia, reduzindo a incerteza e a preferência pela liquidez, dado que um dos elementos centrais para a efetivação do uso da moeda social é a geração de confiança entre os agentes, que acreditam que todos os envolvidos aceitarão a moeda:

The store of value in a fiat currency is effectively provided by an implicit provision of credit to the agent who pays with the money. That is, because such money is not backed by any real commodity, its value lies entirely embedded in the trust that the issuing society will repay this debt by accepting the money in return for a service or product. This trust is aided by the legal enforcement of this mutual acceptance. Clearly then, the store of value function of a LETS is logically equivalent to that of a scrip of fiat currency, namely an interest free and tradable form of credit or ‘belief’ (*credo* in Latin). To illustrate this point, the Capitol Hill babysitting co-op (Sweeney and Sweeney, 1977) issues 30 scrip notes to each new member. Suppose the member spends all thirty scrip, at the standard rate this means a consumption of 15 hours of baby-sitting and subsequently awaits the collapse of the system and refuses to trade. Effectively, the member has been credited with 15 hours of labour, interest free. The scrip’s store of value function is provided by the trust and belief that this member will accept scrip at some point in the future, that is, that the credit will be repaid. The argument for fiat money issued by a government, is analogous, albeit on a larger scale. Thus, the store of value function of LETS money is equivalent to that of ordinary money. (SCHRAVEN, 2000, p. 03)

Além da redução das incertezas e seus efeitos na preferência pela liquidez, pode-se partir de outros pressupostos keynesianos para analisar as moedas sociais. Se, como Keynes (1982) afirmava, os salários e os preços não se ajustam prontamente a aumentos no nível de oferta monetária, haveria, sim, espaço para a política monetária estimular o nível de produto real e, no caso que nos ocupa, a economia local. Como afirmam Menezes e Crocco (2009, p. 373):

A criação de uma moeda que se restringe a circular num determinado limite territorial - principal objeto deste trabalho - desponta como mais uma evidência de que a moeda não é simplesmente um “véu que encobre as trocas” numa sociedade capitalista, posto que a principal finalidade de um mecanismo como este é conservar e ampliar a riqueza real no local. Ao contrário da moeda nacional, que tem relação de troca com moedas de outros países, a moeda local não tem validade alguma fora daquele espaço, o que significa que o seu uso tem que se dar ali, invariavelmente. Assim, em vez de realizar consumo e investimento em outros lugares, os detentores da moeda local a empregam na economia local, o que a favorece. (Menezes e Crocco, 2009, p. 373)

Destarte, a afirmação acima, combinada com fundamentos teóricos keynesianos, nos permite já inferir que moedas sociais estimulam o nível de produto local, pois representam um meio de troca mais adequado a este tipo de economia. Em outras palavras, incrementam o fluxo de bens e serviços, indo além do já existente na moeda nacional.

Menezes & Crocco (2009) inserem as moedas sociais num quadro mais amplo de “instituições alternativas de acumulação”:

Elas [as instituições alternativas de acumulação] são de tipos variados e poderiam ser classificadas em quatro categorias: 1) bancos de desenvolvimento comunitários, cuja prioridade seria a recuperação da infraestrutura urbana e realização de empréstimos para negócios locais; 2) uniões de crédito, que oferecem pequenos empréstimos individuais e substituem a atuação de bancos de varejo; 3) associações de crédito e poupança, que são agrupamentos informais que captam poupança e se emprestam ao longo do tempo; e 4) sistemas de troca e comércio locais através de uma moeda paralela à nacional, os LETS (*Local Exchange and Trading Systems*). (Ibid., p. 376).

Dado o alto risco e custos que as instituições financeiras tradicionais caracteristicamente enfrentam (ou acreditam enfrentar) ao procurar atingir clientes em nível micro localizados fora dos circuitos tradicionais tanto na esfera geográfica como na social, as moedas sociais desempenhariam um papel de inclusão essencial. Parece, portanto, que no plano estritamente econômico, as moedas sociais apresentam efeito multiplicador de renda no nível comunitário. Dado que não rendem juros (nem tipicamente funcionam como reserva de valor), sua aplicação se dá somente na esfera produtiva o que denota este elevado nível multiplicador.

Ademais, oferecem proteção à economia local exatamente por não suscitarem qualquer vazamento para a esfera financeira de outras regiões. Em alguns tipos de moedas sociais, tais como bancos de tempo, exerce-se uma espécie de *microkeynesianismo* quando a administração do banco contrata membros com escassez de moeda (créditos de hora) funcionando como empregador de última instância (MENEZES & CROCCO, 2009; TRIGO, 2012). Este *microkeynesianismo*, portanto, oferece uma proteção face às instabilidades econômicas e financeiras que tem marcado a economia mundial nas últimas décadas. Seria, com efeito, o desdobramento econômico de uma reação social aos ditames da economia global.

4.1 REPENSANDO O PAPEL DA MOEDA NO DESENVOLVIMENTO

A seção anterior trouxe um balanço de algumas premissas básicas sobre a relação entre moeda e desenvolvimento econômico e, em seguida, escrutinou alguns estudos teóricos e

empíricos que enxergam possibilidades de as moedas complementares reduzirem assimetrias espaciais e propiciarem o desenvolvimento endógeno dos territórios.

O problema desta visão é que, tendo em vista suas propriedades funcionais limitadas, a capacidade de uso das moedas complementares nos mercados é limitada no tempo e restrita a certos tipos de mercadorias. De acordo com Fare e Ahmed (2018), os esquema de moedas complementares não se parecem com a moeda de aceitação geral, que sela contratos em determinada área geográfica. Ao contrário, elas seriam moedas de propósitos “especiais”, na terminologia de Polanyi (1957).

Com o desenvolvimento de moedas complementares, vemos o surgimento de formas heterogêneas de dinheiro (INGHAM, 2001, 2004; FARE e AHMED, 2018) e, em particular, uma pluralidade de meios de pagamento territorialmente confinados com usos sociais delimitados. Desta forma, tais moedas devem produzir e servir objetivos e valores determinados (ecológicos, sociais, até não capitalistas, etc.) reivindicados por uma comunidade de mercado local. Desta forma,

[...] the creation and development of CCSs¹¹ cannot be grasped within this theoretical conception of money. On the one hand, if one analyses the reasons for which CCSs have come into being, these particular monetary arrangements are not the result of arbitrage on the basis of the comparative transaction costs and yields of different currencies; their emergence is not linked solely either to the problem of liquidity shortage of the official currency or to a monetary crisis that could have led to recourse to alternative currencies. (FARE e AHMED, 2018, p. 7).

As moedas complementares, ao serem criadas com propósitos específicos, demandam flexibilidade teórica para sua análise. Neste sentido, Fare e Ahmed (2018) apontam para a incapacidade tanto de heterodoxos como de ortodoxos de darem conta de seu papel. Ou seja, nem as teorias pós-keynesianas de endogeneidade monetária com sustentação na díade estado-crédito, nem aquelas que postulam a moeda como resultante da eficiência dos mercados deveriam ser consideradas como explicações completas:

Monetary specialists presumably greet monetary initiatives of this sort with a sceptical smile; they see money as a mere tool, supposedly technical; its creation and management are matters for technical experts and legitimate official institutions. Creation of money by actors of civil society is a breach of the traditional practice of monetary sovereignty and of the legal status of national currencies, always held in law to be sovereign and exclusive. National

¹¹ Complementary Currency Systems: um termo que abrange as experiências de moedas complementares, sejam de caráter comunitário ou mais “econômico”.

and supra-national monetary systems today appear always to be characterised by a unitary conception of money and a hierarchical organisation headed by a central issuing authority ensuring the convertibility of private currencies into the central currency and ensuring the stability of the system. (FARE e AHMED, 2018, p. 10).

As teorias baseadas na díade estado e crédito, segundo as autoras, recusam-se a aceitar qualquer moeda que não seja emitida e chancelada pela autoridade do Estado. As moedas complementares, nesse sentido, seriam uma violação à soberania (ibid.). Por sua vez, em outro lado do espectro ideológico, os modelos da *Free Banking School* de Hayek (1978) e Klein (1974) defendem que a pluralidade monetária seria um arranjo ótimo da competição entre bancos que emitiram seus títulos como meios de pagamento. Esta visão prevê a regulamentação apenas pelo mercado e rejeita todas as regras de conversibilidade aplicáveis ao dinheiro privado na conversão para a moeda central. (FARE e AHMED, 2018; BLANC *et al*, 2013).

Destarte, todas essas abordagens defendem procedimentos teórico-metodológicos mais plurais e combinados com contribuições de disciplinas como sociologia e antropologia:

A socio-economic and institutional approach to money seems more helpful in revealing the nature, logics and impact of the complementary monetary practices. Research on this specific perspective started out in the field of economic geography and subsequently moved towards those of socioeconomics and institutional economics. They reject the reductive conception of money as merely a universal means of payment. Money is defined as a fundamental social institution of all societies: the institution that enables people to settle debts thanks to the practices of accounting and payment (FARE e AHMED, 2018, p. 12).

Mas será que as teorias monetárias tradicionais devem ser completamente refutadas na análise de moedas complementares, inclusive aquelas que apresentam alguma flexibilidade para interações com as teorias sociológicas e institucionais, tais como as do circuito e as cartalistas?

A nosso ver, há algum grau de reducionismo em recusar igualmente teorias tão diversas como as da *Free Banking School* e a *State Money*. De fato, empréstimos de análises socioinstitucionais são louváveis e altamente bem-vindos. Mas não seria o Estado uma das instituições organizadoras da sociedade? Organizações sociais não poderiam mimetizar a autoridade estatal em um espaço delimitado e fazer valer seu meio de pagamento? Onde estão as teorias do circuito monetário, que procuram combinar as teorias do Estado-Crédito e ainda enfatizar a ideia da moeda como uma relação social de dívida? Por fim, não se pode ignorar

uma tendência de criação de moedas locais amparadas por governos locais. Seu sucesso provaria, pelo menos em parte, a acurácia das teorias estado-crédito.

Para Fare e Ahmed (2018, p. 11), as moedas complementares têm seus impactos relacionados mais a aspectos da vida social e política do que aos econômicos:

CCSs can be seen as social organisations with political aims, their objective being to construct, by means of collective action, new economic and social bonds that respect new values rather than the prevalent capitalist norms. In these new systems, the bonds formed between participants are not merely social; they are also “politicised”, as Laacher (2003) has rightly pointed out. In most cases these bonds are established outside conventional political structures, representatives and spaces.

A nosso ver, Fare e Ahmed (2018) acabam por não construir ou propor uma análise monetária das moedas complementares. Ainda que façam críticas importantes com relação a distintas escolas de teoria monetária quanto à sua incapacidade em enxergar o pluralismo monetário - e, mais anda, as moedas de cunho social e comunitário -, as autoras deixam a seguinte pergunta sem resposta: por que criar moedas locais se elas não cumprem o objetivo principal de uma moeda, qual seja, o de permitir as trocas e a circulação de bens e serviços?

4.2 COMO AS MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES PODEM AFETAR A VIDA SOCIAL E ECONÔMICA DE SEUS TERRITÓRIOS

O segundo pressuposto relacionado à discussão sobre moeda e território é que, reconhecendo as assimetrias econômicas regionais, algumas teorias de desenvolvimento local apresentam este problema de maneira holística, ou seja, o efeito de *catch up* de uma localidade pode ser alcançado através da mobilização de múltiplas capacidades tais como o empreendedorismo com foco em pequenas empresas, governos locais e organizações baseadas na comunidade. Este conjunto pode ser rotulado como teorias da ‘regeneração econômica local’ (GOMEZ, HELMSING, 2008).

Todavia, a confiança depositada fundamentalmente na promoção de investimentos produtivos privados e/ou públicos constituiria uma estratégia que envolve um certo risco, pois poderia criar maior concentração econômica. Para evitar isso, as comunidades deveriam participar ativamente, acompanhando de perto esses processos:

External investment, attracted through growth center strategies, would result in local enclaves (branch plants), increasing intraregional inequalities. Therefore, this must be complemented by policies to raise local content and local control. The former implies the need for raising local human capacities and mobilizing entrepreneurship, and the latter calls for decentralization and more local autonomy in regional policy. Cofey and Polese thus considerably broadened the analytical horizon by stressing the social conditions shaping entrepreneurship and the need to involve local communities to redefine their own destinies. Social animation and restructuring of local communities and small enterprise development constitute the core of their complementary LED policy prescriptions for lagging or peripheral regions (GOMEZ, HELMSING, 2008, p. 2492).

Como já vimos, há um relativo consenso entre estudiosos das moedas locais que estas representam em parte manifestações de resposta ao advento da globalização (PACIONE, 1999; BÚRIGO, 2011). Neste sentido, elas significariam não só um apelo de recuperação das comunidades sobre seus territórios (FARE, FREITAS e MEYER, 2015) como também uma maneira simbólica de contestar o poder do mercado financeiro e o controle da moeda pelos bancos (INGHAM, 2002). Porém, de acordo com Helmsing (2003), as teorias e as políticas de desenvolvimento local também sofrem um redirecionamento neste período de globalização dos mercados.

Segundo o autor, o ajuste estrutural e a liberalização dos mercados impactaram o contexto econômico de regiões e comunidades. Os governo centrais perderam protagonismo na formulação de políticas e também na regulação dos mercados, que passam a ser vistos como os principais veículos do crescimento e da melhor alocação possível de recursos.

Entretanto, uma das tristes lições do ajuste estrutural é que a resposta de investimento do setor privado, sobre a qual as agências de Bretton Woods tinham grandes expectativas, não ocorreu a contento, sobretudo em países em desenvolvimento. A justificativa para esse resultado muito pior que o esperado pelos defensores dessa liberalização estaria em que sem um ambiente institucional adequado, com direitos de propriedade garantidos e com instituições locais que reduzam assimetrias de informação e, por conseguinte, os riscos de mercado, o desenvolvimento em todos os níveis, inclusive no nível local encontraria entraves para sua efetivação.

Neste sentido, a globalização dos mercados retira a proteção e a interdependência que pequenos produtores tinham em relação a seus pequenos espaços econômicos. A posição geográfica já não garante mercados para os produtores locais que agora competem com redes de transporte e informação globais e que permitem, portanto, a chegada de produtos de outros cantos. Desta feita, um novo conceito de desenvolvimento econômico

local deve abranger a mobilização de distintos recursos advindos do setor público, do privado e da sociedade civil.

Ademais, há de se estruturar em múltiplos níveis, garantindo a coprodução entre agentes comunitários, empresas, governos locais e estruturas público-privadas de escala nacional ou mesmo global (EVANS, 2008; OSTROM *et al*, 2001).

Neste sentido, Helmsing (2003) propõe duas abordagens sobre desenvolvimento local com o intuito de atualizar a discussão sobre o tema. A primeira abordagem seria destinada à escala micro territorial, chamada de *community economic development*. Seus objetivos seriam promover: a) um senso de comunidade; b) auto-ajuda e empoderamento; c) contribuir para a geração de (auto)emprego; d) melhorar as condições de vida e de trabalho da população em questão; e) criar serviços públicos e comunitários.

A segunda, denominada *enterprise development* consiste no fortalecimento do processo de formação de conglomerados nas comunidades locais, dando origem a novos empreendimentos e integrando-os nas cadeias produtivas correspondentes, seja por novos investimentos de produtores locais existentes, seja por atração seletiva de empresas externas, ou uma combinação de ambos.

Há ainda um terceiro grupo de visões que apregoam formas alternativas de desenvolvimento econômico local. Neste campo, os estudos procuram analisar organizações que existem de maneira paralela ao mercado ou mesmo procuram constituir-se em alternativas a ele. Isto ocorre por uma série de questões diversas, como a própria exclusão permanente de pessoas e regiões das principais redes de comércio nacional e internacional, além da própria escolha em não participar de maneira subordinada na ordem econômica vigente (*ibid.*). Neste grupo de visões insere-se o conceito de *selective spatial closure* proposto por Stöhr e Todtling (1977).

Nesta visão, os autores criticam as políticas de desenvolvimento local promovidas por instituições pouco descentralizadas, que privilegiam estratégias que ignoram atributos institucionais e não-materiais das localidades afetadas. Em geral, são instituições que estão pouco permeáveis às necessidades locais e se orientam para processos de exportação e crescimento voltados para escalas nacionais ou globais. Assim sendo, os autores propõem o conceito de *selective spatial closure* (encerramento espacial seletivo), que defende uma maior equidade entre regiões nas estratégias de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, para que as regiões consigam promover em algum grau o encerramento espacial seletivo, preservando alguns de seus recursos e potencialidades, a ideia de desenvolvimento local precisa passar por algumas reconsiderações:

- a) Abranger o conceito de desenvolvimento espacial para além de questões voltadas para soluções de mercado (*market-driven policies*), considerando também processos políticos e sociais;
- b) Considerar de maneira saudável a descentralização espacial dos processos de decisão sobre integração e desenvolvimento econômico, restringindo os processos decisórios verticalmente impostos e abrindo espaço para gestões surgidas de relações mais próximas e de circuitos menores;
- c) Dar atenção a instituições que vão além do mercado, as quais se situam na base das interações sociais entre os indivíduos e desses com o meio ambiente.

Desta forma, o conceito de encerramento espacial seletivo amplia o escopo da análise teórica e da proposição de políticas públicas sobre o tema. Ainda mais, ele combina tanto aspectos do *community economic development* e do *enterprise development*, dando abertura a organizações que venham de base arraigadamente instituída em territórios e suas respectivas interações sociais.

Em estudo sobre as redes de moedas locais da Argentina entre os anos de 1995 e 2002, Gomez e Helmsing (2008) utilizam o conceito de encerramento espacial seletivo e apresentam alguns resultados interessantes. Segundo os autores, nos clubes de troca visitados, 65,40% da oferta total (medida a partir de questionários nos quais os participantes declararam sua participação econômica nos circuitos) dessas redes teve sua origem na produção local através de quatro maneiras diferentes.

Em primeiro lugar, os próprios participantes produziram 28% dos bens à venda, representando um significativo valor acrescentado ao circuito local. Em segundo lugar, criou-se um impulso na demanda local com as atividades de revenda: 18% dos participantes compravam produtos denominados em pesos e os inseriam para venda nas redes, adicionando assim produtos que antes não poderiam ser nelas demandados. Em terceiro lugar, até 10,50% da oferta era produzida a partir de bens descartados por terceiros como sucata, processo que nem sempre estimula a produção local, mas que reduz a quantidade de resíduos originados localmente. Em quarto lugar, lojas e empresas da economia formal (monetária) participaram em redes de troca vendendo seus estoques ociosos e seus excedentes de produção, constituindo cerca de 9% da oferta. Em resumo, as moedas locais, naquele contexto de abundância de recursos ociosos, promoveram a atividade econômica na área aumentando a produção, fornecendo resiliência territorial diante da crise econômica e permitindo às pessoas

aproveitarem suas habilidades nestas redes. Muitas delas, ainda segundo Gomez e Helmsing (2008) encontravam-se previamente desempregadas e, através da autoprodução conseguiram rendimentos e uma inserção nas atividades produtivas. Em suma:

Under the protection of selective spatial closure provided by the local currency, household members can re-deploy skills and competencies, which become idle as a result of the loss of formerly held jobs. They develop new skills and competencies or start deploying them outside the household, also engaging household members who previously were not economically active. (GOMEZ & HELMSING, 2008, p. 2497).

Neste caso argentino, é importante mencionar que o processo de encerramento espacial seletivo permitiu o aumento da produção própria, o processo de reciclagem - ou reutilização - de produtos e o surgimento de mecanismos de revenda - neste caso, muitas pessoas compravam produtos em pesos e os revendiam nas redes locais. Isso indica a efetivação de um incremento no fluxo circular na vida local e no qual a (re)venda de produtos básicos de alimentação e vestuário se constituía em um importante nó por onde se fazia a ponte entre a economia das redes e os demais circuitos da economia nacional.

Entretanto, é importante mencionar que o estudo de Gomez e Helmsing (2008) abarcou 44 casos de moeda local na Argentina no início da década de 2000 - ainda assim uma amostra de um universo muito maior. Isto significa que o tamanho significativo da rede argentina à época - cerca de 2,5 milhões de participantes (ibid.) - pôde combinar tanto os efeitos de desenvolvimento comunitário como o de desenvolvimento empresarial. Foi uma resposta abrangente dos indivíduos e grupos em reação à aguda crise econômica desse período.¹²

Nesse sentido, em linhas gerais, experiências de moedas locais com escalas maiores podem talvez ter algum impacto no desenvolvimento de empresas. Mas no geral, podemos afirmar que a maioria delas parece atuar com importante impacto no plano das famílias e dos indivíduos, ativando recursos sociais e econômicos a nível comunitário.

Aprofundando um pouco mais esta discussão, Gomez (2006) introduz o conceito de localismo monetário, cuja conceituação refere-se a iniciativas que procuram enraizar as trocas em determinada área geográfica com vistas a transformar o sistema monetário. Tais sistemas concretizaram-se de diversas maneiras ao longo da história adaptando-se a distintos

¹² A Argentina implementou uma âncora cambial com o peso atrelado ao dólar ao longo dos anos 1990 e isto a deixou consideravelmente vulnerável às volatilidades dos fluxos de capitais internacionais. O fim da década presenciou uma série de crises em países emergentes - tais como os tigres asiáticos e a Rússia - que acabaram impactando as economias de países como o Brasil e a Argentina. No caso Argentino, a fuga de dólares disparada por tais processos contribuiu para desmonetizar a economia, o que explica a proliferação das moedas complementares.

contextos socioeconômicos. Em vários casos, tais moedas apresentavam caráter eminentemente complementar à moeda oficial e surgiam em decorrência de severas crises econômicas.

É o caso do Worgl austríaco, moeda emitida pelo município de mesmo nome em 1932 como resposta aos efeitos da crise de 1929. Na mesma época, várias moedas complementares emitidas por autoridades locais surgiram em cidades dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha etc.

Os casos de moedas complementares mais recentes - a maioria delas com a denominação de *community currency systems* - tiveram como embrião a experiência da pequena cidade de Courtenay, na ilha de Vancouver, Canadá, em 1984. A economia local dependia de duas organizações: de uma base da Força Aérea dos Estados Unidos e de uma madeireira que fornecia matérias-primas para a indústria de papel.

A primeira foi transferida e a última foi à bancarrota, deixando a cidade em colapso econômico e desemprego. Um cidadão local decidiu então contornar a situação aceitando outros meios de pagamento por seus serviços. Ao longo dos anos, a iniciativa Courtenay cresceu para 1.000 membros e ajudou os participantes locais a compensar alguns efeitos da crise econômica (ZELIZER, 2011; GOMEZ, 2006; THORNE, 1996).

Nas últimas décadas, portanto, os esquemas de moedas complementares e comunitárias proliferaram ao redor do globo. Segundo Thorne (1996), havia 300 sistemas de crédito mútuo (*Local Exchange Credit Systems - LETS*) no Reino Unido na década de 1990. É difícil precisar um número exato para tais experiências hoje em dia, pois apresentam uma dinâmica de criação e desaparecimento bastante volátil. No Brasil, uma matéria escrita em meados de 2018 afirmava que haveria 103 bancos comunitários de desenvolvimento¹³ - experiências que combinam a emissão de moeda social lastreada em reais com microcrédito a camadas populares com juros baixos ou nulos.

Segundo Gomez (2006), em 2006 havia 2.700 - considerando todos os tipos de moedas complementares - ao redor do mundo. É possível que este número tenha aumentado após as crises do subprime e da zona do euro, permanecendo assim na casa dos alguns milhares.

Em sua maior parte, as moedas complementares atuais se assemelham menos a experiências como o Worgl do que à empreitada de Robert Owen que, em, lançou um tipo de moeda que tinha seu valor atrelado à quantidade de tempo trabalhado na produção de um bem ou serviço (GOMEZ, 2006) - seria o embrião dos modernos bancos de tempo e, de certa forma,

¹³ **A Maior Favela De São Paulo Vai Ter Um Banco E Uma Moeda.** Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/05/09/economia/noticia/paraisopolisem-sao-paulo-vai-ter-um-banco-e-uma-moeda-proprios-1829435>>. Acesso: 30 jun. 2018.

de outras moedas que não necessariamente estão atreladas às horas de trabalho, mas que possuem ideais de transformação social com propostas de economias alternativas (SCHROEDER, MIYAZAKI & FARE, 2011).

Em outras palavras - e seguindo a distinção proposta por Blanc (2002) -, boa parte das moedas complementares atuais restringem-se a comunidades ou a um número delimitado de participantes e voluntários. A moeda, portanto, seria um meio de efetivar e consolidar um circuito de relações sociais e trocas culturais (ZELIZER, 2011).

Diferem, portanto, de moedas enraizadas em territórios circunscritos por emissores centrais, geralmente autoridades públicas. Todavia, há alguns exemplos recentes de moedas complementares deste tipo, como o Patacón, emitido pelo governo da província de Buenos Aires criado em 2001, no auge da crise econômica argentina e a moeda Grama, de Santa Coloma, Espanha, iniciada em 2017.

Neste caso, portanto, a maioria dos esquemas de moedas complementares, ao atuarem em nível microespacial demandam teorias de desenvolvimento territorial alternativas. Desta feita, os aportes de conceitos como capital social - conforme veremos na próxima seção - e de encerramento espacial seletivo podem nos dar ferramentas teóricas relevantes para a abordagem do objeto. Ainda assim, suspeita-se que as teorias monetárias pós-keynesianas podem nos ser úteis em casos em que a moeda circula em escala um pouco maior - caso da Sardex - e/ou onde ela é emitida por um governo local - caso da moeda Mumbuca.

4.3 DESENVOLVIMENTO VINDO DE BAIXO: MOEDAS SOCIAIS E O CAPITAL SOCIAL DAS COMUNIDADES

A existência de laços de confiança e de valores partilhados, entre outras características, representa um fator essencial para que as moedas sociais possam contribuir plenamente no desenvolvimento das comunidades. O conceito de capital social, cuja aceitação tem crescido ao longo das últimas duas ou três décadas, condensa boa parte dessas características favoráveis ao desenvolvimento.

Há muitos estudos que enfatizam a importância cada vez maior das redes sociais locais nos processos de desenvolvimento. Segundo Evans (2008), investimentos em capital humano são necessários em um desenho institucional que permita uma deliberação mais democrática acerca dos rumos do desenvolvimento, agora mais atrelados ao desenvolvimento das capacidades humanas.

Isto, por suposto, não retira a importância dos investimentos públicos e da condução do estado nos rumos da economia. A diferença é que agora, as sinergias entre comunidades e famílias são essenciais no que se refere à coprodução e ao fortalecimento de redes e de decisões econômicas, políticas e sociais que partam de baixo para cima.

Na mesma tendência Woolcock (1998), relativiza a importância do capital físico e humano para o desenvolvimento econômico, dando maior ênfase ao capital social. Segundo ele, os requisitos relacionados ao capital físico - embora relevantes e necessários - teriam pouca importância se não pudessem ser disseminados pela sociedade.

Evidentemente isto requer que os indivíduos estejam inseridos em redes e grupos, nos quais a comunicação e a circulação de informações e ideias sejam facilitadas. Cada indivíduo está inserido num grupo ou comunidade que pode lhe fornecer acesso a redes sociais profissionais, políticas e culturais. Assim sendo, o de capital social poderia ser definido como:

[...] a broad term encompassing the norms and networks facilitating collective action for mutual benefit. *Ceteris paribus*, one would expect communities blessed with high stocks of social capital to be safer, cleaner, wealthier, more literate, better governed, and generally "happier" than those with low stocks, because their members are able to find and keep good jobs, initiate projects serving public interests, costlessly monitor one another's behavior, enforce contractual agreements, use existing resources more efficiently, resolve disputes more amicably, and respond to citizens' concerns more promptly. (WOOLCOCK, 1998, p. 155)

Logo, o capital social é uma forma de capital tão importante quanto o capital físico e o humano, pois a sua posse permite acesso a determinados grupos, redes, informações e normas, potencializando contatos e relações psicossociais, bem como acesso a bens materiais através daquelas. Para Putnam (1994), a definição de capital social está mais diretamente ligada à produtividade e às formas mais comumente conhecidas de capital:

By analogy with notions of physical capital and human capital - tools and training that enhance individual productivity - "social capital" refers to features of social organization, such as networks, norms, and trust, that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit. Social capital enhances the benefits of investment in physical and human capital. (PUTNAM, 1994, p. 6 e 7).

Assim, segundo o autor, o trabalho cooperativo - ao carregar em si a existência de capital social - pode facilitar a obtenção de bens e serviços, estimular a produtividade, a cidadania, diminuir problemas sociais, aumentar laços de solidariedade e confiança e uma série

de outros benefícios econômicos e sociais. Destarte, o conceito de capital social pode contribuir com diversas áreas disciplinares permitindo uma visão mais ampla do conceito de desenvolvimento socioeconômico.

A título de exemplo, pode-se sugerir que densas e profundas redes comunitárias e sociais podem ser parte importante da explicação do sucesso do capitalismo em países asiáticos. Em clãs baseados em laços familiares, assim como entre grupos étnicos ou comunidades rurais, a existência de capital social pode diminuir custos de transação, disseminar informações, técnicas e inovações, bem como nutrir elos de confiança. A existência de redes também facilita a colocação de pessoas no mercado de trabalho, influência nas estratégias dos empresários e alimenta a formação de capital humano (PUTNAM, 1994).

Por ser, como outras formas de capital, um dispositivo que exige tempo para acumulação e maturação, o capital social necessita de políticas para seu estímulo e manutenção quando já existe em quantidade considerável. Embora seja difícil de mensurá-lo, é possível atestar que seus benefícios permeiam todo e qualquer “progresso” no capital humano e físico. Isto significa que a perda de capital social - embora não se possa falar em depreciação, assim como em outras formas de capital - pode ter efeitos muito mais danosos do que a diminuição de capital fixo ou mesmo distanciamento tecnológico entre empresas e/ou países. Como Putnam (1994) afirma, destruir social capital pode ter um efeito pernicioso e generalizado para o conjunto da sociedade:

Conversely, when considering the effects of economic reconversion on communities, we must weigh the risks of destroying social capital. Precisely because social capital is a public good, the costs of closing factories and destroying communities go beyond the personal trauma borne by individuals. Worse yet, some government programs themselves, such as urban renewal and public housing projects, have heedlessly ravaged existing social networks. The fact that these collective costs are not well measured by our current accounting schemes does not mean that they are not real. Shred enough of the social fabric and we all pay. (Ibid., p. 13)

De acordo com Pantoja (2002), Reid & Salmen (2002) e Grootaert *et al* (2004), existem seis dimensões do capital social. A desagregação em cada uma dessas dimensões deixa claro como elas beneficiam as unidades econômicas ao facilitarem a integração social e produtiva entre agentes. São elas:

- Grupos e redes: incluem-se nesta categoria as questões que procuram explorar a natureza e a extensão da participação dos membros dos vários tipos de organizações sociais e redes informais; como eles

contribuem e como recebem influência dela. Também procura analisar a diversidade dos membros de um dado grupo assim como a maneira em que são os escolhidos os líderes.

- Confiança e solidariedade: procura captar as relações de confiança, solidariedade e reciprocidade entre os membros de um grupo, vizinhos, provedores de serviços e estranhos.
- Ação coletiva e cooperação: como os membros de uma organização trabalham e participam em resposta a uma crise e que possíveis sanções podem ocorrer para membros que violem as regras.
- Informação e Comunicação: procura investigar como as famílias obtêm acesso a informação sobre mercados, serviços públicos etc.
- Coesão Social e Inclusão: procura averiguar as formas de diferenciação existentes dentro dos grupos e quais grupos podem ser estar excluídos de serviços públicos. Em geral, todas as formas de interação social interessam aqui.
- Empoderamento e Ação Política: questões sobre o senso de felicidade, confiança e autoeficácia dos indivíduos no que tange a influenciar eventos locais e instituições de nível mais abrangente.

Em resumo, Grootaert *et al* (2002b) aprofunda a relação entre capital social e desenvolvimento econômico, em suas palavras:

Social capital affects economic development mainly by facilitating transactions among individuals, households, and groups in developing countries (...) [P]articipation by individuals in social networks increases the availability of information and lowers its cost. This information, especially if it relates to such matters as crop prices, location of new markets, sources of credit, or treatments for livestock disease, can play a critical role in increasing the returns from agriculture and trading (Grootaert *et al*, 2002b. p. 08).

Embora seja um conceito abrangente e disputado por diversas correntes teóricas, há um relativo consenso de que a existência de capital social é boa para as sociedades em aspectos multifacetados que vão desde o engajamento político ao desenvolvimento econômico. Todavia, se os laços comunitários são tão grandes que exigem enormes sacrifícios dos indivíduos e/ou provocam o decorrente fechamento do grupo a outras redes, a existência excessiva deste capital social pode ser nociva.

Novas oportunidades podem ser perdidas a partir de inovações, oportunidades de negócios e mudanças culturais que venham de fora. Assim sendo, o papel do capital social

no desenvolvimento local deve ser enfatizado, mas seus limites também devem ser apontados. As moedas sociais, com efeito, parecem contribuir nos aspectos razoáveis e eficazes de capital social na medida em que constituem primordialmente elos de troca com atributos comerciais, financeiros e econômicos, sem agregar em seu bojo características potencialmente limitadoras quanto a nacionalidade, religiosidade ou etnicidade.

Da mesma forma, Ostrom *et al.*, (2001) atribuem uma série de benefícios a projetos comunitários, destacando a importância de capital social para o bom funcionamento dos serviços públicos tais como saneamento básico, educação, saúde e outros. É preciso salientar, contudo, que para alcançar isso os benefícios da produção em comum devem exceder seus custos em organização, fiscalização e punição dos indivíduos que violem as regras. Por exemplo, ao se referir a estudos sobre como agricultores no Nepal manuseiam seus recursos comunitários, Ostrom (2002) destaca que:

Thus, farmers with long-term ownership claims, who can communicate, develop their own agreements, establish the positions of monitors, and sanction those who do not conform to their own rules, are more likely to grow more rice, distribute water more equitably, and keep their systems in better repair than is done on government systems. (OSTROM, p. 04, 2002)

Experiências completamente individualistas podem provocar o sacrifício de recursos naturais e criar externalidades negativas para os vizinhos; da mesma forma, projetos liderados de forma unidirecional pelo governo podem causar pouco efeito na medida em que muitas vezes seus projetos se baseiam em tecnologia sofisticada, enquanto que as faculdades produtivas dos membros da comunidade podem não ser compatíveis com tais requisitos, de modo que eles acabam tendo pouco a contribuir com a manutenção dos empreendimentos.

Adicionalmente, entendemos que para entender melhor a importância das moedas sociais no processo de desenvolvimento, resulta proveitoso emprestar alguns conceitos introduzidos por Amartya Sen (2000), como os de capacidades humanas, *agency* e “desenvolvimento como liberdade”. Com efeito, considerações acerca de moedas sociais - e da economia solidária em geral - somam-se ao redirecionamento conceitual que as teorias do desenvolvimento vêm passando nos últimos decênios. Tal redirecionamento retira a ênfase excessiva no crescimento econômico, nas teorias de *catch up* industrial e nas narrativas histórico-estruturalistas.

Embora todas estas teorias sejam de grande fôlego no âmbito histórico narrativo e macroestruturais do ponto de vista econômico, social, institucional, geográfico, considera-se que é necessário pensarmos o desenvolvimento como sendo também propiciado pelo

empoderamento das pessoas, suas redes de relações sociais, suas capacidades, liberdades etc. Isto porque o aquecimento das economias locais que as moedas sociais suscitam, assim como o aumento do contato entre os indivíduos, pode fortalecer a condição de agentes dos membros envolvidos:

Ampliar as liberdades dos indivíduos é fomentar e respeitar a sua condição de livre agir com base na razão. No arcabouço conceitual do desenvolvimento como liberdade, o desenvolvimento é um processo que envolve fundamentalmente a condição de agente das pessoas. Contudo, a condição de agente pode ser limitada por vários fatores “externos”, como a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis etc. Por isso, uma parte importante das políticas de desenvolvimento consiste em identificar e combater fatores como esses, chamados por Sen de “fontes de privação das liberdades dos indivíduos”. (PINHEIRO, p. 14, 2012).

Ora, se as moedas sociais têm a capacidade de combater a exclusão financeira, inserindo pessoas no sistema produtivo local e, em alguns casos, no acesso ao crédito, as privações básicas elencadas por Sen (2000) podem ser parcialmente sanadas, de modo que o agente possa emergir. Neste sentido, a busca pelas liberdades substantivas - como conhecimento, liberdade de expressão, boa saúde, etc. - pode ser facilitada pela participação em esquemas de moedas sociais, já que estes podem ocasionar liberdades instrumentais, tais como acesso a crédito, renda e outras disponibilidades econômicas; o uso dessas moedas pode também dar garantias de transparência que significam confiança e interação social entre indivíduos, amplificando as oportunidades sociais advindas desta interação.

Com efeito, outros autores como Singer (2009), Seyfang (2004; 2006), Panther (2012), Miller (2008) e Ozzane & Ozzane (2009) apontam para o fortalecimento dos laços de interação, confiança e solidariedade entre os participantes de organizações de moeda social. Como o funcionamento das trocas depende da confiança, já que não existe mecanismo de juros como proteção quanto ao risco, os bancos e/ou administradores promovem reuniões e encontros que estimulam a participação e a interação entre os membros. Segundo Nakazato & Hiramoto (2012), as experiências de moedas sociais baseiam-se em motivações de reciprocidade, redistribuição e sustentabilidade, o que coloca indagações mais amplas para a agenda de pesquisa acerca do desenvolvimento:

In sum, researchers of community currency must establish a “social” approach towards it. An analysis capable of empirically explaining the “social” realities of transactions as well as the nature of effects brought to communities needs to be conducted. As for the former, the employment of a new economic-

sociology approach can be cited as a candidate (Nakazato, 2007). This approach analyses economic actions conducted in social structures, particularly from the viewpoint of “embeddedness” into a social network structure surrounding the actor. (NAKAZATO & HIRAMOTO, 2012, p. 125)

Deve-se mencionar, também, que a maior parte das trocas consiste na realização de serviços, o que força necessariamente o contato pessoal. Registram-se também outros benefícios, como a geração de novas habilidades - ou o aumento de habilidades prévias - em pessoas possivelmente excluídas do mercado de trabalho. Isto funciona como um reforço da autoestima e da coesão social, conduzindo ao empoderamento tanto individual quanto coletivo. Por fim, ainda nas palavras consensuais destes autores, a geração de capital social parece ser uma constante em organizações deste tipo, o que inclusive permite revitalização de comunidades degradadas e periféricas.

CAPÍTULO V: ESTUDOS DE CASO

Analisaremos neste capítulo os estudos de caso levantados nesta pesquisa. Escolhemos cinco tipos de moedas sociais ou complementares, cada uma com suas características particulares, de modo a termos uma visão mais abrangente do fenômeno. Os casos são:

- A moeda social La Turuta, da cidade de Vila Nova i la Geltrú, nas cercanias de Barcelona. Trata-se de uma moeda com o duplo propósito de fortalecer a economia local e de conscientizar a população envolvida acerca de questões ecológicas e sociais. É uma moeda complementar, com valor indexado ao euro.
- A moeda Sardex, que foi criada com o propósito de estimular as trocas entre as empresas da ilha de Sardenha, na Itália. É uma moeda *Business to Business* (B2B), ou seja, só circula entre as empresas participantes. É também um típico esquema de crédito mútuo ou LETS (Local Exchange Trading Systems) na denominação em inglês.
- A moeda Mumbuca, gerida pelo Banco Comunitário Mumbuca, da cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um típico caso de moeda social brasileira: emitida por um banco comunitário, indexada ao real (conforme a Nota-Jurídica PGBC-5927/2011, de 29 de julho de 2011, emitida pelo Banco Central do Brasil) e que, portanto, circula de maneira complementar à moeda nacional. Os bancos comunitários possuem uma caracterização típica de instituições de finanças solidárias, onde coexiste a ideia de uma moeda social com identidade territorial-solidária juntamente com o propósito de estímulo ao consumo e às empresas locais via microcrédito. Além disso, é o único caso aqui analisado em que todo o montante de circulação monetária é determinado pela autoridade pública - no caso a prefeitura de Maricá -, sendo o banco comunitário o responsável pela gestão e representatividade da política pública perante a população.
- A moeda Puma, da cidade de Sevilha, Espanha. Esta também é uma LETS, porém possui um caráter econômico oposto ao da Sardex: trata-se de uma moeda com forte caráter de contestação social, pois está ligada a uma luta histórica da comunidade do Pumarejo (um antigo casarão histórico da cidade) para reaver um bem público de identidade local. Tem por objetivo criar uma rede de “prossumidores” que atuem

na valorização da economia solidária, no empoderamento feminino e na valorização de uma economia ecologicamente sustentável.

- O banco de tempo TimeBank.cc, que possui membros em diversas cidades, mas cujo núcleo principal fica em Haia, Holanda. É o típico caso de uma moeda de tempo, cuja unidade de conta são as horas gastas na prestação de serviços ou na produção de bens. Não há claramente uma ideologia associada a esta organização, mas - como em quase todos os bancos de tempo - os associados buscam inserir-se em redes sociais e grupos, contestando - ainda que de maneira não totalmente declarada - o individualismo da vida econômica e social.

Toda a discussão teórica realizada até o momento teve como função dar subsídios para a análise dos dados levantados e apresentados abaixo. Estes, por sua vez, foram coletados em duas etapas da pesquisa. A primeira delas ocorreu entre os meses de abril e julho de 2017, quando visitamos as experiências localizadas na Europa, como o TimeBank.cc em Haia, a moeda La Turuta, na Catalunha e a moeda Puma em Sevilha.

No caso da Sardex, não foi possível fazer uma visita à Sardenha, mas contamos com conversas por Skype com Paolo Dini (um dos assessores principais) e, por e-mail, com Lorenzo Pinna (um dos organizadores). As visitas serviram para um primeiro contato com organizadores e participantes e para ter uma visão geral dos casos, sendo que a principal fonte de dados desta pesquisa foram os questionários, os que ficaram disponíveis online para todos os usuários das moedas em questão. No caso da moeda Mumbuca, as visitas ocorreram na segunda etapa, em janeiro e em maio de 2018 e, da mesma maneira, a principal fonte de dados veio de questionários distribuídos fisicamente aos participantes.

5.1 ANÁLISE DA MOEDA SOCIAL LA TURUTA

As informações sobre a moeda comunitária La Turuta foram coletadas de duas maneiras: ao longo de junho de 2017, duas visitas foram feitas à cidade de Vila Nova i la Geltrú para observar o projeto e conversar com participantes e organizadores. Nestas visitas, foram coletados documentos informativos sobre o funcionamento da moeda La Turuta, os quais em grande medida explicam a contento o fluxo circular da moeda local. Entre tais, o texto intitulado *El árbol de enriquecimiento local de la turuta*, editado pela *Associació ECOL3VNG* - organização cooperativa da cidade de Vila Nova i la Geltrú - traz com grande riqueza todo o processo de criação e destruição monetária, bem como a função de cada agente no sistema e

suas relações com o euro, entre outras coisas. Além disso, nos foi concedido acesso à plataforma online do sistema Turuta, onde pode-se verificar o dia-a-dia de transações, ofertas, demandas, avisos, reuniões e outras questões relevantes da vida do referido sistema.

Por fim, foram enviados questionários aos usuários da moeda com perguntas que procuram captar informações sobre o circuito da moeda, bem como seus possíveis impactos na economia local. A análise dos questionários será feita na seção posterior.

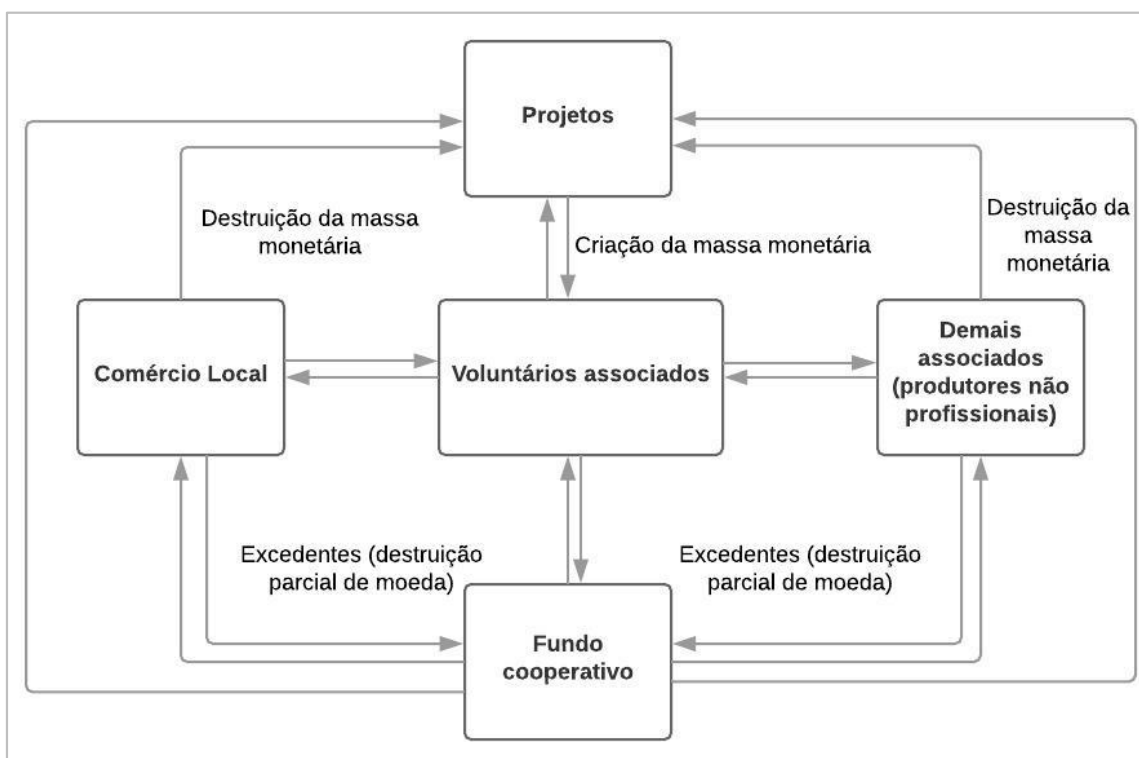
Por fim, os trabalhos de Dalmau e Dastis (2017) e Hirota (2018) também se debruçaram em analisar a moeda La Turuta, o que nos dá alguma base de partida teórica e metodológica.

5.2 ANÁLISE DO CIRCUITO DA MOEDA LA TURUTA

A criação da massa monetária de Turutas dá-se a partir de projetos desenvolvidos em âmbito comunitário pela *Associació ECOL3VNG*. Tais projetos são decididos em assembleias dos membros da associação e basicamente consistem na recuperação de terras públicas para o plantio de hortifrutigranjeiros. Em suma, trata-se de promover os princípios norteadores da associação, quais sejam, a defesa de uma economia comunitária, pautada em princípios ecológicos e que logre recolocar parte do processo de reprodução da vida social e econômica sob o controle das demandas e princípios locais.

Basicamente, o empreendimento comunitário demanda a participação dos associados que se dispõem a trabalhar no plantio e depois na colheita, recebendo seu pagamento nesta moeda local. Para cada hora de trabalho, uma pessoa recebe 10 turutas, que são emitidas pela associação para remunerar essa atividade. Como vemos no organograma, é este mecanismo endógeno de criação de moeda o que irriga o sistema. A partir daí os membros que receberam as turutas podem fazer suas compras de outros membros (artigos de segunda mão, artesanatos, produtos de empreendedores ainda não profissionalizados, produção caseira) e também dos estabelecimentos comerciais cadastrados no sistema.

Figura 3: Forma esquemática do circuito monetário La Turuta.



Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos estabelecimentos comerciais, em nosso último acesso à plataforma online em maio de 2018 foram contabilizados 70 participantes, conforme se vê na tabela abaixo:

Tabela 1: Estabelecimentos comerciais inseridos no sistema monetário La Turuta

Tipo de estabelecimento	Quantidade
Bares, restaurantes etc.	15
Quitandas ou hortas	5
Esporte e saúde (inclusive academias e clínicas psicológicas)	11
Estética	4
Educação	4
Lazer	4
Vestuário	1
Produtos de Limpeza	1
Serviços para animais	4
Outros serviços	3
Artesanato	4
Assessoria fiscal	2
Informática	5
Construção/Design	5
Energia/Transportes	2
Total - Maio de 2018	70

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma online. Disponível em: <<https://communities.cyclos.org/turuta/>>.

Por sua vez, o perfil da demanda dentro do circuito La Turuta está exposto na tabela abaixo, a qual é oriunda de nosso questionário que será explorado com mais por menores adiante:

Tabela 2: Bens e serviços demandados na moeda social La Turuta (até 3 opções de resposta) (n=18)

Setores	Quantidade	Porcentagem
Artesanato	4	23,50%
Serviços de TI	3	17,60%
Produção agrícola e insumos alimentares	6	35,30%
Alimentos/Refeições	12	70,60%
Serviços de reparação geral	5	29,40%
Serviços de estética e beleza	0	0,00%
Apoio à vizinhança	1	5,90%
Limpeza	0	0,00%
Educação	1	1,50%
Comunicação	2	11,80%
Arte/Design	0	0,00%
Máquinas e equipamentos	0	0,00%
Eletrodomésticos	2	11,80%
Computadores, telefones celulares e similares	0	0,00%
Automóveis	0	0,00%
Sapatos e roupas	1	5,90%
Farmácia e perfumaria	0	0,00%
Material de construção	0	0,00%
Lazer e recreação	1	5,90%
Outros	3	17,60%
Respostas	17	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 1).

A demanda por produtos agrícolas tem um peso importante dentro do circuito, dada a própria natureza agroecológica do movimento La Turuta. Ademais, o perfil da demanda segue o esperado para uma pequena moeda social de cunho comunitário. Neste sentido é compreensível que as pessoas demandem serviços amparados em relações de vizinhança, tais como informática e educação. Em nossa visita à cidade, verificou-se que alguns estabelecimentos comerciais aceitam a moeda - algo confirmado nos dados da plataforma online e do questionário.

Neste caso, todos eram do setor de alimentação ou de produção artesanal local, o que explica o resultado da pesquisa. Segundo Ton Dalmau - um dos principais organizadores

da moeda La Turuta - nos contou, um dos primeiros comércios a se agregar na rede La Turuta foi uma peixaria que acabou por ficar com excesso de turutas em suas mãos. Como não tinha como gastá-las, decidiu-se por oferecê-las como promoção para quem fosse comprar frutos do mar em euros. Isto seria, segundo Ton, um mecanismo de regulação monetária natural. Mas a nosso ver, isso também expõe o problema de uma moeda não oficial ou não embasada por uma grande organização que garanta sua demanda de modo a permitir a existência de um fluxo circular na economia.

Não há nenhum mecanismo oficial de câmbio em moeda oficial como no caso de bancos comunitários, mas considera-se que 1 Turuta equivale a 1 euro. Entretanto, os membros do circuito podem fazer essas trocas livremente. Ademais, pode-se também adquirir turutas comprando-as com euros, os que irão para um fundo de microcrédito para projetos alinhados aos ideais do sistema turuta.

Outro ponto importante é a existência de um fundo cooperativo, que é composto dos excedentes de turutas acumulados pelos participantes. Considera-se como valor limite a guardar para transações correntes o total de 300 turutas; ultrapassando este valor, aconselha-se às pessoas que depositem seus excedentes no referido fundo. Este por sua vez cumprirá a função de financiar projetos e de reabastecer os participantes quando necessitarem de mais turutas. Este fundo, segundo os organizadores, regula a quantidade de moeda no sistema e, ao retornar parte da massa monetária gerada aos projetos iniciadores, acaba por ser um mecanismo parcial de destruição monetária.

Além disso, a destruição de moeda também se dá quando os projetos comunitários vendem seus produtos, que vão desde castanhas a legumes, passando por frutas e outros tipos de vegetais, recebendo turutas. Assim sendo, boa parte da moeda gerada retorna aos projetos iniciadores do circuito.

Vale observar que o pequeno tamanho do sistema de certa forma dificulta qualquer analogia com o modelo do circuito monetário de uma economia capitalista com um sistema monetário e financeiro complexo. A este respeito, os números são esclarecedores. Segundo o documento *Radiografia de La Turuta*, em maio de 2017 eram 367 associados, sendo os ofertantes profissionais (comércios) 39¹⁴, cerca de 10% do total, perfazendo um montante de \$48.986,00 turutas nas mãos dos associados. No mesmo mês, o total de turutas intercambiadas

¹⁴ Este número diz respeito aos estabelecimentos cadastrados e que, portanto, aparecem de forma constante no sistema. Os dados da tabela por sua vez, incluem uma fotografia do mês de maio de 2018, o que inclui ofertas esporádicas.

foi de \$3.803,00 para um total de 203 intercâmbios, uma média de \$18,73 turutas por transação, com uma média de menos de sete trocas por dia.

Abaixo seguem os indicadores de evolução da moeda turuta desde 2011 até 2016, organizados anualmente.

Tabela 3: Indicadores de evolução da moeda La Turuta

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Associados	61	182	240	300	340	353
Saldo total de turutas no sistema	3.613,90	13.526	21.351	30.175	41.681	49.680
Quantidade de intercâmbios	575	1368	2375	2285	1972	1145
Quantidade de turutas transacionadas	6.517,50	21.415	30.150	26.693	24.254	13.307
Associados que intercambiaram	45	97	112	130	116	77
Número de estabelecimentos profissionais	10	17	30	35	34	37

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do documento Radiografia de La Turuta

Pode-se observar que houve um crescimento significativo em praticamente todos os indicadores, como por exemplo o número de associados crescendo aproximadamente 6 vezes e o saldo total de turutas no sistema elevando-se cerca de 12 vezes. Todavia é importante frisar que o número de associados que realizou transações atingiu seu pico em 2014 (130) e chegou a 2016 com 77. Processo semelhante verificou-se na quantidade de intercâmbios que chegou a 2.375 em 2013 e terminou a série em 1.145. Uma queda significativa de 52%.

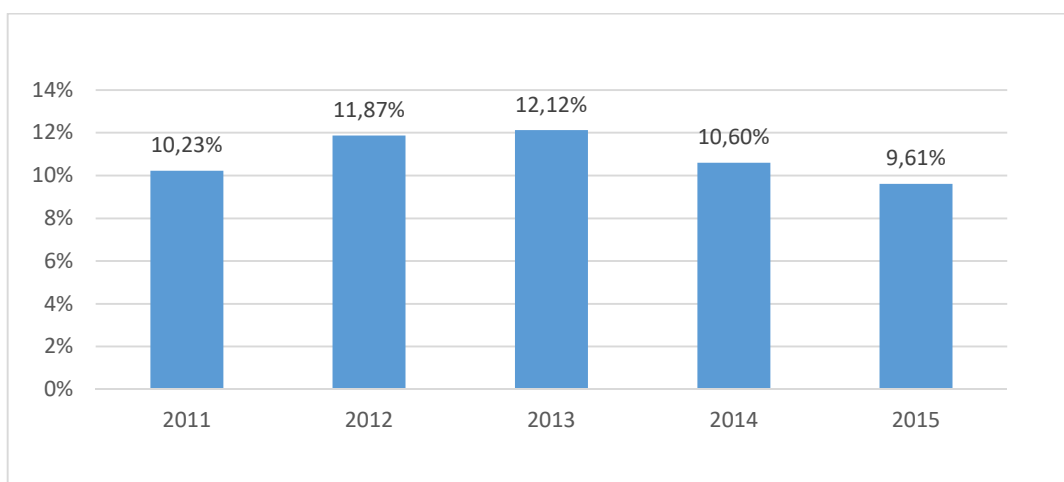
Isto pode ser explicado pelos movimentos de fortalecimento e recuo da crise econômica pela qual passou a Espanha no período. O país tem sido um dos países mais afetados pela crise de 2008. O próprio arranjo da união monetária europeia propiciou o aumento dos desequilíbrios externos dos países do Sul, que eram - e são - pouco competitivos em termos de exportações e no saldo líquido de rendas recebidas do exterior.

Com liberdade de comércio, de fluxo de capitais e com a impossibilidade de manejar a própria moeda, tais países presenciaram aumentos de déficit em suas contas de transações correntes e o fim abrupto do ciclo de financiamento desses déficits a partir de agosto

de 2008. Sem ter como apelar para a desvalorização cambial, restou aos governos um severo ajuste, com redução de gastos públicos e aumento de impostos.

Nesse contexto, a taxa de desemprego explodiu, permanecendo em torno dos 25% durante o biênio 2013-2014, segundo dados da Eurostat. A inoperância da política monetária do Banco Central Europeu, que resistiu em fazer rodadas de afrouxamento monetário como fizeram Estados Unidos e Inglaterra, ajuda a explicar a persistência da crise nestes países (FARHI, 2014; HUGHES, 2015). Assim sendo, pode ser sugerido que a irrupção das moedas sociais na Espanha responde a este duplo contexto de desemprego e de perda do controle nacional da política monetária.

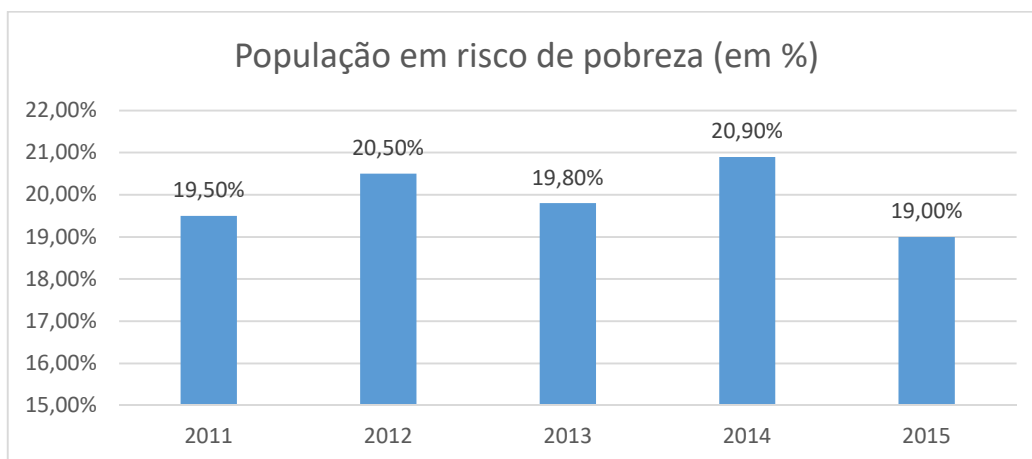
Gráfico 1: Proporção de pessoas desempregadas em relação ao total da população na Catalunha (2011-2015 em %).



Fonte: Elaboração própria com dados de Institut d'Estadística de Catalunya (<https://www.idescat.cat/>).

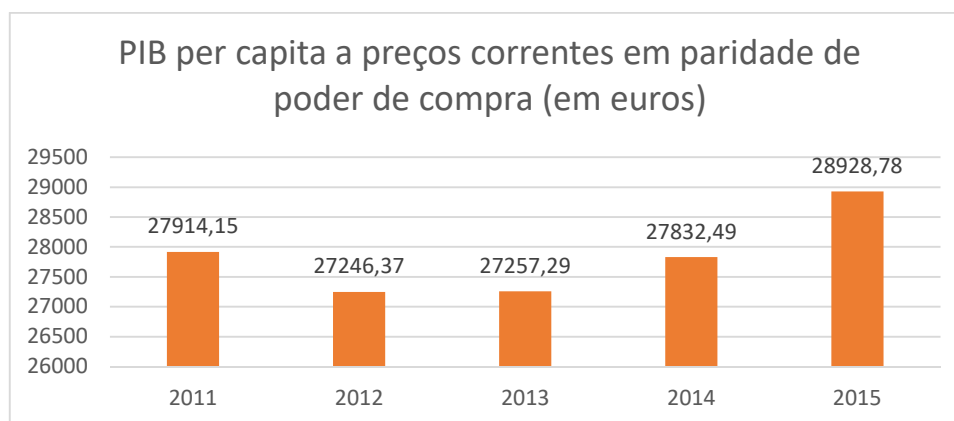
Vemos que o pico do desemprego na Catalunha foi em 2013, quando atingiu 12% do total da população, demonstrando que os efeitos da crise e das medidas de austeridade fizeram eco exatamente no contexto de emergência e consolidação das moedas sociais. O mesmo vale para a porcentagem da população em situação de risco de pobreza¹⁵. Embora houvesse pouca variação - e a região da Catalunha possui um dos melhores indicadores sociais e econômicos da Espanha -, vemos um pico em 2014 quando chega a próximo de 21%. No ano de 2015, esse risco diminui em 2 pontos percentuais.

¹⁵ As pessoas em risco de pobreza são aquelas que se encontram abaixo do limite de pobreza de cada país. No caso da Espanha, tal limite é de 8.522,00 euros anuais (<https://datosmacro.expansion.com/demografia/riesgo-pobreza/espana-comunidades-autonomas/cataluna>).

Gráfico 2: Percentual da população em risco de pobreza - Catalunha (%).

Fonte: Elaboração própria com dados de Institut d'Estadística de Catalunya.

No caso do PIB per capita, percebe-se uma variação negativa, sobretudo nos anos de 2012-2013, mas há que se considerar o patamar elevado da região, circundando os 27.000,00 euros ou cerca de 29.000,00 dólares. Só para se comparar, o PIB per capita brasileiro circundava a região dos 12.000,00 dólares neste período, segundo dados do Trading Economics.

Gráfico 3: PIB per capita anual Catalunha.

Fonte: Elaboração própria com dados de Institut d'Estadística de Catalunya.

Portanto, embora a irrupção de moedas sociais no país tenha ocorrido a partir de 2008 no seio da crise internacional (ESTELA, sem data), há outras explicações para este fenômeno. Sem dúvida, a tradição de movimentos sociais na Espanha remonta minimamente à guerra civil.

Naquele contexto, os republicanos adotaram a “peseta” como moeda alternativa às áreas ocupadas pelas forças franquistas. Isto porque, estes últimos recusavam-se a usar a

moeda republicana que ainda estava sob o controle do Banco da Espanha em Madri. Mais que isso, o apoio a moedas alternativas era comum em áreas republicanas com grande influência dos anarquistas. Estes criaram uma série de meios de pagamento alternativos que incluíam tokens, certificados, cupons cartões de alimentação e outros, todos livre de taxas de juros e aceitos dentro de muitas comunidades. A moeda nacional só era utilizada para transações externas, com cidades e vilarejos que não tinham adotado o sistema alternativo (HUGHES, 2015).

Durante os anos 90, outra inovação monetária se destacou na Espanha: os bancos de tempo. Estes surgiram a partir de movimentações de grupos feministas e organizações não-governamentais que defendiam a remuneração e o reconhecimento de atividades não reconhecidas como trabalho e, portanto, não pagas. Estas atividades envolviam, ações comunitárias, ajuda aos vizinhos e outras ações de solidariedade local. Em pouco tempo, governos locais - com o pioneirismo da municipalidade de Barcelona - passaram a estimular estas práticas oferecendo recursos e infraestrutura - nomeadamente espaços físicos e acesso a computadores - para a utilização dos bancos de tempo (HUGHES, 2015).

Destarte, esta tradição também influenciou os formatos e características das moedas complementares na Espanha. Mesmo com os impactos econômicos da crise, boa parte das motivações para o uso de moedas alternativas vem com traços ideológicos, agora atualizados sob a forma de contestação ao neoliberalismo, à globalização financeira e às imposições da *troika*.

Muitas organizações de economia solidária estão unidas em torno de sua rejeição do capitalismo e da democracia representativa, e afirmam seu compromisso com práticas autonomistas, tais como o consenso - baseados na democracia e na auto-organização - e a construção de espaços autônomos. Tais ideias e valores estão subjacentes a experimentos econômicos em toda a Espanha, escolhas que colocam o desenvolvimento local, a equidade social e sustentabilidade antes de crescimento econômico e dos ganhos pessoais.

Como exemplo, a organização *Redes de Economía Alternativa y Solidaria* (REAS), é uma rede de mais de 300 organizações que inclui organizações ambientalistas como os *Ecologistas em Acción*, Fiare, um banco solidário que oferece uma gama de serviços bancários (contas correntes, cartões de crédito, internet banking e máquinas de atendimento), a cooperativa financeira Coop57, e Diagonal, um projeto de comunicação popular com sede em Madrid com o seu próprio jornal editado quinzenalmente e presença on-line (Ibid.).

5.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA MOEDA LA TURUTA

Como mencionado anteriormente, foram elaborados questionários (ver anexo 1) para os participantes da moeda La Turuta. As perguntas procuraram captar o perfil dos associados, assim como o fluxo da moeda, a variedade de bens e serviços ofertados, se houve um processo de encerramento espacial seletivo e se fatores como o desenvolvimento local, empoderamento comunitário e constituição de um circuito econômico foram efetivados.

Os links para os questionários foram divulgados na plataforma online da moeda La Turuta e em reuniões e outras mensagens internas do grupo. Neste particular, contou-se com a ajuda de Ton Dalmau e Carme Dastis Alonso - organizadores chave da associação - que ajudaram na disseminação dos referidos questionários. Ao todo, foram coletadas 18 respostas de “pessoas físicas” e 4 de empresas, totalizando 22 respostas, ou seja, 6% do total de associados, de acordo com o último número que obtivemos (maio de 2017). Esta porcentagem, entretanto, se eleva se considerarmos que em 2016 - último dado disponível -, apenas 77 associados fizeram intercâmbios, o que deslocaria nossa taxa de respostas para 28,6%.

Para termos de referência, o estudo de Hirota (2017) sobre as ações de marketing em diferentes casos de moedas sociais conseguiu 23 respostas do sistema La Turuta, algo que perfazia 7,6% do total quando a pesquisa foi feita em 2015.

A pequena taxa de participação das pessoas no sistema de moeda local nos permite adiantar algumas conclusões como a de que tais organizações teriam muito mais características de proximidade e, portanto, um escopo bastante pequeno, o que dificulta um arranjo organizacional maior e mais complexo. O que de fato se viu em nossas visitas, seja participando de reuniões ou caminhando pela cidade juntamente com os organizadores, é que as relações de intimidade têm uma primazia sobre as relações impessoais (ZELIZER, 2011).

Procedamos agora a análise direta dos resultados da pesquisa. Por conveniência, excluiremos os resultados das empresas, dado que apenas 4 respostas são insuficientes para algum tipo de conclusão. Por outro lado, as 18 respostas de pessoas físicas já permitem alguma amostra deste universo.

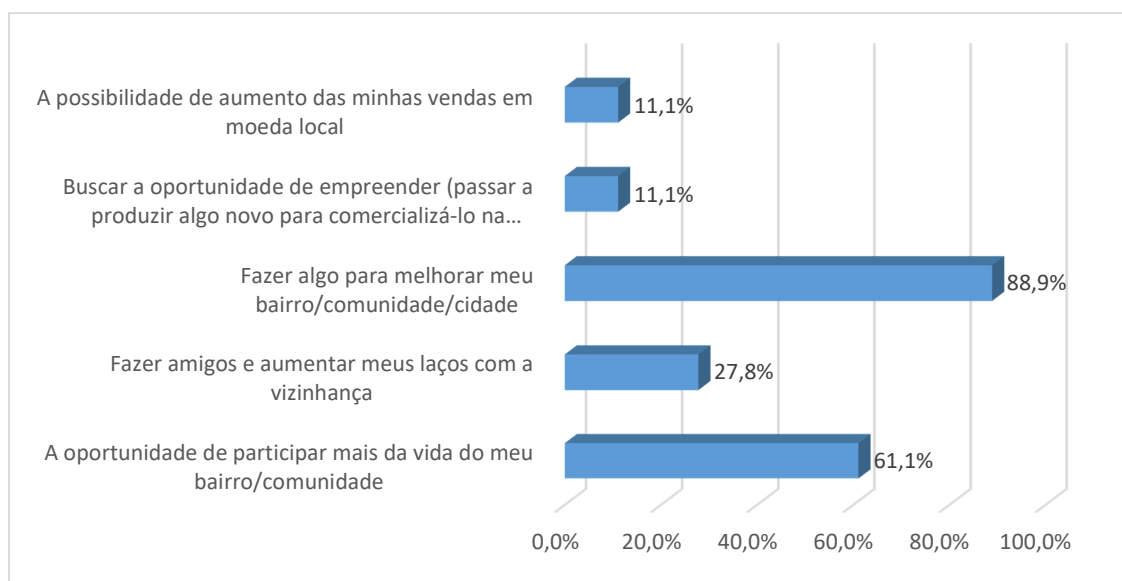
Com relação ao perfil socioeconômico dos usuários, temos a seguinte configuração:

- Por volta de 60% responderam ser do sexo feminino, 34% do sexo masculino e 6% (apenas 1 pessoa) se enquadra como LGBT;

- A grande maioria (56%) participa da moeda La Turuta há mais de 5 anos;
- 44% responderam ter ensino superior e 33% pós-graduação, denotando um alto nível de capital humano entre os participantes;
- Ao mesmo tempo, 72% declararam ter emprego formal ou serem autônomos, enquanto 17% são aposentados e 11% desempregados;
- Apesar do elevado nível educacional, cerca de 67% dos respondentes afirmaram receber até 20 mil euros anuais, uma média baixa, se considerarmos que o PIB per capita da Catalunha gira em torno de 30 mil euros.

Se, por um lado, o pequeno tamanho do circuito La Turuta inibe seu alcance econômico, por outro denota ganhos em comprometimento ou participação como os resultados do gráfico 4 demonstram:

Gráfico 4: O que te motiva a participar da moeda La Turuta (pode-se escolher até 3 respostas) (n = 18).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

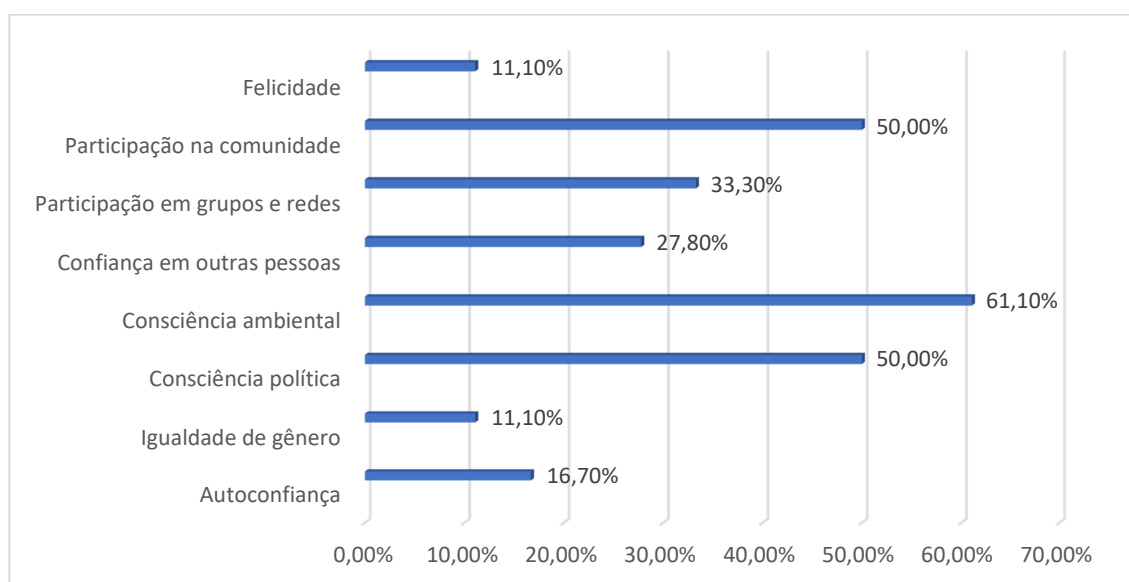
Com efeito, percebe-se um engajamento comunitário considerável já que 61% dos entrevistados demonstraram o desejo de estarem mais ativos na comunidade/bairro/cidade e 89% participam da moeda local com o intuito de melhorar o seu entorno. Uma minoria alegou motivos mais “econômicos” como aumentar as vendas e buscar a oportunidade de empreender. Isto tende a confirmar uma das hipóteses lançadas por Aldridge e Patterson (2002) de que os

esquemas de moedas locais já contêm previamente um elevado nível de coesão social entre seus membros fundadores.

Por esse motivo, eles funcionariam relativamente bem em pequena escala, mas seriam inócuos - principalmente em termos de inclusão financeira, social e desenvolvimento local - quando se trata de grupos populacionais maiores e mais heterogêneos. Isto ocorreria porque os membros originais já devem partir com a capacidade de mobilizar recursos financeiros e o capital social existente na comunidade.

Mesmo assim, não se deve menosprezar o papel educativo e de empoderamento social que a moeda La Turuta promoveu entre os membros participantes. Como podemos ver no gráfico 5.

Gráfico 5: Sentimentos e valores criados ou aumentados a partir da participação na moeda La Turuta (n = 18).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pantoja (2002), Reid & Salmen (2002) e Grootaert *et al* (2004) propõem seis dimensões para o capital social, a saber: a) participação em grupos e redes; b) relações de confiança e solidariedade; c) ação coletiva e cooperação; d) acesso à informação e à comunicação; e) coesão social e inclusão; e f) empoderamento e ação política. A moeda social La Turuta parece propiciar o aumento de todas elas, mesmo que seja feito a partir de uma base criada previamente.

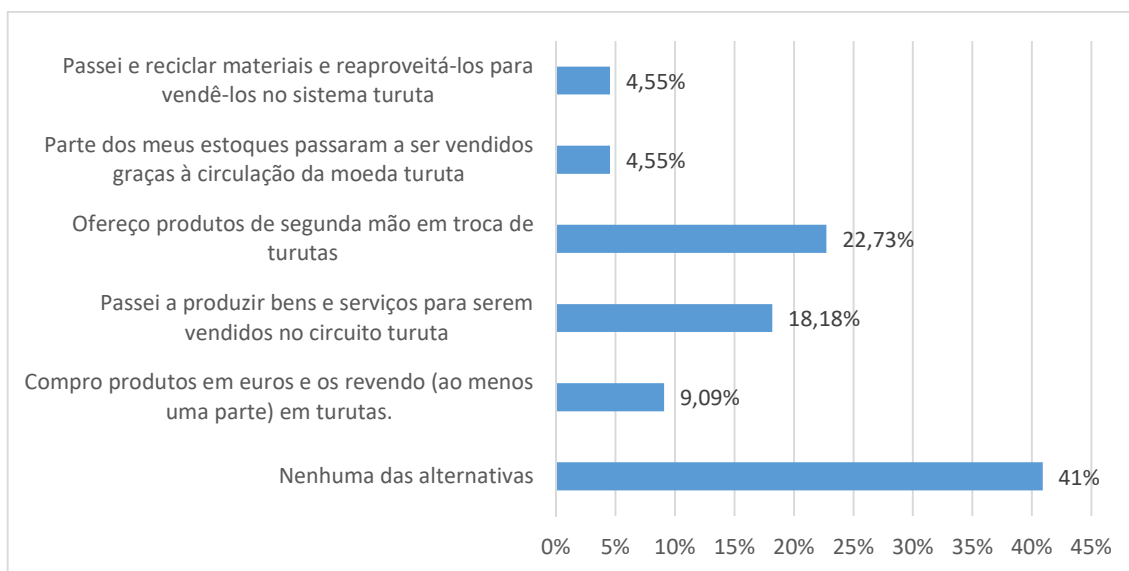
Os resultados do gráfico indicam este movimento de aumento da consciência política, de participação comunitária, de igualdade de gênero (reforçado pela elevada

participação de mulheres entre os associados), de felicidade etc. Entretanto, seria preciso uma pesquisa mais aprofundada sobre a relação entre moedas sociais e capital social para detalhar ainda mais estes aspectos e, sobretudo, para verificar se o acúmulo de capital social pode impulsionar ainda mais o desenvolvimento local através da redução dos custos de transação pelo efeito de redes de proximidade (GROOTAERT *et al*, 2004). De qualquer maneira, esta visão preliminar dá indicações neste sentido.

Ademais, tais resultados nos trazem a percepção de que a moeda social também permitiu a construção de um circuito no sentido zelizeriano do termo. Isto é, o de que valores e sentimentos morais compartilhados fazem parte do cimento de um circuito. E neste sentido, as moedas locais acabam por contribuir nesta construção.

Por sua vez, os indicadores de desenvolvimento empresarial e econômico a nível local não demonstram grande vitalidade. Sobre a possibilidade de se criar economias locais, o gráfico abaixo expõe que pouquíssimas pessoas atuaram em revenda, aumento suas compras no circuito externo e colocando-os à venda em turutas, assim como a moeda não impactou na redução de estoques ociosos de maneira significativa.

Gráfico 6: Elija cuántas alternativas quiera sobre su perfil económico en el circuito de la moneda Turuta (n = 18).



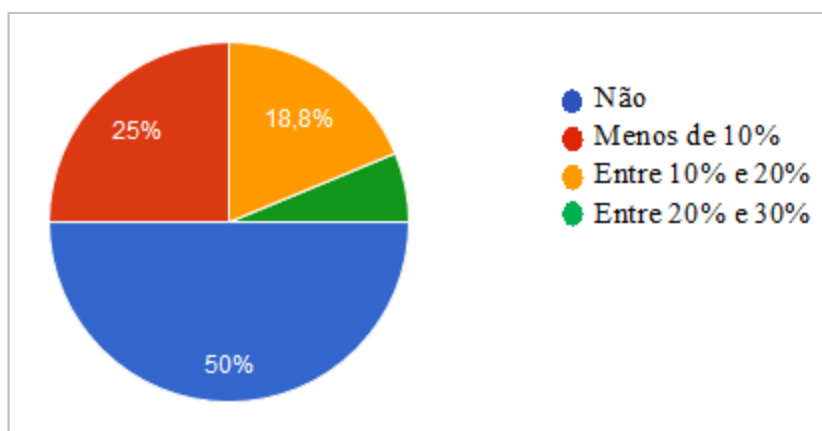
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Por sua vez, a moeda Turuta funcionou conforme o que se espera das moedas comunitárias de pequeno escopo: aumentou a atividade de produção própria (18,18%) e a venda de produtos usados (22,73%), impactando positivamente na sustentabilidade ambiental do

circuito. Por sua vez, há quantidade de pessoas que afirmaram não ter sentido nenhum destes efeitos foi aquela com a qual se identificou o maior número de pessoas: 41%.

Se insistirmos em outros indicadores econômicos, reforçaremos as tendências verificadas até aqui. Metade dos respondentes afirmaram que a moeda não trouxe aumento em sua produção ou serviço¹⁶, enquanto 25% escolheram a opção “menos de 10%”. Restam outros 25% que presenciaram algum aumento em sua atividade.

Gráfico 7: Houve aumento de sua produção/venda/serviço desde que ingressou na moeda local? (n = 16).



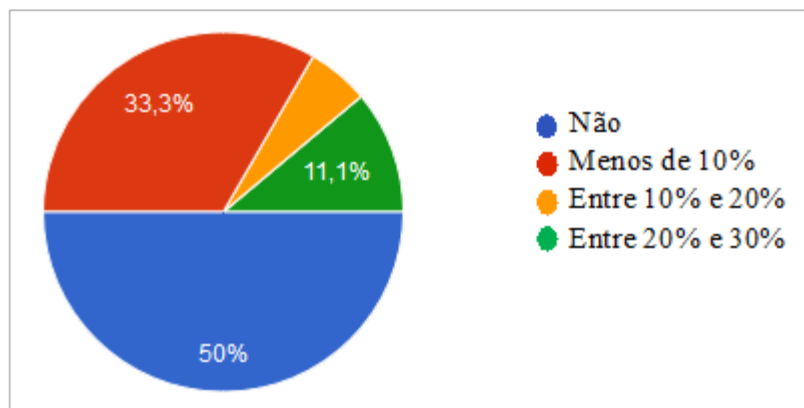
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Isto provavelmente se deve ao fato de a moeda permitir a atividade de “prossumidores”; assim sendo, um professor pode oferecer aulas de apoio a seus companheiros da moeda turuta, aumentando assim sua atividade. Mas é claro, que alguns estabelecimentos comerciais podem ter aumentado suas vendas, mas nos falta um estudo mais detalhado para isso.

Adicionalmente, a grande maioria das pessoas (83,3%) não percebeu nenhum aumento em seu poder de compra, ou percebeu um de menos de 10% com o ingresso na rede La Turuta.

¹⁶ Vale lembrar que se trata de uma moeda que circula em empresas e também para pessoas físicas. Estas por sua vez, podem tornar-se “prossumidores”, ou seja, produzirem bens ou serviços no circuito. Por isso a pergunta é abrangente neste sentido.

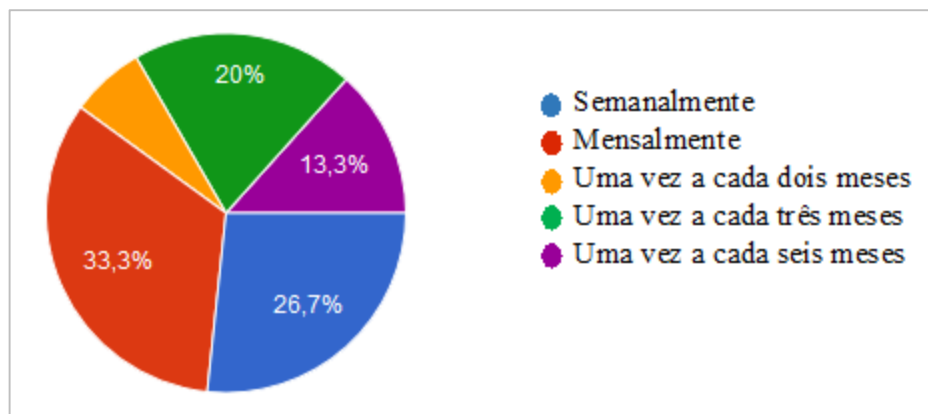
Gráfico 8: Percebeu algum aumento de poder de compra após juntar-se ao sistema de moeda La Turuta? (n = 18).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

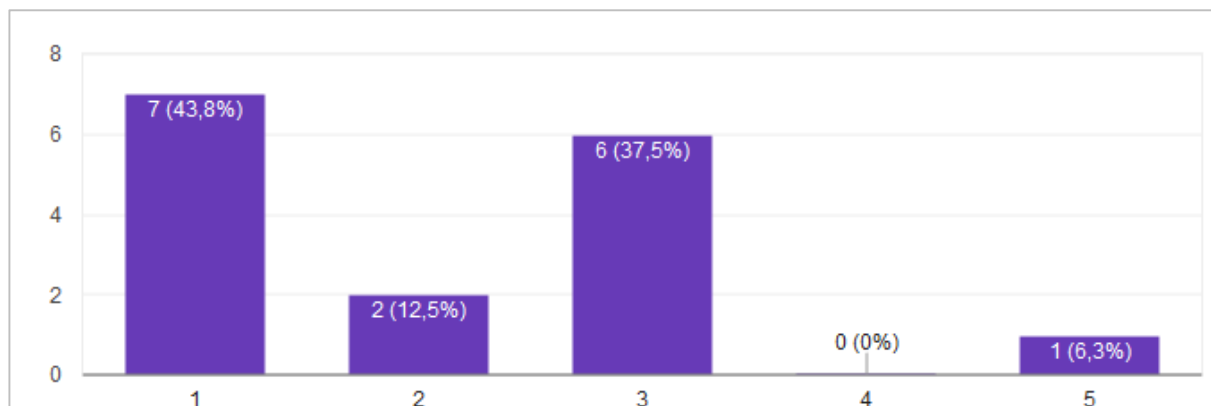
Possivelmente, o baixo impacto econômico está associado a alguma deficiência no circuito monetário e, conjuntamente, ao fluxo circular da atividade econômica, conforme se depreende dos gráficos em sequência:

Gráfico 9: Com qual frequência utiliza turutas para transações? (n = 18).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Gráfico 10: Com que facilidade, dentro do circuito Turuta, encontra os bens e serviços que necessita? (eleja numa escala de 1 a 5) (n = 18).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Apenas 26,7% das pessoas utilizam a moeda turuta semanalmente enquanto que, num outro extremo, 40% a utilizam em uma frequência superior a dois meses. Esta baixa circulação é complementada pelo fato de que 43,8% dos associados responderam ter muita pouca facilidade (escala 1) em encontrar bens e serviços a serem adquiridos em moeda turuta, enquanto o máximo de facilidade encontrada (excetuando-se a única pessoa que escolheu a escala 5) foi o nível intermediário (3) com 37,5% das respostas.

Conclui-se, portanto, que a moeda turuta tem problemas em efetivar-se como um circuito próprio. Há poucas pessoas engajadas, uma circulação pouco frequente e, portanto, baixo impacto econômico. Por sua vez, trata-se de um empreendimento solidário que possibilitou o aumento de algumas dimensões de capital social entre seus membros, além de colocar em pauta questões de identidade territorial e preocupação ambiental.

Apesar de ser uma moeda que circula entre estabelecimentos comerciais - o que denota, também, uma preocupação econômica de desenvolvimento local -, ela acaba exercendo funções específicas de propiciar o aprofundamento de relações sociais intracomunitárias (ZELIZER, 2011, 1989; INGHAM, 1996) e abrir os olhos - num sentido educativo (HART, 2006) - das pessoas quanto a temas de economia solidária, meio ambiente, entre outros. Algo que a maioria das moedas complementares, imbricadas que estão nas relações sociais (POLANYI, 1957; RIGO, 2014) geralmente efetua.

5.4 ANÁLISE DA MOEDA SARDEX

O sistema Sardex opera desde 2010, na ilha da Sardenha, Itália, e tem chamado a atenção de pesquisadores e ativistas por ter conseguido ser constituído após a crise de 2007-2008, contribuindo para reduzir os impactos negativos desta (LITTERA *et al*, 2017, p. 7).

Quanto às características da região, cabe destacar que não há uma grade desigualdade de renda; segundo os mesmos autores,

Between 2009 and 2013 Sardinia's GDP per capita decreased from 80.3% to 77% of the national average. Unemployment grew from 15.5% to 17.5%, reaching 117,000 unemployed people. In percentage of workforce with a higher-education degree Sardinia ranks 257th out of 353 regions in Europe (Crenos 2014). Inequality figures are not very significant. The Gini coefficient appears to lag the crisis by a couple of years: it improved slightly (decreased) from 0.291 to 0.253 between 2004 and 2011, and then increased rapidly to 0.296 in 2012-13. The average Gini coefficient for Sardinia 2004-2013 is 0.281, for Italy over the same period it is 0.297, while for Europe-27 from 2006 to 2014 it is 0.306. So Sardinia is marginally less unequal than the Italian average, and Italy marginally less unequal than the European average (LITTERA *et al*, 2017, p. 8).

Basicamente, o sistema Sardex consiste em ser um sistema de crédito mútuo, guardando assim semelhanças com os esquemas LETS (Local Exchange Trading Systems). Todavia, enquanto estes últimos baseiam-se no intercâmbio entre indivíduos, o Sardex é um sistema *Business to Business* (B2B), tendo como modelo principal o WIR suíço¹⁷.

O principal motivo pelo qual os fundadores optaram por criar um sistema monetário complementar, algo completamente desconhecido na região da Sardenha, era a crença de que de fato ele poderia ter um impacto positivo na economia local. Mas, além disso, os fundadores encaravam o Sardex como um projeto político-cultural, algo com que eles pudessem se engajar para a melhoria social de seu ambiente.

Destarte, os fundadores procuraram mitigar os efeitos da crise econômica ao proporem um sistema de crédito local que se baseasse na confiança entre os membros, esta, por sua vez, ancorada na identificação com o território. Evidencia-se assim o comprometimento e o ativismo, constantes ao longo dos anos, aliados a uma preocupação com a sustentabilidade econômica e jurídica do projeto (LITTERA *et al*, 2017, p. 8).

A complementaridade entre profissionalismo, engajamento comunitário e criação de laços de confiança é uma característica marcante do esforço criativo presente na constituição do sistema Sardex. O discurso pró-social dos membros fundadores esteve também

¹⁷ O Banco WIR foi criado em 1934 em resposta à diminuição do crédito causada pela grande depressão (LITTERA, *et al*, 2017, p. 7). Hoje, ele agrega cerca de 60 mil pequenas e médias empresas, fornecendo crédito a taxa de juros de 0% em moeda própria: o "*WIR franc*" (COMMUNITY CURRENCIES IN ACTION, 2015).

essencialmente permeado pela divulgação da ideia de criação de uma empresa que pudesse gerar emprego e administrar o uso da nova moeda. Era o típico caso de uma *startup* de inovação social (LITTERA *et al*, 2017, p. 8).

Ainda assim, pode-se dizer que o principal propósito da Sardex é econômico, já que ele funciona essencialmente como um complemento ao euro. Esta característica sugere que ele pode apoiar a atividade de mercado orientada para o lucro e, ao mesmo tempo, proporcionar resiliência ao sistema em tempos de crises capitalistas através da sua capacidade de proteger os membros mais fracos da economia local. Sua unidade de conta é emparelhada ao Euro (1 Sardex = 1 Euro); os créditos/débitos são obtidos a partir das transações, como veremos detalhadamente mais adiante. Sendo uma moeda que não rende juros, ela tem como característica primordial ser um meio de pagamento, o que do nosso ponto de vista suscita ressalvas quanto à sua capacidade de atuar como moeda de fato.

Dini, Motta e Sartori (2016), todavia, discordam desta afirmação. Na opinião deles, ainda que os sistemas de crédito mútuo possam ser confundidos com mecanismos de troca direta - como a próprio Sardex e o WIR suíço -, aqueles são capazes de executar todos as três funções da moeda, a saber: unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento e é, portanto, um tipo de moeda. Sua percepção como uma reserva de valor é mais fraca do que a da moeda “regular” e sua função de meio de pagamento é mais fraca que a do euro, mas sua capacidade de armazenar e transferir “valor abstrato como puro poder de compra” (INGHAM 2004, p. 4 citado por DINI, MOTTA e SARTORI, 2016, p. 5) se preserva ao longo do tempo.

Em linhas gerais, seria deveras simplista colocar a Sardex no quadrante inferior direito da Figura 4 (abaixo), já que ela não rejeita o capitalismo. No entanto, segundo Dini *et al*. (2014, p. 16), a Sardex não incorre em alguns dos problemas mais agudos que caracterizam os mercados capitalistas em condições de escassez, já que ela não apresenta motivos para acumulação e de preferência por liquidez. O último efeito resulta na alegação bem conhecida de que as moedas comunitárias (com juros zero) “estimulam” a economia local pela “substituição de importações” (ibid).

Figura 4: Diferentes sistemas monetários na atualidade.

		<i>Economic System</i>	
		Capitalist	Commons-Based
<i>Political System</i>	Libertarian/ Anarchic	Bitcoin Bitnation	Credit Commons
	State-Centred	Neoliberal nation-state	Mutual Credit Circuit as tax-paying non-capitalist market

Fonte: Dini, Motta e Sartori (2016, p. 6).

Considerando que, por um lado, este efeito limita a concorrência com os agentes externos ao circuito, para economias mais fracas com uma balança comercial negativa, passa a ser positivo em termos de percepções e de auto-capacitação. Por causa da crise, o volume de negócios diminuiu. Mas segundo entrevistas feitas por Dini, Motta e Sartori (2016), a utilização de Sardex evitou perdas maiores, dado que boa parte das pequenas empresas locais logrou faturar boa parte de seus rendimentos na moeda local.

Na mesma linha, outro aspecto da Sardex que potencialmente teria relevância econômica e social é o programa Business to Employee (B2E), pelo qual os membros participantes podem propor aos seus funcionários receberem em parte seus salários em Sardex. Todavia, não encontrou-se evidências sobre o volume deste programa nem sobre seu possível impacto na preservação de empregos dentro do sistema.

De qualquer forma, o aumento do volume de moeda transacionado, assim como o do número de participantes parece ser diretamente proporcional ao aprofundamento da crise do euro - especialmente em relação a seus impactos específicos na economia da Sardenha¹⁸, conforme pode-se ver na tabela abaixo.

¹⁸ Conforme citação da página 132 desta tese.

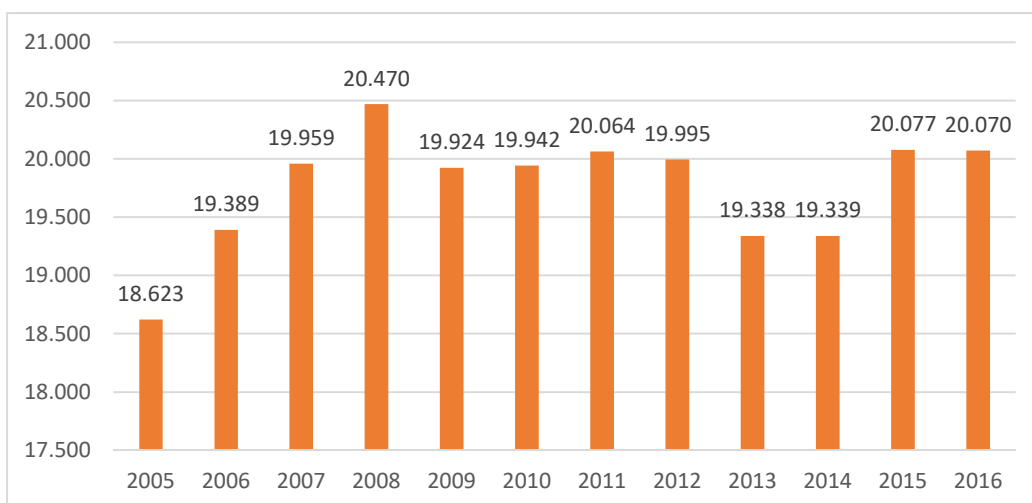
Tabela 4: Dados sobre volume de transações e membros no sistema Sardex.

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Membros	237	439	852	1.457	2.153	2.978
Volume de transações (em milhões de euros)	0,354	1,2	3,5	14,9	30,8	51,2
Número de transações	402	1195	4.556	24.991	57.773	109.410

Fonte: Adaptado de Littera et al (2017, p. 13).

Por outro lado, podemos observar que o sistema Sardex demonstra indícios de robustez para além da mera dependência em relação à crise econômica. Em outras palavras, considerar que ele só cresceu por conta de uma reação à contração econômica significa ignorar que ele se sustenta por méritos próprios.

Conforme verifica-se no Gráfico 11, a renda per capita na região da ilha de Sardenha atingiu seus níveis mais baixos - após a crise do subprime de 2007-2008 - nos anos de 2013 e 2014. Entretanto, houve recuperação de 3,8% no ano de 2015 com estabilidade em 2016. Há, portanto, sinais de recuperação econômica e, ainda assim, tanto o número de associados como o volume de transações seguiram crescendo na rede Sardex.

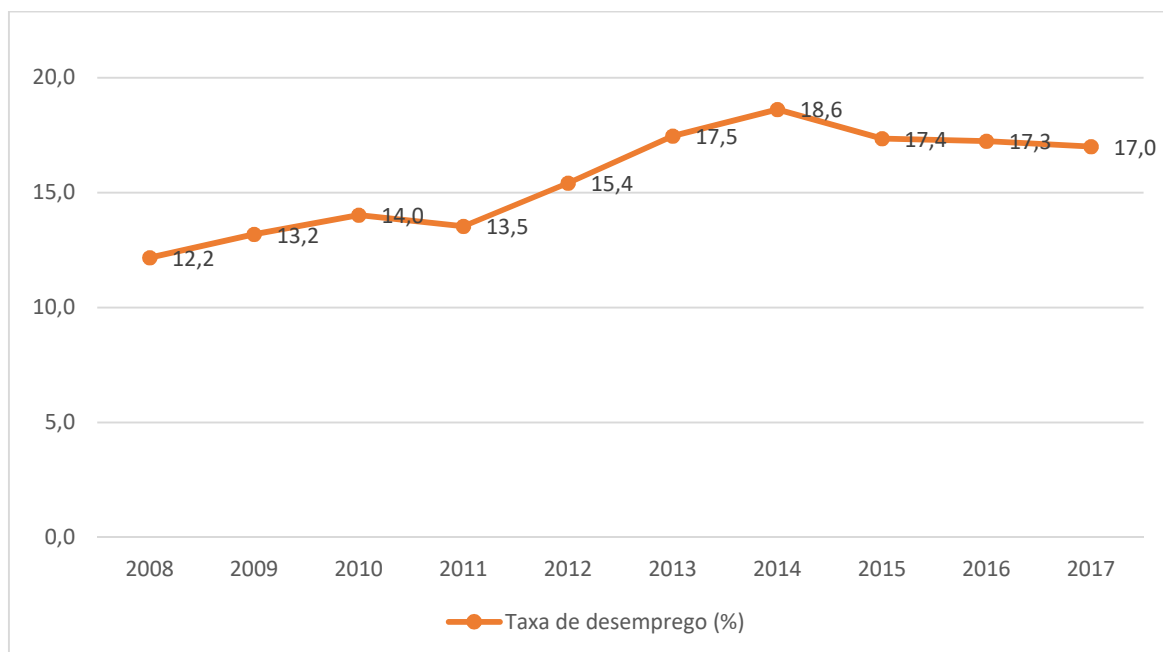
Gráfico 11: PIB per capita a preços correntes - Sardenha (em euros).

Fonte: Sardena Statistiche (<http://www.sardegna-statistiche.it/argomenti/economia/>).

Ademais, vemos no gráfico seguinte um padrão semelhante em relação ao mercado de trabalho. Após um pico de 18,6% na taxa de desemprego regional, o mercado de trabalho da Sardenha reagiu, atingindo 17% no ano de 2017. Assim sendo, diferentemente de outros sistemas - como a moeda La Turuta, por exemplo - o Sardex apresenta sinais de vitalidade “apesar” da recuperação econômica. Ao que parece, a organização logrou constituir-

se em uma instituição depositária de confiança em relação aos membros, dado que tem conseguido aumentar o circuito e a rede de transações. O *fiat money* - fundamentalmente emitido e/ou garantido pelo Estado - parece nesse caso ser amparado por essa organização.

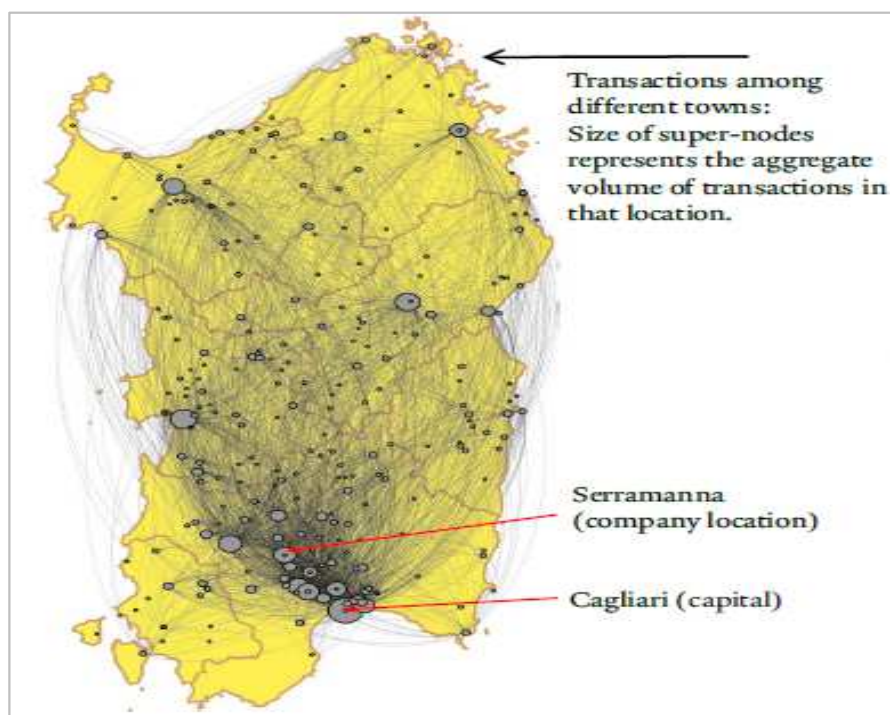
Gráfico 12: Evolução percentual da taxa de desemprego na região da Sardenha (2008-2017).



Fonte: Sardegna Statistiche (<http://www.sardegna-statistiche.it/argomenti/istruzioneelavoro/>).

Com relação ao volume de transações, o aparente sucesso não é diferente. O volume de 51,2 milhões de euros representa 0,2% do Produto Interno Bruto da Sardenha (DINI, MOTTA, SARTORI, 2016). Embora esta cifra seja pequena, é convencional dizer entre os pesquisadores de moedas sociais e complementares que a moeda Sardex é bem-sucedida em comparação a outras dessas experiências. Primeiramente porque, do ponto de vista geográfico, consegue agregar uma rede de transações por toda a ilha da Sardenha, conforme se vê na Figura abaixo:

Figura 5: Rede de transações entre cidades no sistema Sardex.



Fonte: IOSIFIDIS *et al*, 2015.

Nos nós no mapa da figura acima representamos o volume de transações e, como se pode verificar, as cidades do sul - incluindo a capital Cagliari - apresentam maior concentração de transações. Por sua vez, tais nós encontram-se ligados em uma teia de ligações representando o fluxo de trocas, o que demonstra uma interconexão geográfica interessante.

Em termos de volume de moeda circulante, o sistema Sardex destaca-se tranquilamente entre outros sistemas de moedas locais. Seus 51 milhões de euros gerados em 2015 superam o sistema RES da Bélgica - outro sistema de crédito mútuo B2B - em cerca de 20 milhões¹⁹, mas fica abaixo do tradicional sistema WIR que foi fundado em 1934 na Suíça e hoje movimenta cerca de 1,5 bilhão de euros e abarca 17% das empresas suíças.²⁰ A Sardex figura, portanto, entre as maiores moedas locais do mundo em volume monetário transacionado.

Littera *et al* (2017, p. 18), argumentam que, do ponto de vista institucional e organizacional, o sistema Sardex se assemelha a um pequeno Estado que regula e organiza as funções da moeda:

[...] from an institutional perspective an interesting question is to ask whether Sardex resembles the role of the State in a narrow, newer, finite, regional

¹⁹ **RES.** Disponível em: <<http://community-currency.info/en/currencies/article-about-a-concrete-currency/>>. Acesso: 10 ago. 2018.

²⁰ *Idem.*

market. The answer is affirmative: Sardex does resemble the state, albeit at a different scale, as a local institution and reference point to turn to for help and advice. Another role of the state is as regulator. In this, Sardex does not play a very strong role, but it does invoke the contractual agreements with its members when they do not follow the agreed rules. Some of the regulatory functions, however, are performed by the members themselves when, for example, they report “antisocial behaviour” such as charging more for a given product or service if its paid in [Sardex, nota do autor] credits relative to its Euro price. Thus, some regulation is achieved more simply through social norms. In fact, just as the state usually reflects a legitimate public interest, Sardex builds its legitimacy on the process: founders were (and are) able to push ahead in the name of the territory while anchoring the economic exchange on solid networks of trust relations between firms. This is key to creating a ‘public interest’ for the community, that is to say, a common interest that helps the community integrate and interact. Finally, the mutual credit networks being started in different regions on the Italian mainland are also loosely bound by service agreements and guidelines, amounting to a federated system based on a highlevel template that takes slightly different forms in different regional contexts.

Esta seria uma explicação convincente, segundo os autores, para o fato de a moeda Sardex permanecer em crescimento sustentado e de maneira resiliente, mesmo sem estar aberta à conversibilidade ao euro e sem estar apoiada por um governo de fato. A seguir veremos algumas características do circuito Sardex, verificando, a partir dos dados coletados em nossa pesquisa, se o referido sucesso da moeda pode realmente ser demonstrado.

5.5 O CIRCUITO SARDEX

O sistema Sardex é organizado pela Sardex SpA, companhia que oferece o serviço eletrônico de credit-clearing; além disso, ela também oferece o serviço de corretores (*brokers*) que ajudam a oferta e demanda a se encontrar dentro do circuito, bem como outras ajudas de marketing, como um boletim informativo, pesquisa on-line e um espaço online onde as empresas podem se anunciar

A circulação de moeda no sistema Sardex se dá no momento da efetivação das transações. Por ser um sistema de crédito mútuo, a soma dos balanços resulta em zero. Em outras palavras, neste modelo, quando uma compra é efetuada, o comprador subtrai o custo de seu saldo e o vendedor a acrescenta.

O que é diferente é que, se o saldo do comprador for menor que o valor do custo, ele ficará negativo. Além disso, todos os saldos começam em zero, de modo que, a qualquer momento, a soma total de todas as contas dos membros permanece zero. A transação prototípica que é geralmente usada como exemplo envolve, na verdade, um comprador e um vendedor

cujos saldos são iguais a zero. O saldo do comprador será negativo pelo custo do item ou serviço que está sendo comprado, enquanto o valor do vendedor será positivo pelo mesmo valor (DINI e KIOUKPIOLIS, 2014).

Entretanto, é importante dizer que se a relação de dívida privada entre os agentes do sistema é um mecanismo de circulação de moeda, esta só é possível porque a organização atua como a grande devedora de passivos monetários do sistema, uma espécie de banco central local. Explicando melhor: as empresas que são aceitas no Sardex - após passarem por uma análise econômico-financeira - recebem uma linha de crédito (uma permissão de endividamento máximo) de cerca de 1% de seu faturamento.

Ademais, elas têm que concordar em aceitar uma certa quantia em créditos (saldo positivo máximo) que pode ser estimada como 10% de seu faturamento. O princípio é evitar a "alavancagem". A linha de crédito é formalizada em um contrato que é ajustado para cada empresa e que inclui uma série de regras de comportamento, como o compromisso de evitar saldos positivos ou negativos grandes e persistentes.

O princípio é semelhante à lógica das operações de cartões de crédito: a extensão do crédito equivale à criação de moeda. Entretanto - diversamente das operadoras de cartões de crédito - o sistema Sardex não cobra taxas ou juros de seus membros. No entanto, eles precisam recuperar seus débitos através da venda de produtos ou serviços no prazo de 12 meses ou terão de reembolsar o Sardex em euros (SARTORI & DINI, 2016, p. 6 a 7).

Destarte, a organização Sardex opera como um banco²¹ - ainda que com características mais "sociais" pelo fato de não cobrarem juros - e cria passivos monetários em contrapartida a créditos concedidos às empresas participantes; créditos esses que se lastreiam na própria atividade econômica do sistema. Logo, para fins de analogia, propomos a seguinte síntese: a organização Sardex estipula os limites de crédito, o que seria uma espécie de lastro monetário²².

Segundo Littera *et all* (2017, p. 16), este limite era de cerca de 80 milhões de Sardex no ano de 2015 (*ibid.*) e acaba por ser prudencialmente maior que o volume de transações (ou, aproximadamente, o total de moeda criada no circuito comercial) de 51,2 milhões no mesmo ano.

²¹ Se quisermos, o banco central do sistema.

²² Poderíamos pensá-lo como mecanismo similar ao *high powered money* - o total da base monetária injetada pelos bancos centrais. Entretanto, esta base monetária não representa um limite do total de moeda criada: ao contrário é o montante "inicial" sobre o qual incorrerá o mecanismo de multiplicação monetária possibilitada pela criação de depósitos à vista por parte dos bancos comerciais. No caso Sardex, como vimos, trata-se de um limite de crédito, daí optarmos pela palavra "lastro".

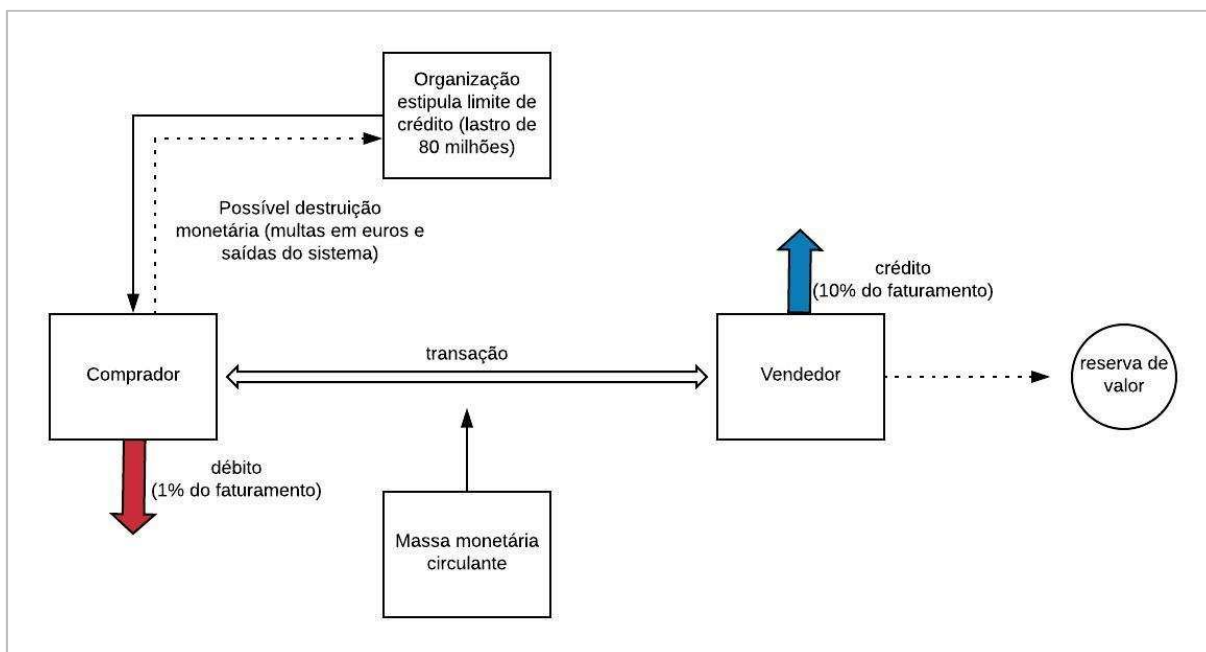
Detalhando um pouco mais o funcionamento do circuito (Figura 6), temos o seguinte mecanismo: a organização concede um crédito aos compradores no limite de 1% de seu faturamento - aqui dá-se a emissão monetária. Esta moeda criada, por sua vez, circula no sistema no momento em que comprador e vendedor realizam transações.

Neste circuito, o processo de destruição da moeda não está claro. Mas há duas situações indicativas disso: caso determinada empresa não recupere seu balanço negativo em 12 meses, deverá pagar à organização este montante em euros. Por princípio, esta multa não retira sardex de circulação, mas ao retirar recursos da empresa pode, no limite, excluí-la do sistema e destruir moeda. Mais que isso, essa multa pode significar uma operação cambial implícita (já que o sistema oficialmente não prevê o intercâmbio entre sardex e euros): o pagamento da taxa em euros pode refletir na redução da própria atividade em sardex, significando uma troca entre moedas e a destruição da última.

Em segundo lugar, um mecanismo de ‘regulação’ do circuito monetário é a possibilidade em manter saldos positivos como reserva de valor. Ainda que a moeda seja tampouco destruída neste caso, essas piscinas de recursos ociosos interrompem seu fluxo.

De qualquer maneira, o que se viu até agora foi a expansão do circuito concomitantemente à de sua base monetária. Enquanto não houver um momento de estabilidade não ficará totalmente claro o processo de destruição monetária.

Figura 6: Criação de moeda no circuito Sardex

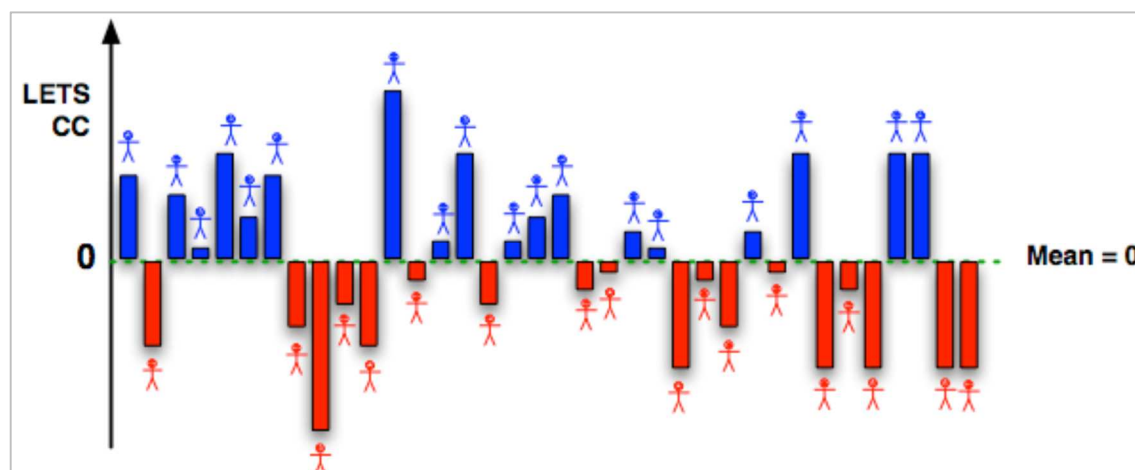


Fonte: Elaboração própria.

Voltando um pouco mais nosso olhar sobre o processo de circulação da moeda, podemos dizer que uma característica marcante dos LETS é o fato de não haver possibilidades de aplicações rendendo juros denominados na moeda local, de modo que o único meio para sua obtenção - por suposto, após a entrada no sistema - é engajar-se em uma relação de troca. O protótipo deste tipo de sistema foi criado na década de 1980 em Vancouver no Canadá, durante uma depressão econômica. Michael Linton, seu criador, apostou então na criação de uma moeda local que compensasse a redução da circulação de moeda oficial na região (DINI e KIOUKPIOLIS, 2014). Na essência, não é necessário ter previamente um saldo monetário positivo para fazer uma compra. Como vimos, o saldo de uma pessoa simplesmente fica negativo pelo preço do item ou serviço, e o saldo do fornecedor é simultaneamente positivo pelo mesmo valor. Segundo Dini e Kioukpolis (2014), em tais esquemas, algumas lojas ou usuários tendem a acumular mais créditos que outros - como alimentação, medicamentos e outros bens/serviços essenciais. Com isso, pode haver dificuldades em gastá-los, o que cria travas à circulação monetária.

Olhando de maneira mais ampla, um sistema LETS teria a representação demonstrada na Figura 7:

Figura 7: Distribuição dos balanços monetários em um sistema LETS.



Fonte: DINI e KIOUKPIOLIS, 2014, p. 5.

Assim sendo, os saldos positivos e negativos são distribuídos entre os usuários do sistema, o que representa suas posições nas relações de troca. Mas isto só é possível, conforme afirmou-se anteriormente, pelo lastro garantido pela organização do sistema, aproximando-se um pouco mais da emissão monetária tradicional em uma economia capitalista

no qual a moeda é um passivo dos bancos centrais e comerciais e um ativo da sociedade (SMITHIN, 2013; ROCHON, 2003; BOSSONE, 2003; CARVALHO *et al*, 2007).

Agora observa-se os dados diretamente coletados a partir de questionário enviado a colaboradores da Sardex entre Maio e Junho de 2017. Ao todo, foram coletadas 177 respostas, o maior número que obtivemos em nossos estudos de caso. Isto foi possível porque contou com a colaboração direta de Paolo Dini e Lorenzo Pinna - dois ativos pesquisadores e colaboradores do sistema Sardex - e pelo elevado nível de organização do sistema.

Um rápido perfil socioeconômico dos utilizadores de Sardex a partir dessa pesquisa nos diz que:

- 72% são do sexo masculino e 26,6% do sexo feminino, enquanto apenas 1 pessoa (0,6%) declarou-se LGBT e mais 2 (1,1%) não responderam;
- Apenas 6,2% participam do sistema há mais de 5 anos, sendo que cerca de 70% ingressaram num intervalo de 1 a 5 anos atrás. Curioso notar que 20,9% ingressaram no último ano anterior à data da pesquisa, o que demonstra a sustentabilidade do projeto;
- 56,5% possuem ensino de nível técnico (*diploma o istituto tecnico/professionale*) enquanto 30,% apresentam nível superior (*laurea*);
- 59,4% das empresas possuem faturamento anual de até 100 mil euros e 24% até 300 mil euros, demonstrando que a grande maioria consiste em pequenas empresas;
- Quanto ao número de trabalhadores, 93,5% empregam menos de 10 pessoas e o restante entre 10 e 50.

Com relação aos principais produtos demandados no sistema Sardex, temos a seguinte configuração²³:

²³ Cada pessoa pôde escolher até 3 tipos de produtos, por isso a quantidade de bens e serviços marcados supera o total de respostas concedidas, no caso 167.

Tabela 5: Bens e serviços demandados no sistema Sardex.

Setores	Quantidade	Porcentagem
Artesanato	14	8,40%
Serviços de TI	19	11,40%
Produção agrícola e insumos alimentares	15	9,00%
Alimentos/Refeições	61	36,50%
Serviços de reparação geral	14	8,40%
Serviços de estética e beleza	5	3,00%
Apoio à vizinhança	4	2,40%
Limpeza	4	2,40%
Educação	8	4,80%
Comunicação	9	5,40%
Arte/Design	3	1,80%
Máquinas e equipamentos	43	25,70%
Eletrodomésticos	17	10,20%
Computadores, telefones celulares e similares	51	30,50%
Automóveis	32	19,20%
Sapatos e roupas	38	22,80%
Farmácia e perfumaria	7	4,20%
Ferramentas e peças	21	12,60%
Material de construção	21	12,60%
Lazer e recreação	10	6,00%
Outros	38	22,80%
Respostas	167	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Como se espera, o percentual de alimentos/refeições é significativo em qualquer circuito de economia local, mesmo naquelas em que predomina o *Business to Business*. Também era de se esperar que máquinas/equipamentos, sapatos e roupas, eletrodomésticos e computadores/celulares figurassem entre os produtos mais demandados por empresas. Algo que não se nota em sistemas de moedas locais com forte participação apenas de pessoas físicas.

Curioso que, quando se trata de insumos alimentares (farinha, óleo, cereais, frutas, verduras etc.) o número demandado é baixo. Isto porque provavelmente a cadeia de fornecedores aos restaurantes do circuito Sardex vem de fora do circuito, o que exige transações em euros.

Observa-se uma radiografia da oferta no sistema Sardex²⁴.

Tabela 6: Bens e serviços ofertados no sistema Sardex.

Setores	Quantidade	Porcentagem
Artesanato	35	20,20%
Consulta e apoio a outros membros no uso da Sardex	23	13,30%
Serviços de TI	20	11,60%
Produção agrícola e insumos alimentares	8	4,60%
Alimentos/Refeições	62	35,80%
Serviços de reparação geral	19	11,00%
Serviços de estética e beleza	13	7,60%
Apoio à vizinhança	1	0,60%
Limpeza	16	9,20%
Educação	4	2,30%
Comunicação	37	21,40%
Arte/Design	8	4,60%
Máquinas e equipamentos	17	9,80%
Eletrodomésticos	13	7,50%
Computadores, telefones celulares e similares	18	10,40%
Automóveis	8	4,60%
Sapatos e roupas	15	8,70%
Farmácia e perfumaria	15	8,70%
Ferramentas e peças	3	1,70%
Material de construção	17	9,80%
Lazer e recreação	24	13,90%
Outros	33	19,10%
Respostas	173	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

No caso da alimentação há um *match* entre oferta (35,80%) e demanda (36,5%). Já com relação a máquinas/equipamentos (9,8%), sapatos e roupas (8,7%), eletrodomésticos (7,5%) e computadores/celulares (10,40%), nota-se um número menor entre os que

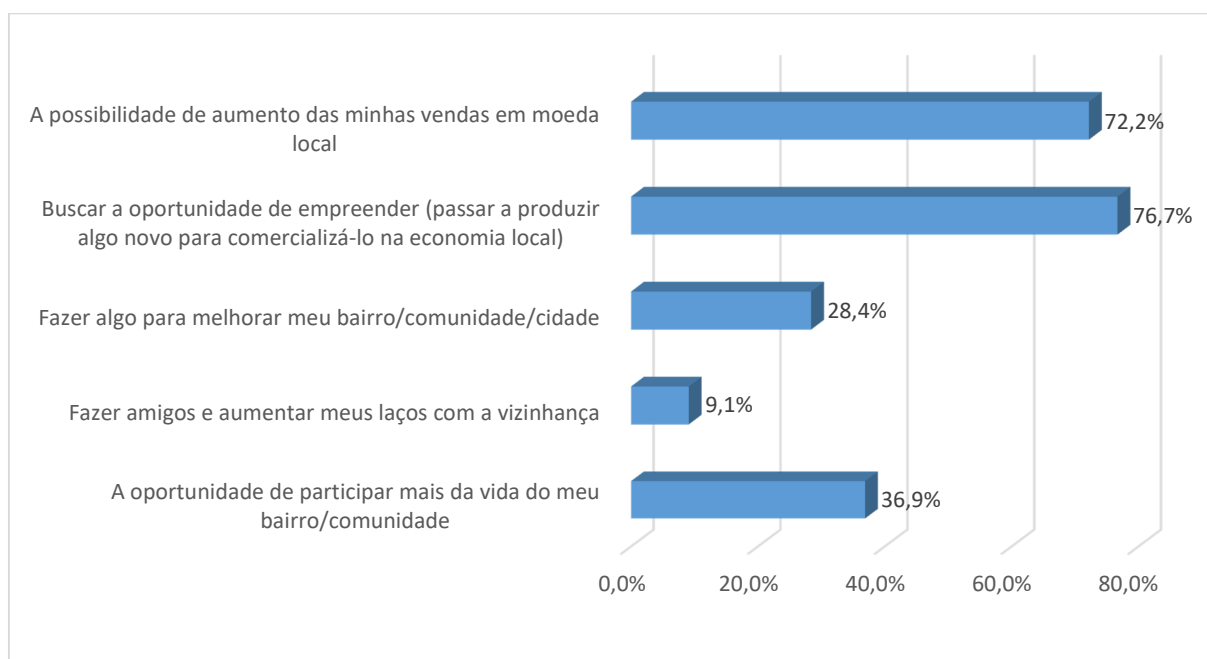
²⁴ Idem à nota anterior.

responderam como ofertantes e os que demandam estes produtos. Todavia, não se pode necessariamente afirmar que haveria um excesso de demanda em relação à oferta já que um número restrito de lojas pode fazer frente a uma demanda considerável.

Contudo, o que salta aos olhos é o descasamento entre a demanda por artesanato (8,40%) e sua oferta (20,20%). Neste caso, podemos assumir o que ocorre em praticamente qualquer caso de moeda local - ainda mais naquelas mais voltadas a práticas comunitárias e solidárias: o fato de que a criação destes circuitos estimula empreendimentos de cunho social e sustentável, já que se configuram como oportunidade única aos mesmos. E, claro, há o reforço ideológico e o sentimento de valorização do comércio local que os estimula. Além do mais, o artesanato é um típico produto demandado pelo consumidor final e não por empresas.

Com relação às motivações para a participação no sistema Sardex, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 13: O que te motiva a participar da moeda Sardex (eleja até 3 respostas) (n = 176).



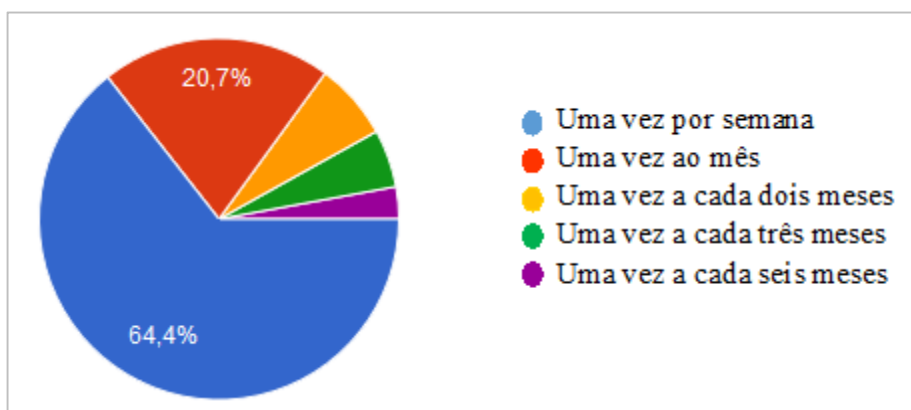
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Embora muitos tenham alegado motivos sociais e comunitários para a participação no sistema (a oportunidade de estar mais ativo na comunidade - 36,9%; fazer amigos e reforçar laços com a cidade/bairro/comunidade - 9,1%; a possibilidade de fazer algo pela minha cidade/bairro/comunidade 28,4%), é notável - sobretudo em comparativo com outras moedas locais - a motivação econômica: 76,7% alegaram ver motivos para ter oportunidades de empreender ou criar algo novo enquanto 72,2% viram a possibilidade de

aumentar suas vendas por conta da introdução da Sardex. Isto se explica pelo caráter eminentemente comercial do sistema. Em outras palavras, há uma preocupação maior em estimular o desenvolvimento empresarial do que em outros tipos de moedas locais, tratando-se de um tipo de localismo monetário complementar (GÓMEZ, 2006).

Conforme já dito anteriormente, o tamanho da rede e a variedade de bens e serviços é considerável dentro do circuito Sardex. Assim sendo, é de esperar que a moeda circule sem ficar estocada durante muito tempo. O fato de não existirem ativos em Sardex que rendam juros ajuda, mas não explica completamente esta situação, já que outras moedas sociais têm esta característica e ainda assim ficam estocadas durante um bom tempo pelo fato de haver poucas opções de gasto. No sistema Sardex, como vemos no Gráfico 14, 64,4% dos respondentes alegaram fazer transações semanalmente, enquanto apenas 20,7% uma vez ao mês.

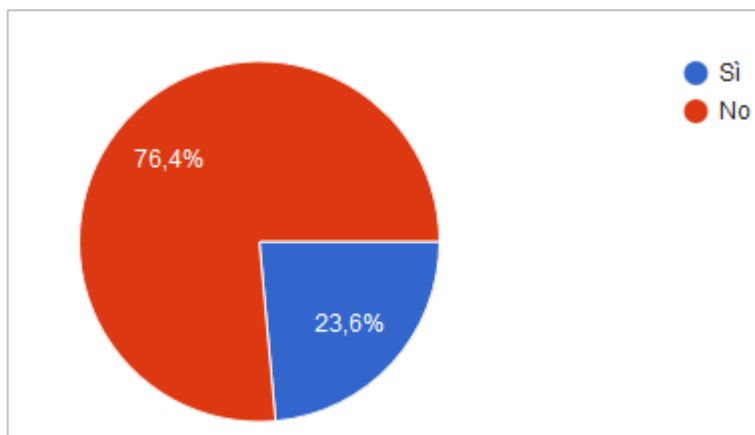
Gráfico 14: Com qual frequência utiliza Sardex para fazer transações?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2)

O Gráfico 15 complementa a ideia anterior: 76,4% das empresas disseram não ficar com saldos de Sardex ociosos por muito tempo, já que há sempre transações a serem feitas e bens disponíveis a serem adquiridos.

Gráfico 15: Você fica muito tempo com saldos de Sardex ociosos por não ter onde gastá-los?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Dos 23,6% que responderam subjetivamente ficarem com saldos ociosos, pedimos para que dessem respostas abertas sobre os bens e serviços que ofertam. Eis o resultado na Tabela 7:

Tabela 7: Bens e serviços que ficam um bom tempo sem serem vendidos no sistema Sardex.

Setores	Quantidade	Porcentagem
Alimentos/Refeições	5	13,90%
Vestuário	4	11,10%
Farmácia e perfumaria	5	13,90%
Dentista	1	2,80%
Consultoria/processamento de dados	3	8,30%
Artesanato/marcenaria	3	8,30%
Ótica	1	2,80%
Turismo	1	2,80%
Transporte de mercadorias	1	2,80%
Material anti-incêndio	1	2,80%
Reparações mecatrônicas	1	2,80%
Cortinas	1	2,80%
Informática/Software	2	5,60%
Construção/elétrica	2	5,60%
Ferramentas e peças	1	2,80%
Gráfica/impressão	2	5,60%
Design e construção de sistemas tecnológicos	1	2,80%
Equipamentos e produtos de limpeza profissional	1	2,80%
Respostas	36	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Do total de 36 respostas, é interessante notar que, para além dos setores estatisticamente significativos na amostra do sistema Sardex (alimentos, farmácia, vestuário, artesanato) surgem bens e serviços que realmente teriam dificuldades em vender frequentemente num sistema B2B. É o caso de óticas, dentistas, turismo e cortinas. Entretanto, há setores que tipicamente atendem empresas, mas alegaram ficar um bom tempo sem vender seus produtos, tais como: equipamentos de limpeza profissional, serviços de informática, transporte, consultoria etc. De qualquer modo, o universo da amostra é limitado para que seja possível propor alguma conclusão definitiva.

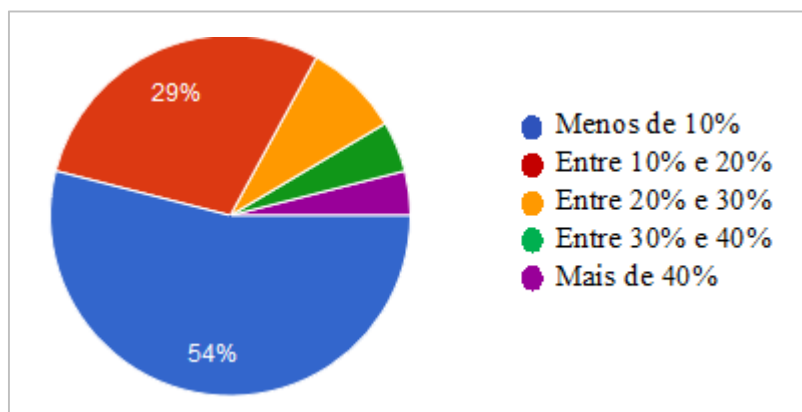
5.6 A SARDEX E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Conforme já discutido anteriormente há uma considerável literatura discutindo os possíveis efeitos das moedas complementares na economia local (GOMEZ & HELMSING, 2008; MENEZES & CROCCO, 2009; FAHRE & AHMED, 2018). Por suposto, uma razão principal para que seus idealizadores as criem - como no caso da própria Sardex - seria dinamizar as trocas em âmbito local, criando processos de reconfiguração e resiliência econômica dos territórios. Os dados coletados em nossa pesquisa procurarão desvelar se este fenômeno de fato ocorreu no caso da Sardex. Em linhas gerais, as questões direcionadas aos participantes procuravam mensurar se:

- a) Houve aumento do faturamento após a entrada no sistema Sardex;
- b) Houve a diversificação de atividades produtivas (criação de novos bens e serviços, maior diferenciação de produtos etc.);
- c) Houve algum processo de encerramento especial seletivo;
- d) Foi possível a contratação de trabalhadores como resultado da injeção monetária local;
- e) Houve a criação de laços de confiança, empoderamento comunitário e maior participação em grupos e redes;

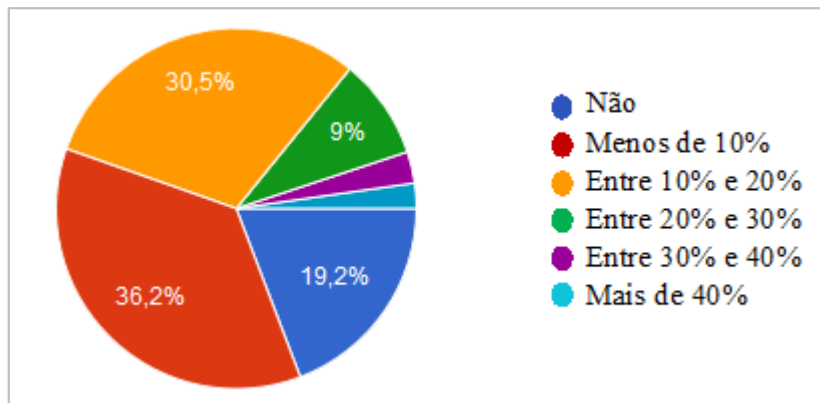
Como pode ser verificado nos Gráficos 16, 17 e 18, a criação da moeda Sardex permitiu um aumento do faturamento e da base de clientes para as empresas em questão. Todavia, este efeito foi limitado pelo próprio fato de que 54% das empresas afirmaram que até 10% de sua produção é vendida em Sardex, enquanto 29% elegeram um intervalo entre 10 e 20%. Ou seja, 83% das empresas faturam até 20% na moeda social.

Gráfico 16: Qual percentual de sua produção vem expresso em Sardex?



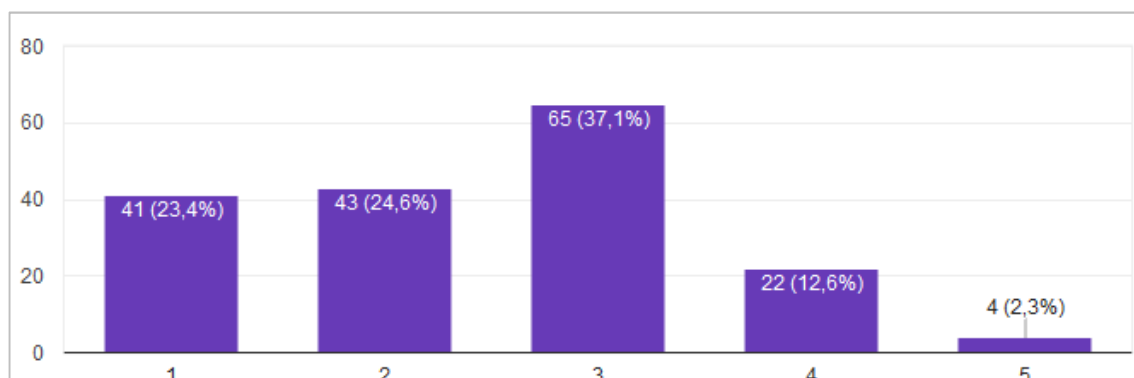
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Gráfico 17: Você notou um aumento na receita depois de entrar no sistema Sardex.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Gráfico 18: Você acha que a Sardex permitiu aumentar sua base de clientes ou sua rede de membros que geralmente realizam transações com você? (Escala de 1 a 5, 5 é o maior acordo)



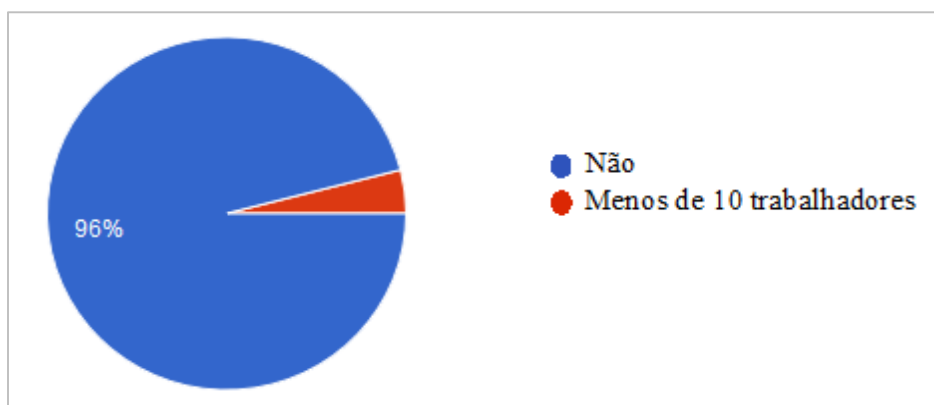
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Pelo Gráfico 17, podemos notar que cerca de 86% afirmaram que sua receita aumentou até um limite de 20% (sendo que 19% alegaram não ter notado nenhum aumento). Esta cifra é muito próxima aos 83% do Gráfico 16 mencionado anteriormente. Assim sendo, há um possível efeito de impulso à demanda local e um encerramento seletivo das transações.

O Gráfico 18, que apresenta um perfil de escolhas mais subjetivo parece confirmar esses dados: poucos alegaram ter ganho um grande número de clientes, porém houve algum avanço de escala moderada.

Agora bem, os aumentos vistos em rendimento e em base de clientes não foram suficientes para que as empresas em questão contratassem mais trabalhadores, conforme se vê no gráfico abaixo:

Gráfico 19: A participação no sistema Sardex te possibilitou contratar mais trabalhadores?



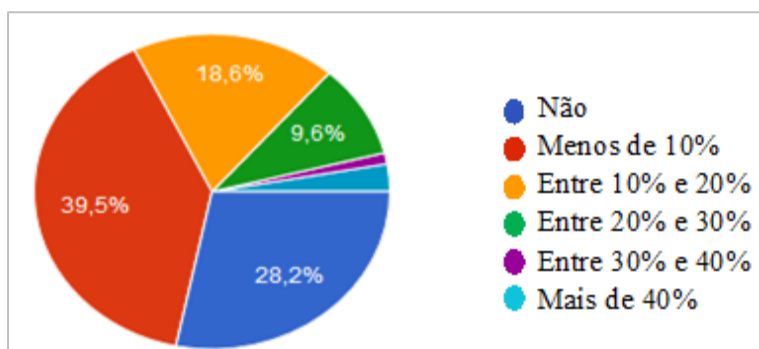
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Como em geral, trata-se de pequenas empresas e o aumento em transações, além de pequeno, veio denominado em moeda local, dificilmente este crescimento poderia ter transbordado para aumento de trabalhadores. A teoria monetária pós-keynesiana aceita que em algumas situações uma injeção monetária - diante da rigidez de preços e salários - poderia aumentar o nível de atividade e emprego (TERRA & ARESTIS, 2017). Isso potencialmente teria um efeito ainda maior em se tratando de moedas locais, nas quais o motivo de especulação é irrelevante. Entretanto, a escala destes sistemas de moedas locais é insuficiente para que se verifique tal efeito no nível de emprego.

O encerramento de um espaço econômico com alguma dinâmica própria, conforme apontado por Gomez e Helmsing (2008), pôde ser verificado no sistema Sardex. Como vemos no gráfico 20, apenas 28% das empresas não substituíram produtos do sistema Sardex por fornecedores de grandes cadeias externas, o que significa que houve um direcionamento do fluxo circular da economia para dentro do sistema.

Gráfico 20: Você, com a introdução do sistema Sardex, começou a substituir produtos ou serviços que eram comprados em grandes

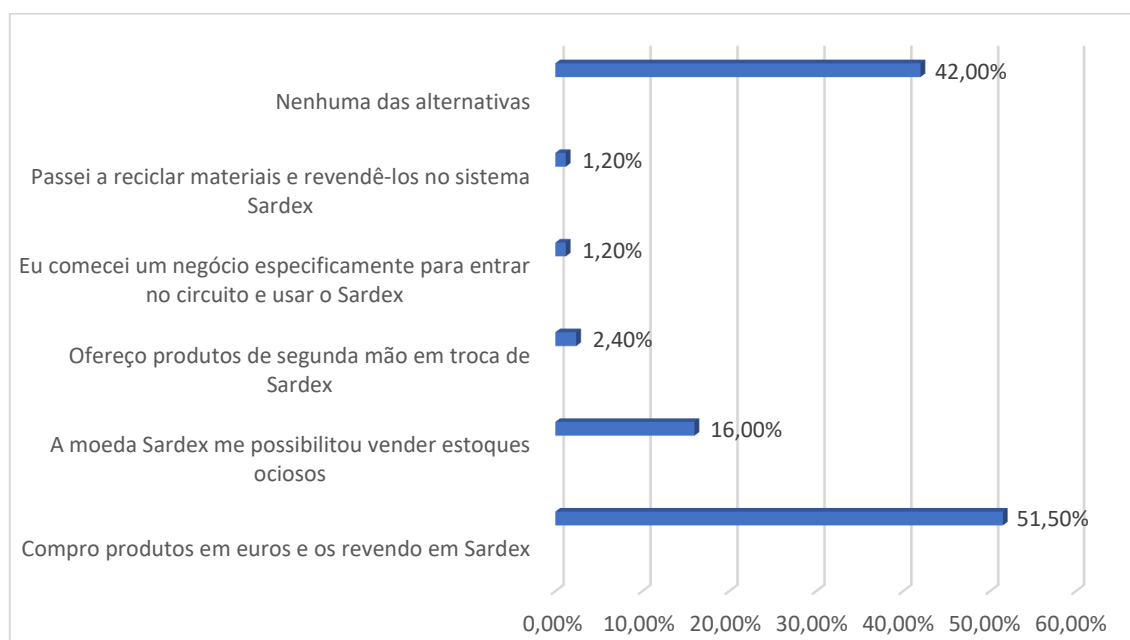
redes/fornecedores externos por produtos/serviços locais? Nesse caso, estime uma porcentagem.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Ao mesmo tempo, como vemos no gráfico seguinte, 51,5% das respondentes afirmaram fazer a atividade de revenda, irrigando o sistema Sardex com produtos comprados em euro. Se, conforme mencionado anteriormente, a moeda Sardex produz algum efeito de substituição de importações, neste quesito vemos o contrário: o fenômeno de importação. Neste caso, portanto, há uma substituição da utilização dos euros por Sardex, já que estes 50% de transações poderiam ter ocorrido em euros de qualquer maneira.

Gráfico 21: Criação de economias locais no sistema Sardex.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

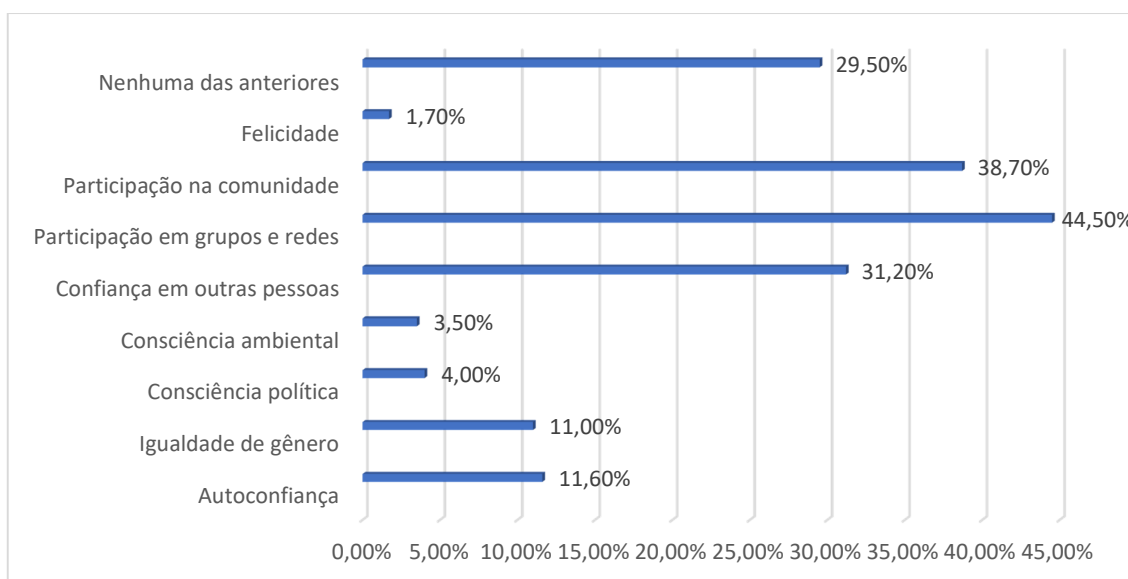
Ainda com relação ao Gráfico 21, vale notar que a Sardex possibilitou o escoamento de estoques ociosos para 16% das empresas. Em resumo, a moeda local promoveu

atividade econômica na área aumentando a produção, o que significa estimular o desenvolvimento econômico local (HELMSING 2003).

Por outro lado, 42% alegaram não ter realizado nenhuma das opções e poucos criaram novos produtos ou serviços a partir da circulação da moeda local. Ou seja, houve pouco estímulo a novos empreendimentos ou à diversificação produtiva. Da mesma maneira, a Sardex produziu pouco desenvolvimento sustentável já que não estimulou de maneira significativa a atividade de reciclagem.

Por fim, a literatura sobre moedas sociais traz inúmeros exemplos de como elas aumentam a confiança entre os membros, assim como seus laços territoriais com a participação em grupos e redes, indicando criação de capital social (ver FARE, M., FREITAS, C. ; MEYER, C. ,2015; SEYFANG 2005, 2006; ZELIZER, 2011, entre outros). No caso Sardex não é diferente, como podemos enxergar no Gráfico 22:

Gráfico 22: Marque, no máximo, 3 sentimentos e valores que surgiram ou se reforçaram após sua entrada no sistema Sardex.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 2).

Aparecem, de maneira significativa três dimensões do capital social apontadas por Pantoja (2002), Reid & Salmen (2002) e Grootaert *et al* (2004), tais como participação na comunidade, participação em grupos e redes e confiança em outras pessoas. Como é o caso de outras moedas sociais, embora se possa imaginar que tais experiências surjam de ambientes já socialmente coesos e integrados, quase todas as pesquisas indicam seu aumento após o seu funcionamento. Além disso, entre os valores individuais destacam-se maior igualdade de

gênero (algo curioso já que o sistema é eminentemente masculino como vimos atrás) e autoconfiança.

Em suma, podemos dizer que o sistema Sardex constitui-se de um circuito econômico bem organizado, com características de regulação e institucionalidade estatal - reforçando a teoria estado-crédito da moeda (INGHAM, 2004; INNES, 2004; WRAY, 2004, KNAPP (1973 [1924])). Ademais, seu tamanho, em comparação com outros esquemas de moedas locais, é relevante o que indica um razoável volume de transações e um circuito suficiente heterogêneo - em termos de bens e serviços transacionados - para sustentar tal escala.

Por fim, seus impactos no desenvolvimento local foram notados nesta pesquisa, porém de maneira reduzida. Ainda assim, houve algum processo de encerramento especial seletivo e de substituição de importações. Ao fim e ao cabo, em se tratando de desenvolvimento, nota-se de maneira ainda mais considerável aspectos do desenvolvimento comunitário - ou seja, um empoderamento dos agentes no sentido de autoconfiança e de sentimento de pertença no grupo.

5.7 ANÁLISE DA MOEDA SOCIAL MUMBUCA

Os dados desta pesquisa foram coletados em dois momentos: em janeiro e em maio de 2018, em visitas ao Banco Comunitário Mumbuca na cidade de Maricá, Rio de Janeiro. Nestes dias, tivemos a oportunidade de verificar o atendimento do banco aos beneficiários e aos empresários cadastrados no programa, e também distribuir-lhes questionários, cujos resultados serão parcialmente apresentados aqui. Ao todo foram 34 respostas de beneficiários (pessoas que recebem o cartão mumbuca) e 22 de estabelecimentos comerciais que vendem seus produtos na moeda local.

Outras informações foram coletadas a partir de conversas com organizadores do projeto, tais como André Braga (ex-secretário de Economia Solidária do município), Natália Sciammarella (gestora no Banco Comunitário Mumbuca) e Joaquim Melo (fundador do Instituto Palmas que tem sido responsável pela implementação da moeda Mumbuca).

O projeto da moeda mumbuca teve seu pontapé inicial em 2013, quando o ex-prefeito da cidade de Maricá, Washington Siqueira (conhecido como Quá Quá) fez uma visita a Instituto Palmas de Fortaleza e idealizou a criação de um banco comunitário semelhante em Maricá, só que com o diferencial de ser apoiado pelo governo da cidade.

Com a edição da Lei Municipal n. 2.448, de 26 de Junho de 2013 - que cria as diretrizes para programas de assistência social e produtiva com base nos princípios de economia solidária - e do afluxo de renda dos royalties do Pré-Sal, criaram-se as bases para a

implementação da Bolsa Mumbuca, que é a matriz de funcionamento do circuito monetário de mesmo nome. Basicamente, o programa consiste na concessão de benefícios sociais a pessoas cuja renda familiar seja de até um salário mínimo e que estejam cadastradas na prefeitura.

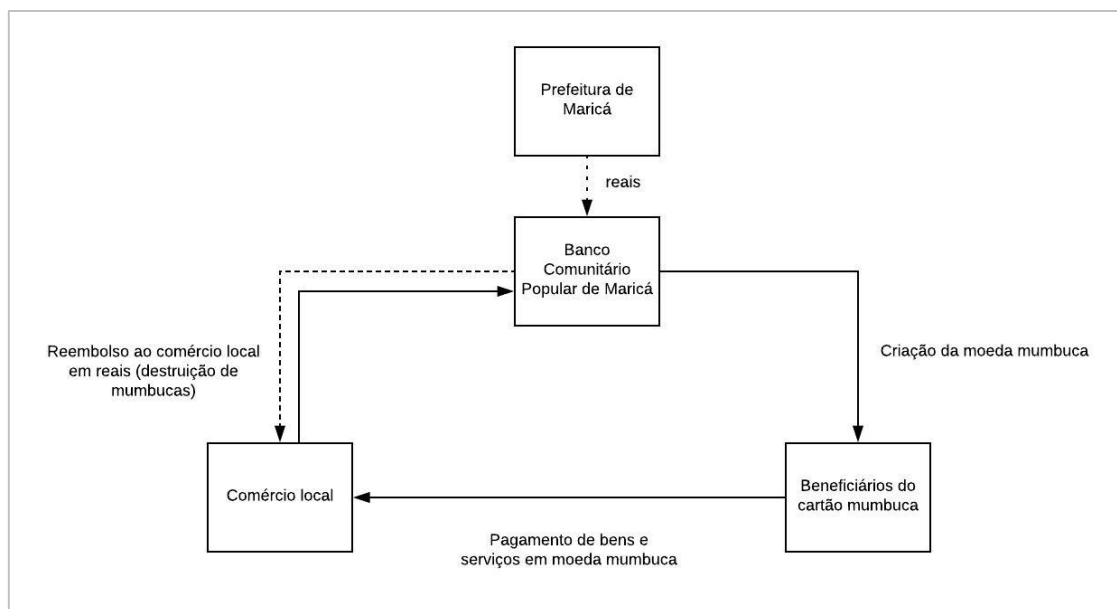
O valor do benefício principal - o Renda Básica de Cidadania - é de 130 Mumbucas, sendo 1 Mumbuca equivalente a 1 Real, e o total de pagamentos alcança um valor próximo a R\$ 2 milhões mensais. Um fator interessante é que tais benefícios são pagos em um cartão que contém créditos na moeda Mumbuca, meio de pagamento que só é aceito pelos estabelecimentos comerciais da cidade cadastrados no sistema. Hoje, há cerca de 200 comércios credenciados²⁵ e 16 mil famílias beneficiárias.

Comparativamente, é a maior moeda social do Brasil. Isto porque conta com o apoio do poder público, o que lhe garante um alcance significativo.

5.8 O CIRCUITO DA MOEDA MUMBUCA

Embora grande do ponto de vista quantitativo, o circuito da moeda mumbuca é qualitativamente simples, conforme pode ser visto abaixo:

Figura 8: Circuito da moeda Mumbuca.



Fonte: Elaboração própria.

Em suma, a criação da moeda Mumbuca parte do próprio orçamento da prefeitura no ato de pagamento dos benefícios às famílias de baixa renda. Estas, direcionam o

²⁵ Em nossa última visita, esta cifra já se encaminhava para 300 estabelecimento cadastrados, segundo os organizadores do Banco Mumbuca.

fluxo da moeda para os estabelecimentos locais na forma de consumo. Por fim, os mesmos estabelecimentos são reembolsados mensalmente em reais em troca do valor em mumbucas que receberam. Entendemos que a moeda ainda não tem uma vida plena, e que seu circuito é bastante reduzido.

Na verdade, chamá-la de moeda é por si só parcialmente correto, já que cumpre apenas a função de meio de pagamento e, de maneira reduzida, a função de reserva de valor, enquanto não tem a autonomia de uma unidade de conta já que neste ponto se baseia em reais. Entretanto, está-se implantando o aplicativo e-dinheiro, que permitirá transações entre empresas ou de empresas para consumidores, algo que hoje é impossível. Isto diversificará as transações e dará um pouco mais de complexidade ao circuito.

Do ponto de vista socioeconômico, o circuito da moeda mumbuca difere razoavelmente dos outros casos analisados nesta tese. Em primeiro lugar, porque se trata de uma política social apoiada no banco comunitário da cidade de Maricá. Isto significa que há a focalização de um público excluído socialmente, que é quem recebe os benefícios. Logo, trata-se um circuito de economia popular com um perfil de demanda por bens e serviços bem definido: itens de primeira necessidade como alimentos e remédios são os mais procurados, o que acabou levando esse tipo de comércio a aderir majoritariamente ao cartão mumbuca.

Em segundo lugar, porque é da própria essência dos bancos comunitários - mesmo os que não possuem apoio do poder público - a inclusão social e financeira de pessoas marginalizadas no circuito econômico e financeiro “oficial”. Isto se explica pelo fato de que, nos países do norte global, a construção de um sistema monetário local - em geral - está relacionada a uma crítica ao padrão monetário oficial, em uma proposta de construção de uma outra economia, uma outra globalização. O nível de pobreza é mais baixo e, mesmo em camadas sociais mais baixas, as necessidades fundamentais de vida encontram-se atendidas.

Por outro lado, em países em desenvolvimento, as relações comunitárias e solidárias ainda permanecem em algum grau dentro das comunidades: o desencanto com o mundo “racional” e individualista não se manifesta tão claramente, ocorrendo uma interpenetração entre racionalidades locais/solidárias e lógicas técnico-produtivistas (SANTOS, 2006). Isto explica por que razão nos países mais pobres os esquemas de moedas locais ou outros experimentos de economia solidária geralmente assumem caráter externo às comunidades envolvidas, vindo de políticas públicas ou de agentes não necessariamente imbricados àquela localidade (BLANC, 2010; NISHIBE, 2015).

Assim sendo, os resultados da pesquisa socioeconômica sobre a mumbuca demonstram que:

a) Beneficiários:

- 82,4% são mulheres;
- 29,4% possuem ensino primário, 44,1% possuem ensino fundamental e apenas 17,6% declaram ter completado o ensino médio. Duas pessoas marcaram a opção “ensino técnico” e uma “pós-graduação”;
- 39,4% encontram-se desempregados, 27,3% são donos(as) de casa, 15,2% aposentados e apenas 18,2% declaram ter algum tipo de vínculo empregatício ou exercer atividade autônoma;
- Em termos de rendimento mensal, 50% responderam receber até meio salário mínimo, enquanto 46,9% alegaram ter entre meio e 1 salário mínimo de rendimento. Uma pessoa alegou receber mais de um salário mínimo;

b) Empresas

- 61,9% das pessoas que responderam o questionário em nome das empresas são do sexo masculino e o restante do sexo feminino.
- 52,6% declararam ter curso superior, 31,6% ensino médio, 10,5% ensino fundamental e apenas uma pessoa era pós-graduada;
- 55% das empresas inseridas no programa possuem faturamento de até R\$360 mil, enquadrando-se na categoria de microempresas. 25% situam-se na categoria de Microempreendedor Individual (MEI) e 20% inserem-se na categoria de empresas de pequeno porte cujo faturamento localiza-se entre R\$360 mil e R\$3,6 milhões;
- 75% das empresas empregam menos de 9 trabalhadores, enquanto apenas 25% escolheram a alternativa “entre 10 e 49 trabalhadores.”

Alguns desses dados merecem algumas observações. Primeiramente, é patente a relação existente entre gênero e exclusão social, com o reforço da ideia da mãe como a cuidadora do lar ao “gerir” a renda recebida pelo benefício social (PASSOS & WALTENBERG, 2016). Por outro lado, de maneira semelhante ao Bolsa Família, o programa pode propiciar empoderamento e algum grau de independência financeira às mulheres (BARTHOLO, PASSOS e FONTOURA, 2017).

Quando se olha para o questionário das empresas, salta aos olhos a quantidade muito maior de homens - praticamente todos os que responderam o questionário exerciam

algum cargo de gerência ou eram diretamente os proprietários -, assim como a diferença em grau de escolarização. Em segundo lugar, a pesquisa confirma que o benefício chega realmente a quem precisa dele. O número de desempregados e donos de casa é realmente notável, ao mesmo tempo em que o grau de escolarização destas pessoas se correlaciona com esta carestia social e econômica.

Por fim, ao ser um benefício para pessoas de baixa renda, o cartão mumbuca ativa o circuito inferior da economia - onde se encontram atividades e serviços intensivos em mão-de-obra com pouca organização técnico-científica, com predomínio do comércio varejista popular e onde a população tem poucas condições de acumulação de capital, vivendo em instabilidade no mercado de trabalho (SANTOS, 1979).

Com efeito, a grande maioria das empresas situa-se nas categorias de MEI ou microempresas. Mais que isso, há uma grande concentração tanto da oferta como da demanda em itens alimentícios, farmácia e perfumaria e “serviços”²⁶ de limpeza e educação, como podemos ver nas tabelas abaixo que trazem uma radiografia da oferta e da demanda dos bens/serviços que mais aparecem na rede mumbuca.

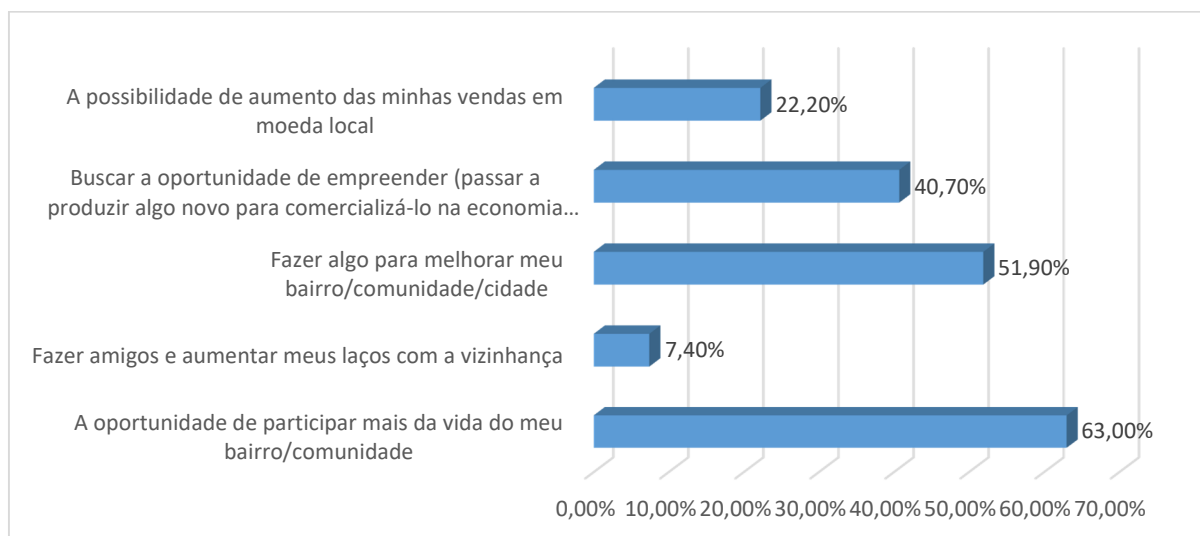
²⁶ Entendemos a palavra “serviços” como um erro no questionário. Como nos circuitos de moedas locais baseadas na comunidade, os serviços de educação, consultoria, limpeza têm um papel importante, acabamos mantendo esta opção no questionário da moeda mumbuca. Entretanto, ao acompanharmos tanto os beneficiários quanto os responsáveis pelas empresas nas respostas, pudemos perceber que as pessoas entenderam “serviços de educação” ou “serviços de limpeza” como materiais escolares e de limpeza, respectivamente.

Tabela 8: Bens e serviços demandados pelos beneficiários e ofertados por empresas na moeda social Mumbuca (até 3 opções de resposta).

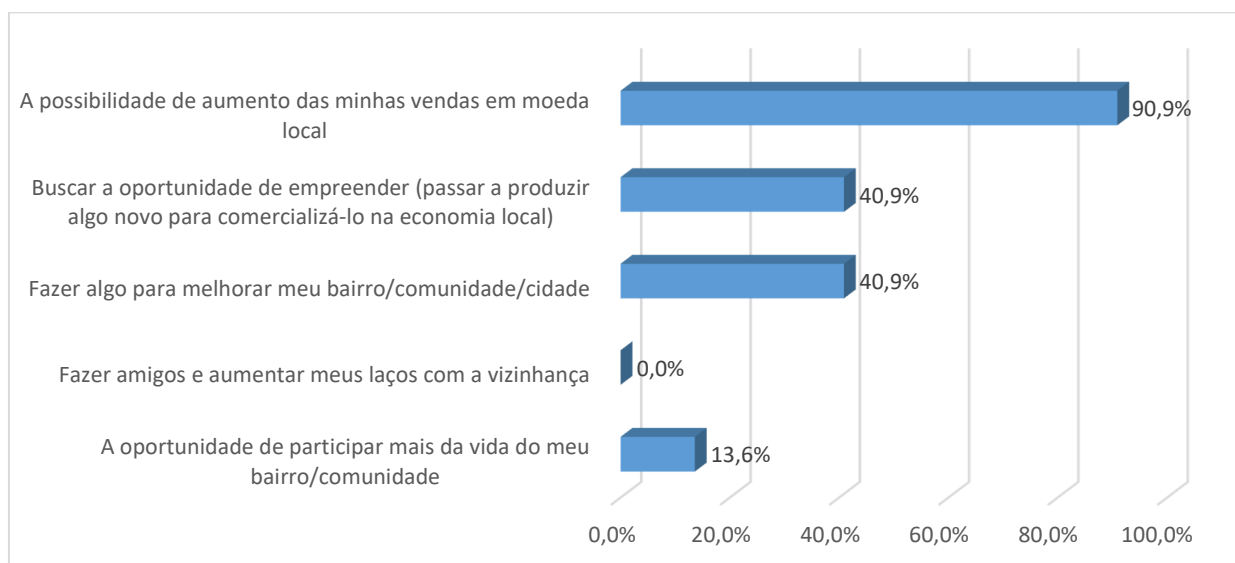
Setores	Quantidade (demanda dos beneficiários)	Porcentagem
Itens alimentícios	30	90,90%
Serviços de reparo para o lar	2	6,10%
Estética e beleza	1	3,00%
Serviços de educação	4	12,10%
Serviços de limpeza	6	18,20%
Farmácia e perfumaria	24	72,70%
Outros	3	9,10%
Respostas	33	-
Setores	Quantidade (oferta das empresas)	Porcentagem
Itens alimentícios	7	33,30%
Refeições em restaurantes	1	4,80%
Serviços de reparo para o lar	1	4,80%
Estética e beleza	2	9,50%
Serviços de educação	3	14,30%
Serviços de limpeza	3	14,30%
Farmácia e perfumaria	9	42,90%
Calçados e vestuário	1	4,80%
Material de construção	1	4,80%
Lazer e recreação	1	4,80%
Outros	3	14,30%
Respostas	21	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexos 3 e 4).

Perguntados sobre o que os motivaria a participar da moeda mumbuca, beneficiários e empresas responderam da seguinte maneira:

Gráfico 23: Motivações para participar da moeda mumbuca - beneficiários (Até 3 opções de resposta) (n=37).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 3).

Gráfico 24: Motivações para participar da moeda mumbuca - empresas (Até 3 opções de resposta) (n = 22).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 4).

Quando se olha para as respostas dos beneficiários, o questionário apresenta uma lacuna evidente ao não colocar alguma opção relacionada ao aumento da renda ou da qualidade de vida. Na falta de uma destas opções, as pessoas majoritariamente escolheram alguma alternativa relacionada à participação na vida da cidade, bairro ou comunidade. De qualquer maneira é curioso perceber como 40,7% esperam que a circulação da moeda os ajude a criar um negócio. Em nossa última visita, ouvimos relatos, tanto de beneficiários quanto dos funcionários do banco comunitário de beneficiários que acabaram cadastrando-se como MEIs,

passando a vender seus produtos em troca de mumbucas. Há, ao que parece, uma intenção clara neste sentido por parte da gestão do banco.

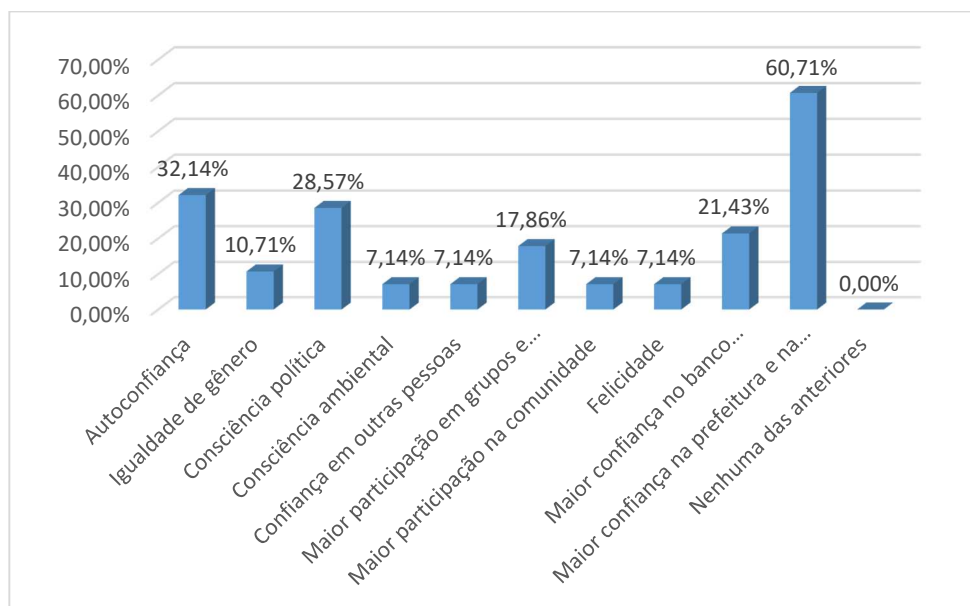
Já com relação às empresas 90,9% alegaram a motivação de aumentar as suas vendas na localidade, enquanto 40,9% esperavam criar algum novo empreendimento com a circulação da moeda mumbuca. A mesma porcentagem também demonstrou satisfação em participar de um projeto que supostamente melhoraria a vida da localidade.

Com efeito, fica evidente que a moeda mumbuca tem uma efetividade econômica muito destacada frente às outras moedas analisadas aqui. Ainda que seja gerida por um banco comunitário e tenha um propósito social evidente, a preocupação com a economia local também apresenta relevância. O fato de ser uma política pública, por suposto, ajuda nesse sentido.

Agora algumas observações quanto à circulação da “moeda” mumbuca. Quanto aos beneficiários, procurou-se verificar se eles mantêm saldos ociosos da moeda, se encontram produtos com facilidade, se a injeção da nova moeda possibilitou a substituição de compras externas (fora do circuito ou mesmo da cidade) por produtos denominados em moeda local e se, como exposto por Zelizer (2011), a entrada da moeda local possibilitou o aumento das relações pessoais e de afeto com a comunidade os *stakeholders* do sistema como um todo.

Neste último quesito, pode-se constatar que mais de 60% dos beneficiários responderam ter aumentado sua confiança na prefeitura após seu ingresso no Programa Mumbuca. Ao mesmo tempo, 21% responderam ter maior confiança no banco comunitário e cerca de 18% demonstraram ter aumentado sua participação em grupos e redes.

Gráfico 25: Marque, no máximo, três sentimentos/valores que surgiram ou se reforçaram a partir de sua participação na moeda mumbuca (n = 33).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (anexo 3).

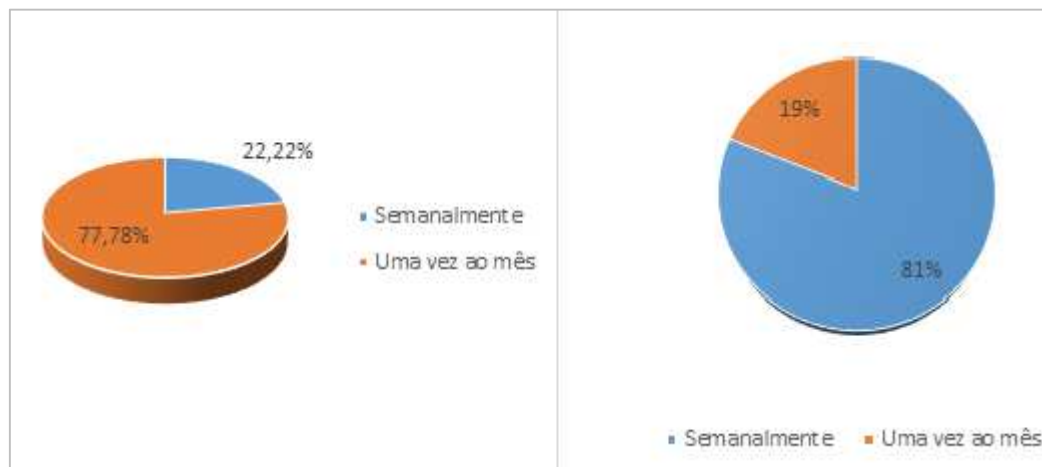
Com relação ao fluxo da moeda, 78% dos beneficiários responderam que a frequência de suas compras em mumbucas é mensal, enquanto outros 22% responderam que a utilizam semanalmente. Dada a característica de programa social da bolsa mumbuca, é natural que a maioria das pessoas gastem todo o benefício no momento em que o recebem.

Entretanto, 81% dos comerciantes responderam que realizam vendas em mumbucas todas as semanas. Isto pode significar que alguns dos 78% de beneficiários programam suas compras em momentos distintos do mês e os outros 22% bastam para complementar a garantia do fluxo semanal de moeda. Tais informações são enriquecidas pelo fato de que 100% dos beneficiários responderam não ficar com estoques ociosos de meios de pagamento em seus cartões.

Gráfico 26: Com que frequência você usa a moeda mumbuca para fazer compras?

A) Beneficiários (n = 32).

B) Empresas (vendas). (n = 21)

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (anexos 3 e 4).

Pode-se, portanto, estimar que a moeda mumbuca apresenta elevada velocidade de circulação dado seu peso relevante no orçamento dos beneficiários. Isto indica que não apresenta de maneira relevante o atributo de reserva de valor. Pelo menos não nas configurações atuais do circuito. Sendo assim, adianta-se que este alto potencial de circulação terá impactos importantes na economia local. É o que veremos na seção próxima.

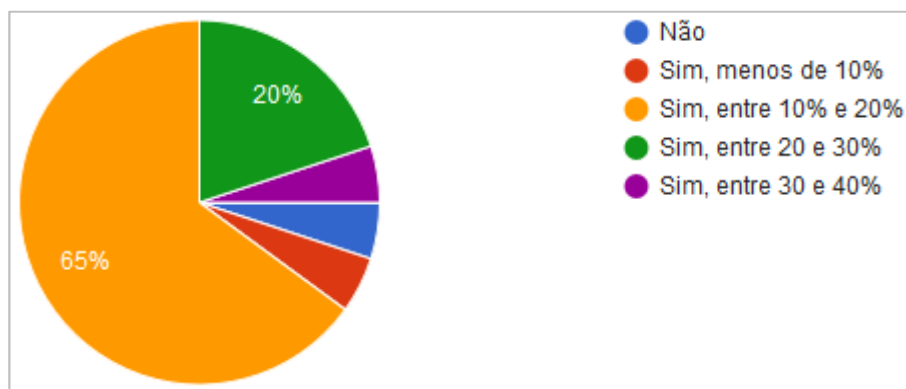
5.8.1 A Moeda Mumbuca No Desenvolvimento Local

Antes de tudo, é importante dizer que no caso da moeda mumbuca, verificou-se impactos tanto de desenvolvimento a nível empresarial (HELMSING, 2003; GOMEZ & HELMSING, 2008) quanto de nível comunitário. Isto porque a moeda tem caráter eminentemente complementar, ou seja, procura melhorar a economia local, dando oportunidade tanto para aumento de renda dos beneficiários como para o aumento de vendas do comércio da cidade. Não há uma intenção definida em reforçar atributos de habilidades e empoderamentos individuais, tampouco de capital social. Entretanto, tais elementos parecem originar-se - ainda que de maneira coadjuvante - a partir da efetivação do circuito mumbuca.

Com relação à criação de algum encerramento econômico espacial, isto é, da criação/fortalecimento da economia comunitária através do desvio de atividades denominadas em reais para aquelas em mumbucas, e também quanto ao processo de encerramento espacial seletivo que permite algum processo de “substituição de importações” e de reorientação interna - ainda que parcial - do circuito econômico local, destaca-se os seguintes dados:

Respostas das empresas:

Gráfico 27: Você pôde perceber um aumento em seu faturamento/vendas após a entrada da moeda Mumbuca em cena? (n = 20).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (anexo 4).

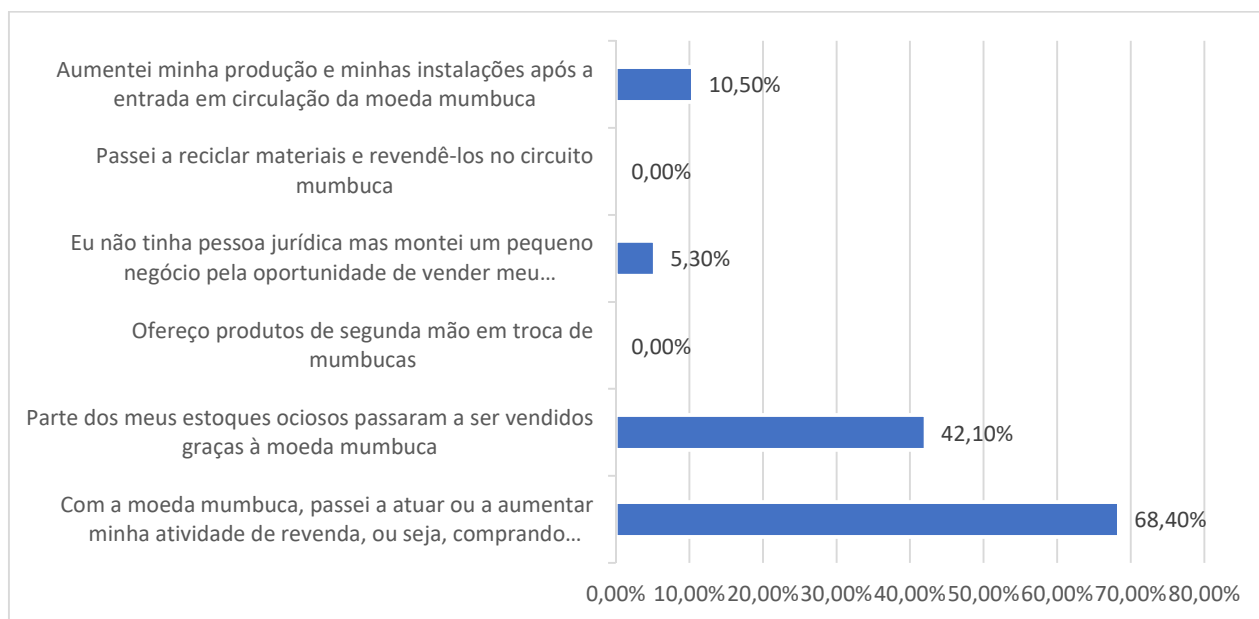
Quase que a totalidade das respostas foi positiva quanto à pergunta exposta no gráfico. Isto significa que houve o reforço da economia local e a moeda mumbuca atuou parcialmente como o laço que une as decisões de produção e consumo (SCHUMPETER, 2014) ao trazer para a própria localidade um relativo processo de encerramento especial seletivo (HELMSING & GOMEZ, 2008; STÖHR & TODTLING, 1978).

Ao mesmo tempo, podemos ver no gráfico abaixo que a moeda possibilitou a criação de um novo empreendimento, assim como permitiu a inversão de estoques adquiridos em reais para dentro do circuito monetário alternativo, o que reforça as ideias de encerramento espacial e criação de novos links entre moeda-consumidores-produtores mencionados agora há pouco.

De fato, na pesquisa de campo, alguns gerentes e empresários declararam ter colocado à venda novos *mix* de produtos dada a injeção de demanda causada pela mumbuca. Como exemplos, alguns mercados aumentaram a colocação de itens da cesta básica da mesma maneira que farmácias o fizeram com relação a remédios populares.

Duas pequenas papelarias alegaram terem aumentado suas prateleiras, sendo que uma delas teve que aumentar suas idas à rua 25 de Março em São Paulo por conta do influxo de consumidores beneficiários da mumbuca. Por outro lado, esta mesma pessoa relatou insatisfação em nossa última visita, já que agora grandes redes de supermercados e lojas maiores entraram no circuito, ofuscando assim os microempresários e, sobretudo, os MEIs.

Gráfico 28: Eleja quantas alternativas quiser sobre sua atuação dentro do circuito da moeda mumbuca. (n = 19).

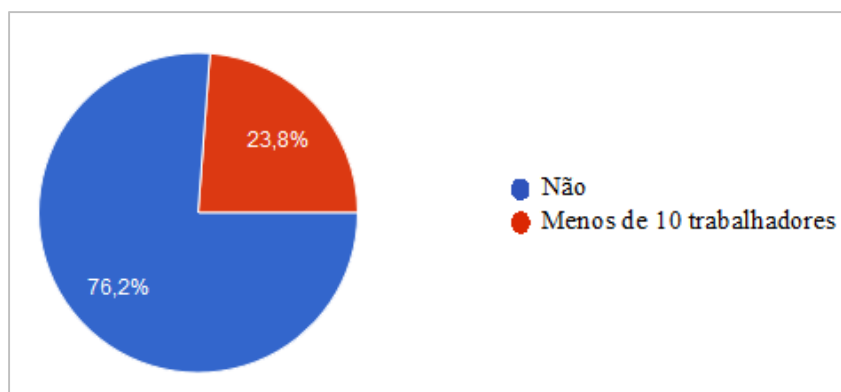


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (anexo 4).

É de se notar, todavia, que não houve estímulo a atividades ambientalmente mais sustentáveis. Fica claro que, em relação às outras moedas sociais, a mumbuca apresenta um caráter de maior complementaridade à moeda nacional significando que ela tem um propósito mais de mercado do que de alteração das interações sociais (ZELIZER, 1989; POLANYI, 1957) na localidade. Seu papel como política pública de desenvolvimento local parece mais relevado.

Por fim, comparando mais uma vez o resultado econômico dos empreendimentos da mumbuca em relação a outras moedas complementares, apresenta-se o gráfico abaixo:

Gráfico 29: A circulação da moeda mumbuca te possibilitou contratar novos trabalhadores? (n = 21).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (anexo 4).

Ainda que seja pequeno, houve algum impacto na contratação de novos trabalhadores no sistema mumbuca. Isto pode indicar que esta moeda local tem a possibilidade de induzir o desenvolvimento empresarial, nos termos propostos por Gomez e Helmsing (2008).

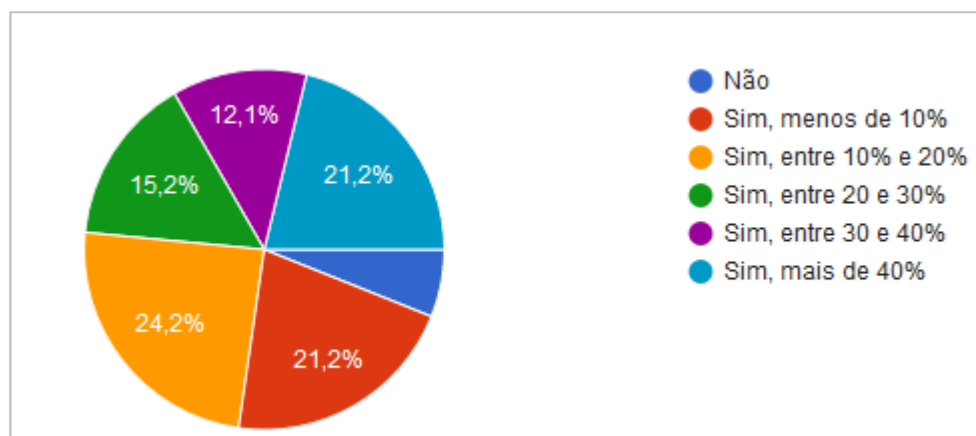
A garantia de que há um estado bancando-a e as perspectivas de ampliação do circuito (mais negócios sendo cadastrados, as possibilidades de transações B2B e B2C - *Business to Consumer* -, cobrança de impostos municipais na moeda local, entre outros assuntos aventados em nossas conversas com organizadores) devem ser acompanhadas doravante para se verifique se ocorrerá ou não um efetivo estímulo à economia local a partir da criação de um circuito monetário na cidade.

c) Respostas dos beneficiários:

Sendo uma política pública que garante uma moeda alternativa a um contingente populacional bem maior do que a maioria dos esquemas de moedas complementares, é de notar que os impactos na demanda por bens e serviços locais sejam maiores. Mais que isso, é preciso considerar que o público alvo da política social mumbuca são pessoas de baixíssima renda - a maioria com renda inferior a um salário mínimo, conforme já vimos - que possuem elevada propensão a consumir. É razoável considerar, portanto, um multiplicador de renda semelhante ao do Bolsa Família, conforme aponta o estudo de Neri, Vaz e Souza (2013).

Com efeito, o poder de compra adquirido pelas famílias beneficiárias do cartão mumbuca foi considerável:

Gráfico 30: Você pôde perceber um aumento em seu poder de compra após a entrada da moeda mumbuca em cena? (n = 33).

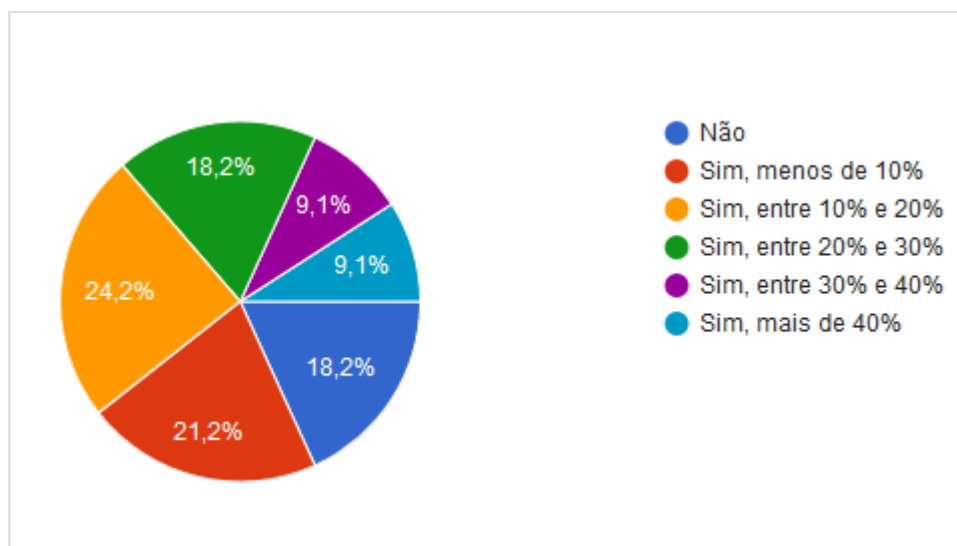


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (anexo 3).

Os números falam por si só, mas chama atenção o fato de 21,2% das pessoas alegarem que houve praticamente metade de aumento em seu poder de compra por conta do bolsa mumbuca. São pessoas com elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica, de fato.

Em algumas conversas com beneficiários, alguns declararam que seu único rendimento no momento era a bolsa mumbuca! Evidentemente, esta injeção do poder de compra traduz-se em demanda por produtos do comércio local que trabalham com mumbucas e o resultado podemos ver no gráfico adiante.

Gráfico 31: Você acredita que, com a entrada da moeda Mumbuca, você passou a substituir produtos que antes eram comprados em grandes supermercados/shoppings centers/grandes lojas por produtos do comércio local do seu bairro ou cidade? (n = 33).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa. (anexo 5).

Podemos notar que a maior parte dos entrevistados substituiu produtos antes comprados em circuitos externos por bens e serviços do circuito mumbuca, o que indica algum tipo de encerramento. Entretanto, é de notar que cerca de 10% não o fizeram enquanto cerca de 40% substituíram até 20% de seu consumo por bens e serviços locais. Em outros casos de moedas sociais, os percentuais são ainda mais reduzidos, indicando que o diferencial da moeda mumbuca pode ser mesmo o fato de ter apoio governamental.

Ao mesmo tempo, a diversidade de bens e serviços transacionados é reduzida, dado se tratar de uma política social focada em pessoas de baixa renda e, portanto, em bens de consumo básicos como alimentos e medicamentos (ocupando quase a totalidade das respostas) e, de maneira residual, serviços de limpeza, de reparo para o lar, papelaria e outros.

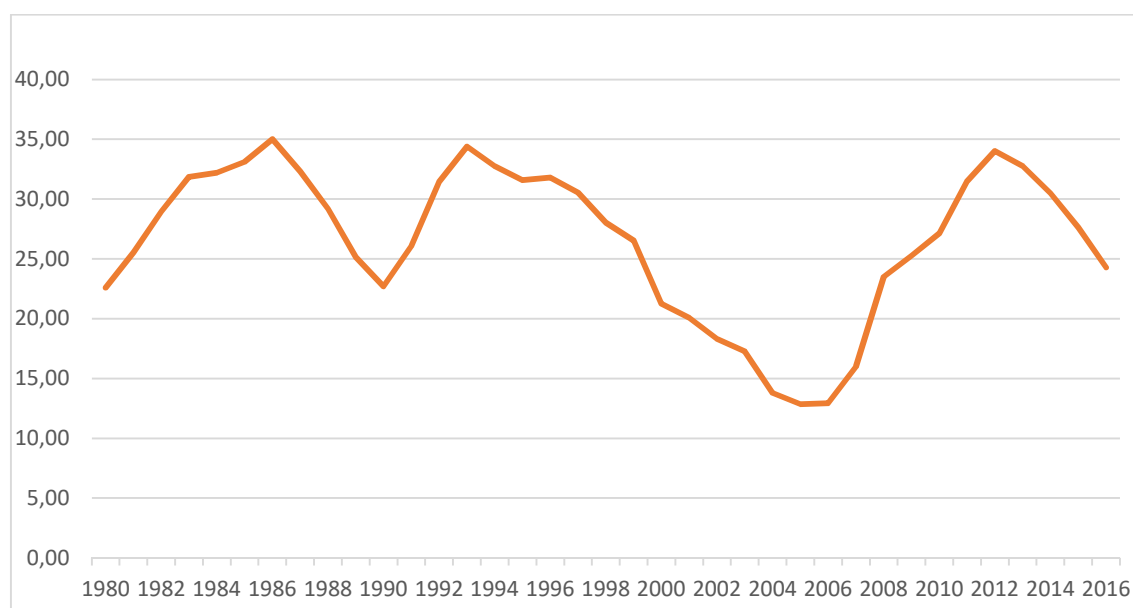
Assim sendo, trata-se de um circuito em processo de construção em que a moeda tem um ciclo de vida curto e, além disso, passa por uma variedade curta de produtos transacionados. De qualquer modo, a ação da autoridade pública local concede à moeda mumbuca uma imagem de *fiat money*: os beneficiários sabem que o meio de pagamento será aceito em determinados locais, assim como os estabelecimentos contam com o reembolso em reais. Há uma clara definição do processo de criação e de destruição monetária. Desta forma, a prefeitura consegue oferecer um mecanismo de coordenação das atividades econômicas sob a circulação da moeda mumbuca, logrando assim aproveitar recursos ociosos que não estavam sendo utilizados na moeda nacional.

5.9 ANÁLISE DA MOEDA PUMA

Assim como outras moedas sociais aqui analisadas, a Puma começou a existir no contexto pós-crise do subprime e, sobretudo, no seio da crise que fulminou a economia europeia e espanhola em particular. Os dados disponíveis sobre a economia da cidade de Sevilha não deixam dúvidas quanto a isso.

A crise teve impacto fulminante no nível de emprego local, conforme pode-se observar no gráfico abaixo:

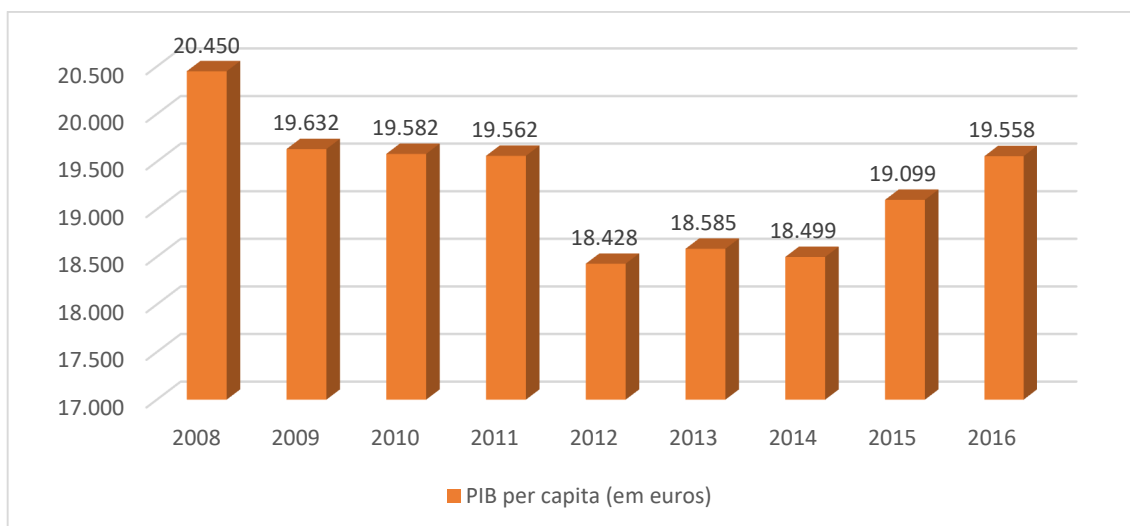
Gráfico 32: Taxa de desemprego na cidade de Sevilha (%).



Fonte: Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía.

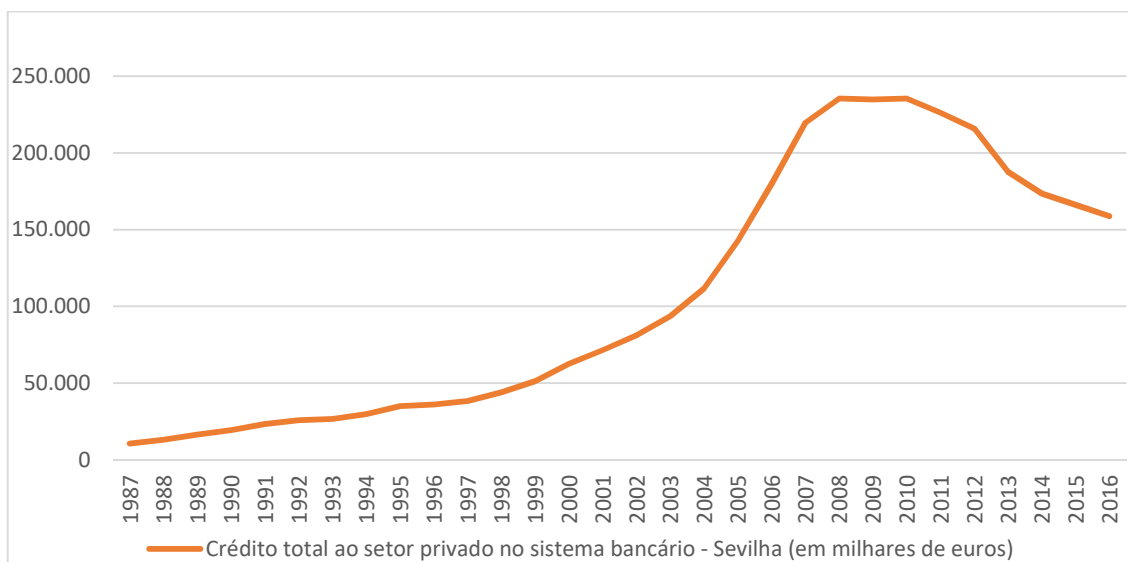
O desemprego, que chegou a menos de 15% em meados da primeira década do século XXI, mais do que duplicou chegando a um pico de 34% em 2013. Esta verdadeira tragédia social foi acompanhada de uma redução no PIB per capita e da oferta de crédito ao setor privado, exatamente nos anos mais agudos da crise: entre os anos de 2012 e 2014.

Gráfico 33: Evolução do PIB per capita em Sevilha.



Fonte: Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía.

Gráfico 34: Crédito total ao setor privado no sistema bancário - Sevilha (em milhares de euros).



Fonte: Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía.

Não foi à toa, portanto, que a iniciativa surgiu em 2012 a partir da Rede de Decrescimento de Sevilha, um grupo que procura atuar propondo uma economia de transição

para um modelo pós-capitalista e sustentável de produção, articulando iniciativas no âmbito da economia solidária.²⁷ Mas para além disso, a criação da moeda social local tem em si uma base histórico-popular que se conecta com a Casa Grande de Pumarejo. Trata-se de um palácio do século XVIII no centro histórico de Sevilha que vinha sendo ocupado por algumas famílias e onde, após uma tentativa de expulsão dos moradores por parte do poder público, iniciou-se um processo de mobilização de todo o bairro para conservar esse patrimônio como um ativo da comunidade.

Atualmente, o edifício é propriedade dos cidadãos de Sevilha, representados pela sua Câmara Municipal, protegida como um Ativo de Interesse Cultural pelo Ministério da Cultura e autogerida pelo bairro através da Associação Casa del Pumarejo (PALANCO, 2016). Esta Associação é composta, por sua vez, por uma grande diversidade de coletivos, associações e pessoas que promovem uma infinidade de atividades: culturais, artísticas, políticas, sociais, artesanais.

O bairro do Pumarejo possui, portanto, um caráter combativo de lutas por direitos e de mobilizações populares, tendo sido - segundo depoimento da ativista da moeda Puma Noemí Palanco - o foco importante de resistência sevilhana frente à invasão dos exércitos franquistas durante a Guerra Civil Espanhola. Impossível, portanto, dissociar a moeda desta conformação histórica e social do bairro, conforme aponta Reyes (2013):

El carácter asociativo y popular que engloba al entorno del Pumarejo ha supuesto un gran impulso para la moneda, que en cierto modo ha venido a reforzar los lazos sociales ya existentes. En este sentido, el Puma se ha impregnado de las características socioculturales del barrio constituyendo una nueva herramienta de sociabilidad y un apoyo a las demandas vecinales que se venían produciendo, especialmente en torno a la Plataforma Vecinal Casa del Pumarejo (REYES, 2013, p. 50).

Pois bem, a criação da moeda Puma foi iniciada a partir da necessidade de incentivar os indivíduos a participarem do grupo de decrescimento. Como só o comprometimento dos membros iniciais era insuficiente e lhes tomava muito esforço, a criação de uma moeda local foi vista com o duplo sentido de incentivo à participação e também como um meio para se atingir a economia do decrescimento (PRADO, 2014).

5.9.1 O Circuito Monetário Puma

²⁷ **Red de Decrecimiento**. Disponível em: <<http://www.pumarejo.es/es/content/colectivos/reddecrecimiento>>. Acesso: 15 ago. 2018.

A moeda Puma funciona como um sistema de crédito mútuo (LETS) em que a soma total das contas é sempre zero. Ela não existe fisicamente, as trocas são quantificadas e escritas em um caderno²⁸, a partir da equivalência de 1 puma = 1 euro. Para angariar pumas, cada pessoa deve vender bens e serviços na rede, assim ocorrendo o processo de circulação monetária. O limite para cada usuário é de 100 créditos ou débitos em pumas.

Todavia, é importante mencionar que a partir das teorias do circuito monetário e, de certa forma da *State Theory of Money*²⁹, a existência da moeda depende de um emissor principal: uma autoridade que se encarregue de ser o grande devedor de passivos monetários no sistema. Esta autoridade tem o papel de trazer estabilidade ao sistema, de modo que as trocas atinjam certa impessoalidade, já que a confiança seria garantida por ela (ROCHON, 2003; INGHAM, 2004; WRAY, 2002).

Ou seja, o que faz um indivíduo aceitar certa nota de dinheiro não é a confiança na outra parte - a outra pessoa com a qual se está negociando -, mas sim na instituição que a emite. De tal modo que tal emissão centralizada do *fiat money* ocorreria, a nosso ver, mesmo em esquemas arquitetados nas bases do crédito mútuo, como o Sardex e o Puma.

Portanto, ainda que a obtenção de pumas para qualquer indivíduo do sistema ocorra a partir da venda de algum produto, considerarmos que a mera admissão deste mesmo indivíduo se constitui em um aval da autoridade central para obter créditos. Semelhantemente ao que afirmou-se anteriormente para o caso Sardex, a organização concede um crédito aos participantes - uma autorização para transacionar pumas neste espaço econômico.

Assim sendo, há dois mecanismos de injeção e regulação monetária na rede que são o MercaPuma e o “Puma de Abastos”. O primeiro consiste na organização de um mercado onde cada pessoa pode vender (mínimo de 30% em pumas) seus serviços e produtos de segunda mão, artesanato, hortifrutigranjeiros etc. Neste dia, é possível trocar euros por bilhetes de puma (uma das raras vezes em que se utiliza papel moeda), para fazer compras no mercado.

²⁸ Durante nossa visita a Sevilha (em junho de 2017), os entrevistados declaram que o sistema está se tornando eletrônico aos poucos. Por ora, as transações anotadas em caderno devem ser registradas manualmente na plataforma online community-exchange.org. Como, evidentemente, este procedimento dá um certo trabalho, as informações desta plataforma que serão expostas mais adiante não apresentam a melhor precisão possível, já que nem todas as pessoas registram devidamente suas transações no sistema eletrônico.

²⁹ Para haver uma relação completa com a *State Theory of Money*, precisaríamos considerar a cobrança de impostos como o mecanismo principal de origem do circuito monetário. Com efeito, isto não ocorre nas moedas aqui analisadas. Todavia, resulta importante a analogia com a autoridade central emissora neste caso, algo que tanto um estado nacional como as moedas complementares teriam, ressalvadas as devidas proporções.

Insta ressaltar que este mercado é um meio de divulgação da rede Puma, atraindo novos membros e também contribuindo para que haja um fortalecimento do grupo, através do encontros entre participantes já existentes. Para os principais ativistas, trata-se de um mecanismo de criação e fortalecimento do mercado Puma. Ademais, tais mercados são uma das principais fontes de financiamento do sistema e as receitas em euros adquiridas são utilizadas da seguinte maneira:

- 20% de Reabilitação da Casa Grande del Pumarejo
- 20% de caixa de cuidados
- 50% Centro de Abastecimento
- 10% Gestão do próprio projeto.

Já o “Puma de Abastos” ocorre todas as segundas-feiras, na Casa Grande del Pumarejo e consiste na introdução de produtos de primeira necessidade adquiridos em euros - higiene, limpeza e alimentação - dentro do sistema Puma. Trata-se de uma injeção “forçada” de bens de modo a dar vida ao circuito monetário alternativo. Segundo Palanco (2016), este mecanismo favorece aos “pumeros” possibilitando-os a adquirir esses produtos básicos em um novo mercado, criando novas redes de troca, usando a moeda puma como fonte e valor da referida troca.

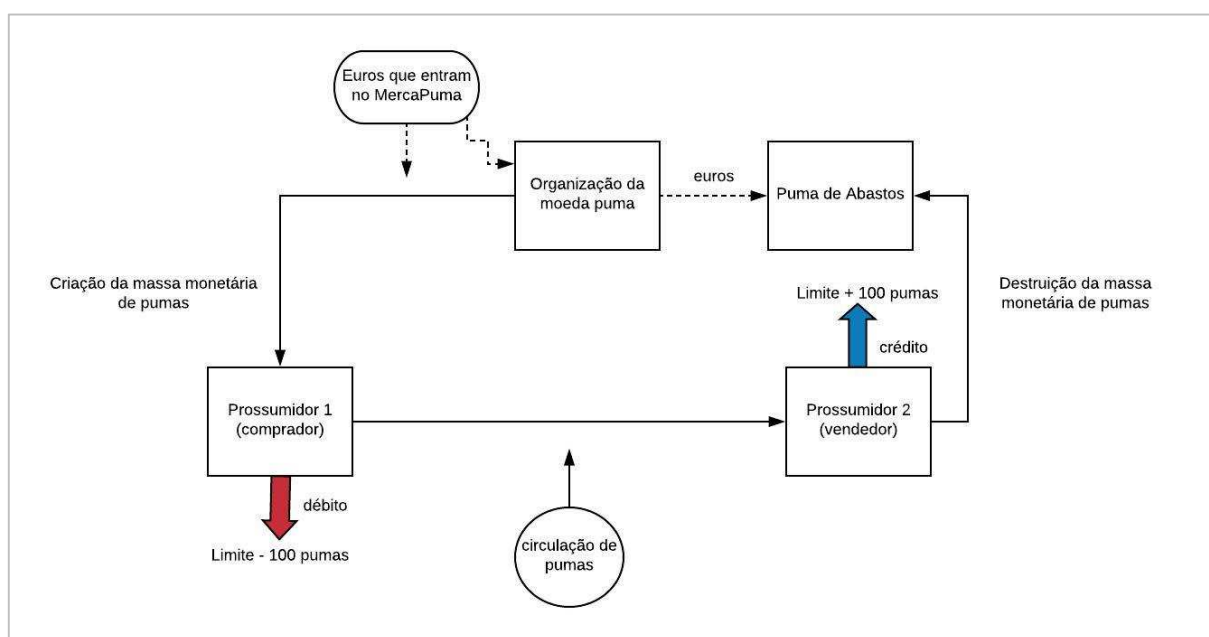
Em suma, o fluxo circular da moeda Puma é descrito na figura abaixo. Na parte central superior, concentra-se o mecanismo principal de geração de massa monetária que é a própria emissão primária a partir da organização, conforme discorremos acima. A seguir temos o fluxo circular da renda entre “agentes privados” ou, em outras palavras, entre os “prossumidores”. Este termo é frequentemente utilizado pelos próprios “pumeros” e por autores da área de finanças solidárias como Paul Singer (2009). Por ser uma moeda de crédito mútuo e C2C (consumidor a consumidor, isto significa que o número de empresas no circuito é insignificante), a circulação monetária é ativada no momento em que os agentes se envolvem em uma relação de débito e crédito.

Assim sendo, para consumir é preciso antes produzir e vender - daí o termo “prossumidores”. Como se nota, os limites de débito e crédito para cada participante são de 100 pumas. Nos casos em que o associado atinge o limite de crédito, ele para de vender, esperando reduzir seus saldos através de compras ou doações. Já no caso do saldo negativo limite, a

organização pode contratar seus serviços nos diversos projetos e atividades do grupo, remunerando-o em pumas.

No canto superior esquerdo, vemos um mecanismo de criação de massa monetária que ocorre regularmente via MercaPuma: aí, euros são “descapitalizados” ao serem trocados por pumas. É como se fosse uma exportação que afeta positivamente o balanço de pagamentos da economia local fazendo expandir a oferta de moeda. Por sua vez, na parte superior direita o Puma de Abastos atua no sentido contrário: produtos básicos são adquiridos em euros, inseridos no sistema e vendidos em troca de pumas, contribuindo para a redução de sua oferta - ou seja, um ato de importação. Este saldo fica com a organização da rede Puma - como já indicado, uma espécie de banco central comunitário - que pode utilizá-lo para o pagamento de pessoas envolvidas em projetos e atividades relacionadas à moeda Puma e à casa do Pumarejo em geral.

Figura 9: Circuito monetário Puma.



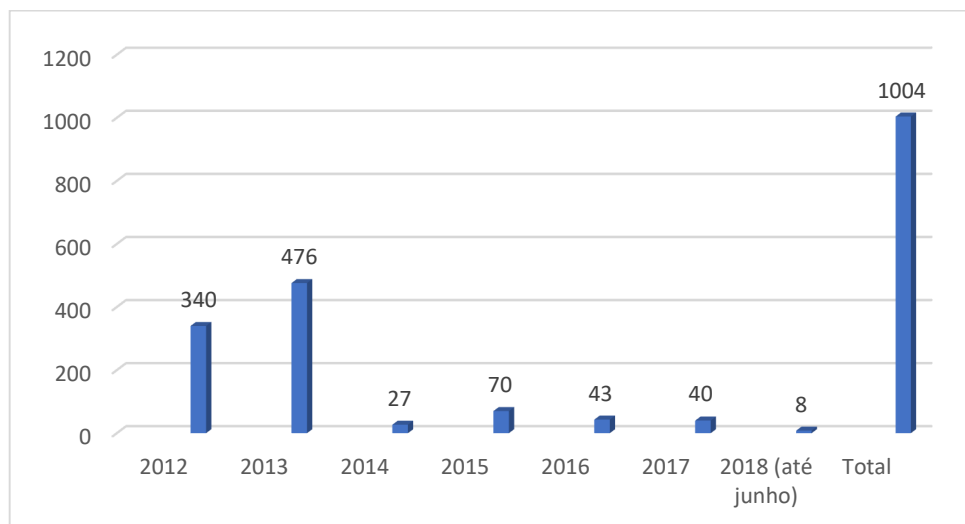
Fonte: Elaboração do autor.

Em relação às estatísticas gerais da rede Puma, podemos ver no Anexo 9 que o sistema conta hoje (Junho de 2018) com 1006 usuários, sendo que apenas metade (525) engajaram-se em transações desde o início do projeto. O total de pumas transacionadas desde

o início até hoje situa-se ao redor de 69 mil. Isto significa uma média de 10,07 pumas por transações, já que estas estão na cifra dos 6.866.³⁰

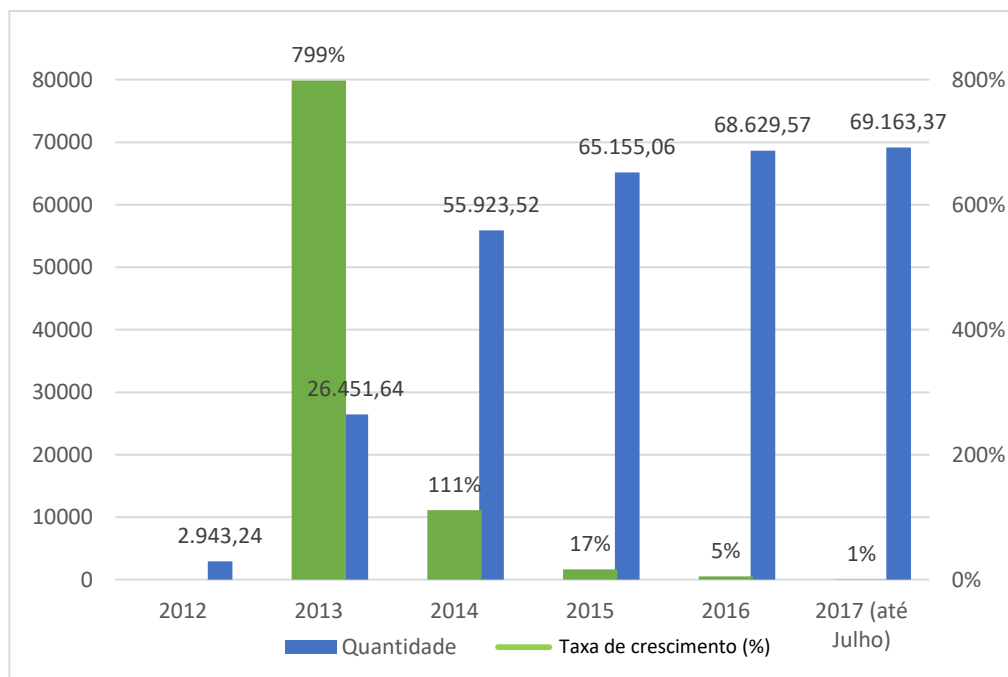
Esta evolução no número de participantes e no volume de transações pode ser vista nos gráficos abaixo:

Gráfico 35: Entrada de novos participantes na moeda Puma por ano.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma online da moeda Puma (community-exchange.org).

Gráfico 36: Evolução anual no volume acumulado de pumas transacionadas.



³⁰ Dados extraídos da plataforma online da moeda Puma: <<https://www.community-exchange.org/home/>>. Acesso: 08 jun. 2018.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma online da moeda Puma (community-exchange.org).

Nestas séries, é possível verificar uma explícita correlação entre os anos em que houve maiores ingressos de pessoas e aumentos percentuais no volume de moeda em circulação com os impactos da crise do euro sobre a economia de Sevilha demonstrados nos gráficos 32, 33 e 34. Ao que parece, há um ciclo de esgotamento no número de entrantes e de aumento de massa monetária, sobretudo a partir de 2016. É de notar, por outro lado que a passagem de 2012 para 2013 viu aumentar em quase 800% a massa de pumas circulantes e em 40% o número de membros.

A partir de agora arrolaremos os resultados de nosso questionário, aberto desde meados de 2017 em formulário online. Contou-se com a ajuda dos organizadores da Puma em sua divulgação além de nossa própria atuação no grupo de Facebook da moeda. Foram ao todo 37 respostas, algo em torno de 3,7% do total de usuários ou 7% se considerarmos apenas os 525 que realmente participam (ou participaram em transações no sistema).

O questionário nos traz um panorama do perfil socioeconômico dos associados da moeda Puma:

- 50% são do sexo feminino e 38,9% do sexo masculino, 11,1% preferiram não dizer e nenhuma pessoa declarou-se LGBT;
- 30,6% participam da rede desde seu início, há mais de 5 anos enquanto 44,4% ingressaram entre 3 e 5 anos atrás, o que confirma os dados da plataforma online que apontam um grande ingresso nos períodos mais agudos da crise econômica;
- Os atuantes na rede Puma possuem um elevado grau de escolarização: 47,2% possuem educação superior, 36,1% declaram ter algum tipo de pós-graduação e 13,9% com formação profissional. Isto pode ajudar a explicar o alto grau de engajamento político e social presente no próprio desenho do sistema Puma;
- 52,8% declaram ter vínculo empregatício ou atividade de autônomos, enquanto 33,3% selecionaram a opção desempregado(a)/emprego ocasional. O pouco restante distribui-se em dono(a)s de casa e aposentado(a)s;
- Em relação ao rendimento anual, 57,1% responderam receber até 10 mil euros por ano, 25,7% entre 10 e 20 mil euros, 11,4% entre 20 e 30 mil

euros e apenas duas pessoas declaram ter rendimento anual superior a 30 mil euros.

Pode-se depreender desses dados que os participantes da moeda puma estão em um contexto socioeconômico bastante característico da Espanha e da Andaluzia especificamente: sofrem com elevado nível de desemprego e com uma renda per capita baixa para padrões europeus e mesmo espanhóis³¹. Por outro lado, há um elevado grau de capital humano dentro do sistema.

Com relação aos principais produtos demandados no sistema Puma, temos a seguinte configuração:³²

³¹ O PIB percapita espanhol em 2017 foi de \$24.999,00 euros enquanto o da Andaluzia fechou em \$18.470,00. Fonte: Instituto Nacional de Estadística (www.ine.es)

³² Cada pessoa pôde escolher até 3 tipos de produtos, por isso a quantidade de bens e serviços marcados supera o total de respostas concedidas, no caso 34.

Tabela 9: Bens e serviços demandados na moeda social Puma (até 3 opções de resposta).

Setores	Quantidade	Porcentagem
Artesanato	4	11,80%
Serviços de TI	5	14,70%
Produção agrícola e insumos alimentares	27	79,40%
Alimentos/Refeições	22	64,70%
Serviços de reparação geral	10	29,40%
Serviços de estética e beleza	3	8,80%
Apoio à vizinhança	2	5,90%
Limpeza	4	11,8%
Educação	5	14,70%
Comunicação	0	0,00%
Arte/Design	1	2,90%
Máquinas e equipamentos	1	2,90%
Eletrodomésticos	1	2,90%
Computadores, telefones celulares e similares	2	5,90%
Automóveis	0	0,00%
Sapatos e roupas	2	5,90%
Farmácia e perfumaria	2	5,90%
Material de construção	1	2,90%
Lazer e recreação	1	2,90%
Outros	6	17,60%
Respostas	34	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Por ser um circuito de pessoas físicas e de cadeias produtivas muito curtas, é natural que boa parte das demandas e ofertas se concentrem em bens e serviços de pequeno porte, que atendam as necessidades mais básicas da comunidade. Assim sendo, destaca-se o grande peso (64,7%) de Alimentos/Refeições no total da demanda local assim como produção agrícola e insumos alimentares (79,4%) - o que compreende farinhas, óleos, hortifrutigranjeiros etc.

Em seguida, serviços de reparação geral (29,4%), tecnologia da informação e educação (ambos com 14,7%) também são facilmente identificáveis em qualquer outro circuito

de moeda social (SEYFANG, 2004, 2006). São atividades econômicas favorecidas pela proximidade das relações sociais que marcam os circuitos dessas moedas (ZELIZER, 2011).

Em se tratando de bens e serviços ofertados³³ dentro da rede Puma, a configuração é semelhante. Na tabela abaixo podemos ver que 25% das pessoas que responderam ao questionários estão engajadas na administração e organização da moeda social. Por suposto, isso demonstra como o ativismo absorve uma quantidade considerável de esforços dentro das redes de moedas sociais. Como apontado por Soares (2009), tais esquemas - ao prescindirem da ação estatal - elevam o grau de maturidade dos envolvidos e exige uma saída da zona de conforto que a o hábito da moeda oficial propicia.

É de notar, também, que apenas uma resposta foi registrada no campo produção agrícola e insumos alimentares. Isto, evidentemente, está conectado à existência do Puma de Abastos, que consegue atender à demanda por este tipo de produto. De resto, o padrão de oferta segue semelhante ao de demanda. Serviços de TI e educacionais aparecem com importância (12,5% e 18,8% respectivamente).

Ressalta-se ainda que, para um “prossumidor” participante de um sistema de moeda local é relativamente fácil oferecer aulas de informática (ou mesmo reparação de computadores, configurações diversas etc.), de música, de idiomas, de reforço escolar etc. Da mesma maneira, ofertar apoio à vizinhança (18,8%) é também uma característica marcante deste tipo de organização social: cuidado de idosos, apoio psicológico, caronas etc.

Salta à nossa atenção o elevado número de respostas na rubrica Outros (34,4%). Uma rápida olhada na plataforma online da moeda Puma³⁴ nos mostra itens ofertados que não se enquadram nos itens propostos pelo questionário, por exemplo: cigarros eletrônicos, livro, lâmpada, lavabo e móvel de banho, jogo de mesa, armário, portarretrato etc. Ou seja, há uma importante atividade de venda de itens de segunda mão.

³³ Idem à nota anterior.

³⁴ community-exchange.org, acesso em 30 de junho de 2018.

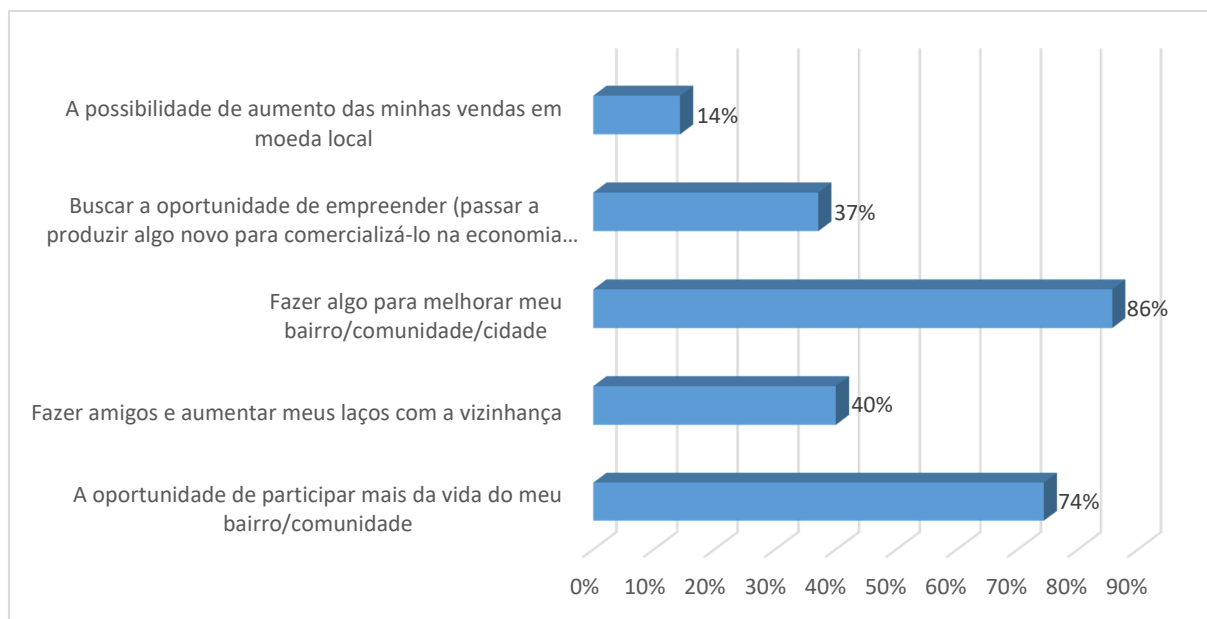
Tabela 10: Bens e serviços ofertados na moeda social Puma (até 3 opções de resposta).

Setores	Quantidade	Porcentagem
Artesanato	2	6,30%
Atividades de organização/administração	8	25,00%
Serviços de TI	4	12,50%
Produção agrícola e insumos alimentares	1	3,10%
Alimentos/Refeições	7	21,90%
Serviços de reparação geral	1	3,10%
Serviços de estética e beleza	2	6,30%
Apoio à vizinhança	6	18,80%
Limpeza	2	6,30%
Educação	6	18,80%
Comunicação	3	9,40%
Arte/Design	4	12,50%
Máquinas e equipamentos	1	3,10%
Eletrodomésticos	1	3,10%
Computadores, telefones celulares e similares	2	6,30%
Automóveis	0	0,00%
Sapatos e roupas	3	9,40%
Farmácia e perfumaria	0	0,00%
Lazer e recreação	3	9,40%
Outros	11	34,40%
Respostas	32	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Com relação às motivações para participar da moeda Puma, os resultados da pesquisa seguem abaixo:

Gráfico 37: O que te motiva a participar da moeda Puma (eleja até 3 respostas) (n = 35).



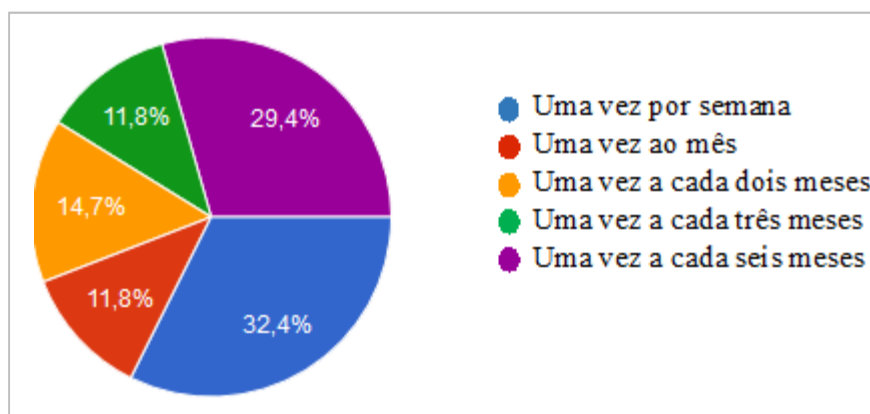
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5)

O padrão das respostas deixa claro perfil da comunidade do Pumarejo e da própria moeda Puma em si: 85,7% das pessoas dizem que fazer algo para melhorar sua comunidade, bairro ou cidade é uma motivação para entrar no circuito monetário alternativo. Do mesmo modo, 74,3% alegam que a oportunidade de estar mais ativo na comunidade é outro impulsionador.

Os itens mais relacionados à atividade econômica levam menor porcentual: 37,1% alegam ser a oportunidade de empreender um motivador, enquanto apenas 14,3% declararam a oportunidade de passar a vender mais de seu produto ou serviço - algo natural dado o próprio perfil da moeda Puma de não abranger empresas.

Sobre o fluxo da moeda puma, os gráficos a seguir procuram verificar a regularidade das transações. A partir dos teóricos do circuito monetário (como ROCHON, 2003 e GRAZZIANI, 2013, por exemplo), uma de nossas atenções se orienta para a circulação da moeda. Se ela não efetiva transações regularmente é porque esta moeda não perfoma como o laço que une a economia (SHUMPETER, 2014). No gráfico abaixo, vemos que apenas 32,4% das pessoas afirmaram realizar transações com pumas em frequência semanal. Por outro lado, um valor semelhante (29,4%) corresponde a pessoas que só utilizam a moeda em um frequência semestral. O outro terço se constitui de pessoas que realizam transações em Pumas dentro de um, dois ou três meses.

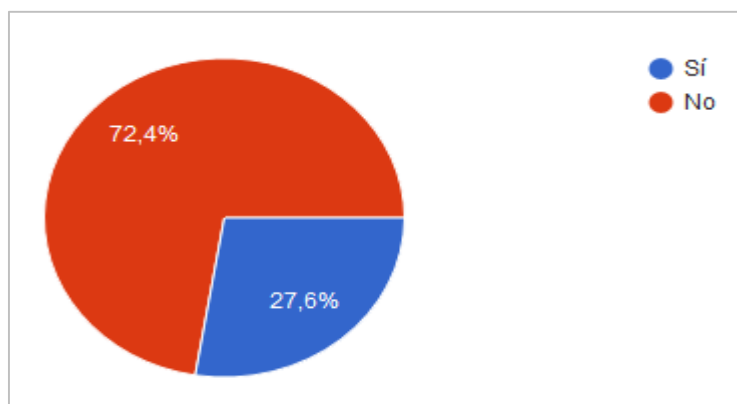
Gráfico 38: Com que frequência realiza transações com a moeda Puma? (n = 34).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Curiosamente, no gráfico abaixo, 72,4% dos respondentes afirmaram que não ficam muito tempo com moeda Puma devido a poucas opções de compra no circuito. Talvez a interpretação do que seria “muito tempo” seja demasiado subjetiva.

Gráfico 39: Você fica muito tempo com saldos ociosos de moeda Puma devido a poucas opções de compra? (n = 29).

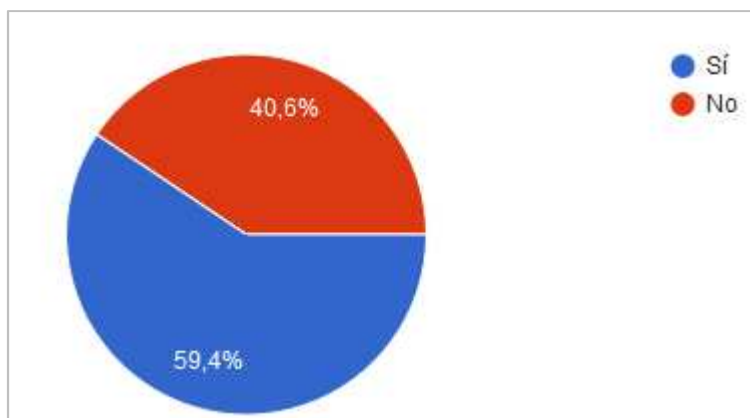


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Por outro lado, o lado da oferta (gráfico 40) demonstra que 59,4% das pessoas ficam muito tempo sem vender seus bens e serviços em moeda local. Foi dada aos respondentes a opção de mencionarem quais são esses produtos que possuem pouca saída e as respostas foram as seguintes: desenvolvimento de web, marketing digital, aulas particulares, roupas de segunda mão, ilustrações, desenho editorial, reparações, conservas, infusões, geleias, trabalho organizativo da moeda Puma, limonada, azeite de oliva usado, cuidado de crianças, produtos artesanais, apoio psicológico, terapias alternativas e oficina de autoestima flamenca. Alguém

também respondeu que vive afastado da comunidade do Pumarejo e por isso tem dificuldade em encontrar demandas por seus produtos.

Gráfico 40: Você fica muito tempo sem vender seus bens ou serviços em moeda local? (n = 32).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Tudo indica que há um excesso de oferta de bens e serviços que demandam pouco esforço a mais das pessoas envolvidas: oferecer poucas horas a mais de aulas, de apoio em informática ou internet, organizar um pequeno bazar de segunda mão, oferecer apoio psicológico e cuidados gerais à vizinhança não exigem uma mobilização expressiva de recursos.

Ademais, já são atividades normais de uma vizinhança. As moedas sociais apenas procuram monetizá-las e colocá-las no mercado (ainda que social e instituído em relações de proximidade) possibilitando o encontro entre oferta e demanda. Com efeito, a demanda por este tipo de bens ou serviços é muito mais intermitente, sendo que bens de primeira necessidade possuem uma procura muito maior.

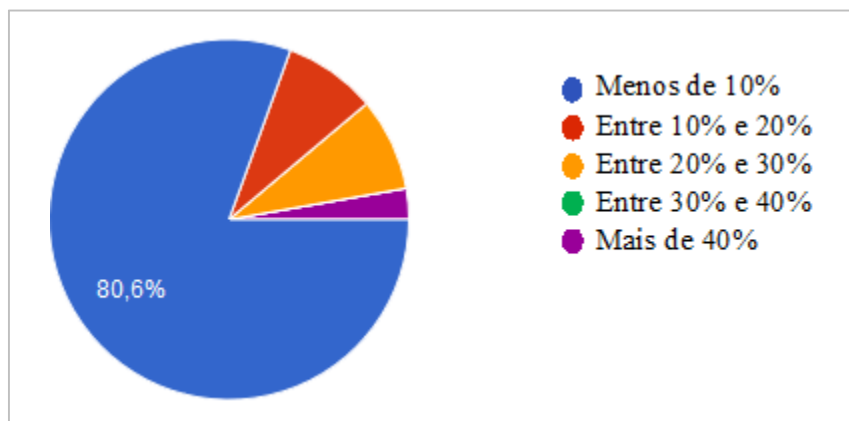
5.9.2 Impactos Da Moeda Puma No Desenvolvimento Local E Comunitário

O questionário também nos permite lançar algumas luzes sobre a importância da circulação da moeda Puma para impulsionar a formação de novas atividades econômicas, vendo se possibilitou um complemento de renda das pessoas envolvidas e se suscitou algum processo de substituição de importação no local, entre outras coisas.

Primeiramente, é necessário afirmar que para mais de 80% das pessoas, a moeda Puma representa menos de 10% de sua renda e de seus gastos, mesmo em um cenário de desemprego e de redução da renda per capita, conforme foi visto nos gráficos 32,33 e 34

(acima). Assim sendo, espera-se que a moeda local tenha um impacto econômico reduzido na comunidade.

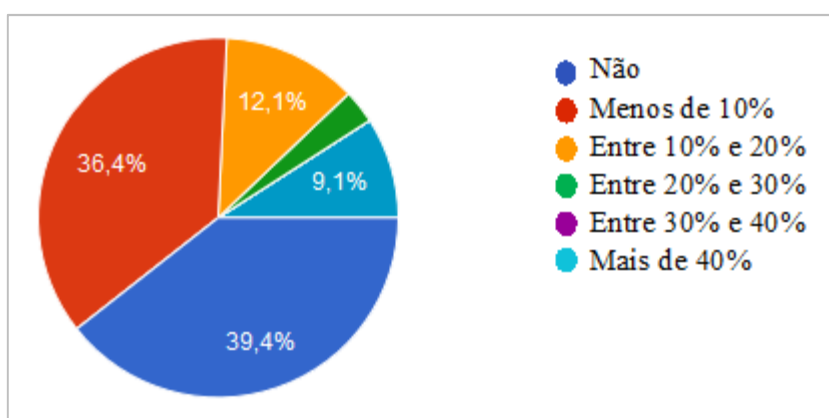
Gráfico 41: Qual porcentagem de sua renda vem denominada em moeda local? (n = 36).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Com efeito, podemos concluir a partir do gráfico abaixo que 39,4% das pessoas afirmaram que a moeda Puma não impactou no aumento de suas vendas, enquanto 36,4% perceberam um impacto de menos de 10%. Apenas 24%, aproximadamente, alegaram ter presenciado um aumento de mais de 10% em suas atividades.

Gráfico 42: Houve aumento de sua produção/vendas a partir do ingresso no sistema Puma? (n = 33).



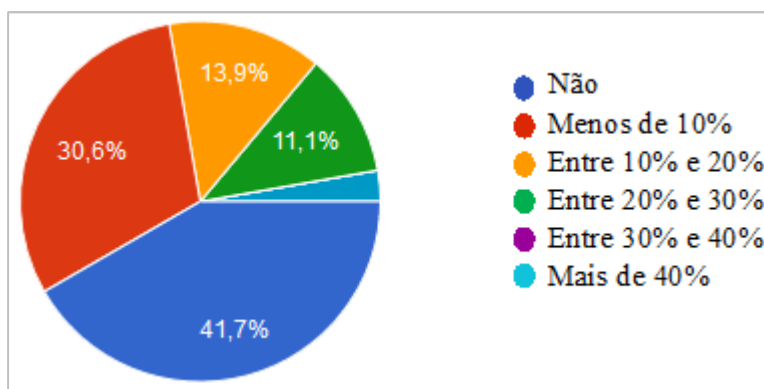
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Ao mesmo tempo, quando perguntadas se houve aumento do poder de compra com a moeda puma o resultado é muito semelhante, como era de se esperar, já que praticamente toda obtenção de pumas depende da venda de um bem ou serviço. Como vemos em seguida,

41,7% não perceberam nenhum aumento de poder de compra, enquanto outros 30,6% sentiram menos de 10%, restando pouco menos de 30% que sentiram um aumento de mais de 10% em seu poder de compra.

Nesse sentido, é possível que, para estes 30%, a moeda puma signifique muito mais do que um modo de transformação social. São possivelmente os mais afetados pela crise econômica espanhola e pelos elevados níveis de desemprego. Uma pesquisa aprofundada com estas pessoas poderia esclarecer um pouco melhor estes dados, mas isso foge do escopo desta tese.

Gráfico 43: Você percebeu um aumento em seu poder de compra após unir-se ao esquema de moeda local? (n = 36).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Percebe-se, portanto, um pequeno impacto em termos quantitativos da moeda Puma para seus usuários. O fato de que, desde 2012, só foram criadas cerca de 69 mil pumas é um indicativo da pequenez do circuito, em termos econômicos. Mais que isso, se verificarmos que entre 2016 e 2017 foram provavelmente transacionadas cerca de mil pumas (ver gráfico 36)³⁵, chegou-se a uma cifra de menos de 100 pumas por mês, algo insignificante. Entretanto, não se descarta aqui o impacto que tal moeda pode ter causado para alguns indivíduos mais excluídos socialmente, tanto do ponto de vista estritamente econômico, como também psicossocial.

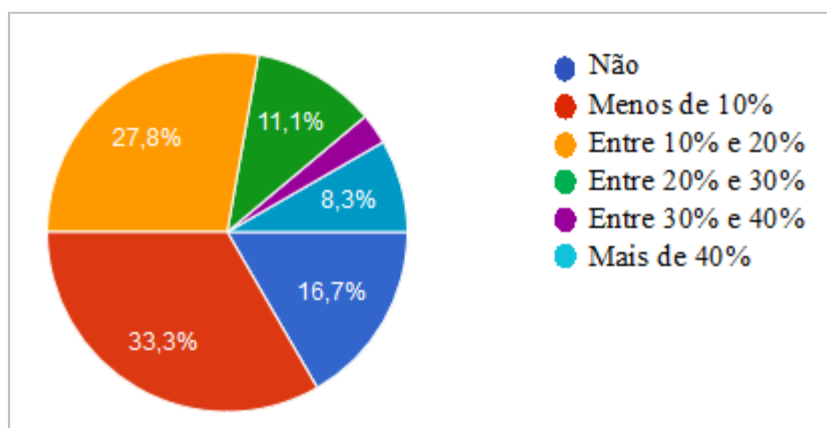
Com relação a um possível processo de substituição de importações, os resultados são curiosos e contraditórios com o que vimos até aqui. Analisando o gráfico 44, pode-se afirmar que mais de 80% declararam ter, em algum grau, substituído produtos de fora do circuito Puma por outros de dentro. Ora, se mais de 80% (conforme o gráfico 41) afirmaram

³⁵ Os dados só vão até julho de 2017. Até este período, pouco mais de 500 pumas foram transacionadas, por isso estimamos que, até o fim do ano, a cifra tenha chegado próxima às 1000 pumas.

obter suas rendas - e, portanto, seus gastos - em moeda local numa ordem de menos de 10%, fica difícil compreender como ocorreu este processo de substituição de importações. Ainda mais se lembrarmos da pouca quantidade de meio circulante em pumas tanto em termos absolutos como per capita. Entretanto, uma explicação possível é a ideologia por trás da moeda puma e das demais moedas sociais.

Um dos argumentos mais utilizados por seus defensores é o de defender a economia local, condenando grandes cadeias varejistas e advogando por produtos locais - em muitos casos destacando a produção e comércio orgânicos e sustentáveis do ponto de vista ambiental. Possivelmente, as respostas foram influenciadas por essa ideia. Ademais, é possível que os associados da moeda puma tenham substituído razoavelmente sua compra de alimentos e insumos alimentares por conta do Puma de Abastos. Neste setor, as possibilidades de se substituir tais produtos são fáceis e dinâmicas, o que enviesaria para cima o resultado da pesquisa.

Gráfico 44: Você acha que, com a introdução da moeda local, começou a substituir produtos ou serviços que antes comprava de grandes redes/fornecedores externos por produtos/serviços de comércio local? Se sim, estime uma porcentagem. (n = 36).

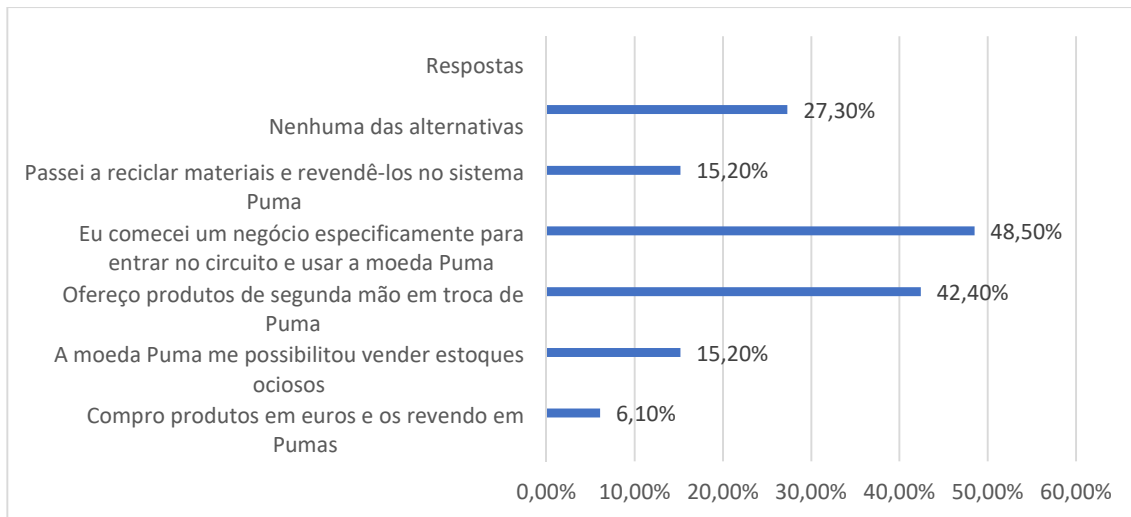


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Com relação à criação de economias locais e a um processo de encerramento espacial seletivo, os resultados indicam muito mais um desenvolvimento no nível pessoal e comunitário do que do ponto de vista empresarial e econômico. Chama atenção o fato de que 48,5% dos usuários criaram alguma atividade para participar da moeda Puma. Neste caso, como mencionou-se anteriormente, são serviços individualizados que exigem pouca mobilização de fatores produtivos. De algum modo isso indica a utilização de recursos ociosos, mesmo que a nível individual e pouco sofisticado do ponto de vista produtivo. Há também um destaque do

ponto de vista ambiental: 42,4% das pessoas oferecem produtos de segunda mão o que permite reduzir resíduos e 15,20% passaram a reciclar materiais para os venderem na rede local.

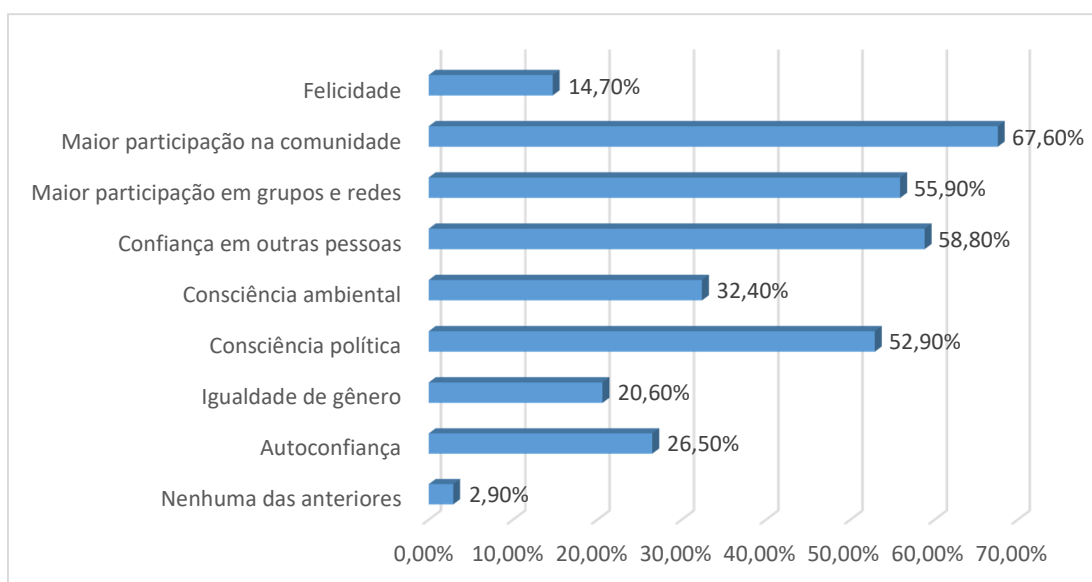
Gráfico 45: Criação de economias locais no sistema Puma (n = 33).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

Por fim, o gráfico 46 possibilita a confirmação dos pontos fortes da moeda Puma: os do desenvolvimento comunitário, com ideais de mudança social, política e ambiental.

Gráfico 46: Sentimentos e valores adquiridos com a participação na moeda Puma (até 3 opções de escolha) (n = 34).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 5).

As dimensões de consciência política, ambiental, confiança, participação em grupos e na comunidade apresentam por centual elevado. Por outro lado, características de

empoderamento individual como autoconfiança, felicidade e igualdade de gênero³⁶ pontuam um pouco menos.

Na moeda Puma há, portanto indicadores robustos de desenvolvimento comunitário, geração de capital social e de empoderamento individual. Ademais, pode-se dizer que, se a moeda Puma tem pouco impacto econômico e não efetiva um circuito monetário suficientemente significativo, ela por outro lado logra interligar pessoas e grupos em circuitos de interações sociais e de relações de proximidade à la Zelizer (2011). É o que ocorre, na realidade, com a maioria das moedas sociais de pequeno escopo.

5.10 BANCOS DE TEMPO E O CASO ESPECÍFICO DO TIMEBANK.CC

Antes de explicarmos especificamente o caso pesquisado, o do TimeBank.cc, considerou-se importante comentar um pouco mais sobre o que são bancos de tempo, fazendo um apanhado geral sobre suas características e impactos e o que a literatura sobre o tema tem apontado aqui. Isto porque este tipo de organização é muito mais específico em seus objetivos e em escala se comparado a outros modelos monetários alternativos, tais como os sistemas de crédito mútuo ou as moedas locais de cunho complementar. De acordo com Seyfang (2006):

Time banks' are a social economy innovation which reward participation in community activities or helping neighbors, and so aim to nurture social capital and networks of reciprocity. A time bank is a community-based organization which brings people and local organizations together to help each other, utilizing previously untapped resources and skills, valuing work which is normally unrewarded, and valuing people who find themselves marginalized from the conventional economy. It is a framework for giving and receiving services in exchange for time credits: each person's time is worth exactly the same - one hour equals one-time credit, whatever the service given. In this way, volunteer's hours are 'banked' and can be 'withdrawn' later when they need help themselves. A time broker manages the project and keeps a database of participants' needs and abilities. The types of help given are things like gardening, small DIY, giving lifts to the shops or hospital appointments, befriending, dog-walking, etc. These are things that family or friends might normally do for each other, but in the absence of supportive reciprocal networks, the time bank recreates those connections. When a member phones with a request, the broker finds another participant to carry out the task and arranges the service, and records the exchange of 'hours. In this way, time credits are exchanged among participants as a form of time-based money or community currency. Participants are facilitated to give as well as receive help, growing reciprocal support networks and challenging assumptions about the capacities of vulnerable and deprived populations: the housebound can

³⁶ Ainda que, vale dizer, um dos pontos centrais do ativismo pumero concentre-se na questão de gênero, tendo várias mulheres atuantes no grupo com uma atuação política feminista.

make supportive telephone calls to other participants, for example. (SEYFANG, 2006, p. 6)

De acordo com Zelizer (2011), bancos de tempo são os esquemas de moedas alternativas que mais carregam atividades valorativas e ideológicas. Ademais, são circuitos pequenos nos quais as relações de proximidade e a valorização de atividades sociais que dificilmente encontram lugar na economia capitalista acabam tendo espaço aqui.

Os esquemas de banco de tempo buscam a realização de trocas de forma igualitária entre os membros, já que a moeda em questão é simplesmente o tempo, e cada serviço prestado é pago com determinado crédito, que tem validade para ser trocado por outro serviço e assim sucessivamente. Segundo alguns estudos, os bancos de tempo podem ser de grande utilidade em bairros pobres de grandes cidades, na medida em que reforçam e valorizam as habilidades de pessoas usualmente excluídas do mercado de trabalho.

Seyfang (2004), por sua vez, demonstra como muitas delas se sentem mais realizadas, aprimoram suas habilidades e reforçam seus laços com a vizinhança. Também aumentam seu senso de participação política e na vida da comunidade, fomentando a cidadania. Panther (2012) complementa as teses de Seyfang ao apontar em seu estudo de caso que bancos de tempo têm potencial para aumentar a coesão social, cooperação e reciprocidade. Já Miller (2008), em sua tese de doutorado, destaca os benefícios da interação social provocados pela participação no banco de tempo em cidadãos da terceira idade, através de um estudo de caso realizado no Japão.

Mais adiante, Ozanne e Ozanne (2009, p. 03) apontam o entrelaçamento intergeracional como fenômeno causado pela experiência do banco de tempo:

For instance, the time bank promoted exchanges inter-generationally as tech savvy teens offered older members computer assistance, and older members offered young families help and expertise with children. In fact, the more involved participants in the time bank referred to it as an “extended family” as the time bank exchanges sutured them together with new friends and even went on to engage in relational exchange outside the time bank.

Em se tratando do fator idade, Miller (2008) enfatiza as benesses que alguns idosos apontam ao participarem de um banco de tempo no Japão. Segundo a autora, muitos dos entrevistados se demonstravam satisfeitos com a vida que levavam, e apontavam a “proteção social” que a participação nos esquemas de troca provoca como um fato motivador:

The key to this success, according to Takahata, was twofold. One was the fact that residents all remained actively engaged in work right up to their final days. The other was the fact that they did not worry because they had faith in their mutual help social networks. This could be dubbed a form of social capital, although Takahata himself did not use the term (Takahata, 1998: 1-2). Desirable as contemporary Japanese might find this village situation, it cannot be replicated in the suburbia where the majority of Japanese live. Time banks are seeking to create a new model that will combine old and new ideals. (MILLER, 2008, p. 257)

Entretanto, tais circuitos também apresentam dificuldades em manterem-se regularmente, dada o elevado nível de comprometimento que exigem de seus membros ao mesmo tempo em que os benefícios econômicos são reduzidos. Panther (2012), em seu estudo sobre bancos de tempo no norte da Inglaterra afirma que:

In time banks, members are encouraged to use the broker to set up transactions. The only regular opportunity for Steelwear Time Bank members to get together was at the weekly café evening. Only one clique of members - consisting of 9 individuals - attended the cafe more than once in a while, and no transactions between individuals took place there. Perhaps Steelwear time bank had a different way of doing things, with less of an emphasis on social events, but one which was just as effective? (PANTHER, 2012, p. 178)

Da mesma maneira, Seyfang (2004) aponta que alguns membros se sentem relutantes em pedir por serviços (confundindo Banco de Tempo com trabalho voluntário); outros diminuem sua participação dado o baixo leque de serviços e bens disponíveis; e os participantes menos assíduos podem se sentir desalojados da vida comunitária. As soluções para estes problemas - ainda segundo a autora - seriam reforçar as reuniões e eventos comunitários na tentativa de sempre congregar os membros, ao mesmo tempo em que tais iniciativas poderiam atrair novos, ampliando o potencial leque de produtos e serviços ofertados. De qualquer maneira, Seyfang segue confiante nas potencialidades dos bancos de tempo em termos de benefícios psicossociais para as comunidades:

Given increasing support, time banks have the potential to spread and become powerful tools for overcoming social exclusion and enabling community self-help. What remains is for public bodies to support them to a greater extent, to help them to grow and expand. They could then begin to experiment with new, flexible ways of integrating the time bank mechanism into existing service delivery models in health, education and training, as a tool for rewarding civic participation, to promote democratic and empowering pathways to social inclusion and community development. (SEYFANG, 2004, p. 70)

Em suma, os bancos de tempo são organizações eminentemente comunitárias, nas quais serviços de apoio à vizinhança - genericamente falando - representam sua característica central. São microcosmos dentro do já pequeno escopo das moedas locais e não possuem grandes pretensões de desenvolvimento do empreendedorismo local ou quaisquer atributos mais economicistas.

Ainda assim, em nossa vivência junto aos organizadores do TimeBank.cc em Haia, verificou-se uma intensa preocupação, por parte dos mesmos, em agregar mais membros, fortalecer o circuito de trocas e estimular uma maior circulação dos créditos de tempo. Voltaremos a este ponto mais adiante.

5.10.1 Uma Análise Do Timebank.cc

Os primeiros contatos com os organizadores do TimeBank.cc foram feitos ao longo dos meses de Março e Abril de 2017 na cidade de Haia, Holanda. Um dos principais organizadores, Ronald Huynen, procurou o International Institute of Social Studies (ISS) buscando apoio na classificação e organização do site e do próprio esquema de troca de tempo em geral.

Nestes encontros, pudemos conhecer melhor as características do banco de tempo e coletar algumas informações em conversas e também em visitas à casa de Ronald, onde os principais ativistas encontravam-se semanalmente para realizar suas atividades organizacionais. Em seguida, enviou-se um questionário com perguntas que procuram captar as principais características do circuito TimeBank.cc. Os organizadores ajudaram a divulgá-lo no website, além de terem sido disparadas mensagens particulares para cada usuário cadastrado na plataforma online do banco.

Ao todo, foram coletadas 22 respostas de pessoas físicas participando como prosumidores na organização e 9 de empresas que também ofereciam bens e serviços em troca de créditos de tempo. Por conveniência, faremos apenas alguns comentários gerais sobre este último grupo dado o número muito baixo de respostas. Ademais, alguns números tabulados pelos próprios organizadores do banco nos foram concedidos, informações estas que também ajudaram na análise que segue daqui por diante.

A origem do TimeBank.cc está relacionada aos artistas Anton Vidokle e Julieta Aranda que tinham como objetivo criar uma moeda imaterial para a comunidade cultural internacional. Ela foi inaugurada em maio de 2011 pelo centro de arte e arquitetura Stroom Den Haag. Foi parte do programa Upcycling, da Stroom, que investigou novas perspectivas na

criação de valor e significado. Havia em seu início, portanto, um forte caráter de manifestação contra o sistema financeiro tradicional aliado a uma considerável verve artística.

Já em junho de 2013, o banco de tempo superou o estágio de um projeto experimental e artístico, ampliando seu leque de ações e seu perfil econômico. Foi criada uma infraestrutura de web mais sólida e seus organizadores vem procurando aumentar a eficiência do sistema, buscando novos membros e diversificando a oferta de bens e serviços. Apesar de ter uma concentração maior de associados na cidade de Haia, os organizadores recusam-se a serem rotulados como o “banco de tempo de Haia”, já que há participantes nas cidades de Roterdão, Amsterdam, Bruxelas e Lisboa.

Os últimos dados de que dispomos - fornecidos cordialmente por Ronald Huynen - são de março de 2017 e apresentam o seguinte balanço de usuários:

Tabela 11: Distribuição de participantes do TimeBank.cc por cidade.

Cidades	Quantidade	Porcentagem
Haia	322	41%
Amsterdam	71	9%
Roterdã	21	3%
Bruxelas	183	23%
Outras	194	24,5%
Total	791	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela organização do TimeBank.cc.

Trata-se, portanto, de uma organização concentrada em cidades que possuem alto índice de desenvolvimento humano, o que dá pistas de que a motivação do banco de tempo é muito mais social e cultural que econômica, conforme apontado por Nishibe (2015) e Blanc (2002).

A este respeito, observa-se uma síntese das informações socioeconômicas dos participantes captada por nosso questionário:

- Do total de respondentes, 54,5% declararam-se do sexo feminino e o restante homens. Ninguém declarou outra opção sexual ou de gênero;
- 40,9% entraram na rede há menos de 1 ano, enquanto 18,2% participam há mais de 5 anos. Outros 40%, aproximadamente, concentram-se num intervalo que vai de um a cinco anos de participação;

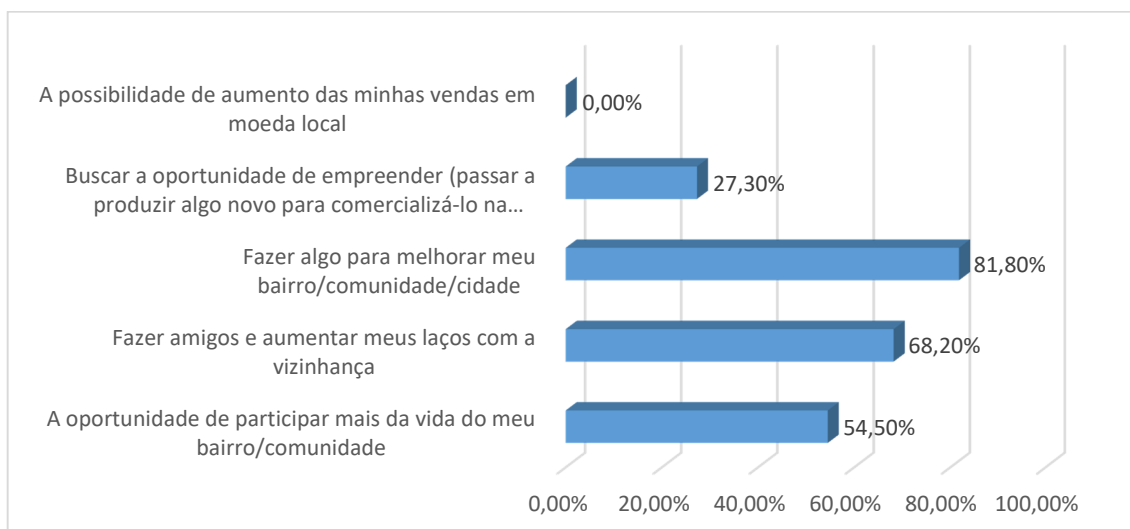
- 45,5% das pessoas declararam ter pós-graduação, enquanto 50% responderam ter curso superior. Apenas uma pessoa alegou ter apenas o ensino médio. Este alto nível educacional é um dos indicadores que revelam o fato de muitos bancos de tempo - sobretudo em países do Norte - não serem organizações para marginalizados sociais e sim para pessoas com elevado capital cultural.
- 72,7% das pessoas declararam ter emprego ou serem autônomas. Uma pessoa (4,5%) respondeu como aposentada, enquanto o restante (22,7%) declarou-se desempregada ou com trabalho temporário. Este último número, embora inferior aos outros circuitos aqui analisados nos pareceu surpreendente, embora deva-se mencionar que a maioria dos usuários encontram-se em países com desenvolvidas redes de proteção social, diferentemente do caso espanhol, ou mais ainda, do caso brasileiro.
- Uma cifra semelhante ao número de desempregados/empregados temporários respondeu ter renda anual de até 10 mil euros (27,3%). Outros 27,3% situam-se no intervalo de 10 a 20 mil euros, 18,2% entre 20 e 30 mil e cerca de 23% confirmaram rendimento acima de 40 mil euros anuais. Apenas uma pessoa declarou-se no intervalo de 30 a 30 mil euros anuais.

Podemos confirmar, portanto, a argumentação de Nishibe (2015): há uma tendência, em países desenvolvidos, de os esquemas de moedas sociais serem voltados para a valorização das relações sociais ou para atividades eivadas de valoração sociocultural ou ambiental, dado que as necessidades econômicas principais já foram contempladas. Importante lembrar que alguns autores como Rostow (1960) e Wagner (1958) apontam que, à medida em que a renda per capita das sociedades aumenta, ocorre um aumento da demanda por prestação de serviços públicos por parte do Estado. Tais bens teriam uma elasticidade-renda da demanda elevada.

No caso em análise, ao que parece, há uma demanda que vai além da proteção social e da eficiência do serviço público: essas pessoas parecem querer reinstituir a economia em redes de relação de proximidade, intimidade e reciprocidade (ZELIZER, 2011; POLANYI, 2012).

Destarte, as motivações para que os indivíduos participem da moeda social são muito menos econômicas do que, grosso modo, “sociais”, conforme vemos no gráfico abaixo:

Gráfico 47: O que te motiva a participar do TimeBank.cc - até três opções de resposta (n=22).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do questionário (anexo 6).

5.10.2 Uma Análise Do Circuito Do Timebank.cc

Agora, mister se faz iniciar a análise do circuito do banco de tempo em questão. Para isso considerou-se alguns dados que trazem uma fotografia deste microcosmo econômico, tais como: os principais bens/serviços ofertados e demandados; a produção bruta local ou o total de horas transacionadas; o mecanismo de criação e destruição monetária; e a regularidade do fluxo monetário.

Com efeito, o circuito do TimeBank.cc é formado mais por serviços, dado seu baixo custo de produção e fornecimento. Segundo os organizadores, os usuários o usam como um sistema de extra-econômico valor, no qual buscam mais experiência e habilidade nas tarefas que já dominam, além de fazer amizades, aumentar suas redes de socialização. Há ainda algumas pessoas que creem estar criando uma nova forma de fazer trocas ao construir um circuito econômico com características solidárias.

Deve-se mencionar que o engajamento é necessário já que não se obtém horas de crédito sem efetivar a venda de algum bem ou serviço. Neste particular, o sistema de preços é relativamente “livre”, sendo combinado entre vendedor e comprador e geralmente o serviço oferecido é remunerado pelas horas efetivamente prestadas.

A organização do banco não possui fundos em euros para conversões, sendo que o circuito é completamente “fechado” para o câmbio. Embora o mecanismo principal de circulação de moeda seja a própria venda de um bem ou serviço, o banco de tempo organiza

quais, segundo Seyfang(2006) são as principais características de bancos de tempo - foram menos registradas do que educação, venda de produtos agrícolas ou insumos alimentares, refeições, serviços de reparação e arte/design. Há um perfil de demanda consideravelmente diversificado, mais do que esperava-se, embora o universo pesquisado seja bastante pequeno.

Tabela 12: Bens e serviços demandados no TimeBank.cc (até 3 opções de resposta) (n=21).

Setores	Quantidade	Porcentagem
Artesanato	1	4,80%
Serviços de TI	0	0,00%
Produção agrícola e insumos alimentares	8	38,10%
Alimentos/Refeições	6	28,60%
Serviços de reparação geral	7	33,30%
Serviços de estética e beleza	3	14,30%
Apoio à vizinhança	5	23,80%
Limpeza	2	9,50%
Educação	11	52,30%
Comunicação	3	14,30%
Arte/Design	7	33,30%
Máquinas e equipamentos	1	4,80%
Eletrodomésticos	1	4,80%
Computadores, telefones celulares e similares	0	0,00%
Automóveis	0	0,00%
Sapatos e roupas	0	0,00%
Farmácia e perfumaria	0	0,00%
Ferramentas e peças	0	0,00%
Material de construção	0	0,00%
Lazer e recreação	6	28,60%
Outros	1	4,80%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

A distribuição de bens e serviços ofertados segue perfil semelhante ao da demanda, com a participação equivalente para serviços educacionais, alimentos, arte/design. Todavia, ninguém afirmou produzir itens agrícolas/insumos alimentares, o que pode ter sido

uma falha amostral. De qualquer maneira, se há alguma demanda por esses itens, é possível que algumas mercearias devam aceitar créditos de tempo em troca de hortifrutigranjeiros, farinha, óleo etc.

Há também um grupo de CSA (community-supported agriculture) que planta itens agrícolas em terrenos urbanos, terraços ou qualquer espaço viável e permitido por lei para que o façam. Sua participação no circuito é importante, conforme detalharemos logo adiante.

Tabela 13: Bens e serviços ofertados no TimeBank.cc (até 3 opções de resposta).

Setores	Quantidade	Porcentagem
Artesanato	2	9,5%
Organização do Banco de Tempo	3	14,3%
Serviços de TI	0	0,0%
Produção agrícola e insumos alimentares	0	0,0%
Alimentos/Refeições	8	38,1%
Serviços de reparação geral	4	19,0%
Serviços de estética e beleza	3	14,3%
Apoio à vizinhança	4	19,0%
Limpeza	1	4,8%
Educação	10	47,6%
Comunicação	5	23,8%
Arte/Design	6	29,6%
Máquinas e equipamentos	0	0,0%
Eletrodomésticos	1	4,8%
Computadores, telefones celulares e similares	1	4,8%
Automóveis	0	0,0%
Sapatos e roupas	0	0,0%
Farmácia e perfumaria	0	0,0%
Ferramentas e peças	1	4,8%
Material de construção	0	0,0%
Lazer e recreação	2	9,5%
Outros	3	14,3%
Respostas	21	

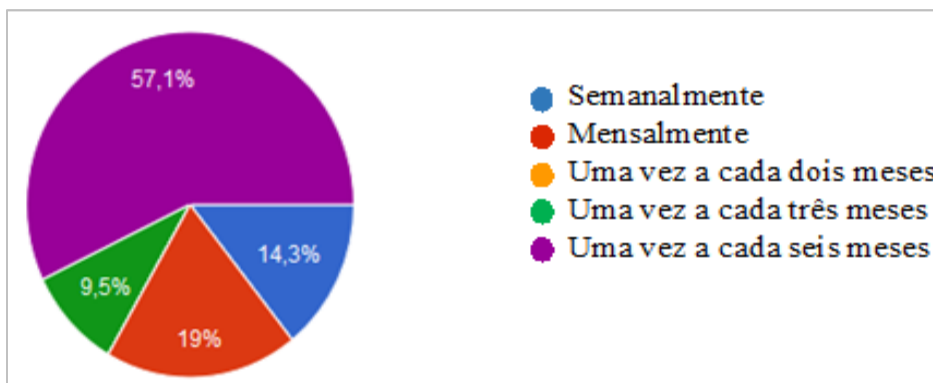
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

Um ponto importante a se destacar é que embora nos questionários os serviços de estética e beleza não tenham o maior destaque, o acúmulo de horas ociosas por parte de uma cabeleireira em específico era uma das maiores preocupações dos organizadores. Nos registros estatísticos que nos foram fornecidos pela organização, a usuária “haarzuiver” (algo como ‘cabelo puro’ em holandês) tinha um montante de 125 horas de crédito acumulado em março de 2017 contra um total de gastos de 66,70 horas, totalizando um superávit acumulado de aproximadamente 58 horas.

Houve contato com ela por volta de abril de 2017, quando ela afirmou que tinha parado de aceitar pagamentos em créditos de tempo já que não tinha como gastá-los. Da mesma maneira, o grupo de CSA apresentou - no mesmo período - um total de créditos de 99,25 horas contra débitos de 11,75, resultando em um superávit de 87,5. Só para mencionar outro usuário que acumulou bastantes créditos de tempo: o ‘Balanzs Yoga’, um espaço de massagens e de aulas de Yoga que tinha 97,80 horas acumuladas em março de 2017 contra uma despesa de 97,20 horas. Neste caso, um superávit quase irrelevante, indicando um associado significativamente ativo no sistema.

Enfim, tais acúmulos de horas ociosas expressam um problema de funcionamento eficiente do circuito de transações. Com efeito, o gráfico abaixo reforça o foi afirmado anteriormente: mais da metade dos usuários afirmam realizar transações apenas uma vez a cada 6 meses, significando que há pouca vitalidade nos créditos de tempo. Isto é ainda mais relevante se compararmos com outros casos tratados neste trabalho - como a moeda mumbuca, que apresenta um fluxo muito mais frequente e regular. Há, portanto, diferenças marcadas entre diferentes esquemas de moedas complementares que devem ser mencionados.

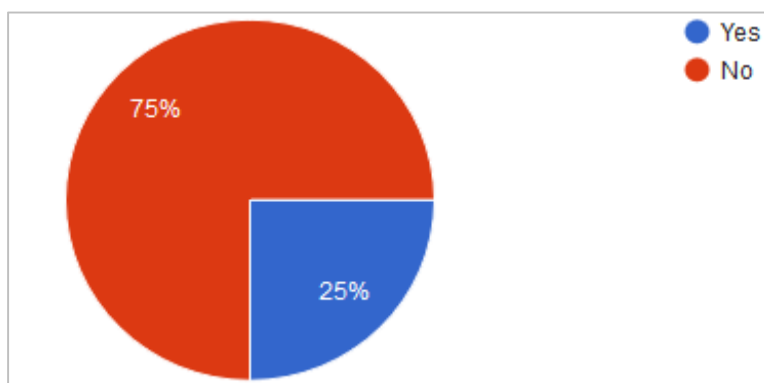
Gráfico 48: Com qual regularidade você realiza transações dentro do banco de tempo? (n = 21).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

O fato de que apenas 25% afirmarem não ficarem muito tempo com saldos de horas ociosas devido a poucas opções de compra (gráfico 49) aparentemente contradiz os problemas apontados anteriormente, mas a pergunta permite um grande grau de subjetividade na definição do que seria um grande período de tempo.

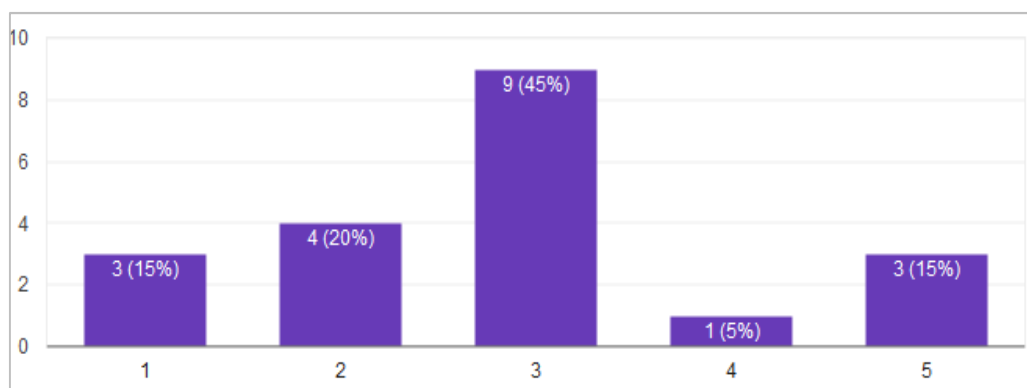
Gráfico 49: Você fica muito tempo com saldos de tempo ociosos por conta de encontrar poucas opções de compra? (n=20).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

De qualquer maneira, o gráfico seguinte ajuda a reforçar um pouco das dificuldades deste circuito: 35% afirmaram ter pouca facilidade (escalas 1 e 2) em encontrar os bens e serviços que procuram, enquanto a maioria (45%) escolheu o nível intermediário (número 3). Ou seja: mesmo sendo um projeto de propósitos específicos³⁷, as pessoas possuem dificuldades em realizar as transações que desejariam.

Gráfico 50: Com que facilidade, numa escala de 1 a 5, você encontra bens/serviços que procura dentro do circuito TimeBank.cc? (n = 20).



³⁷ Espera-se que os participantes do banco de tempo - dado seu alto nível educacional e suas motivações em participar da organização - saibam que tipo de bens e serviços podem ser encontrados. Ainda assim, parece haver um certo desencanto em relação a isso.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

Tais problemas de circulação de moeda ocorrem apesar da existência de usuários que ofertam produtos essenciais (o caso da cabeleireira é um bom exemplo neste caso, além de produtos alimentícios e remédios - a depender do circuito), mas que devido à pouca demanda existente em tais redes, eles acabam acumulando créditos ociosos sem conseguir gastá-los no circuito; isso leva a que eles abandonem a organização, ou diminuam sensivelmente sua participação nela.

Este recorrente problema tem levado a que os organizadores do banco de tempo procurem maneiras de resolvê-lo. E aqui devemos mencionar um ponto importante: bancos de tempo e outros esquemas de moedas comunitárias se destacam por sua capacidade de reconstruírem laços de proximidade. Com efeito, todos os organizadores dos casos aqui analisados apresentaram uma genuína preocupação em aumentar o número de participantes, em encontrar maneiras de intermediar ofertas e demandas, e em regular a “oferta monetária”; eles pretendem, enfim, constituir um circuito econômico organizado (ainda que não necessariamente utilizassem esse termo) no qual a moeda de fato encadeasse relações de crédito e débito e permitisse a formação de um fluxo regular de bens e serviços.

No caso específico do TimeBank.cc, os organizadores procuraram o International Institute of Social Studies (Haia, Holanda) exatamente para buscar soluções a tais problemas; sua preocupação em mapear transações e, levantar estatísticas para resolver o “problema da cabeleireira” (e outros afins) era um processo francamente em andamento durante nossa pesquisa de campo.

5.10.3 Impactos Socioeconômicos Entre Os Usuários

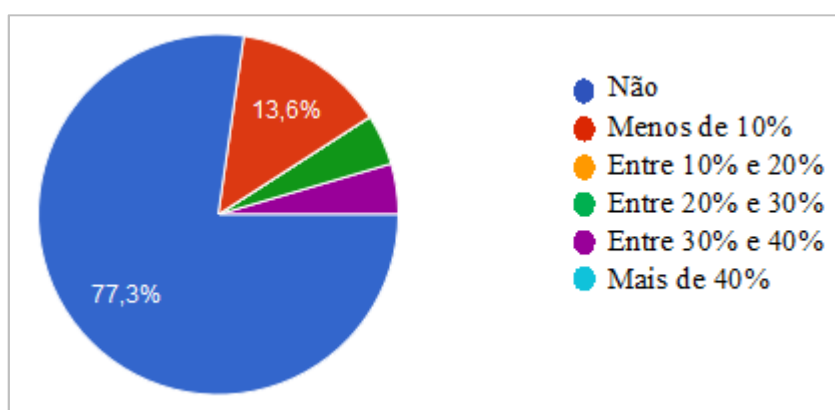
Agora, nota-se alguns resultados do nosso questionário no que concerne aos possíveis impactos sociais e econômicos do banco de tempo entre as pessoas envolvidas. Diferentemente dos outros casos aqui analisados, o TimeBank.cc é desterritorializado, sendo que suas atividades englobam distintas cidades; por isso, é perfeitamente possível que algumas prestações de serviços possam ser feitas online entre pessoas de diferentes cidades ou mesmo países.

Desta forma, por hipótese, os impactos socioeconômicos desta experiência restringem-se ao nível dos indivíduos e famílias, sem grandes efeitos a nível empresarial perfazendo o que Helmsing (2003) e Gomez & Helmsing (2008) caracterizam como *community*

economic development. Ainda assim, para fins de prudência, suspeita-se que os impactos do TimeBank.cc se restrinjam a um nível ainda mais individualizado, de empoderamento pessoal, reforço de habilidades e de autoestima.

Pois bem, no gráfico abaixo, vemos que até 90% das pessoas tiveram menos de 10% de seu poder de compra aumentado pela participação no banco de tempo. Ao mesmo tempo, quase 60% das pessoas afirmaram ter tido pouco aumento de sua base de clientes (gráfico 52), enquanto outros 40% escolherem as escalas 3 e 4. Mas a pergunta não especifica se estas pessoas já exerciam alguma atividade comercial. Ou seja, a cifra de 40% pode muito bem captar pessoas físicas que simplesmente não produziam ou forneciam algum serviço, mas passaram a ter suas habilidades aproveitadas na rede do banco de tempo. Ademais, não temos dados suficientes para indicar o quanto este aumento no número de “cliente” representa, mas seguramente representa pouco em termos econômicos, já que 95,5%³⁸ afirmaram que menos de 10% de sua renda é representada por créditos de tempo.

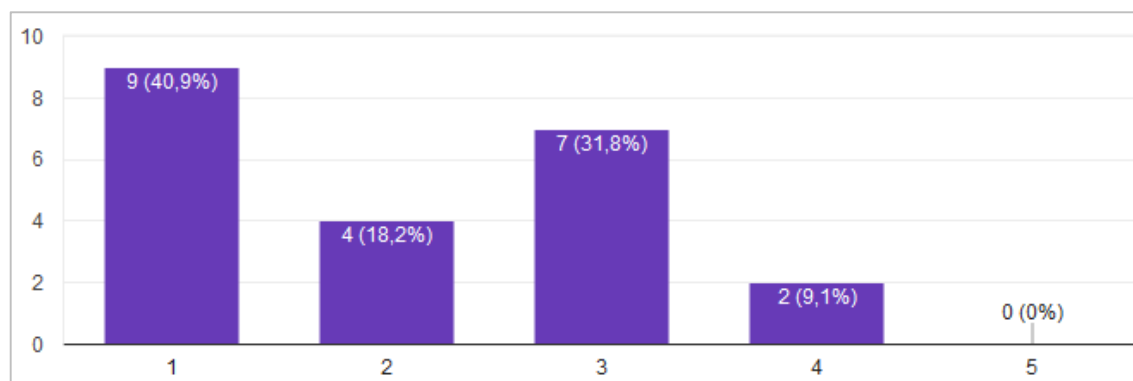
Gráfico 51: Você percebeu um aumento em seu poder de compra após ingressar no TimeBank.cc? (n = 22).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

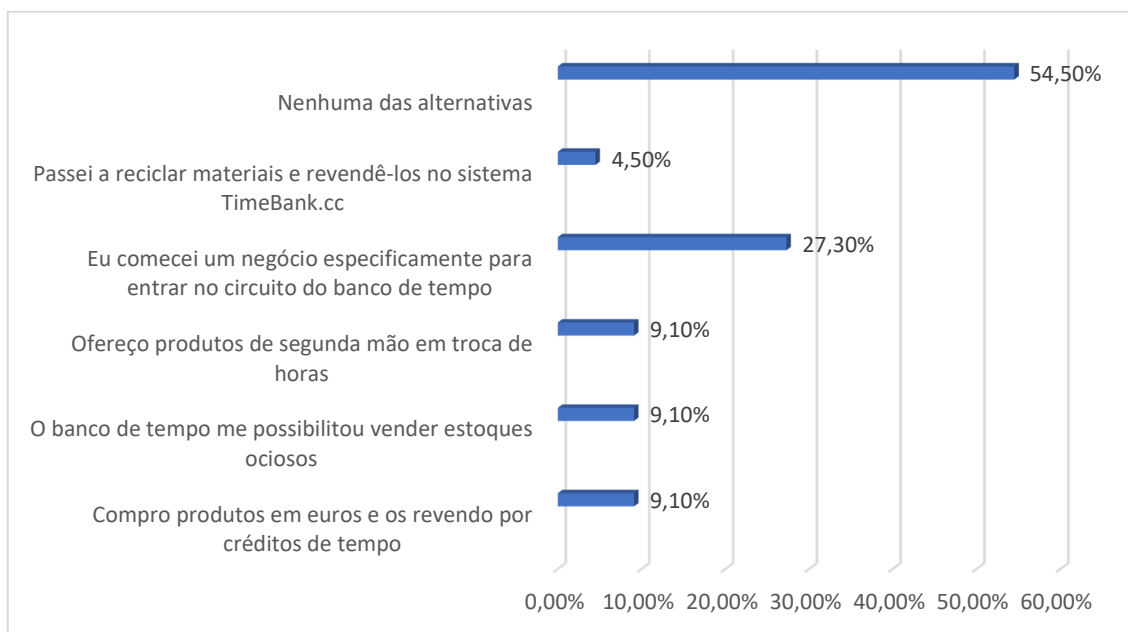
³⁸ Dados do questionário.

Gráfico 52: Em uma escala de 1 a 5, você pensa que o banco de tempo te possibilitou aumentar o número de clientes ou rede de pessoas que realizam transações com você? (n = 22).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

Com relação à criação de capacidades produtivas dentro do sistema, temos aparentemente algum estímulo ao empreendedorismo, conforme podemos verificar no gráfico abaixo: 27,30% afirmaram ter criado algum negócio novo especificamente para o banco de tempo. Muito provavelmente, porém, isso não se trata da criação de novas empresas ou produtos. A palavra mais adequada seria “atividades” ao invés de “negócios”, já que, conforme demonstrado anteriormente, o banco de tempo possibilita que indivíduos forneçam serviços a partir de habilidades adquiridas ao longo da vida. Muitas vezes, as moedas sociais (incluindo bancos de tempo) dão vazão para que pessoas que têm hobbies possam ser remuneradas por eles. Assim, o custo de “produção” é relativamente baixo, p. ex. no caso de um médico que saiba tocar violão e resolva oferecer aulas do instrumento na rede do banco de tempo. Isto lhe custaria poucas horas semanais e traria benefícios de autoestima, prazer, realização e de aumento do círculo de relações sociais.

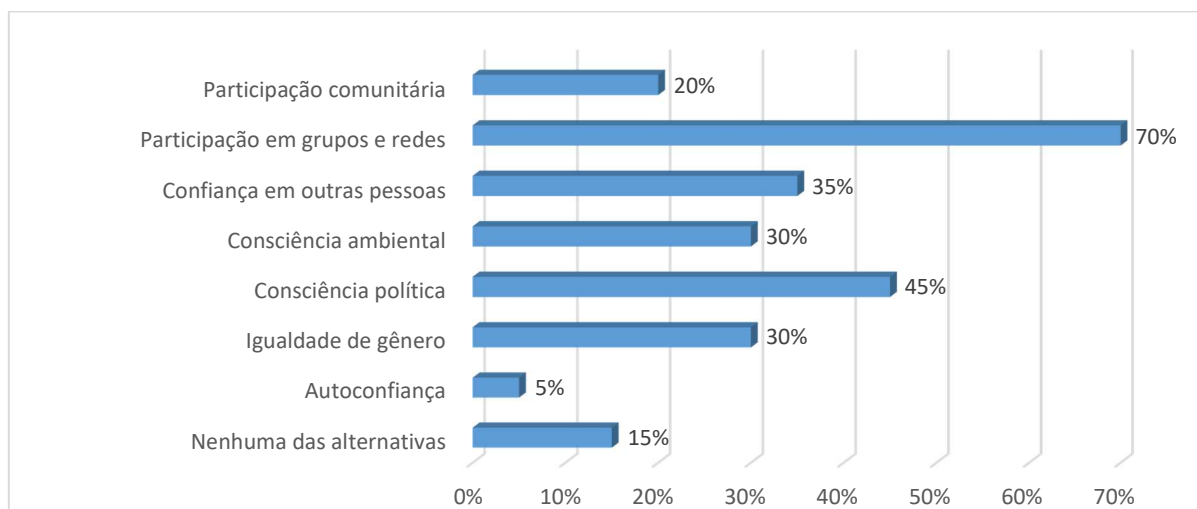
Gráfico 53: Criação de economias locais no circuito TimeBank.cc (n=22).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

Seguindo adiante, duas pessoas (9,10%) afirmaram escoar seus estoques graças ao banco de tempo. O número é muito baixo para afirmarmos que o banco de tempo possibilitou algum estímulo econômico a nível empresarial. A mesma cifra relaciona-se a pessoas que revendem no banco de tempo produtos adquiridos fora do circuito. Se estas cifras pudessem ser confirmadas com números maiores, poderia-se afirmar que o banco de tempo fortaleceu seu circuito, desviando atividades para dentro da economia local.

Assim, mais provável é que os efeitos econômicos sejam, de fato, pouco relevantes dado o elevado percentual de pessoas alegando que nenhum dos efeitos foi sentido (54,5%). Por fim, é possível que o banco de tempo tenha promovido práticas ambientalmente sustentáveis, dado que 9,10% das pessoas responderem vender produtos de segunda mão enquanto 4,5% afirmaram ter iniciado a reciclagem de materiais para transacionar dentro do circuito. Novamente, os números são muito baixos e não permitem conclusões definitivas.

Gráfico 54: Escolha até 3 sentimentos e valores que eventualmente foram criados ou aumentados a partir de sua entrada no banco de tempo (n = 20).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do questionário (anexo 6).

Entretanto, do ponto de vista educativo, o TimeBank.cc promoveu conscientização ambiental para 45% das pessoas que responderam ao questionário. É a maior cifra neste quesito de todos os casos aqui analisados.

Os indicadores de desenvolvimento pessoal e comunitário permitem a confirmação de hipóteses já adiantas pela literatura sobre bancos de tempo. Algumas dimensões de capital social apontadas por Pantoja (2002), Reid & Salmen (2002) e Grootaert *et al* (2004) aparecem aqui: 70% afirmaram que o banco de tempo estimulou a participação comunitária, enquanto 35% reforçaram sua participação em grupos e redes; ao mesmo tempo, a confiança em outras pessoas foi mencionada por 30% dos respondentes.

No plano mais individual, a pesquisa também ajuda a comprovar outros estudos (SEYFANG, 2004 e 2006; MILLER, 2008): 20% declararam-se mais felizes e outros 15% sentiram-se mais autoconfiantes com sua participação no banco de tempo, totalizando assim 35% que perceberam algum efeito de empoderamento individual. Tais argumentos são reforçados pelo baixo número (10%) de pessoas que escolheram a opção “nenhuma das alternativas”.

Assim sendo, o TimeBank.cc provou ser uma organização que contribui no desenvolvimento humano a nível individual e coletivo. Em outras palavras, há efeitos psicológicos benéficos para indivíduos que os sentem em razão do maior fortalecimento de relações de confiança intragrupo. Embora os organizadores tenham uma preocupação de gestão “econômica” conforme mencionou-se anteriormente, não é possível afirmar que tenha havido

resultados significativos nessa direção, dado o pequeno escopo do projeto e seu caráter “alternativista”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou analisar cinco casos de moedas sociais e complementares, tendo em vista as principais perguntas:

- Que circuitos econômicos elas criam?
- Quais impactos econômicos elas suscitaram nos territórios em que elas circulam?
- Quais impactos sociais e econômicos elas propiciaram mais especificamente aos indivíduos que delas usufruem? - aqui considerando principalmente a inserção em circuitos de relações sociais, de partilha de valores comuns e geração de capital social.

Para poder responder a tais perguntas, o trabalho foi dividido em dois eixos principais: a) revisão da literatura teórica e empírica para dar sustentação e nortear o caminho da reflexão e b) análise empírica de cinco casos de moedas sociais e complementares a partir de questionários endereçados aos participantes, com perguntas que procuraram de alguma maneira captar os objetivos propostos.

No plano teórico da discussão, retivemos alguns princípios norteadores importantes. A partir de uma ampla revisão sobre teoria monetária, chegou-se à conclusão de que a moeda não surgiu como a mercadoria que facilitasse as trocas da maneira mais eficiente possível. Do contrário, a moeda - utilizando o enunciado de Ingham (1996) - é uma relação social, ou seja, má relação entre credor e devedor que se estabelece no seio da sociedade tendo como fato gerador a atividade econômica, sendo, portanto, endógena à ela.

Seu atributo primordial seria, portanto, funcionar como unidade de conta: um meio de contabilizar e registrar tais relações socioeconômicas. Mais que isso, ela se tornou uma tecnologia social de aceitação generalizada no momento em que, a partir de seu poder de autoridade, o estado determina seu emprego como unidade de conta, aceitando-a como meio de pagamento de impostos. Cria-se assim o circuito monetário: a partir da emissão estatal (WRAY, 2004; NERSISYAN & WRAY, 2016; TIMOIGNE & WRAY, 2006).

Em economias modernas o Estado, ao fornecer liquidez ao sistema bancário, garante o funcionamento de um circuito monetário em que agentes privados em relações de dívida motivam a criação e a destruição de moeda. No caso, empresas tomam empréstimos dos bancos que ao criarem depósitos garantem que as primeiras realizem a produção, remunerando

os fatores produtivos e dando sequência ao circuito monetário, até que este empréstimo inicial seja quitado e aquela moeda-depósito criada seja destruída (ROCHON, 2003). Neste contexto, o caminho da moeda e sua capacidade de circular, entrelaçar e contabilizar as transações constituem as principais características de uma economia em funcionamento regular (GRAZIANI, 2013; SCHUMPETER, 2014; MANN, 2014).

Indo além, se a moeda é uma relação social por excelência, as moedas conhecidas como sociais, locais, comunitárias ou complementares adensam ainda mais este atributo. Sendo moedas, em geral, criadas com propósitos mais específicos e claramente instituídas no território (POLANYI, 1957; RIGO, 2014) e no tecido social que o ampara, seu arcabouço teórico precisa ser ampliado para além da esfera da circulação econômica; seus efeitos podem propiciar o fortalecimento de habilidades individuais, de resiliência espacial e de fortalecimento de dimensões do capital social. Não se pode negar, portanto, os princípios solidários e além-econômicos que as guiam.

Com esse balanço teórico, pudemos adiantar algumas proposições a título de hipótese. Moedas locais que atuam em escala geográfica maior e interligam circuitos de produção e circulação maiores têm maior possibilidade de estimular o desenvolvimento econômico no sentido mais estrito do termo - ainda que não só isso. Em outras palavras, sendo aceitas por um maior número de pessoas, sua circulação será dinamizada, o que oferecerá um adicional de renda para famílias e empresas ali participando.

Além disso, ao se restringirem parcialmente à economia local, elas podem estimular em maior grau a iniciativa produtiva de indivíduos, a criação de empresas e o fortalecimento das existentes. Na concepção de Helmsing (2003) e Gomez e Helmsing (2008), tais características estariam ligadas à ideia de desenvolvimento local como um processo atrelado ao desenvolvimento empresarial.

Por sua vez, as moedas que circulam em espaços menores e são geridas por membros de uma comunidade ou bairro teriam naturalmente um circuito reduzido e, a rigor, frágil. Assim sendo, seus impactos a nível empresarial seriam negligenciáveis, restando apenas o empoderamento de indivíduos e famílias, bem como o fortalecimento das relações socioeconômicas a nível comunitário.

Com efeito, em nossa pesquisa deparamo-nos com essa dicotomia. A moeda Sardex, com cerca de 3 mil empresas participantes, movimentação de mais de 50 milhões de euros anuais e distribuição geográfica por toda a ilha da Sardenha representa o caso de um circuito com oferta de bens e serviços diversificados. E, com efeito, verificou-se alguns atributos de desenvolvimento local: 16% das empresas afirmaram que a circulação da Sardex

permitiu escoar parte de seus estoques ociosos e mais de 50% atuam na atividade de revenda, isto é, colocando produtos comprados em euros dentro da rede Sardex.

Há com isso um estímulo à demanda dentro do sistema. Isso é reforçado pelo grande número de respostas afirmando que houve substituição de produtos que antes eram comprados externamente por produtos denominados em Sardex. Ao mesmo tempo, apenas 19,2% dos respondentes afirmaram que o ingresso no circuito não possibilitou aumento de seu faturamento.

Assim sendo, verificou-se que um circuito bem desenhado, com um sistema de *brokering* centralizado e que busca atrair novas empresas para o sistema e interligar as ofertas e demandas já existentes leva ao engajamento de um número de empresas razoável, no qual a moeda circula regularmente. A confiança dos participantes na organização do sistema permite que tanto a Sardex se assemelhe ao *fiat money* como a organização ao estado.

O caso da moeda mumbuca apresenta algumas similaridades com o da Sardex. Mas aqui já há uma característica marcante: trata-se de uma moeda criada e garantida pelo estado, neste caso uma instância subnacional. Neste sentido, sua efetividade confirma a validade da *State Theory of Money*. Evidentemente que a moeda mumbuca ainda está em processo de desenvolvimento e, por isso mesmo, seu ciclo de vida é curto: de consumidores para empresas e daí para a prefeitura, quando ela é destruída.

Há, segundo os organizadores envolvidos, perspectivas de aumentar esta circulação, permitindo que também as empresas transacionem entre si e, futuramente, propiciando a cobrança de impostos municipais e parte do pagamento de funcionários públicos em moeda local. Isto daria à moeda uma vida ainda mais oxigenada. Mesmo assim, a mera presença do estado faz a moeda atingir 16 mil famílias e cerca de 300 empresas.

É verdade que, por ser uma política social para pessoas de baixa renda, a maior parte do circuito contém demandas e ofertas de produtos de necessidade básica. Mas o anteparo da autoridade pública garante confiança e aceitação, fazendo com que a moeda circule sem interrupções ao longo do circuito. Ademais, de todos os casos aqui analisados, foi a que mais induziu ao desenvolvimento local em seu sentido mais amplo.

Do lado das empresas, apenas cerca de 5% afirmaram não ter percebido algum aumento de faturamento após a circulação da moeda mumbuca. Além disso, 42,10% passaram a ter seus estoques ociosos escoados e 68,40% afirmaram colocar à venda no circuito produtos adquiridos em reais. Agora, o fato mais impactante é que 23,8% das empresas afirmaram ter contratado ao menos mais um trabalhador em decorrência da circulação da moeda mumbuca. No caso dos beneficiários, os ganhos são semelhantes aos de políticas sociais como o Bolsa-

Família: pessoas desempregadas, com renda inferior a um salário mínimo (muitas vivem com menos de meio salário), garantem sua subsistência com o benefício e ajudam a estimular o comércio local. Além disso, a maioria das beneficiárias são do sexo feminino, o que aumenta a participação das mulheres na economia e na vida social da cidade.

Ao mesmo tempo, esses dois casos também apresentaram resultados do ponto de vista de geração de capital social e de desenvolvimento comunitário. Mas são seus resultados monetários e econômicos os que mais chamam a atenção quando comparados a outros. Se outras experiências proliferarem nesses moldes, será possível esperar talvez um retorno mais substantivo do pluralismo monetário.

Explicando, autores como Gomez e Dini (2016), Blanc (2016) e Kuroda (2008), apontam que a existência de apenas uma moeda para cada país é algo notadamente recente na história da humanidade. A regra sempre foi a coexistência de múltiplos meios monetários complementares entre si, cada qual circulando prioritariamente em seus determinados territórios. O caso mumbuca indica que as moedas complementares podem ter uma vida mais longa, regular e viável se amparadas por governos locais, o que comprovaria o argumento da *State Theory of Money*. Esta talvez seja a principal contribuição desta tese no estudo das moedas sociais e complementares.

Por sua vez, as moedas Puma, La Turuta e o *TimeBank.cc* trazem uma organização mais horizontal e um circuito mais compacto. No caso do banco de tempo, a própria revisão bibliográfica sobre o tema já indicava que seu alcance se circunscreveria basicamente a reconstruir relações de vizinhança (ZELIZER, 2011; SEYFANG, 2004 e 2006).

Com efeito, nossos resultados indicam que a motivação principal de seus membros é o aumento de participação na vida comunitária muito à frente de questões econômicas. E, pelo que a pesquisa indica, tais motivações foram atendidas, já que as dimensões de capital social foram estimuladas, assim como reforços para a autoestima individual como os sentimentos de felicidade e autoconfiança.

Por outro lado, o circuito monetário em si apresenta problemas: 57,1% das pessoas alegaram que realizam transações com créditos de tempo a cada seis meses enquanto alguns usuários centrais acabaram acumulando créditos em excesso e acabaram sendo desestimulados a participarem da organização. Consequentemente, os resultados em termos de aumento de renda e estímulo à produção são tímidos em relação aos dois casos anteriormente mencionados.

A análise da moeda La Turuta trouxe alguns resultados semelhantes em relação ao *TimeBank.cc*. A participação comunitária e o incremento de laços de confiança figuram

como atributos de destaque entre os que responderam ao questionário. Com isso, também é possível sugerir que a moeda teve papel importante na geração de capital social entre os associados.

O diferencial aqui é que a moeda Turuta está intimamente ligada à recuperação de terras públicas para a agricultura urbana e neste sentido, ela consegue promover conscientização ambiental e práticas sustentáveis: 61,1% afirmaram que a participação no projeto aumentou sua consciência ambiental e cerca de 23% da oferta local é composta por produtos de segunda mão, o que reduz o impacto de resíduos na comunidade.

Do lado das questões econômicas e monetárias, o projeto Turuta apresenta números um pouco melhores que os do TimeBank.cc, mas ainda assim pouco alvissareiros: no mês de maio de 2017 a quantidade total das transações foi de 203, totalizando um volume de apenas \$3.803 turutas, de modo que a capacidade de estímulo à economia local fica reduzida. Quando se somou os demais meses de 2017 (até maio), temos um acumulado de \$10.409,00 turutas, para 524 intercâmbios. A título de comparação, o ano com o maior volume de turutas transacionadas foi o de 2013, com \$30.150,00.

Já a moeda Puma situa-se no espectro intermediário dos casos aqui analisados. A regularidade nas transações em pumas é um pouco maior que as duas anteriores: 32,4% das pessoas a utilizam semanalmente. Ao mesmo tempo mais da metade dos associados afirmaram que a criação da moeda puma suscitou algum nível de aumento em sua renda. Com isso, houve um considerável processo de “substituição de importações” com apenas 16,7% das pessoas afirmando que não substituíram produtos de grandes cadeias por produtos locais denominados em pumas. É claro que esta é uma dimensão qualitativa, já que bastaria apenas uma compra ao mês de um pacote de arroz no Puma de Abastos para validar esta resposta. De qualquer maneira, a moeda puma permitiu a 48,5% das pessoas criar um “negócio” próprio para ser comercializado dentro da rede. O termo está em aspas porque o intuito da organização é criar uma rede de “prossumidores”, o que indica que não necessariamente as pessoas criaram empresas formais.

Há, nesse sentido, muito mais um estímulo à autoprodução e, portanto, um impacto a nível individual e familiar do que no nível empresarial. Ao mesmo tempo, 42,4% afirmaram comercializar produtos usados, indicando que a moeda puma contribui para a redução de resíduos. Por fim, os indicadores de capital social são elevados, mas é preciso assumir que a moeda puma já parte de um bairro no qual existem movimentos e organizações que atuam há tempos.

De qualquer maneira, a moeda puma aponta razoáveis indícios de desenvolvimento comunitário, capital social e de um circuito “zelizeriano” no qual a moeda atua como meio de interligação entre pessoas com propósitos e valores comuns. Mais que isso, não há uma sofisticação econômica e produtiva considerável, já que não há empresas atuando no esquema, mas ainda assim a moeda puma parece circular com regularidade e, de fato, encadear razoavelmente um fluxo de transações frequentes, ainda que simples e específicas.

Em suma, podemos agora reforçar um dos argumentos centrais da pesquisa: a grande maioria dos esquemas de moedas sociais e complementares não consegue articular de maneira robusta uma cadeia de créditos e débitos. Em outras palavras, atuam em circuitos reduzidos, onde há poucas atividades envolvidas, resultando em entraves em sua circulação.

Seus membros ficam com estoques de moeda ociosos dada a pouca opção de compras. Eventualmente, acabam desligando-se ou diminuindo sua participação. Isto porque, em sua maior parte, tais esquemas prescindem do apoio estatal ou, ao menos, de uma organização grande e estruturada como é o caso Sardex. Isto então significa que deveria desconsiderá-las? A resposta é: de maneira nenhuma.

A própria proliferação de tais experiências indica que há inquietações em muitas comunidades. As pessoas aí envolvidas podem estar descontentes com o excesso de individualismo, com a impessoalidade das relações econômicas atuais e com sentimentos de solidão e desânimo. Podem estar desempregadas, parcialmente empregadas, aposentadas e por isso desejam manterem-se ativas.

Há também as motivações ideológicas: os grupos de decrescimento, os que acreditam que o acesso à moeda deva ser democratizado e que a moeda seria um meio de transformar as relações econômicas. De qualquer maneira, o próprio fato de sua existência e proliferação indica que há um *zeitgeist* em prol de sua existência. O que esta tese procura humildemente propor é que, ainda que isso seja importante, não basta lastrear tais moedas apenas em palavras de motivação e em pressupostos de vizinhança e solidariedade.

Acredita-se que, se estas moedas não servirem a contento para comprar bens e serviços, elas acabarão minguando e ficando restritas apenas aos participantes mais ativistas. Assim sendo, o que se recomenda é que se construa tais experimentos pensando nas ideias do circuito monetário: é preciso elaborar um *design* que contenha os processos de criação, circulação e destruição da moeda. Mas mais que isso, é preciso agregar uma diversidade razoável de bens e serviços prestados na rede, mantendo para isso a atratividade da moeda em questão. É certo que tal comprometimento exige enorme esforço de organização. Mas isso não

impede que se atue em parceria com instituições públicas ou privadas como universidades, empresas do terceiro setor, sindicatos, coletivos ou o próprio setor público.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M; ORLEAN, A. **A Violência Da Moeda**. São Paulo. Editora: Brasiliense. 1990.

ALDRIDGE, T. & PATTERSON, A. **Let's Get Real: Constraints On The Development Of Local Exchange Trading Schemes**. 2002. Área. 34(4). P. 370 a 381.

AMADO, Adriana Moreia. **Impactos Regionais Do Processo De Reestruturação Bancária No Início Dos Anos 1990**. In: CROCCO, Marco & JAYME JR. Frederico G. (Org.) *Moeda E Território: Uma Interpretação Da Dinâmica Regional Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ARAUJO, Eliane; TADA, George. **Crédito, Moeda e Desenvolvimento regional à Luz da Teoria Pós-Keynesiana da Não-Neutralidade da Moeda**. In: XIV Encontro De Economia Da Região Sul ANPEC Sul. 2011. Florianópolis - Santa Catarina. Anais do XIV Encontro De Economia Da Região Sul ANPEC Sul. 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder E As Origens Do Nosso Tempo**. São Paulo. Editora: Unesp. 1996.

BARINAGA, E. **Land, Labour, Capital: Solidarity and Inequality in A Community Currency**. IV International Conference on Social and Complementary Currencies: Money, Consciousness and Values for Social Change, 2017.

BARTHOLO, L; PASSOS, L; FONTOURA, N. **Bolsa Família E Relações De Gênero: O Que Indicam As Pesquisas Nacionais**. Brasília. Editora: IPEA. 2017

BENDELL, Jem; SLATER, Matthew; RUDDICK, Will. **Re-imagining Money to Broaden the Future of Development Finance: What Kenyan Community Currencies Reveal Is Possible for Financing Development**. United Nations Research Institute for Social Development. Working Paper 2015.

BLANC, J. **Formes Et Rationalites Du Localisme Monetaire**. Working Paper N.º 249. Lyon: Centre Auguste et Le´on Walras. University of Lyon II. 2002.

BLANC, J. **Unpacking Monetary Complementarity and Competition: A Conceptual Framework**. Cambridge Journal of Economics. Vol. 41. Issue 1. 01 Jan. 2017. 2016. P. 239 a 257.

BLANC, Jérôme. **Community and Complementary Currencies**. In: HART, K; LAVILLE, J. L; CATTANI, A. D. *The Human Economy: a citizen's guide*. Cambridge/Malden: Polity Press. 2010. P. 303 a 312.

BLANC, Jérôme. **Silvio Gesell's Theory and Accelerated Money Experiments**. A former version of this paper was published as "Free Money for Social Progress: Theory and prac. 1998.

BOSSONE, B. **Thinking of The Economy as a Circuit**. in Rochon L. P. Rossi S. [eds.]. *Modern Theories of Money: The Nature and Role of Money in Capitalist Economies*. Cheltenham/Northampton. Edward Elgar. 2003. P. 142 a 172.

BRAUDEL, Fernand. (1979). **Civilização Material, Economia E Capitalismo Séculos XV-XVIII**. 3 Vols. São Paulo. Editora: Martins Fontes. 2005.

BÚRIGO, F. L. **Moeda Social e a Circulação das Riquezas na Economia Solidária**. Justributário. Fortaleza. Vol. XI. 2011. P. 1 a 31.

Cadernos CEDOPE. N.º 15. 1999. Série Movimentos Sociais e Cultura.

CARVALHO, F. J. C. **Sobre a Endogenia da Oferta de Moeda: Réplica ao Professor Nogueira da Costa**. *Revista de Economia Política*. 13(3). abr./jun. 1993.

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro. Editora: Elsevier. 2007.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra. 1982.

CHICK, V. (1992). **The Evolution of The Banking System and The Theory of Saving, Investment and Interest**. in P. Arestis and S.C. Dow (eds). *Money, Method and Keynes: Selected Essays of Victoria Chick*. London: Macmillan. P. 193 a 205.

CHICK, V. (1993), **The Evolution of The Banking System and The Theory of Monetary Policy**. in S.F. Frowen, *Monetary Theory and Monetary Policy: New Tracks for the 1990s*, London: Macmillan. P. 79 a 92.

Community Currencies in Action (CCIA). **People Powered Money**. Londres: New Economics Foundation. 2015.

CONTEL, Fábio. **Espaço Geográfico, Sistema Bancário e a Hipercapitalidade do Crédito no Brasil**. Caderno CRH. Vol. 22. N.º 55. P. 119 a 134. 2009.

CORAGGIO, Jose Luis. **Uma Lectura de Polanyi Desde la Economia Social y Solidaria em América Latina**. Cadernos Metr pole. São Paulo. Vol. 16. N.  31. P. 17 a 35. jun. 2014.

CORIAT, Benjamin. **Pensar Pelo Averso: O Modelo Jap nes De Trabalho E Organização**. Rio de Janeiro. Editora: Revan/UFRJ. 1994.

CORRONS, A. **Monedas Complementarias: Dinero Com Valores**. *Revista Internacional De Organizaciones*. P. 109 a 134. N.  18 jun. 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da (1999). **Pós-Keynesianismo e Horizontalismo: Preferência Pela Liquidez Versus Circuito Monetário**. in LIMA G. T. SICSÚ J. e PAULA, L. F. de (Orgs.). *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, Cap. 5. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2010/01/pos-keynesianismo-e-horizontalismo.pdf>>. Acesso: 10 jun. de 2016.

CROCCO, Marco Aurélio; SANTOS, Fabiana; FIGUEIREDO, Ana. **Exclusão Financeira No Brasil: Uma Análise Regional Explor t ria**. *Revista de Economia Política*. Vol. 33. N.  3 (132), p. 505-526, julho-setembro/2013.

CRUZ, A.C.M. **A Diferença Da Igualdade: A Dinâmica Da Economia Solidária Em Quatro Cidades Do Mercosul**. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP. 2006.

DALMAU, T; DASTIS, C. **La Turuta: Moneda Social y Ciudadana**. IV International Conference on Social and Complementary Currencies: Money, Consciousness and Values for Social Change. 2017.

DANGEL-HAGNAUER, C cile. J. A. **Schumpeter (1908) And Money: Acting as Go-Between?** *O Economia* [Online]. P. 3 e 2 | 2013. Disponível em: <<http://oeconomia.revues.org/297DOI:10.4000/oeconomia.297>>. Acesso: 10 ago. 2018.

DAVIDSON, Paul (2006). Keynes and Money. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Malcolm (org). **A Handbook of Alternative Monetary Economics**. Cheltenham. UK. Northampton USA. 2006. P. 139 a 153.

DE LA TORRE, A; LEVY-YEYATI, E; SCHMUCLER, S. **Living and Dying With Hard-Pegs: The Rise and Fall of Argentina's Currency Board**. *Economía*. 5 (2). 2003. P. 44 a 99.

DINI, P, Motta, W; SARTORI, L (2016). **Self-Funded Social Impact Investment: An Interdisciplinary Analysis of the Sardex Mutual Credit System**. 8th Social Innovation Research Conference. ISIRC 2016. Glasgow. 5 a 7. September.

DINI, Paolo and Kioupkiolis. Alexandros (2014) Community currencies as laboratories of DOW, Sheila (2006). Endogenous Money: structuralist. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Malcolm (org). **A Handbook of Alternative Monetary Economics**. Cheltenham, UK, Northampton USA.

DYMSKI, Gary. **Exclusão E Eficiência: A Transformação Global Do Core Banking, Um Estudo De Caso Do Brasil**. In Paula. L.F. and Oreiro, J. L. (ed.) Sistema Financeiro. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. 2007. P. 255 a 283.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização Do Capital**. São Paulo. Ed. 34. 2000.

ESTELA, Andreu Llabina. **Las Monedas Complementarias: Ejemplos Históricos y Su Situación em Cataluña**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/178795.pdf>>. Acesso: 10 out. 2016.

EVANS, P. B. **In Search for the 21st Century Developmental State**. CGPE Working Paper. N.º 4. 2008.

FARE, M. FREITAS, C; MEYER, C. **Territorial Development and Community Currencies: Symbolic Meanings in Brazilian Community Development Banks**. International Journal of Community Currency Research. 2015. 19 (D). P. 6 a 17.

FARE, M; AHMED, P. O. **Why Are Complementary Currency Systems Difficult to Grasp within Conventional Economics?** Revue Interventions économiques. [Online]. N.º 59. 2018. P. 1 a 20.

FARHI, Maryse. **Revelações Da Crise: Moeda Fiduciária E As Relações Tesouro/Banco Central**. Revista de Economia Política. Vol. 34. N.º 3. (136). P. 396 a 412. Julho/setembro. 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA Jr; Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Solidarity Finance Through Community Development Banks as a Strategy for Reshaping Local Economies: Lessons From Banco Palmas**. Revista de Administração. São Paulo. Vol. 47. N.º 3. P. 500 a 515. jul./ago./set. 2012.

FRIEDEN, J. **Capitalismo Global: História Econômica E Política Do Século XX**. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar. 2008.

FRIEDMAN, Milton. **The Quantity Theory of Money: A Restatement**. In FRIEDMAN, M. Studies in the Quantity Theory of Money. Chicago University Press. 1956. P. 3 a 21.

FRIEDMAN, Milton. **The Role of Monetary Policy**. American Economic Review. March. P. 1 a 17.

FRIEDMAN, Milton; SCHWARTZ, Anna Jacobson Schwartz. **A Monetary History of the United States, 1867 a 1960**. Princeton: Princeton University Press. 1963.

FULLER, Duncan. **Credit Union Development: Financial Inclusion and Exclusion**.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico Estrutural**. Vol. 1. São Paulo. Editora: Paz e Terra. 2000.

GAGGIOLI-HOERPEL, N. **Economía En Problemas: La Agencia Económica Individual En Tiempos De Crisis**. Antípodas. 19. 2014. P. 189 a 215.

GAIGER, Luiz Inácio. Et al. **A Economia Solidária No Rs: Viabilidade E Perspectivas**.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A Economia Solidária Diante Do Modo De Produção Capitalista. Caderno CRH**. Salvador. N.º 39. jul./dez. 2003. P. 181 a 211.

GESELL, Silvio. **The Natural Economic Order**. Disponível em: <<https://www.community-exchange.org/docs/Gesell/en/neo/>>. Acesso: 10 mai. 2016.

GIDDENS, A. **A Terceira Via: Reflexos Sobre o Impasse Político Atual e o Futuro da Social-Democracia**. Rio de Janeiro. Editora: Record. 2001.

GNOS, C. French circuit theory. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Malcolm (org). **A Handbook of Alternative Monetary Economics**. Cheltenham. UK. Northampton USA. P. 87 a 104. 2006.

GOMEZ, G. M; DINI, P. **Making Sense of a Crank Case: Monetary Diversity in Argentina 1999-2003**. Cambridge Journal of Economics. Vol. 40. Issue 5. 1, P. 1421 a 1437. September 2016.

GÓMEZ, Georgina M (2006). **Re-Placing Money: Another Currency for Local Economic Development and Income Generation**. Amsterdam. 2006. P. 20. Available at: <https://www.academia.edu/6196903/Replacing_money_another_currency_for_local_economic_development_and_income_generation>. Acesso: 10 ago. 2018.

GOMEZ, Georgina; HELMSING, A. H. J. **Selective Spatial Closure and Local Economic Development: What Do We Learn From the Argentine Local Currency Systems?** World Development, Vol. 36. N.º 11. 2008. P. 2489 a 2511.

GRAZIANI, A. **The Monetary Theory of Production**. New York: Cambridge University Press. 2003.

GROOTAERT, C; BASTELAER T. V. **Understanding and Measuring Social Capital: A Multidisciplinary Tool for Practitioners**. Eds. 2002. Washington D.C.: World Bank.

GROOTAERT, C; NARAYAN, D; NYHAN, V; WOOLCOCK, J. M. **Measuring Social Capital: An Integrated Questionnaire**. World Bank working paper. N.º 18. 2004.

HART, Keith. **Building Economic Democracy With Community Currencies (2006)**. Disponível em: <<http://thememorybank.co.uk/papers/common-wealth/>>. Acesso: 10 jul. 2016.

HELMSING, A. H. J. **Local Economic Development: New Generations of Actors, Policies and Instruments for Africa**. *Public Administration and Development*. 23(1). P. 67 a 76. 2003.

HENRIQUES, R. **Comportamento Racional e Formação de Crenças em Keynes**. *Rev. Bras. Econ.* Rio de Janeiro, Vol. 54. N.º 3. set. 2000.

HIROTA, Y. **Monedas Sociales y Complementarias (MSCs): Sus Valores Socioeconómicos Para Distintos Stakeholders**. 2017. 388 f. Tese (Doutorado em Economia Social). Institut Universitari d'Investigació em Economia Social, Cooperativisme i Emprenedoria. Universidade de Valência. Valência. 2017.

HUGHES, Neil. **The Community Currency Scene in Spain**. *International Journey of Community Currency Research*. P. 1 a 11. Vol 19. 2015.

Inaugural WINIR Conference. 11 a 14 September 2014. London, UK.

INGHAM, Geoffrey. **Money is a Social Relation**. *Review of Social Economy*. Vol. 54. N.º 4. P. 507 a 529. 1996.

INGHAM, Geoffrey. **The Nature of Money**. Cambridge: Polity Press. 2004.

INNES, A. M. (2004). What is Money? In WRAY. L. Randall. **Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes**. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar.

Institutional Learning: Emergence of Governance Through the Mediation of Social Value. In: IOSIFIDIS, G; CHARETTE, Y; LITTERA, G; TASSIULAS, L; CHRISTAKIS, N. *Network Analysis of the Sardex Community Currency*. Yale University. 2015.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

KEYNES, J.M, **A Treatise on Money (1930)**. Vol. 1. London. Editora: Macmillan.

KNAPP, G.F. **The State Theory of Money**. Clifton, NY. Editora: Augustus M. Kelley, 1973.

Kuroda, A. 2008. **Concurrent but Non-Integrable Currency Circuits: Complementary Relationships Among Monies in Modern China and Other Regions**. Financial History Review. Vol. 15. N.º 1. 17 a 36.

LANA, Toneydson Pereira. **Exclusão Financeira E Sua Relação Com A Pobreza E Desigualdade De Renda No Brasil**. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2013.

LAVOIE, Marc (2006). **Endogenous Money: Accommodationist**. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Malcolm (Org). A handbook of alternative monetary economics. Cheltenham, UK, Northampton USA.

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. **Financial Exclusion and The Shifting Boundaries of The Financial System**. Environment and Planning. A 28(7). 1150 - 1156. 1996.

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. **Geographies of Financial Exclusion: Financial Abandonment in Britain And the United States**. Transaction of the Institute of British Geographers. New Serie. N. 20. P. 312 a 41. 1995.

LITTERA, G; SARTORI, L; DINI, P; ANTONIADIS, P. **From an Idea to a Scalable Working Model: Merging Economic Benefits With Social Values in Sardex**. International Journal of Community Currency Research. Vol. 21. Winter Issue. 2017. P 6 a 21. Disponível em: <www.ijccr.net>. Acesso: 24 ago. 2017.

LOPES, J.C; ROSSETTI, J. P. **Economia Monetária**. 9ª Ed. São Paulo. Editora: Atlas. 2011.

LUCARELLI, S; GOBBI, L. **Local Clearing Unions as Stabilizers of Local Economic Systems: A Stock Flow Consistent Perspective**. Cambridge Journal of Economics. Vol. 40. Issue 5. 1. P. 1397 a 1420. September 2016.

MANN, F. K. Orientation. In: SCHUMPETER, Joseph Alois. **Treatise on Money**. Aalten. NL. Wordbridge publishing. 2014.

MARX, K. **O Capital: Crítica Da Economia Política**. Livro 1. Vol. 1. São Paulo. Editora: Difel. 1984.

MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. **Sistemas De Moeda Local: Uma Investigação Sobre Seus Potenciais a Partir do Caso do Banco Bem em Vitória/ES**. Economia e Sociedade. Campinas. Vol. 18. N.º 2. (36). 2009. P. 371 a 398.

MILLER, E. J. **Both Borrowers and Lender: Time Banks and The Aged in Japan 2008**. 315 f. Tese. Doutorado. Australian National University. 2008.

MORAES NETO, B. R. **Fordismo e Ohnoísmo: Trabalho e Tecnologia na Produção em Massa**. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas. São Paulo, SP. Vol. 28. N 2º. 1998. P. 317 a 349.

MORAES NETO, B. R. SILVA, F. L. G. E. **A Linha de Montagem no Final do Século**. **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 26. N.º 4. P. 45 a 46. 1986.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora: Saga. 1968.

NAKAZATO, H; HIRAMOTO, T. **An Empirical Study of The Social Effects of Community Currencies**. International Journal of Community Currency Research. Vol. 16. P. 124 a 130. 2012.

NERSISYAN, Y; WRAY, L. R. **Modern Money Theory and The Facts of Experience**. Cambridge Journal of Economics. N. 40. P. 1297 a 1316. 2016.

NETO II, João Joaquim de Melo; MAGALHÃES, Sandra. Bancos Comunitários. **Boletim Mercado de Trabalho**. IPEA. Vol. 41. 2009.

NISHIBE, Makoto. **Why Do Diversity and Differentiation of Community Currencies of Developed and Developing Countries Arise in Globalized and Deindustrialized Capitalist Economy?** In: 3rd. International Conference on Social and Complementary Currencies. Salvador. Brazil. 2015. Social Currencies in Social and Solidarity Economies: Innovations in Development.

NORTH, D. C. **Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico**. México. Fondo de Cultura Económica. 2001.

NURKSE, R. **Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico**. In A. N. AGARWALA & S.P. SINGH. Eds. *A Economia do Subdesenvolvimento*. RJ. Editora: Contraponto. 2010. P. 277 a 291.

OSTROM, E. et al. **Protecting the Commons: A Framework for Resource Management in the Americas**. Washington, DC. Island Press. 2001.

OSTROM, E. Reformulating the Commons. **Ambiente & Sociedade**. Ano V. N.º 10. 1º Semestre de 2002.

OZANNE, L. K; OZANNE, J. L. **Relational Exchange Within a Community Time Bank**. 2009. Disponível em: <<http://www.marketing.pamplin.vt.edu/facultyFolder/julieOzanne/01socialwebsite/professional/researchpapers/2009%20ANZMAC%20Relational%20Exchange%20within%20a%20Community%20Time%20bank.pdf>>. Acesso: 15 ago. 2018.

PACIONE, M. **The Other Side of the Coin: Local Currency as a Response to the Globalization of Capital**. **Regional Studies**. 33. 1999. P. 63 a 72.

PALANCO, Noemí Gonzalez. **Casa Grande del Pumarejo, Moneda Social Puma y Bienes Comunes**. Red de Moneda Social Puma. [online] 2016. Disponível em: <<https://monedasocialpuma.files.wordpress.com/2016/04/moneda-puma-y-bbcc-noemc3ad-gonzc3a1lez-palanco.pdf>>. Acesso: 10 jun. 2018.

PANTHER, J; **'It Ain't What You Do (It's the Way That You Do It)': Reciprocity, Co-Operation and Spheres of Exchange in Two Community Currency Systems in The North of England**, Tese de Doutorado, Durham Univeristy, 2012.

PANTOJA, E. **Exploring the Concept of Social Capital and its Relevance for Community-based Development: The Case of Coal Mining Areas in Orissa, India**. Social Capital Initiative, **World Bank**, Working Paper N.º 18. March 2000.

PASSOS, Luana ; WALTENBERG, Fábio. Bolsa Família E Assimetrias De Gênero: Reforço Ou Mitigação? *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2016. Vol. 33. N.º 3. P. 517 a 539.

PIERRET, D. Cercles d'échanges. **International Journal of Community Currency Cercles Vertueux De La Solidarite: Le Cas De l'Allemagne Research**. 1999.

PINHEIRO, M. M. S. **As Liberdades Humanas Como Bases Para O Desenvolvimento: Uma Análise Conceitual Da Abordagem Das Capacidades Humanas De Amartya Sen**. Texto para discussão 1794. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Rio de Janeiro. Editora: Ipea. 2012.

POLANYI, Karl. **The economy as Instituted Process**. in K. Polanyi, C. M. Arensberg and H. W. Pearson (eds). Trade and market in the Early Empire. Economies in History and Theory. (1957). Free Press. New York. P. 243 - 270. <http://web.mit.edu/arnico/Public/PristaDocs/Polanyi%20readings.pdf>>. Acesso: 10 set. 2018.

POLANYI, Karl. **A Subsistência Do Homem E Ensaios Correlatos**. Rio de Janeiro. Editora: Contraponto. 2012.

PRADO, C. M. **Our Money: Our Place Exploring ‘Puma Lets As A Micro-Political Tool In The Context Of Economic Crisis**. 2014. 72 f. Dissertação (Mestrado em Development Studies). International Institute of Social Studies. Erasmus University of Rotterdam. Haia. 2014.

PUTNAM, R. D. **Social Capital and Public Affairs**. Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences. Vol. 47. N.º 8. May 1994. P. 5 a 19.

RADDON, Mary-Beth. **Community and Money: Caring, Gift-Giving, and Women in a Social Economy**. Montreal. Editora: Black Rose Books. 2003.

REALFONZO, R. **French Circuit Theory**. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Malcolm (org). A Handbook of Alternative Monetary Economics. Cheltenham, UK. Northampton USA. 2006. P. 105 a 120.

REID, C.; SALMEN, L. **Understanding Social Capital. Agricultural Extension in Mali: Trust and Social Cohesion**. Social Capital Initiative. World Bank. Working Paper N.º 22. June 2000.

REYES, J. C. **Las Monedas Sociales: Del Intercambio Racional Al Intercambio Razonable**. Hacia la reconstrucción de la reciprocidad y la deuda. 2013. 66 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Facultad de Geografía e Historia. Universidad de Sevilla. Sevilla. 2013.

RIBEIRO, A. C; MAROUVO, C. C. **O Papel da Moeda no Processo de Desenvolvimento Econômico Regional**. In: XVI Encontro Regional de Economia. 2011. Fortaleza. XVI Encontro Regional de Economia. 2011.

RIGO, Ariadne Scalfoni. **Moedas Sociais E Bancos Comunitários No Brasil: Aplicações E Implicações, Teóricas E Práticas**. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

RIZETO, Luiz. **Empresas de Trabajadores y Economía de Mercado**. Santiago. Editora: Ediciones PET. 1984.

ROCHON, Louis-Philippe. **On Money and Endogenous Money: Post-Keynesian And Circulation Approaches**. In: ROCHON, L. P.; ROSSI, S. *Modern Theories of Money: The Nature and Role of Money in Capitalist Economies*. Northampton. Editora: Elgar. 2003.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. **Problemas de Industrialização da Europa do Leste de do Sudeste**. In A.N. AGARWALA & S.P. SINGH, Eds. **A Economia do Subdesenvolvimento**. RJ. Editora: Contraponto. 2010. P. 265 a 275.

ROSSETTI, J. P. e LOPES, J.C. **Economia Monetária**. 9ª Ed. São Paulo. Editora: Atlas. 2002.

ROSTOW, Walt W. *Etapas Do Desenvolvimento Econômico: Um Manifesto Não-comunista*. 1964. RJ. Editora: Zahar.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro. Editora: Francisco Alves. 1979.

Sartori, L and Dini, P. **From Complementary Currency to Institution: A Micro-Macro Case Study of the Sardex Mutual Credit System**. 2016. *Stato e Mercato*. 107. P. 273 a 304.

SCHRAVEN, J. **The Economics of Community Currencies: A Theoretical Perspective**. Unpublished Honours Thesis-Oxford University, 2001b. Disponível em: <www.jorim.nl/economicscommunitycurrencies.html>. Acesso: 10 set. 2014.

SCHRAVEN, J. **The Economics of Local Exchange and Trading Systems: A Theoretical Perspective**. *International Journal of Community Currency Research*, Vol. 4. 2000. Disponível em: <www.geog.le.ac.uk/ijccr/>. Acesso: 11 ago. 2018.

SCHROEDER, R. F. H; MIYAZAKI, Y; FARE, M. **Community Currency Research: An Analysis of the Literature**. *International Journal of Community Currency Research*. Vol. 15 (A). 2011. P. 31 a 41.

SCHUMPETER, A. J. **Teoria Do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Editora: Nova Cultural. 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Treatise on Money**. Aalten. NL: Wordbridge publishing. 2014.

SEN. Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. SP. Editora: Companhia das Letras. 2000.

SEYFANG, G. Time banks: **Rewarding Community Self-Help in the Inner City?** Community Development Journal. Vol. 39 N.º 1. P. 62 a 71. January 2004.

SEYFANG, Gill. **Community Currencies and Social Inclusion: A Critical Evaluation.** 2005. CSERGE Working Paper. EDM 05 a 09.

SEYFANG, Gill. **Time Banks and The Social Economy: Exploring the UK Policy Context.** Centre for Social and Economic Research on the Global Environment. School of Environmental Sciences. University of East Anglia. Norwich, UK. Working Paper EDM 06-01. 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. **Finanças, Consumo E Circuitos Da Economia Urbana Na Cidade De São Paulo.** Caderno CRH. Salvador. Vol. 22. N.º 55. P. 65 a 76. jan./abr. 2009.

SINGER, P. **Finanças Solidárias e Moeda Social.** In: FELTRIM, L. E; VENTURA, E. C. F; DODL, A. V. B. (Coord.). Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário.** Revista Estudos Avançados. Vol. 18. N.º 51. P. 7 a 22. [online]. 2004.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo.** In: Revista Proposta. Ano 26. N.º 72. SP. Editora: FASE. 1997.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: Um Modo de Produção e de Distribuição.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. Et al. Economia Solidária No Brasil: A Autogestão Como Resposta Ao Desemprego. São Paulo: Contexto. 2000.

SMITHIN, John. **Credit Creation, The Monetary Circuit and the Formal Validity of Money.** In: ROCHON, Louis-Philippe; SCARECCIA, Mario (org). Monetary Economies of Production: Banking and Financial Circuits and the Role of the State. Northampton, USA. Editora: Edward Elgar. 2013.

SOARES, Cláudia L.B. **Moeda Social.** In: CATTANI, Antonio D. Et al. Dicionário Internacional Da Outra Economia. 1ª Ed. Coimbra. Edições Almedina. 2009. P. 255 a 259.

SOUZA, H. P. B. **Desregulamentação Financeira, Concentração Bancária e Exclusão Financeira no Brasil na Década de 1990.** In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica. 2015. Vitória, ES. Anais XI ABPHE. 2015. P. 1 a 16.

SOUZA, H. P. B; FERNANDEZ, R, G. **Moedas Sociais E Desenvolvimento: Uma Discussão Teórica.** In: Salvador, BA. 3rd International Conference on Social and Complementary Currencies. 2015. P. 1 a 17.

STÖHR, W; TODTLING, F. **Spatial Equity - Some Anti-Theses to Current Regional Development Doctrine**. Papers of the Regional Science Association. 38. P. 33 a 54. 1978.

TADA, G; ARAUJO, E. C. **Crédito, Moeda e Desenvolvimento Regional à Luz da Teoria Pós-Keynesiana da Não-Neutralidade da Moeda**. In: XIV Encontro De Economia Da Região Sul ANPEC Sul. 2011. Florianópolis - Santa Catarina. Anais do XIV Encontro De Economia Da Região Sul ANPEC Sul. 2011.

TAUILE, José Ricardo. **Do Socialismo De Mercado À Economia Solidária**. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro. P. 107 a 122. jan./jun. 2002.

TERRA, F. H. B; ARESTIS, P. **Monetary Policy in the Post Keynesian Theoretical Framework**. Revista de Economia Política. São Paulo. Vol. 37. N.º 1. P. 45 a 64. Mar. 2017.

THÉRET, Bruno. **Os Três Estados Da Moeda: Abordagem Interdisciplinar Do Fato Monetário**. Econ. soc. Abr. 2008. Vol. 17. N.º 1. P. 1 a 28.

THORNE, L. **Local Exchange and Trading Systems in the UK: A Case of Re-embedding?** Environment and Planning A. 28(8). 1361 a 1376. 1996.

TIMOIGNE, Éric; WRAY, L Randall. **Money: na Alternative Story**. 2006. In: ARESTIS, Phillips; SAWYER, Malcolm (org). A handbook of alternative monetary economics. Cheltenham, UK. Northampton USA.

TRIGO, J. **Bancos de Tiempo de Nueva Generación**. Bancos de Tiempo 2.0. 2012. Disponível em: <http://www.bdtonline.org/wiki/images/c/c0/Libro_banco_del_tiempo_2.0.pdf>. Acesso: 30 jun. 2018.

Wagner, A. **Three Extracts on Public Finance**. 1883. Translated and Reprinted. In: R. A. Musgrave and A. T. Peacock (eds). Classics in the Theory of Public Finance. London: Macmillan. 1958.

WOOLCOCK, M. **Social Capital and Economic Development: Toward A Theoretical Synthesis and Policy Framework**. Theory and Society. 27. 1998. P. 151 a 208.

WRAY, L. R. Conclusion: **The Credit Money and State Money Approaches**. In: WRAY, L. Randall. Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA. Editora: Edward Elgar. 2004.

WRAY, L. R. State Money. **International Journal of Political Economy**. Vol. 32. N.º 3, P. 23 a 40. 2002.

YUKI, T. Reconsiderando a Crítica de Gesell Sobre a Teoria do Capital de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. N.º 40. fev./mai. 2015. P. 134 a 157.

ZELIZER, V. A. **The Social Meaning of Money: "Special Monies"**. American Journal of Sociology, Vol. 95. N.º 2. P. 342 a 377. Sep. 1989.

ZELIZER, V. A. **Economic Lives: How Culture Shapes the Economy**. New Jersey. Editora: Princeton University Press. 2011.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA LA TURUTA - SOMENTE PESSOAS FÍSICAS

GÊNERO:

MARCAR APENAS UMA OVAL.

- ☐ Femenino
- ☐ Masculino
- ☐ LGBT
- ☐ Prefiero no decirlo

¿DESDE CUANDO PARTICIPA DE LA MONEDA LOCAL?

MARCAR APENAS UNA OVAL.

- ☐ Más de 5 años
- ☐ Entre 3 y 5 años
- ☐ Entre 1 y 3 años
- ☐ Menos de 1 año

¿CUAL ES SU NIVEL DE EDUCACIÓN?

MARCAR APENAS UNA OVAL.

- ☐ Educación primaria
- ☐ Educación secundaria
- ☐ Formación profesional
- ☐ Educación superior
- ☐ Postgrado

¿QUÉ TE MOTIVA A PARTICIPAR DE LA MONEDA TURUTA (SE PUEDE ELIGIR HASTA 3 RESPUESTAS)? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- ☐ La oportunidad de estar más activo(a) en mi comunidad.
- ☐ Hacer amigos y/o aumentar mis lazos con mis vecinos.
- ☐ Hacer algo para mejorar mi comunidad, barrio o ciudad.
- ☐ Buscar la oportunidad de emprender (pasar a producir algo nuevo para comercialarlo en la economía local)
- ☐ Puedo aumentar las ventas de mi comercio con la moneda local.

SELECCIONE LA CATEGORÍA EN LA QUE SE AJUSTA:

MARCAR APENAS UNA OVAL.

- ☐ Desempleado(a)/empleo ocasional
- ☐ Amo (a) de casa
- ☐ Jubilado (a)
- ☐ Tengo empleo formal/soy autónomo(a)

¿CUAL ES SU NIVEL DE INGRESOS ANUALES?

MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Hasta 10 mil euros.
- Entre 10 mil y 20 mil euros.
- Entre 20 mil y 30 mil euros.
- Entre 30 mil y 40 mil euros.
- Entre 40 mil y 50 mil euros.
- Entre 50 mil y 60 mil euros.
- Más de 60 mil euros.

¿QUÉ PORCENTAJE DE SUS INGRESOS SE GASTA EN LA MONEDA LOCAL?
 MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Menos de 10%
- Entre 10% y 20%
- Entre 20% y 30%
- Entre 30% y 40%
- Más de 40%

¿QUÉ CANTIDAD (PORCENTAJE) DE SUS VENTAS/PRODUCCIÓN/SERVICIOS SON
 EN MONEDA LOCAL?
 MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Menos de 10%
- Entre 10% y 20%
- Entre 20% y 30%
- Entre 30% y 40%
- Más de 40%

¿SE HA DADO CUENTA DE UN AUMENTO EN SU PODER DE COMPRA TRÁS
 UNIRSE AL SISTEMA DE MONEDA LOCAL? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- No
- Sí, menos de 10%
- Sí, entre 10% y 20%
- Sí, entre 20% y 30%
- Sí, entre 30% y 40%
- Sí, más de 40%

¿CREE USTED QUE LA MONEDA TURUTA PERMITIÓ UN AUMENTO EN SU BASE
 DE CLIENTES O RED DE PERSONAS QUE A MENUDO DEMANDAN SU
 PRODUCTO/SERVICIO? ELIJA EN UNA ESCALA DE 1 A 5. MARCAR APENAS UNA
 OVAL.

1	2	3	4	5
Ningún aumento				Gran aumento

¿CREE QUE, CON LA INTRODUCCIÓN DE LA MONEDA LOCAL, PASÓ A SUSTITUIR
 PRODUCTOS O SERVICIOS QUE ANTES COMPRABA DE GRANDES

CADENAS/PROVEEDORES EXTERNOS POR PRODUCTOS/SERVICIOS DEL COMERCIO LOCAL? EN CASO AFIRMATIVO, ESTIME UN PORCENTAJE. MARCAR APENAS UNA OVAL.

- No
- Sí, menos de 10%
- Sí, entre 10% e 20%
- Sí, entre 20% e 30%
- Sí, entre 30% e 40%
- Sí, más de 40%

DENTRO DEL CIRCUITO DE LA TURUTA, ¿EJERCE MÁS DE UN TIPO DE ACTIVIDAD ECONÓMICA? (EJEMPLO: HAGO ARETSANÍAS Y TAMBIÉN AYUDO A ORGANIZAR PROYECTOS, O SEA, TENER 2 NEGOCIOS O MÁS) MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No

ELIJA EN EL MÁXIMO 3 ACTIVIDADES PRINCIPALES EN LAS CUALES ACTUA COMO OFERENTE DE BIENES O SERVICIOS EN MONEDA TURUTA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Artesanías
- Actividades de organización/administración de la moneda local
- Servicios de informática
- Producción agrícola y insumos (harinas, aceites, granos etc)
- Comercio de alimentos
- Servicios de reparo en general (hogar y utensilios)
- Servicios de estética y belleza
- Apoyo a la vecindad (cuidado de mayores o niños, transporte, deportes, cuidado a animales domésticos, apoyo psicológico y otros)
- Limpieza
- Educación
- Comunicación
- Artes/design
- Máquinas y bienes de capital
- Electrodomésticos
- Ordenadores, móviles y similares
- Automóviles
- Calzados y vestimenta
- Farmacia y perfumería
- Herramientas y piezas
- Material de construcción
- Ocio
- Otros

AHORA, POR FAVOR, ELIJA EN EL MÁXIMO 3 TIPOS DE BIENES Y SERVICIOS QUE MÁS BUSCA COMO DEMANDANTE EN MONEDA LOCAL. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Insumos basicos de alimentación (harinas, aceites, granos, hortifrutigranjeros y otros)
- Alimentos y comidas
- Servicios de reparos para mi hogar o tienda
- Servicios de estetica y belleza
- Servicios de informatica
- Educación
- Limpieza
- Apoyo a la vecindad (cuidado de mayores o niños, transporte, deportes, cuidado a animales domesticos, apoyo psicológico y otros)
- Producción artesanal
- Comunicación
- Artes/design
- Máquinas y bienes de capital
- Electrodomésticos
- Ordenadores, moviles y similares
- Automóviles
- Calzados y vestimenta
- Farmacia y perfumería
- Material de construcción
- Ocio
- Otros

¿A MENUDO PREFIERE COMPRAR BIENES Y SERVICIOS DE TIENDAS EN LUGAR DE PARTICULARES?

MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No
- Indiferente

ELIJA CUÁNTAS ALTERNATIVAS QUIERA SOBRE SU PERFIL ECONÓMICO EN EL CIRCUITO DE LA MONEDA TURUTA.

MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Compro productos en euros y los revendo (al menos una parte) en Turutas
- Parte de mis existencias paradas pasaron a ser vendidas gracias a la moneda Turuta
- Ofrezco productos de segunda mano a cambio de Turutas
- Pasé a producir yo mismo bienes o servicios para cambiarlos por Turutas
- Empezé a reciclar materiales y reaprovecharlos para venderlos por Turutas
- Ninguna de las alternativas

¿CON QUÉ FRECUENCIA REALIZA TRANSACCIONES EN TURUTAS?

MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Semanalmente
- Una vez al mes
- Una vez a cada 2 meses
- Una vez a cada 3 meses
- Una vez a cada 6 meses

¿SE QUEDA MUCHO TIEMPO SIN VENDER SUS PRODUCTOS O SERVICIOS EN MONEDA LOCAL?
 MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No

SI HA CONTESTADO "SÍ" EN LA ULTIMA CUESTIÓN, ESCRIBA CUÁL (O CUÁLES) SON LOS PRODUCTOS O SERVICIOS QUE VENDE. ¿USTED PERMANECE A MENUDO UN PERÍODO CONSIDERABLE QUE TIENE EXCEDENTE DE LOS CRÉDITOS DE MONEDA LOCAL DEBIDO A POCAS OPCIONES DE LA COMPRA? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No

SI HA CONTESTADO "SÍ" EN LA ULTIMA CUESTIÓN, ESCRIBA CUÁL (O CUÁLES) SON LOS PRODUCTOS O SERVICIOS QUE USTED SUELE COMPRAR. ¿CON QUE FACILIDAD, DENTRO DEL CIRCUITO DE LA MONEDA TURUTA, ENCUENTRA LOS BIENES Y SERVICIOS QUE BUSCA? MARCAR APENAS UNA OVAL.

1	2	3	4	5
Con poca facilidad				Con mucha facilidad

¿COMO HACE PARA BUSCAR BIENES O SERVICIOS DENTRO DEL CIRCUITO DE LA MONEDA LOCAL (ELIJA CUÁNTAS QUIERA)? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- En el sitio online
- A partir de informaciones de mis amigos y vecinos
- Me mantengo informado(a) al participar de reuniones, asambleas y otros eventos de la moneda social.
- Mirando a los carteles de las tiendas

¿HA HABIDO AUMENTO DE SU PRODUCCIÓN/VENTA/SERVICIO DESDE QUE HA INGRESADO EN LA MONEDA TURUTA? ELIJA EL PORCENTAJE ESTIMADO. MARCAR APENAS UNA OVAL.

- No
- Menos de 10%
- Entre 10% y 20%
- Entre 20% y 30%
- Entre 30% y 40%
- Más de 40%

¿HA EMPEZADO OTRO TIPO DE PRODUCCIÓN/ACTIVIDAD/SERVICIO EN CONSECUENCIA A SU ENTRADA EN LA MONEDA SOCIAL? (EJEMPLO: SOY MÉDICO, PERO DESDE QUE SE HA CREADO LA MONEDA EM MI BARRIO, HE

EMPEZADO A DAR CLASES DE GUITARRA EN CAMBIO DE MONEDA SOCIAL. ESTO TAMBIÉN VALE PARA TIENDAS QUE PUEDAN HABER CREADO NUEVOS TIPOS DE PRODUCTOS O SERVICIOS TRÁS PARTICIPAREN DE LA MONEDA SOCIAL) MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No

ESCRIBA AQUI LOS PRODUCTOS/ACTIVIDADES/SERVICIOS DE LA CUESTIÓN ANTERIOR. CUANTO A SUS SENTIMIENTOS Y VALORES, MARQUE EN EL MAXIMO 3 CASILLAS CON CARACTERISTICAS QUE LE HAN SURGIDO O CRECIDO EN RAZÓN DE LA PARTICIPACIÓN EN LA MONEDA TURUTA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Autoconfianza
- Igualdade de género
- Conciencia politica
- Conciencia ambiental
- Confianza en otras personas
- Participación en grupos y redes
- Participación comunitaria
- Felicidade
- Ninguna de las anteriores

POR FIN, DEJE AQUÍ UNA LÍNEA DE COMENTÁRIO SOBRE LOS PROBLEMAS Y DESAFIOS QUE LA MONEDA LOCAL DE SU COMUNIDAD LE MUESTRA Y OTRA PARA LAS CARACTERISTICAS QUE LE PARECEN MÁS POSITIVAS.

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA SARDEX - SOMENTE PESSOAS FÍSICAS

GENERE: *

MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Femminile
- Maschile
- LGBT
- Preferisco non divulgare

DA QUANTO TEMPO SEI ISCRITTO A SARDEX? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Più di 5 anni
- Tra i 3 ei 5 anni
- Tra i 1 ei 3 anni
- meno di 1 anno

QUAL È IL TUO LIVELLO DI ISTRUZIONE? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- licenza elementare
- licenza media
- diploma o istituto tecnico/professionale
- laurea
- dottorato

COSA TI SPINGE A PARTECIPARE ALLA SARDEX (SCEGLIERE FINO A 3 RISPOSTE)
MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- L'opportunità di essere più attivi nella mia comunità
- Fare amici e rafforzare i legami con i miei vicini / comunità / città
- La possibilità di fare qualcosa per migliorare la mia comunità e la società in generale
- Per cercare opportunità commerciali (creazione di nuove offerte, servizi, miglioramento delle mie capacità ecc.)
- La possibilità di aumentare le mie vendite del mio negozio o di altre attività

QUAL È IL REDDITO ANNUALE DELLA TUA AZIENDA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Fino a 100 mila
- Tra 100 e 300 mila
- Tra 300 e 500 mila
- Tra 500 e 1 milione
- Tra 1 e 2 milioni
- Tra 2 e 10 milioni
- Più di 10 milioni

QUAL È IL NUMERO DIPENDENTI DELLA TUA AZIENDA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Meno di 10
- Meno di 50
- Meno di 250
- Più di 250

QUALE PERCENTUALE DEL TUO REDDITO VIENE SPESA IN SARDEX? (STIMA APPROSSIMATIVA) MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Meno di 10%
- Tra 10% e 20%
- Tra 20% e 30%
- Tra 30% e 40%
- Più di 40%

QUANTO (PERCENTUALE) DELLE VENDITE / PRODUZIONE / SERVIZI SONO IN SARDEX? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Meno di 10%
- Tra 10% e 20%
- Tra 20% e 30%
- Tra 30% e 40%
- Più del 40%

HAI NOTATO UN AUMENTO DELLE ENTRATE DOPO L'ACCESSO AL SISTEMA SARDEX? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- No
- Meno di 10%
- Tra il 10% e il 20%
- Tra il 20% e il 30%
- Tra il 30% e il 40%
- Più del 40%

PENSI CHE SARDEX HA PERMESSO UN AUMENTO DELLA TUA BASE CLIENTI O DELLA TUA RETE DI MEMBRI CHE SPESSO INTRAPRENDONO TRANSAZIONI CON TE? (SCEGLI UNA SCALA DA 1 A 5)
MARCAR APENAS UMA OVAL.

1	2	3	4	5
Nessun aumento				Grande aumento

LA TUA PARTECIPAZIONE ALLA SARDEX TI HA PERMESSO DI ASSUMERE PIÙ LAVORATORI? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- No
- Sì, meno di 10 lavoratori
- Sì, tra 10 e 20 lavoratori
- Sì, tra 20 e 30 lavoratori
- Sì, tra 30 e 40 lavoratori
- Sì, più di 40 lavoratori

PENSI CHE, CON L'INTRODUZIONE DEL SISTEMA SARDEX, HAI INIZIATO A SOSTITUIRE PRODOTTI O SERVIZI GIÀ ACQUISTATI DA GRANDI CATENE / FORNITORI ESTERNI PER PRODOTTI / SERVIZI COMMERCIALI LOCALI? SE SÌ, STIMARE UNA PERCENTUALE.
 MARCAR APENAS UMA OVAL.

- No
- Sì, meno del 10%
- Tra il 10% e il 20%
- Tra il 20% e il 30%
- Tra il 30% e il 40%
- Più di 40%

ESERCITI PIÙ DI UN TIPO DI ATTIVITÀ ALL'INTERNO DEL CIRCUITO SARDEX? (PER ESEMPIO, INSEGNO LINGUE MA OFFRO ANCHE UN SERVIZIO DI TRASPORTO, QUINDI ESERCITO DUE ATTIVITÀ) MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Sì
- No

ORA, SCEGLIERE UN MASSIMO DI TRE TIPI DI PRODOTTI E SERVIZI CHE SI OFFRONO PER LA MAGGIOR PARTE COME OFFERENTE SARDEX. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Artigianato
- Consulenza e supporto ad altri iscritti nell'uso di Sardex
- Servizi di tecnologia dell'informazione
- Produzione agricola e Ingressi alimentari di base (farine, oli, cereali, frutta e verdura e altri)
- Alimenti
- Servizi di riparazione in generale (casa e utensili)
- Servizi di estetica e bellezza
- Supporto alla vicinanza (cura degli anziani o dei bambini, trasporti, sport, cura degli animali domestici, supporto psicologico e altri)
- Pulizia
- Educazione
- Comunicazione
- Arte / Design
- Macchine e beni strumentali
- Elettrodomestici
- Computer, telefoni cellulari e simili
- Automobili
- Scarpe e abbigliamento

- Farmacia e profumeria
- Attrezzi e parti
- materiali da costruzione
- Attività ricreative
- Altri

ORA, SCEGLIERE AL MASSIMO 3 TIPI DI BENI E SERVIZI CHE STAI CERCANDO E VORRESTI ACQUISTARE IN SARDEX. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Produzione agricola e Ingressi alimentari di base (farine, oli, cereali, frutta e verdura e altri)
- Alimenti
- Servizi di riparazione in generale (casa e utensili)
- Servizi di estetica e bellezza
- Servizi di tecnologia dell'informazione
- Educazione
- Pulizia
- Supporto alla vicinanza (cura degli anziani o dei bambini, trasporti, sport, cura degli animali domestici, supporto psicologico e altri)
- Artigianato
- Educazione
- Comunicazione
- Arte / Design
- Macchine e beni strumentali
- Elettrodomestici
- Computer, telefoni cellulari e simili
- Automobili
- Scarpe e abbigliamento
- Farmacia e profumeria
- Attrezzi e parti
- materiali da costruzione
- Attività ricreative
- Altri

INFORMAZIONI SUL PROFILO ECONOMICO IN SARDEX. SPUNTARE TUTTE LE OPZIONI CHE SI RITIENE OPPORTUNO. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- compro prodotti in Euro e li rivendo in Sardex
- LaSardex mi ha dato l'opportunità di vendere una parte delle mie scorte rimanenti
- Offro i prodotti di seconda mano in cambio di Sardex
- Ho avviato un'attività commerciale appositamente per entrare nel circuito ed utilizzare Sardex
- Ho cominciato a riciclare i materiali e riutilizzarli per venderli in cambio di Sardex
- Nessuna delle alternative

CON QUALE FREQUENZA UTILIZZI SARDEX? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- ogni settimana
- Una volta al mese
- Una volta ogni due mesi

- Una volta ogni 3 mesi
- Una volta ogni sei mesi in

TI CAPITA DI NON FARE VENDITE IN SARDEX ANCHE PER LUNGHI PERIODI DI TEMPO? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Sì
- No

SE HAI RISPOSTO "SÌ" ALLA DOMANDA PRECEDENTE, SCRIVERE CHE TIPO DI PRODOTTI O SERVIZI OFFRI. TI CAPITA SPESSO DI AVERE UNA QUANTITÀ CONSIDEREVOLE DI SARDEX NEL TUO CONTO PERCHÉ NON RIESCI A SPENDERLI PER LUNGHI PERIODI DI TEMPO? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Sì
- No

SE HAI RISPOSTO "SÌ" ALLA DOMANDA PRECEDENTE, SCRIVERE CHE TIPO DI PRODOTTI O SERVIZI OFFRI CON QUANTA FACILITÀ TROVI I BENI E SERVIZI CHE CERCHI NEL CIRCUITO? MARCAR APENAS UMA OVAL.

1	2	3	4	5
Nessun aumento				Grande aumento

COME CERCHI BENI E SERVIZI ALL'INTERNO DEL CIRCUITO? (SCEGLIERE TUTTE LE OPZIONI CHE SI RITIENE OPPORTUNO) MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Sito web
- Ottengo informazioni dai miei amici e vicini
- Mi tengo informato quando partecipo a riunioni, assemblee e altri eventi de Sardex
- Guardando manifesti e annunci nei negozi

HA AUMENTATO LA TUA PRODUZIONE / VENDITA / SERVIZIO DA QUANDO SEI ENTRATO NELLA SARDEX? SCEGLI LA PERCENTUALE STIMATA. MARCAR APENAS UMA OVAL.

- No
- Meno del 10%
- Tra il 10% e il 20%
- Tra il 20% e il 30%
- Tra il 30% e il 40%
- Più di 40%

HAI AVVIATO UN NUOVO TIPO DI PRODUZIONE/ ATTIVITÀ / SERVIZIO COME CONSEGUENZA DELLA TUA ENTRATA IN SARDEX? (ESEMPIO: SONO UN MEDICO, MA DATO CHE LA MONETA COMPLEMENTARE È STATA INTRODOLTA NELLA MIA ZONA, HO INIZIATO A DARE LEZIONI DI CHITARRA IN CAMBIO DI

SARDEX. QUESTO VALE ANCHE PER I NEGOZI CHE POTREBBERO AVER CREATO NUOVI TIPI DI PRODOTTI O SERVIZI DOPO AVER PARTECIPATO A SARDEX). MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Sí
- No

SCRIVI QUI I PRODOTTI / ATTIVITÀ / SERVIZI DELLA DOMANDA PRECEDENTE. PER QUANTO RIGUARDA I TUOI SENTIMENTI E VALORI, SCEGLI FINO A 3 OPZIONI CON CARATTERISTICHE CHE SONO SORTE O CRESCIUTE A CAUSA DELLA TUA PARTECIPAZIONE A SARDEX. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Fiducia in se stessi
- L'uguaglianza di genere
- coscienza politica
- coscienza ambientale
- La fiducia nelle altre persone
- La partecipazione a gruppi e reti
- La partecipazione della Comunità
- felicità
- nessuno

INFINE, SCRIVERE UNA RIGA DI COMMENTO SUI PROBLEMI E LE SFIDE CHE VI PRESENTA SARDEX E UN ALTRO PER LE CARATTERISTICHE CHE SEMBRANO PIÙ POSITIVE.

ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA MUMBUCA - SOMENTE PESSOAS FÍSICAS

GÊNERO:

MARCAR APENAS UMA OVAL.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ LGBT
- ☐ Prefiro não dizer

DESDE QUANDO PARTICIPA/UTILIZA DA MOEDA LOCAL? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- ☐ Mais de 5 anos
- ☐ Entre 3 e 5 anos
- ☐ Entre 1 e 3 anos
- ☐ Menos de 1 ano

QUAL É O SEU NÍVEL DE EDUCAÇÃO? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- ☐ Ensino primário
- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino técnico
- ☐ Ensino superior
- ☐ Pós-graduação

O QUE TE MOTIVA A PARTICIPAR DA MOEDA MUMBUCA (ESCOLHA ATÉ 3 RESPOSTAS)? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- ☐ A oportunidade de participar mais da vida do meu bairro/comunidade/cidade
- ☐ Fazer amigos e aumentar meus laços com a vizinhança
- ☐ Fazer algo para melhorar meu bairro/comunidade/cidade
- ☐ Buscar a oportunidade de empreender (passar a produzir algo novo para comercializá-lo na economia local)
- ☐ A possibilidade de aumento das minhas vendas em moeda local

SELECIONE A CATEGORIA EM QUE SE AJUSTA: MARCAR APENAS UMA OVAL.

- ☐ Desempregado(a)/Emprego ocasional
- ☐ Dono(a) de casa
- ☐ Aposentado(a)
- ☐ Tenho emprego formal/Sou autônomo

QUAL É O SEU RENDIMENTO MENSAL (APROXIMADAMENTE). MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Até meio salário mínimo
- Entre meio e 1 salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos.
- Entre 2 e 3 salários mínimos
- Entre 3 e 5 salários mínimos
- Entre 5 e 10 salários mínimos
- Entre 10 e 20 salários mínimos
- Mais de 20 salários mínimos

QUAL PARCELA DE SUA RENDA É UTILIZADA EM MOEDA MUMBUCA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Menos de 10%
- Entre 10% e 20%
- Entre 20% e 30%
- Entre 30% e 40%
- Mais de 40%

VOCÊ PÔDE PERCEBER UM AUMENTO EM SEU PODER DE COMPRA APÓS A ENTRADA DA MOEDA MUMBUCA EM CENA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Não
- Sim, menos de 10%
- Sim, entre 10% e 20%
- Sim, entre 20 e 30%
- Sim, entre 30 e 40%
- Sim, mais de 40%

VOCÊ ACREDITA QUE, COM A ENTRADA DA MOEDA MUMBUCA, VOCÊ PASSOU A SUBSTITUIR PRODUTOS QUE ANTES ERAM COMPRADOS EM GRANDES SUPERMERCADOS/SHOPPINGS CENTERS/GRANDES LOJAS POR PRODUTOS DO COMÉRCIO LOCAL DO SEU BAIRRO OU CIDADE? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Não
- Sim, menos de 10%
- Sim, entre 10% e 20%
- Sim, entre 20% e 30%
- Sim, entre 30% e 40%
- Sim, mais de 40%

POR FAVOR, ESCOLHA NO MÁXIMO 3 TIPOS DE BENS OU SERVIÇOS QUE VOCÊ MAIS CONSOME COM O CARTÃO MUMBUCA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Iten alimentícios
- Refeições em restaurantes
- Serviços de reparo para o meu lar
- Serviços de estética e beleza
- Serviços de informática
- Serviços de Educação
- Serviços de limpeza

- Assistência de vizinhança (cuidado de crianças ou idosos, transporte, esportes, cuidados de animais de estimação, apoio psicológico e outros)
- Produtos artesanais
- Serviços de comunicação
- Serviços de artes e design
- Máquinas e equipamentos
- Eletrodomésticos
- Computadores, celulares e afins
- Automóveis
- Calçados e vestuário
- Farmácia e perfumaria
- Material de construção
- Lazer, cultura e diversão
- Outros

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ USA A MOEDA MUMBUCA PARA FAZER COMPRAS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Semanalmente
- Uma vez ao mês
- Uma vez a cada dois meses
- Uma vez a cada três meses
- Uma vez a cada 6 meses

VOCÊ FICA MUITO TEMPO COM SALDOS DE MOEDA MUMBUCA EM EXCESSO PELA FALTA DE OPÇÕES DE COMPRA DISPONÍVEIS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Sim
- Não

SE RESPONDEU "SIM" NA QUESTÃO ANTERIOR, POR FAVOR INFORME QUAIS BENS E SERVIÇOS VOCÊ GERALMENTE COMPRA COM MOEDA MUMBUCA. COM QUE FACILIDADE VOCÊ ENCONTRA PRODUTOS DISPONÍVEIS PARA SEREM COMPRADOS EM MUMBUCAS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

1	2	3	4	5
Com pouca facilidade				Com muita facilidade

COMO VOCÊ FAZ PARA SABER EM QUAIS LOCAIS SE ACEITAM MUMBUCAS? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Pelo site do Banco Mumbuca
- A partir de informações de meus amigos e vizinhos
- Participando de reuniões, assembleias e visitas no banco comunitário
- Pelos anúncios nas próprias lojas

MARQUE, NO MÁXIMO, TRÊS SENTIMENTOS/VALORES QUE SURGIRAM OU SE REFORÇARAM A PARTIR DE SUA PARTICIPAÇÃO NA MOEDA MUMBUCA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Autoconfiança
- Igualdade de gênero
- Consciência política
- Consciência ambiental
- Confiança em outras pessoas
- Maior participação em grupos e redes
- Maior participação na comunidade
- Felicidade
- Maior confiança no banco comunitário
- Maior confiança na prefeitura e na própria moeda mumbuca
- Nenhuma das anteriores

FINALMENTE, DEIXE AQUI UMA LINHA DE COMENTÁRIOS SOBRE OS PROBLEMAS E OS DESAFIOS QUE A MOEDA LOCAL APARECE PARA VOCÊ E OUTRO PARA AS CARACTERÍSTICAS QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS POSITIVAS.

ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA MUMBUCA - SOMENTE EMPRESAS

PARTE SUPERIOR DO FORMULÁRIO GÊNERO: MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Feminino
- Masculino
- LGBT
- Prefiro não dizer

DESDE QUANDO PARTICIPA/UTILIZA DA MOEDA LOCAL? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Mais de 5 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 1 e 3 anos
- Menos de 1 ano

QUAL É O SEU NÍVEL DE EDUCAÇÃO (A PRINCIPAL PESSOA DA EMPRESA)? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Ensino primário
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino técnico
- Ensino superior
- Pós-graduação

O QUE TE MOTIVA A PARTICIPAR DA MOEDA MUMBUCA (ESCOLHA ATÉ 3 RESPOSTAS)? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- A oportunidade de participar mais da vida do meu bairro/comunidade/cidade
- Fazer amigos e aumentar meus laços com a vizinhança
- Fazer algo para melhorar meu bairro/comunidade/cidade
- Buscar a oportunidade de empreender (passar a produzir algo novo para comercializá-lo na economia local)
- A possibilidade de aumento das minhas vendas em moeda local

SELECIONE A CATEGORIA EM QUE SE AJUSTA: MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Indústria
- Comércio
- Serviços
- Agricultura

QUAL É A CATEGORIA DO SEU NEGÓCIO? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- MEI - Microempreendedor Individual (faturamento anual até R\$ 60 mil reais)

- Microempresa (faturamento anual até R\$ 360 mil reais)
- Empresa de pequeno porte (faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões)
- Pequeno Produtor Rural - Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões
- Média empresa (faturamento maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões)
- Grande empresa (faturamento maior que R\$ 300 milhões)

QUANTOS TRABALHADORES VOCÊ EMPREGA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Até 9 empregados
- De 10 a 49 empregados
- De 50 a 99 empregados
- 100 ou mais empregados

QUAL PARCELA DE SUAS VENDAS É RECEBIDA EM MOEDA MUMBUCA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Menos de 10%
- Entre 10% e 20%
- Entre 20% e 30%
- Entre 30% e 40%
- Mais de 40%

VOCÊ PÔDE PERCEBER UM AUMENTO EM SEU FATURAMENTO/VENDAS APÓS A ENTRADA DA MOEDA MUMBUCA EM CENA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Não
- Sim, menos de 10%
- Sim, entre 10% e 20%
- Sim, entre 20 e 30%
- Sim, entre 30 e 40%
- Sim, mais de 40%

VOCÊ ACREDITA QUE A MOEDA MUMBUCA POSSIBILITOU UM AUMENTO EM SUA BASE DE CLIENTES? MARCAR APENAS UMA OVAL.

1	2	3	4	5
Nenhum aumento				Grande aumento

A CIRCULAÇÃO DA MOEDA MUMBUCA TE POSSIBILITOU CONTRATAR NOVOS TRABALHADORES? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Não
- Sim, menos de 10 trabalhadores
- Sim, entre 10 e 20 novos trabalhadores

- Sim, entre 20 e 30 novos trabalhadores
- Sim, entre 30 e 40 novos trabalhadores

POR FAVOR, ESCOLHA NO MÁXIMO 3 TIPOS DE BENS OU SERVIÇOS QUE VOCÊ MAIS VENDE EM TROCA DE MUMBUCAS. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Itens alimentícios
- Refeições em restaurantes
- Serviços de reparo para o lar
- Serviços de estética e beleza
- Serviços de informática
- Serviços de Educação
- Serviços de limpeza
- Assistência de vizinhança (cuidado de crianças ou idosos, transporte, esportes, cuidados de animais de estimação, apoio psicológico e outros)
- Produtos artesanais
- Serviços de comunicação
- Serviços de artes e design
- Máquinas e equipamentos
- Eletrodomésticos
- Computadores, celulares e afins
- Automóveis
- Calçados e vestuário
- Farmácia e perfumaria
- Material de construção
- Lazer, cultura e diversão
- Outros

ELEJA QUANTAS ALTERNATIVAS QUISER SOBRE SUA ATUAÇÃO DENTRO DO CIRCUITO DA MOEDA MUMBUCA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Com a moeda mumbuca, passei a atuar (ou aumentar) minha atividade de revenda, ou seja, comprando produtos em reais e colocando-os à venda em mumbucas.
- Parte dos meus estoques ociosos passaram a ser vendidos graças à moeda mumbuca.
- Ofereço produtos de segunda mão em troca de moeda mumbuca
- Eu não tinha pessoa jurídica, mas montei um pequeno negócio pela oportunidade de vender uma parte do meu produto/serviço em moeda mumbuca
- Passei a reciclar mais materiais pela oportunidade de vendê-los em troca de mumbucas.
- Aumentei minha produção e minhas instalações após a entrada em circulação da moeda mumbuca.

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ REALIZA VENDAS EM MUMBUCAS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Semanalmente
- Uma vez ao mês
- Uma vez a cada dois meses
- Uma vez a cada três meses
- Uma vez a cada 6 meses

VOCÊ FICA MUITO TEMPO SEM VENDER SEU PRODUTO/SERVIÇO EM MUMBUCAS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Sim
- Não

SE RESPONDEU "SIM" NA QUESTÃO ANTERIOR, POR FAVOR INFORME QUAIS BENS E SERVIÇOS VOCÊ VENDE? HOVE AUMENTO DA SUA PRODUÇÃO/VENDA DEPOIS DA ENTRADA EM CIRCULAÇÃO DA MOEDA MUMBUCA? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Não
- Sim, menos de 10%
- Sim, entre 10% e 20%
- Sim, entre 20 e 30%
- Sim, entre 30% e 40%
- Sim, mais de 40%

VOCÊ ABRIU OUTRO NEGÓCIO OU DIVERSIFICOU AS ATIVIDADES DO SEU NEGÓCIO JÁ EXISTENTE DEPOIS DA ENTRADA DA MOEDA MUMBUCA? (EXEMPLO: PASSEI A VENDER PRODUTOS DIFERENCIADOS PARA O PÚBLICO QUE RECEBE O BENEFÍCIO EM MUMBUCAS) MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Sim
- Não

ESCREVA ABAIXO SOBRE O(S) NOVO(S) NEGÓCIO(S) OU NOVOS PRODUTOS/SERVIÇOS DA QUESTÃO ANTERIOR.

MARQUE, NO MÁXIMO, TRÊS SENTIMENTOS/VALORES QUE SURGIRAM OU SE REFORÇARAM A PARTIR DE SUA PARTICIPAÇÃO NA MOEDA MUMBUCA MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Autoconfiança
- Igualdade de gênero
- Consciência política
- Consciência ambiental
- Confiança em outras pessoas
- Maior participação em grupos e redes
- Maior participação na comunidade
- Felicidade
- Maior confiança no banco comunitário
- Maior confiança na prefeitura e na própria moeda mumbuca
- Nenhuma das anteriores

FINALMENTE, DEIXE AQUI UMA LINHA DE COMENTÁRIOS SOBRE OS PROBLEMAS E OS DESAFIOS QUE A MOEDA LOCAL APARECE PARA VOCÊ E OUTRO PARA AS CARACTERÍSTICAS QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS POSITIVAS.

ANEXO 5 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NA MOEDA PUMA

PARTE SUPERIOR DO FORMULÁRIO GÉNERO: MARCAR APENAS UMA OVAL.

- ☐ Femenino
- ☐ Masculino
- ☐ LGBT
- ☐ Prefiero no decirlo

¿DESDE CUANDO PARTICIPA DE LA MONEDA LOCAL? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- ☐ Más de 5 años
- ☐ Entre 3 y 5 años
- ☐ Entre 1 y 3 años
- ☐ Menos de 1 año

¿CUAL ES SU NIVEL DE EDUCACIÓN? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- ☐ Educación primaria
- ☐ Educación secundaria
- ☐ Formación profesional
- ☐ Educación superior
- ☐ Postgrado

¿QUÉ TE MOTIVA A PARTICIPAR DE LA MONEDA PUMA (SE PUEDE ELIGIR HASTA 3 RESPUESTAS)? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- ☐ La oportunidad de estar más activo(a) en mi comunidad.
- ☐ Hacer amigos y/o aumentar mis lazos con mis vecinos.
- ☐ Hacer algo para mejorar mi comunidad, barrio o ciudad.
- ☐ Buscar la oportunidad de emprender (pasar a producir algo nuevo para comercialarlo en la economía local)
- ☐ Puedo aumentar las ventas de mi comercio con la moneda local.

SELECCIONE LA CATEGORÍA EN LA QUE SE AJUSTA: MARCAR APENAS UNA OVAL.

- ☐ Desempleado(a)/empleo ocasional
- ☐ Amo (a) de casa
- ☐ Jubilado (a)
- ☐ Tengo empleo formal/soy autónomo(a)

¿CUAL ES SU NIVEL DE INGRESOS ANUALES? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- ☐ Hasta 10 mil euros.
- ☐ Entre 10 mil y 20 mil euros.

- Entre 20 mil y 30 mil euros.
- Entre 30 mil y 40 mil euros.
- Entre 40 mil y 50 mil euros.
- Entre 50 mil y 60 mil euros.
- Más de 60 mil euros.

¿QUÉ PORCENTAJE DE SUS INGRESOS SE GASTA EN LA MONEDA LOCAL? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Menos de 10%
- Entre 10% y 20%
- Entre 20% y 30%
- Entre 30% y 40%
- Más de 40%

¿QUÉ CANTIDAD (PORCENTAJE) DE SUS VENTAS/PRODUCCIÓN/SERVICIOS SON EN MONEDA LOCAL? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Menos de 10%
- Entre 10% y 20%
- Entre 20% y 30%
- Entre 30% y 40%
- Más de 40%

¿SE HA DADO CUENTA DE UN AUMENTO EN SU PODER DE COMPRA TRÁS UNIRSE AL SISTEMA DE MONEDA LOCAL? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- No
- Sí, menos de 10%
- Sí, entre 10% y 20%
- Sí, entre 20% y 30%
- Sí, entre 30% y 40%
- Sí, más de 40%

¿CREE USTED QUE LA MONEDA PUMA PERMITIÓ UN AUMENTO EN SU BASE DE CLIENTES O RED DE PERSONAS QUE A MENUDO DEMANDAN SU PRODUCTO/SERVICIO? ELIJA EN UNA ESCALA DE 1 A 5. MARCAR APENAS UNA OVAL.

1	2	3	4	5
Ningún aumento				Gran aumento

¿CREE QUE, CON LA INTRODUCCIÓN DE LA MONEDA LOCAL, PASÓ A SUSTITUIR PRODUCTOS O SERVICIOS QUE ANTES COMPRABA DE GRANDES CADENAS/PROVEEDORES EXTERNOS POR PRODUCTOS/SERVICIOS DEL COMERCIO LOCAL? EN CASO AFIRMATIVO, ESTIME UN PORCENTAJE. MARCAR APENAS UNA OVAL.

- No
- Sí, menos de 10%
- Sí, entre 10% e 20%
- Sí, entre 20% e 30%
- Sí, entre 30% e 40%
- Sí, más de 40%

DENTRO DEL CIRCUITO DE LA PUMA, ¿EJERCE MÁS DE UN TIPO DE ACTIVIDAD ECONÓMICA? (EJEMPLO: HAGO ARETSANÍAS Y TAMBIÉN AYUDO A ORGANIZAR PROYECTOS, O SEA, TENER 2 NEGOCIOS O MÁS) MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No

ELIJA EN EL MÁXIMO 3 ACTIVIDADES PRINCIPALES EN LAS CUALES ACTUA COMO OFERENTE DE BIENES O SERVICIOS EN MONEDA PUMA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Artesanías
- Actividades de organización/administración de la moneda local
- Servicios de informática
- Producción agrícola y insumos (harinas, aceites, granos etc)
- Comercio de alimentos
- Servicios de reparo en general (hogar y utensilios)
- Servicios de estética y belleza
- Apoyo a la vecindad (cuidado de mayores o niños, transporte, deportes, cuidado a animales domesticos, apoyo psicológico y otros)
- Limpieza
- Educación
- Comunicación
- Artes/design
- Máquinas y bienes de capital
- Electrodomésticos
- Ordenadores, moviles y similares
- Automóviles
- Calzados y vestimenta
- Farmacia y perfumería
- Herramientas y piezas
- Material de construcción
- Ocio
- Otros

AHORA, POR FAVOR, ELIJA EN EL MAXIMO 3 TIPOS DE BIENES Y SERVICIOS QUE MÁS BUSCA COMO DEMANDANTE EN MONEDA LOCAL. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Insumos basicos de alimentación (harinas, aceites, granos, hortifrutigranjeros y otros)
- Alimentos y comidas
- Servicios de reparos para mi hogar o tienda
- Servicios de estética y belleza

- Servicios de informática
- Educación
- Limpieza
- Apoyo a la vecindad (cuidado de mayores o niños, transporte, deportes, cuidado a animales domésticos, apoyo psicológico y otros)
- Producción artesanal
- Comunicación
- Artes/design
- Máquinas y bienes de capital
- Electrodomésticos
- Ordenadores, móviles y similares
- Automóviles
- Calzados y vestimenta
- Farmacia y perfumería
- Material de construcción
- Ocio
- Otros

¿A MENUDO PREFIERE COMPRAR BIENES Y SERVICIOS DE TIENDAS EN LUGAR DE PARTICULARES? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No
- Indiferente

ELIJA CUÁNTAS ALTERNATIVAS QUIERA SOBRE SU PERFIL ECONÓMICO EN EL CIRCUITO DE LA MONEDA PUMA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Compro productos en euros y los revendo (al menos una parte) en Pumas
- Parte de mis existencias paradas pasaron a ser vendidas gracias a la moneda Pumas
- Ofrezco productos de segunda mano a cambio de Pumas
- Pasé a producir yo mismo bienes o servicios para cambiarlos por Pumas
- Empezé a reciclar materiales y reaprovecharlos para venderlos por Pumas
- Ninguna de las alternativas

¿CON QUÉ FRECUENCIA REALIZA TRANSACCIONES EN PUMAS? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Semanalmente
- Una vez al mes
- Una vez a cada 2 meses
- Una vez a cada 3 meses
- Una vez a cada 6 meses

¿SE QUEDA MUCHO TIEMPO SIN VENDER SUS PRODUCTOS O SERVICIOS EN MONEDA LOCAL? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No

SI HA CONTESTADO "SÍ" EN LA ULTIMA CUESTIÓN, ESCRIBA CUÁL (O CUÁLES) SON LOS PRODUCTOS O SERVICIOS QUE VENDE. ¿USTED PERMANECE A MENUDO UN PERÍODO CONSIDERABLE QUE TIENE EXCEDENTE DE LOS CRÉDITOS DE MONEDA LOCAL DEBIDO A POCAS OPCIONES DE LA COMPRA? MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí
- No

SI HA CONTESTADO "SÍ" EN LA ULTIMA CUESTIÓN, ESCRIBA CUÁL (O CUÁLES) SON LOS PRODUCTOS O SERVICIOS QUE USTED SUELE COMPRAR. ¿CON QUE FACILIDAD, DENTRO DEL CIRCUITO DE LA MONEDA PUMA, ENCUENTRA LOS BIENES Y SERVICIOS QUE BUSCA? MARCAR APENAS UNA OVAL.

1	2	3	4	5
Con poca facilidad				Con mucha facilidad

¿COMO HACE PARA BUSCAR BIENES O SERVICIOS DENTRO DEL CIRCUITO DE LA MONEDA LOCAL (ELIJA CUÁNTAS QUIERA)? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- En el sitio online
- A partir de informaciones de mis amigos y vecinos
- Me mantengo informado(a) al participar de reuniones, asambleas y otros eventos de la moneda social.
- Mirando a los carteles de las tiendas

¿HA HABIDO AUMENTO DE SU PRODUCCIÓN/VENTA/SERVICIO DESDE QUE HA INGRESADO EN LA MONEDA PUMA? ELIJA EL PORCENTAJE ESTIMADO. MARCAR APENAS UNA OVAL.

- No
- Menos de 10%
- Entre 10% y 20%
- Entre 20% y 30%
- Entre 30% y 40%
- Más de 40%

¿HA EMPEZADO OTRO TIPO DE PRODUCCIÓN/ACTIVIDAD/SERVICIO EN CONSECUENCIA A SU ENTRADA EN LA MONEDA SOCIAL? (EJEMPLO: SOY MÉDICO, PERO DESDE QUE SE HA CREADO LA MONEDA EM MI BARRIO, HE EMPEZADO A DAR CLASES DE GUITARRA EN CAMBIO DE MONEDA SOCIAL. ESTO TAMBIÉN VALE PARA TIENDAS QUE PUEDAN HABER CREADO NUEVOS TIPOS DE PRODUCTOS O SERVICIOS TRÁS PARTICIPAREN DE LA MONEDA SOCIAL). MARCAR APENAS UNA OVAL.

- Sí

- No

ESCRIBA AQUI LOS PRODUCTOS/ACTIVIDADES/SERVICIOS DE LA CUESTIÓN ANTERIOR. CUANTO A SUS SENTIMIENTOS Y VALORES, MARQUE EN EL MAXIMO 3 CASILLAS CON CARACTERISTICAS QUE LE HAN SURGIDO O CRECIDO EN RAZÓN DE LA PARTICIPACIÓN EN LA MONEDA PUMA. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Autoconfianza
- Igualdade de género
- Conciencia politica
- Conciencia ambiental
- Confianza en otras personas
- Participación en grupos y redes
- Participación comunitaria
- Felicidade
- Ninguna de las anteriores

POR FIN, DEJE AQUÍ UNA LÍNEA DE COMENTÁRIO SOBRE LOS PROBLEMAS Y DESAFIOS QUE LA MONEDA LOCAL DE SU COMUNIDAD LE MUESTRA Y OTRA PARA LAS CARACTERISTICAS QUE LE PARECEN MÁS POSITIVAS.

ANEXO 6 - QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO NO TIMEBANK.CC

PARTE SUPERIOR DO FORMULÁRIO I IDENTIFY MY GENDER AS: MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Man
- Woman
- Other

HOW LONG HAVE YOU BEEN PARTICIPATING IN TIMEBANK.CC? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- More than 5 years
- Between 3 and 5 years
- Between 1 and 3 years
- Less than 1 year

WHAT IS YOUR EDUCATION LEVEL? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Elementary education
- Secondary education
- Professional education
- Higher education
- Postgraduate

WHAT MOTIVATES YOU TO PARTICIPATE IN TIMEBANK.CC (CHOOSE UP TO 3 ANSWERS). MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- The opportunity to be more active in my community
- Making friends and strenghtening the bonds with my neighbours/community/city
- The possibility of doing something to improve my community and society in general
- To look for business opportunities (creation of new offers, services, improving my skills etc)
- The possibility of increasing my sales of my shop or other business

WHAT IS YOUR CURRENT SITUATION IN THE JOB MARKET NOW? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Unemployed/temporary job
- Housewife or househusband
- Retired
- I have a regular job/self employed

WHAT IS YOUR ANNUAL INCOME LEVEL? (IN EUROS). MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Up to 10 thousand

- Between 10 and 20 thousand
- Between 20 and 30 thousand
- Between 30 and 40 thousand
- Between 40 and 50 thousand
- Between 50 and 60 thousand
- More than 60 thousand

WHAT PERCENTAGE OF YOUR INCOME IS SPENT IN TIME CREDITS?
(APPROXIMATE ESTIMATE) MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Less than 10%
- Between 10% and 20%
- Between 20% and 30%
- Between 30% and 40%
- Más de 40%

HOW MUCH (PERCENTAGE) OF YOUR SALES / PRODUCTION / SERVICES ARE IN
TIME CREDITS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Less than 10%
- Between 10% and 20%
- Between 20% and 30%
- Between 30% and 40%
- More than 40%

HAVE YOU NOTICED AN INCREASE IN YOUR PURCHASE POWER AFTER JOINING
THE TIME BANK SYSTEM? (CHOOSE ON A SCALE OF 1 TO 5). MARCAR APENAS
UMA OVAL.

- No
- Less than 10%
- Between 10% and 20%
- Between 20% and 30%
- Between 30% and 40%
- More than 40%

DO YOU THINK THAT THE TIME CURRENCY ALLOWED AN INCREASE IN YOUR
CUSTOMER BASE OR IN YOUR NETWORK OF MEMBERS WHO FREQUENTLY
UNDERTAKE TRANSACTIONS WITH YOU? (CHOOSE ON A SCALE OF 1 TO 5).
MARCAR APENAS UMA OVAL.

1	2	3	4	5
No increase				Big increase

DO YOU THINK THAT, WITH THE INTRODUCTION OF THE LOCAL CURRENCY,
YOU STARTED TO REPLACE PRODUCTS OR SERVICES THAT WERE PREVIOUSLY
BOUGHT FROM LARGE CHAINS/EXTERNAL SUPPLIERS FOR LOCAL TRADE

PRODUCTS/SERVICES? IF YES, ESTIMATE A PERCENTAGE. MARCAR APENAS UMA OVAL.

- No
- Yes, less than 20%
- Between 10% and 20%
- Between 20% and 30%
- Between 30% and 40%
- More than 40%

DO YOU HAVE MORE THAN ONE TYPE OF ECONOMIC ACTIVITY, WITHIN THE TIME BANK CIRCUIT? (EXAMPLE: I TEACH LANGUAGE AND ALSO OFFER TRANSPORT). MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Yes
- No

CHOOSE AT MOST 3 MAIN ACTIVITIES IN WHICH YOU ACT AS SUPPLIER OF GOODS OR SERVICES IN TIME CURRENCY. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Craftwork
- Management and organization of time bank
- IT services
- Agricultural production
- Food
- Repair services in general (home and utensils)
- Services of aesthetics and beauty
- Neighborhood support (care of elderly or children, transportation, sports, care of pets, psychological support and others)
- Cleaning
- Education
- Communication
- Art/design
- Machines and capital goods
- Home appliances
- Computers, mobile phones and similar
- Automobiles
- Shoes and clothing
- Pharmacy and perfumery
- Tools and Parts
- Building material
- Leisure
- Others

NOW, PLEASE CHOOSE AT MOST 3 TYPES OF GOODS AND SERVICES YOU ARE MOST LOOKING FOR AS A BUYER IN TIME CURRENCY. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Basic food inputs (flours, oils, grains, fruit and vegetables and others)
- Food

- Repair Services for my home or store
- Aesthetic and beauty services
- IT services
- Education services
- Cleaning services
- Neighborhood support (care of elderly or children, transportation, sports, care of pets, psychological support and others)
- Craftwork
- Other commerce
- Education
- Communication
- Art/design
- Machines and capital goods
- Home appliances
- Computers, mobile phones and similar
- Automobiles
- Shoes and clothing
- Pharmacy and perfumery
- Tools and Parts
- Building material
- Leisure
- Others

DO YOU OFTEN PREFER BUYING GOODS/SERVICES FROM STORES INSTEAD OF PRIVATE INDIVIDUALS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Yes
- No
- Indifferent

CHOOSE AS MANY ALTERNATIVES AS YOU WISH ABOUT YOUR ECONOMIC PROFILE IN THE TIME BANK NETWORK. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- I buy products in euros and then sell them in time credits
- The time bank gave me the opportunity of selling part of my remaining stocks
- I offer second hand products in exchange for time currency
- I started to produce goods or services myself to exchange them by time currency
- I started to recycle materials and reuse them to sell them in exchange for time credits
- None of the alternatives

HOW OFTEN DO YOU UNDERTAKE TRANSACTIONS IN THE TIME BANK? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Every week
- Once per month
- Once in every 2 months
- Once in every 3 months
- Once in every 6 months

DO YOU SPEND A LOT OF TIME WITHOUT SELLING YOUR PRODUCTS OR SERVICES IN TIMEBANK.CC? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Yes
- No

IF YOU ANSWERED "YES" IN THE LAST QUESTION, WRITE WHAT ARE THE PRODUCTS OR SERVICES YOU SELL. DO YOU OFTEN STAY A CONSIDERABLE PERIOD HAVING TIME CREDITS SURPLUS DUE TO FEW PURCHASE OPTIONS? MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Yes
- No

IF YOU ANSWERED "YES" IN THE LAST QUESTION, WRITE WHAT ARE THE PRODUCTS OR SERVICES YOU SELL. HOW EASILY, WITHIN THE TIME BANK CIRCUIT, DO YOU FIND THE GOODS AND SERVICES YOU ARE LOOKING FOR? MARCAR APENAS UMA OVAL.

1	2	3	4	5
Very difficult				Very easy

HOW DO YOU SEARCH FOR GOODS OR SERVICES WITHIN THE TIME BANK CIRCUIT (CHOOSE HOW MANY YOU WANT)? MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- On the website
- I get information from my friends and neighbours
- I keep myself informed when participating in meetings, assemblies and other time bank events
- Looking at the posters of the shops

HAS YOUR PRODUCTION / SALES / SERVICE INCREASED SINCE YOU ENTERED TIMEBANK.CC? CHOOSE THE ESTIMATED PERCENTAGE. MARCAR APENAS UMA OVAL.

- No
- Less than 10%
- Between 10% and 20%
- Between 20% and 30%
- Between 30% and 40%
- More than 40%

HAVE YOU STARTED ANOTHER TYPE OF PRODUCTION / ACTIVITY / SERVICE AS A CONSEQUENCE OF YOUR ENTRY INTO THE TIME BANK? (EXAMPLE: I AM A DOCTOR, BUT SINCE THE CURRENCY HAS BEEN CREATED IN MY NEIGHBORHOOD, I STARTED TO TEACH GUITAR IN EXCHANGE FOR TIME CREDITS. THIS ALSO APPLIES TO STORES THAT MAY HAVE CREATED NEW

TYPES OF PRODUCTS OR SERVICES AFTER PARTICIPATING IN TIMEBANK.CC).
 MARCAR APENAS UMA OVAL.

- Yes
- No

WRITE HERE THE PRODUCTS / ACTIVITIES / SERVICES OF THE PREVIOUS QUESTION. REGARDING YOUR FEELINGS AND VALUES, MARK UP TO 3 BOXES WITH CHARACTERISTICS THAT HAVE ARISEN OR GROWN BECAUSE OF YOUR PARTICIPATION IN THE TIMEBANK.CC. MARQUE TODAS QUE SE APLICAM.

- Self-confidence
- Gender equality
- Conciencia politica
- Environmental conscience
- Trust in other people
- Participation in groups and networks
- Community participation
- Happiness
- None

FINALLY, LEAVE HERE A LINE OF COMMENT ON THE PROBLEMS AND CHALLENGES THAT THE TIME CURRENCY SHOWS YOU AND ANOTHER FOR THE CHARACTERISTICS THAT SEEM MORE POSITIVE.

ANEXO 8 - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE USUÁRIOS DA MOEDA PUMA

Crecimiento de usuarios (Todas las áreas)

PUMA, Red de Moneda Social del Casco Histórico Norte de Sevilla

19 de junio de 2018

← Atrás • Estadísticas e informes

#	Mes-Año	Administradores	Empresa	Grupo	Individual	Organización	Pública	Total
1	February 2012	1	0	0	5	0	0	6
1	March 2012	0	0	0	0	0	0	0
1	April 2012	0	0	0	0	0	0	0
2	May 2012	0	0	0	3	0	0	3
3	June 2012	0	7	2	159	6	0	174
1	July 2012	0	0	0	0	0	0	0
4	August 2012	0	1	0	26	2	0	29
5	September 2012	0	0	1	41	1	1	44
6	October 2012	0	1	1	25	2	1	30
7	November 2012	0	3	0	18	1	0	22
8	December 2012	0	2	0	27	3	0	32
9	January 2013	0	7	12	84	1	0	104
10	February 2013	0	2	1	58	3	0	64
11	March 2013	0	1	1	42	2	0	46
12	April 2013	0	4	0	23	4	1	32
13	May 2013	0	1	4	35	1	0	41
14	June 2013	0	2	0	28	1	0	31
1	July 2013	0	0	0	0	0	0	0
15	August 2013	0	1	2	12	1	0	16
16	September 2013	0	0	3	27	2	0	32
17	October 2013	0	4	1	37	5	0	47
18	November 2013	0	2	5	53	2	0	62
19	December 2013	0	0	0	0	1	0	1
1	January 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	February 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	March 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	April 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	May 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	June 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	July 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	August 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	September 2014	0	0	0	0	0	0	0
1	October 2014	0	0	0	0	0	0	0
20	November 2014	0	2	1	13	0	0	16
21	December 2014	0	0	0	11	0	0	11
22	January 2015	0	0	1	21	0	0	22
23	February 2015	0	0	1	14	0	0	15
24	March 2015	0	0	1	0	0	0	1
25	April 2015	0	0	0	8	0	0	8
26	May 2015	0	0	0	4	0	0	4
1	June 2015	0	0	0	0	0	0	0
1	July 2015	0	0	0	0	0	0	0
1	August 2015	0	0	0	0	0	0	0
27	September 2015	0	0	0	4	2	0	6
28	October 2015	0	0	0	0	2	0	2
29	November 2015	0	0	0	12	0	0	12
30	January 2016	0	0	0	0	0	1	1
31	February 2016	0	0	0	0	1	0	1
32	March 2016	0	0	4	12	1	0	17
33	April 2016	0	0	0	1	1	0	2
34	May 2016	0	0	0	1	0	0	1
1	June 2016	0	0	0	0	0	0	0
1	July 2016	0	0	0	0	0	0	0
35	August 2016	0	0	0	2	1	0	3
36	September 2016	0	0	0	3	0	0	3
37	October 2016	0	1	1	7	0	0	9
38	November 2016	0	0	0	3	0	0	3
39	December 2016	0	0	0	3	0	0	3
40	January 2017	0	0	0	6	0	0	6
41	February 2017	0	0	0	5	0	0	5
42	March 2017	0	0	0	8	1	0	9
43	April 2017	0	0	0	6	1	0	7
44	May 2017	0	0	0	5	1	0	6
45	June 2017	0	0	0	1	0	0	1
1	July 2017	0	0	0	0	0	0	0
1	August 2017	0	0	0	0	0	0	0
1	September 2017	0	0	0	0	0	0	0
1	October 2017	0	0	0	0	0	0	0
46	November 2017	0	0	0	5	0	0	5
47	December 2017	0	0	0	1	0	0	1
48	February 2018	0	0	0	2	0	0	2
49	March 2018	0	0	0	1	0	0	1
50	April 2018	0	0	1	4	0	0	5
51	May 2018	0	0	0	1	0	0	1
52	June 2018	0	0	0	1	0	0	1
Total:		1	41	43	868	49	4	1006

Media/mes: 19

← Atrás • Estadísticas e informes

ANEXO 9 - TOTAL DE USUÁRIOS E INTERCÂMBIOS NO SISTEMA PUMA - JUNHO DE 2018



Estadísticas de intercambios (Todas las áreas)

PUMA, Red de Moneda Social del Casco Histórico Norte de Sevilla

19 de junio de 2018

Totales

Total de usuarios registrados:	1006	Total usuarios con intercambios:	525
% de usuarios que han intercambiado:	52.19	% de usuarios que NO han intercambiado:	47.81

Vendedores

Total vendedores:	290	Proporción Vendedor/Comprador:	0.59
% de usuarios que han vendido:	28.83	% de usuarios que han comprado:	55.24
# de vendedores que también compraron	258	# de vendedores que no han comprado:	32

Compradores

Total compradores:	493	Proporción Comprador/Vendedor:	1.7
% de usuarios que han comprado:	49.01	% de compradores que también han vendido:	93.9
# de compradores que también han vendido:	258	# de compradores que no han vendido:	235

Estadísticas de intercambios

Total # de ventas:	6865	Total # de compras:	6866
Total ingresos:	69163.37	Total gastos:	69183.37
Ingresos/gastos menos tasas:	69160.41	Valor medio de todos los intercambios:	10.07

Estadísticas de las tasas

Total tasas ingresadas:	2.96	# de tasas:	8
-------------------------	------	-------------	---

[← Atrás](#)